

O livro "Cultura, Terra e Resistência: Saberes dos Quilombos do Sul" é resultado de um projeto executado pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas e financiado pela Secretaria de Modalidades Especializadas da Educação (Semesp) do Ministério da Educação. Este material nasce de um processo de diálogo entre a Universidade, intelectuais estudiosos da temática étnico-racial e quilombola e onze comunidades remanescentes de quilombos de Canguçu e Piratini, municípios do Rio Grande do Sul.

Do primeiro ao quarto capítulo, desenvolve-se uma composição didático-pedagógica que captura de realidades rurais os caminhos para o processo de construção de um conhecimento que, além de considerar um vasto contingente teórico-conceitual, permeado de historicidade, permita redesenhar o espaço escolar como um lugar em que o "vivido" é matéria prima para se vislumbrar outras aprendizagens e experiências. No primeiro capítulo, procura-se compreender a diversidade e similaridade dos quilombos do sul do país com os demais, tanto em âmbito de Brasil como na relação com as diásporas africanas; captam-se, também, os processos de constituição destes quilombos sulinos, as facetas interétnicas que resultam em culturas hibridizadas que apontam nas questões relativas ao gênero, nas formas de sociabilidade festeiras, musicadas e dançantes, nas concepções de saúde e estratégias de bem-estar através de uma série de procedimentos advindos da sabedoria popular e na prática de esportes elementos que vivificam as inúmeras formas com que a resistência negra e quilombola se tem fixado no seu território, que não é apenas físico, mas, sim, cultural e espiritual.

No segundo capítulo, buscam-se as histórias do trabalho nas suas múltiplas dimensões: como trabalho explorado e como trabalho que potencializa liberdades individuais e coletivas. São tecidos, através dos fios da memória, os saberes e fazeres que transformam os quilombos num lugar em que o manual e o intelectual interagem na trama com que os cestos são produzidos, com que a vida doméstica passa o "sabão na história" e como as edificações quilombolas se sustentam e se modificam através de formas de trabalho onde se trocam as matérias primas mas não se perdem as lógicas de viver de forma sustentável.

No capítulo terceiro, são buscadas as religiosidades e as religiões praticadas pelos remanescentes de quilombos, que são ensinamentos acerca de vivências na fé e respeito às diversidades religiosas. Corais, cantos e devoções revelam um universo sincrético que dialoga, interculturalmente, com a dimensão divina através de uma musicalidade e uma corporeidade negra que reafirmam identidades étnicas.

Por fim, chegamos à escola passada, presente e futura; são histórias que remetem a tempos de impossibilidade de nela permanecer, em virtude da sobrevivência familiar, lembrança das boas educadoras, marcas de racismo e possibilidades de transformá-la, em virtude da conquista de alguns aparatos legais como decorrência das reivindicações históricas do Movimento Social Negro (lei 10639/03 e Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola), um espaço de formação em que, desde os anos iniciais, a construção do conhecimento se conjuga com a possibilidade de uma vida mais plena, enriquecida pela experiência pedagógica de convívio com a diversidade, com as diferenças.



Cultura, Terra e Resistência: Saberes dos Quilombos do Sul



Cultura, Terra e Resistência: Saberes dos Quilombos do Sul

Cultura, Terra e Resistência:

Saberes dos Quilombos do Sul



Cultura, Terra e Resistência:

Saberes dos Quilombos do Sul

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS HUMANOS

BRASÍLIA-DF

2019



Jair Messias Bolsonaro
Presidente da República

Ricardo Vélez Rodríguez
Ministro da Educação

Damares Alves
Ministra da Mulher, da Família e dos
Direitos Humanos

Carlos Alberto Decotelli
Presidente do Fundo Nacional de
Desenvolvimento da Educação – FNDE

Bernardo Goytacazes
Secretário de Modalidades
Especializadas da Educação – SEMESP

Sandra Terena
Secretária Nacional de
Políticas de Promoção da
Igualdade Racial

Universidade Federal de Pelotas
Faculdade de Educação
Rua Alberto Rosa nº 154
Pelotas/RS
CEP: 96.101-770
Tel: (53) 3284-5533 R. 235
Site: www.ufpel.edu.br

Coordenação Geral
Profa. Dra. Georgina Helena Lima Nunes

**Coordenação do Projeto de
Extensão**

Cultura, Terra e Resistência: matrizes
por onde construir materiais
didáticos para comunidades
quilombolas

Profa. Dra. Georgina Helena Lima Nunes

**Equipe responsável pela
publicação**

Coordenação pedagógica
Profa. Dra. Georgina Helena
Lima Nunes

Texto
Profa. Dra. Georgina Helena
Lima Nunes

Leitura Crítica
Prof. Dra. Jacira Reis da Silva
Ms. Leandro Haerter

Revisão
Ms. Leandro Haerter
Gilce Mari Al-Alan

Projeto Gráfico
Nativu Design/Thaís Filó

Imagens
Caroline Antunes
Deise Teresinha Radmann Cunha
Eduardo da Matta
Georgina Helena Lima Nunes
Herberto Peil Mereb
Jonas Fernando Martins Santos
José Darci Barros Duarte
Leandro Haerter
Paulo Corrêa
Sabrina Souza
Valdir Ferreira

Bolsistas do Projeto
André Gomes de Almeida
Dalva Rosane Dias Cruz
Deise Terezinha Radmann Cunha
Fernanda Chagas
Lauren Barbosa Antunes
Natália Douglas Laner
Odilon Segóvia Junior
Sabrina de Souza

SUMÁRIO

- 9** **Introdução**
- 11** **Capítulo I – Quilombos do Sul do Sul e de todos os lugares: a liberdade como insígnia!**
- 12** 1.1 Se espalha pelo mundo a força de quem luta: quilombos!
- 21** 1.2 A história dos municípios é, também, a história dos quilombos: os territórios negros de Canguçu e de Piratini, tchê!
- 29** 1.2.1 Cultura, culturas que formam os quilombos: índios e negros na Serra dos Tapes
- 34** 1.3 A cultura quilombola e sua construção a partir dos traços que ficam na memória: as baforadas de Generosa e o cavalo branco do Acácio!
- 39** 1.3.1 Cultura negra quilombola e suas diferentes formas de se manifestar
- 40** 1.3.1.1 Associações Quilombolas: um lugar político, uma cultura negra manifesta!
- 51** 1.3.2 Cultura de resistência negra: um corpo que é território... quilombola!
- 54** 1.3.2.1 Cultura corporal negra (da mulher!) quilombola!
- 60** 1.3.2.2 O corpo feminino demarcando o mapa cultural entre Brasil quilombola do Sul e todas as Áfricas: percursos no cotidiano
- 66** 1.3.3 Sociabilidades quilombolas: serenata, baile de “ramada” e outras formas festivas e musicais de se constituir comunidade
- 85** 1.3.4 Quilombo: território que dá corpo à vida e a mantém!
- 85** 1.3.4.1 Cultura parteira de vir ao mundo e as defesas negras para se manter nele: benzeduras, rezas e proteção!
- 99** 1.3.5 O futebol brasileiro é, também, o futebol “aquilombado” pelos negros!
- 109** **Capítulo II – Território quilombola, território negro e o trabalho do viver!**
- 109** 2.1 As memórias de trabalho e o caminho de, em terras de quilombo, dar um outro rumo à história!
- 109** 2.2 Os cestos e a trama da vida
- 109** 2.3 Passando o “sabão” na história: formas de produzir
- 109** 2.4 De tijolo a tijolo, a história se ergue: casas e contos quilombolas!
- 109** **Capítulo III - Religiosidades, crenças, rezas e cantos quilombolas: o aprendizado do resistir**
- 109** 3.1 Devoção em santos e resistências guerreiras e sincréticas
- 109** **Capítulo IV - Educação escolar e não escolar a partir e para além dos quilombos: encontros e reencontros com matrizes africanas**
- 109** 4.1 A presença e a não presença da escola nas narrativas quilombola: metáforas e significados
- 109** 4.2 Estórias, histórias, causos e assombros pedem assento nos bancos escolares: autoconhecimento a partir de mitos
- 109** 4.3 Rebeliões, revoltas e revoluções: a presença negra invisibilizada nos marcos históricos do pampa gaúcho
- 109** 4.4 A escola como luta dos quilombos
- 109** **Anexo**
- 109** **Referências bibliográficas**

AGRADECIMENTOS

Às comunidades quilombolas que fizeram parte do Projeto de Extensão “Cultura, Terra e Resistência: matrizes por onde construir materiais didáticos para comunidades quilombolas”,

Aos gestores das secretarias municipais de educação dos municípios de Canguçu e de Piratini, docentes e discentes;

À Secretaria de Assistência Social do Município de Canguçu;

À Secretaria de Cultura de Canguçu / Setor de Etnias;

À Pastoral do Negro do Município de Piratini;

Ao Conselho da Comunidade Negra de Piratini;

À ONG CIEN (Canguçu);

Ao Movimento Social Negro;

Pró- Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Pelotas;

Aos artistas plásticos Jonas, José Darci, Paulo Corrêa e Valdir;

Aos bolsistas e colaboradores do Projeto.

INTRODUÇÃO

Esta publicação decorre de uma inserção em comunidades quilombolas do extremo Sul do país, localizadas nos municípios de Canguçu e Piratini, Estado do Rio Grande do Sul.

O Projeto de Extensão “Cultura, Terra e Resistência: matrizes por onde construir materiais didáticos para comunidades quilombolas”, que orientou este trabalho, percorreu diferentes caminhos a fim de concentrar referenciais teóricos e empíricos que dão corpo a esta produção.

Foram realizados seminários de formação em que intelectuais de diversas áreas do conhecimento, que tratam da educação das relações étnico-raciais e da educação escolar quilombola, dialogaram com membros da comunidade escolar e quilombola, fazendo com que este livro tivesse uma participação efetiva das coletividades envolvidas neste processo de produção do conhecimento. Também foram realizadas inúmeras inserções investigativas de caráter etnográfico, que permitiram que as vozes dos lugares abrissem, com suas múltiplas sonoridades, caminhos para uma reflexão que considerasse o saber local como componente imprescindível para se pensar a educação escolar em quilombos e em todos os lugares.

Estes lugares – quilombos – se constituem como espaços eminentemente educativos, uma vez que têm ensinado, historicamente, que a maior aprendizagem é aquela que permite que homens e mulheres protagonizem suas próprias histórias de resis-

tências e anunciações de que a vida é um bem supremo, na medida em que princípios como liberdade e solidariedade, em todo instante, revitalizam fontes inesgotáveis de saber, tanto as presentes nas práticas sociais cotidianas como aquelas que pertencem ao lastro ancestral deixado pelos africanos e africanas aos negros e negras constituintes desta fecunda diáspora.

Cada página vem carregada de possibilidades que, no contexto da escola, podem e devem ser ampliadas, na medida em que a lógica do livro é o diálogo constante entre todos os sujeitos da aprendizagem, os saberes historicamente construídos e as inúmeras sapiências quilombolas que, sem dúvida alguma, explicitam nas suas práticas de fazer e saber.

Emergem, então, uma pedagogia quilombola que não cinde o viver da real necessidade de aprender como meio de preservação do território, bem como a consolidação de um projeto de sociedade em que o racismo é enfrentado através da possibilidade que a Lei 10639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola apontam como caminhos legais para fazer da escola um espaço de produção de múltiplos saberes e identidades positivadas.

Boa leitura e fecundas práticas escolares!

Prof. Dra. Georgina Helena Lima Nunes
Pelotas, janeiro de 2013.



CAPÍTULO I

Quilombos do Sul do Sul e de todos os lugares: a liberdade como insígnia!

1.1 Se espalha pelo mundo a força de quem luta: quilombos!

1.2 A história dos municípios é, também, a história dos quilombos: os territórios negros de Canguçu e de Piratini, tchê!

1.3 A cultura quilombola e sua construção a partir dos traços que ficam na memória: as baforadas de Generosa e o cavalo branco do Acácio!



“Eu me sinto orgulhoso de ser negro!”
(Sr. Olívio).

Autor:
Deise Cunha,
Agosto/2010.

1.1 Se espalha pelo mundo a força de quem luta: quilombos!

“Eu sou um pouco de escravo, tem toda uma luta. Por isso eu me sinto orgulhoso de ser negro e ser um negro que vem do passado sofrendo com muitas coisas. Eu por ser negro descendente de escravos tenho toda uma caminhada, estou engajado, vou à luta até o fim, para nós conseguirmos os direitos [...] que nós até hoje ainda não temos”
(Sr. Olívio, C.Q. Favila).

Muito se tem escutado falar sobre quilombos nos últimos anos. Em outros tempos, falava-se apenas sobre o Quilombo de Palmares, localizado na Serra da Barriga, no estado de Alagoas, cuja liderança maior, o Zumbi dos Palmares – o menino Francisco – se constitui exemplo da resistência negra à opressão e, também, da força com que se busca a liberdade.

O Quilombo de Palmares, formado por homens, mulheres, crianças, populações negras e não negras se constituía como um território de acolhida e, por isso, de grande difusão de saberes e conhecimentos. Durante os seus, aproximadamente, cem anos de existência enfrentou inúmeras guerras protagonizadas por portugueses e holandeses, os quais, na sua fúria por dominar, talvez, tenham menosprezado a força daqueles e daquelas que, coletivamente, faziam das armas materiais e espirituais do quilombo uma fortaleza que não seria vencida tão facilmente.

É importante salientar que, para além do Quilombo de Palmares, outros

tantos territórios de resistência à escravidão se efetivaram no Brasil e em todo o mundo ocidental onde houve a presença marcante da escravidão, diferenciando-se, entre vários outros aspectos, pela nomenclatura a eles conferida: “[...] na América espanhola palenques, cumbes, entre outros; na inglesa, maroons, na francesa grand marronage [...]” (REIS; GOMES, 2000, p. 10).



Monumento Zumbi dos Palmares, Praça da Sé, Salvador/BA.

Autor: Leandro Haerter, Agosto/2011.

Os quilombos brasileiros obtiveram uma grande vitória na Constituição Federal de 1988, pelo Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que lhes possibilita o reconhecimento legal do território tradicionalmente ocupado (ALMEIDA, 2006a) através da titularidade das terras para aqueles e aquelas cujas gerações há séculos o ocu-

pam, o habitam, produzem modos de vida que, de diferentes maneiras, geram saberes e formas de resistências pouco conhecidos por todos nós.

PARA SABER (1)

Alguns marcos legais para os quilombos:

Constituição Federal 1988, Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT): “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Constituição Federal 1988, Art. 215: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes grupos étnicos nacionais”.

Decreto 3912/2001 que “regulamenta as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupadas”, em seu Art.

1º: “Compete à Fundação Cultural Palmares - FCP iniciar, dar seguimento e concluir o processo administrativo de identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como de reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação e registro imobiliário das terras por eles ocupadas”.

Decreto 4887/2003, art. 2º:
 “Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

A ancestralidade está intimamente ligada à história e à memória e, para os povos africanos, o ancestral é venerado “[...] porque deixa uma herança espiritual sobre a Terra [...]” e por força desta herança, é assegurada “[...] tanto a estabilidade e a solidariedade do grupo no tempo como sua coesão no espaço [...]” (LOPES, 2004, p. 58).

Fonte:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de outubro de 1988. 25ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.cpis.org.br>>. Acesso em: 06/05/2012.

LOPES, Nei. Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana. São Paulo: Selo Negro, 2004.

Neste livro, nos deteremos a conhecer um pouco dos quilombos dos municípios de Canguçu e de Piratini, situados na região Sul do Rio Grande do Sul. É sabido que temos muito o que aprender acerca da história de todos os tempos e dos quilombos de Norte a Sul do país, contudo, para esta oportunidade, o que nos vai ser possível, é instigar muitas pessoas à busca por outros conhecimentos através de uma pequena amostra do que onze Comunidades Quilombolas nos apresentam.

Um território quilombola pode ser conceituado como aquele que é formado por “descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado”, de acordo com a Associação Brasileira de Antropologia.

Das comunidades localizadas em Canguçu – Armada (Campo do Estado e Cerro Pelado), Cerro das Velhas, Estância da Figueira, Favila, Iguatemi, Maçambique, Manoel do Rego, Passo do Lourenço e Arredores, Potreiro Grande; e em Piratini – Fazenda da Cachoeira e Rincão do Quilombo, algo lhes é peculiar: o reconhecimento de que alguns patamares de liberdade foram, primeiramente, conquistados, para hoje serem usufruídos. Tal constatação se confirma quando os quilombolas, de todas as idades, reconhecem no passado de sofrimento a força dos ancestrais que, independente da separação física, se fazem sempre presentes através da memória que se transforma em um meio de ligação e/ou diálogo.

[...] os negros no tempo da escravidão, eles fugiam das senzalas e iam para o quilombo. É isso aí, isso traz a nossa história, que é muito bonita, porque eles fugiram pra ter a liberdade [...] Isso diz que a gente é um sobrevivente, a gente é livre por causa desses negros (Diego, C.Q. Armada).

Estaremos, nos diversos momentos que compõem este livro, apresentando variados aspectos das realidades investigadas que se constituem numa rede de elementos que justificam a existência de cerca de 3.524 comunidades quilombolas identificadas, 1634 comunidades certificadas e 117 comunidades tituladas em todo o Brasil, segundo dados distri-

buídos pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Esta rede de elementos é capturada do cotidiano quilombola que é formado e mantido através de sua cultura, de suas tradições, expressas através da maneira como realizam o trabalho, demonstram a sua fé, organizam o espaço em que vivem, constroem os objetos que manuseiam, das estórias e histórias que contam, dos valores que orientam suas atitudes, dos diferentes tempos de escola e, também, dos inúmeros sonhos de liberdade que, na atualidade, significam vencer correntes invisíveis, cuja cidadania lhes é negada.



C.Q. Armada: um dos lugares de liberdade conquistado pelos ancestrais e usufruído pelas gerações que darão continuidade a uma história que se tornou “bonita”.

Autor:
Eduardo da Matta,
Abril/2010.



PARA SABER (2)

Comunidades Identificadas: com processo aberto na Fundação Cultural Palmares para regularização fundiária e que não solicitaram a Certidão de Autodefinição;

Comunidades Certificadas: com processo aberto na Fundação Cultural Palmares e que atenderam as exigências do Decreto 4887/2003 e da Portaria 98 de 26/11/2007;

Comunidades Tituladas: as que receberam o título coletivo da terra em nome da associação quilombola que as representam.

Concepção de “quilombo” na atualidade

A noção de “quilombo”, hoje, é mais ampla do que a de antigamente. No Brasil Colônia, “quilombo” era concebido como um agrupamento isolado, localizado em região de difícil acesso e constituído por escravos fugidos do sistema escravocrata brasileiro. Este conceito foi definido pelo Conselho Ultramarino português, em 1740, como uma forma de controle aos escravos durante o período colonial. Entretanto, este conceito tradicional de quilombo, que se faz presente na historiografia clássica, não é por si só suficiente para explicar o fenômeno e seu caráter político nos dias atuais. O conceito tradicional não dá conta, por exemplo, de compreender que uma comunidade negra rural que não tenha sua origem num agrupamento de negros fugitivos

e resistentes ao sistema escravista brasileiro, pode ser, também, um quilombo (HAERTER, 2010). Nesse sentido, “quilombo” não pode ser compreendido apenas pela descendência, mas por uma atualização do próprio conceito, que passa a englobar um maior número de comunidades de descendentes de ex-escravos como aquelas cuja memória coletiva revela uma origem atrelada a heranças de ex senhores, como resultado de participação em guerras e na popular “deixa”, ou seja, quando a terra é passada “de boca”, sem formalização jurídica, de um grupo para outro. Essa ressignificação do conceito se deve, sobretudo, pela criação de um Grupo de Trabalho pela Associação Brasileira de Antropologia, no ano de 1994, que, de acordo com O’Dwyer (2002), passou a definir quilombo como: “[...] Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea [...] consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio [...]” (p. 18). Assim, tem sido um consenso entre pesquisadores compreender “quilombo” a partir de critérios de auto-identificação, como

trajetórias históricas, culturais e políticas próprias, cujo processo contemple mais significativamente os aspectos culturais, econômicos e reivindicatórios das comunidades. O forte vínculo com a terra, as diferentes experiências coletivas, as histórias de luta pela manutenção de sua cultura e estratégias de permanência em seu território e o respeito às gerações que dali sucederam são elementos que definem contemporaneamente “quilombo”. Ou, como observa Haerter (2010, p. 47): “[...] uma comunidade territorializada com ancestralidade escrava enquanto espaço de resistência ao preconceito racial [...]”.

Fonte:

HAERTER, Leandro. Uma Etnografia na Comunidade Negra Rural Cerro das Velhas: memória coletiva, ancestralidade escrava e território como elementos de sua auto-identificação quilombola. 2010. 145f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Associação Brasileira de Antropologia, 2002.

Para fins deste livro, as histórias dos quilombos foram sendo registradas através de diferentes maneiras, no entanto, os depoimentos orais constituem a fonte principal por onde nós as traremos. Diversos campos científicos como a História, a Antropologia, a Arqueologia, a Educação e outros, têm se preocupado em apresentar, sob ângulos distintos, a força da presença negra no processo de construção da sociedade brasileira.

A presença histórica dos negros no Brasil não pode ser contada apenas através do emprego de sua força de trabalho, mas, principalmente, pela forma como as lembranças e costumes trazidos do continente africano humanizaram uma história que, muitas vezes, tem sido relatada apenas como uma história de dor em detrimento das outras histórias que foram e são histórias de esperança, do desejo de viver, de luta por dignidade humana e da extrema generosidade para com o próximo.

A história dos negros no Brasil, por sua vez, também pode ser contada pelas mais variadas formas de resistência, não apenas ao regime escravista, mas pela presença constante em seu território, pelas gerações que dali sucederam, pelos laços de reciprocidade criados e mantidos na lógica da coletividade, pela manutenção e ressignificação de crenças, enfim, por muitos e diversos aspectos que se tornam difíceis enumerar.

Os quilombos, de todas as épocas, são lugares em que o espaço habitado é espaço, indiscriminadamente, território de pulsão de vida; a produção da mesma se dá pela forma com que a natureza humana se integra às outras formas de vida, tornando-a, portanto, espaço inquestionável onde a liberdade é sina!

Os pássaros buscam comida e largam as sementes no mato. A Libânia e o Maninho [respectivamente, esposa e filho] [...] plantam. Muda de mato a gente reconhece pelo cheiro [...] Aqui no quilombo possuem pássaros de todas as classes – saíra, azulão, periquito, cardeal, bem-te-vi – e um dia desses me convidaram para vender as laranjas que eles comem para a agroindústria. Eu vou deixá-los comer porque também têm necessidade e eu teria que espantá-los com bodoque e eu tenho dó de matar os bichinhos (Sr. Roberto, C.Q. Cerro das Velhas).

A fala do Sr. Roberto traduz um modo de vida em que determinadas lógicas

são desenvolvidas a partir da forma como as pessoas se relacionam com a natureza e com tudo que dela nasce e decorre, como, por exemplo, a preservação das aves, das matas, dos rios. Na medida em que se desenvolve uma relação de compromisso com o lugar que se habita, em cadeia, se estabelece um compromisso com a vizinhança e com o mundo.



Cerro das Velhas como um lugar de todas as classes de pássaros

Autor: Deise Cunha, Agosto/2009.

Outras visões de mundo foram encontradas nos quilombos e, a partir delas, pretendemos levantar questões que dizem respeito não aos quilombolas, mas à sociedade como um todo. Essas populações, que secularmente povoaram seus territórios, os adquiriram dos mais diferentes modos – herança, posse, doação, compra, ocupação – na medida em que as mesmas foram alijadas, ao longo da história, de obtê-las pela sua condição inicial de homens e mulheres escravizadas.

A Lei de Terras, datada no ano de 1850, consolidou a propriedade privada no Brasil tornando condição para a obtenção de um lote de terra apenas através da compra, excluindo, desta forma, a grande maioria dos negros/as destituídos de remuneração e, conseqüentemente, poder de aquisição.

PARA SABER (3)

Lei nº 601/1850, a Lei de Terras, instituía que a terra só poderia ser adquirida por compra e venda. Pretendia, acima de tudo, regulamentar as sesmarias que eram terrenos incultos e abandonados, entregues pela monarquia portuguesa, desde o século XII, às pessoas que se comprometiam a colonizá-los dentro de um prazo previamente estabelecido.

Ainda, no mesmo ano, foi assinada a Lei Euzébio de Queiroz que proibia o tráfico internacional de escravos e abre a via para a extinção do tráfico de escravos no Brasil. Cabe ressaltar que em 1831 já havia sido assinada uma lei que determinava a cessão do tráfico, concedendo a liberdade aos escravos que entrassem no país depois daquela data; decorre daí a expressão “para inglês ver” visto que o dispositivo legal existia apenas nos textos, pois se estima que entre os anos de 1831 e 1850 tenham entrado cerca de 700 mil escravos no país.

Fonte:

COSTA, Emília Viotti da. O início do Fim. Revista História Viva, ano VI, n.66, 2007.

DINIZ, Mônica. Sesmarias e posses de terras: políticas fundiárias para assegurar a colonização brasileira. Disponível em: <http://historica.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em: 04/04/2011.

MAESTRI FILHO, Mário. O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Caxias do Sul: EdUCS, 1984.

PÁSCHOA, Abgail; LEÃO, Sionei Ricardo.
Política democrática: cadernos de debates.
Brasília: Edições Fundação Astrojildo Pereira.
Ano 1, N° 02, Maio de 2008.



Nesse contexto, vamos nos encaminhando para conhecer um pouco dos municípios e das comunidades quilombolas e suas formas de ocupação do território em uma dinâmica metodológica que absorve, dos conhecimentos locais, elementos que nos levam a outros quilombos, a outros lugares e histórias que podem tornar mais significativa a presença de cada um/a na sala de aula, a partir dos encantamentos que o conhecimento com a diferença e outras culturas proporciona.

A escola, a sala de aula e os outros lugares de aprendizagem são espaços de “conversa-ação” com a história de cada um que não é desvinculada de outras histórias, de outros povos e envolve, também, conhecimentos que podem ser construídos e reconstruídos no contato com a matemática, história, arte, educação física, geografia, português, literatura, enfim, com as diversas áreas do conhecimento que constituem o currículo escolar o qual, nada mais é do que a organização das nossas experiências!



Para refletir e transformar em atividades pedagógicas (1)

1. Como foram as formações dos quilombos no Rio Grande do Sul e em todo o Brasil?

2. A exemplo de Zumbi, herói do Quilombo de Palmares, muitas lideranças no passado e no presente, representadas por homens e mulheres, têm sido responsável pela luta por direitos nos quilombos. Que tal fazermos uma busca na história local e nacional e encontramos os “heróis anônimos” da história e conhecermos um pouco mais daqueles que já são consagrados?

3. Existe um reconhecimento de que os antepassados construíram os caminhos da liberdade, por isso, a notável força da ANCESTRALIDADE para as populações negras. Acredita-se que jovens e crianças também contam histórias, no entanto, àquelas que contam o tempo como aliados da sua experiência – os idosos – acumulam muitas informações e saberes. Reconstituir a sua própria história é algo que nos situa no mundo fortalecendo nossas identidades e orientando-nos para a busca daquilo que almejamos, portanto, estabelece o exercício de pesquisa como

autoconhecimento. Esta pesquisa inclui, também, a escuta dos mais velhos que através da “contação” de histórias e estórias constituem verdadeiras e singulares fontes por onde as experiências são relatadas e, ao mesmo tempo, vivenciadas pela forma como o corpo, o tom de voz, as expressões se mostram.

4. Uma sociedade, em todos os tempos, é regida por leis. Faça uma digressão histórica acerca dos marcos legais que orientaram a sociedade brasileira escravocrata até as leis que concedem aos quilombos o direito à titularidade das terras tradicionalmente ocupadas de modo a compreender os obstáculos e vitórias das populações negras da diáspora africana.

5. Existem diferentes formas de “escrever” e apontar elementos que, coletivamente, podem demonstrar diferentes significados: desenhos, poesias, contos, versos. Existem, também, várias formas de gerar conteúdos que podem dialogar interdisciplinarmente e instigar, significativamente, a produção do conhecimento aliada a uma postura política frente a problemas globais do tipo preservação do meio ambiente, questões de sexo, intolerância religiosa, mundo do trabalho e outros.

“Eu sou um gaúcho
daqui da beira do
Lourenço”

Autor:
Eduardo da Matta,
Maio/2010.



1.2 A história dos municípios é, também, a história dos quilombos: os territórios negros de Canguçu e de Piratini, tchê!

“Eu sou um gaúcho daqui da beira do Lourenço, estamos sempre aí pra mostrar pros amigos, quem quer vir sempre chega [...] especial isso aqui

tchê, toma um chimarrão [...] toma um traguito de canha na guampa!” (Sr. Jesus, C.Q. Passo do Lourenço).

A fim de que compreendamos a vida e a história dos gaúchos da beira do Lourenço, dos descendentes de Maçambique, de Manoel do Rego, da D. Hilda ou, simplesmente, Tia Lica, a quilombola mais idosa – 95 anos – que é de lá do Iguatemi, se faz necessário, também, que conheçamos um pouco da maneira como os municípios onde estão localizados os quilombos se formaram.

Em Canguçu e em Piratini, os territórios negros não se definem apenas pelas suas “estratégias de sobrevivência e de resistência”, mas, também, como sendo “[...] espaços de revalorização e de preservação de práticas culturais distintas, de afirmação da ancestralidade e de uma história comum [...]” (BITTENCOURT JR. 2010, p. 20).

A presença negra no Rio Grande do Sul é algo fortemente questionado por muitas pessoas chegando a desacreditar na sua existência. Isto se dá em virtude do grande fluxo migratório que se iniciou no séc. XVIII quando chegaram os açorianos através de uma política de importação de mão-de-obra livre.

Inicialmente a vida dos imigrantes foi cheia de altos e baixos, contudo, a imigração tomou corpo na virada do século XIX para o século XX. Tendo sido iniciada “[...] no último ano de vigência da escravidão, a imigração subvencionada pelo Estado brasileiro para as áreas de expansão da fronteira cafeeira de São Paulo se manteria até a década de 1920” (MATTOS, 2005, p. 32).

PARA SABER (4)

A imigração no Brasil e no Sul do país e o ideal de “branqueamento”
 A imigração esteve em pauta desde a independência do país, em 1822, por muitas razões: pela questão da ocupação do território, para formar soldados para defender o país e como estímulo ao trabalho livre considerado superior ao trabalho escravo. Por consequência, se deu, economicamente falando, a fundação de núcleos do Sul como, por exemplo, o mais bem sucedido deles, a colônia alemã de São Leopoldo (RS), fundada em 1824. Havia um projeto que tinha por objetivo “civilizar” o Brasil através dos braços europeus tendo como base uma organização social ancorada no trabalho familiar em pequenas propriedades. Em 1875, dos 89 núcleos formados por imigrantes em todo o Brasil, 66 estavam concentrados no Sul do país. Cabe ressaltar que a defesa da imigração não se restringia à necessidade de mão-de-obra, mas ao desejo de tornar o Brasil um país racialmente “civilizado” e a chegada dos imigrantes possibilitaria, segundo o pensamento da época, uma regeneração biológica e cultural (ELIAS, 2005; PESSANHA, 2005).

Fonte:

ELIAS, Rodrigo. Braços para fazer um país. *Nossa História*. Ano 2, N° 24, Outubro de 2005.

PESSANHA, Andréa Santos. Em nome do progresso. *Nossa História*. Ano 2, N° 24, Outubro de 2005.

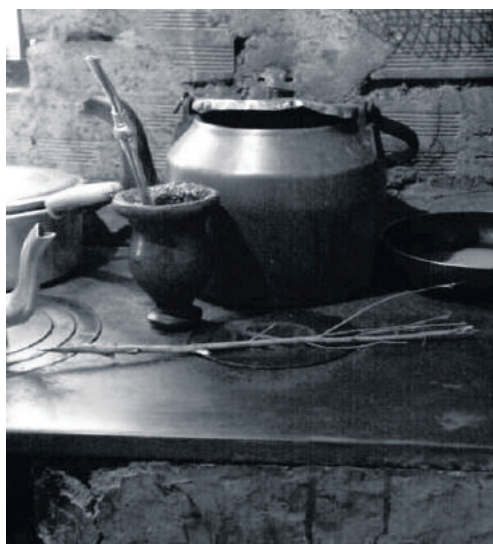
A resistência negra no Rio Grande do Sul ainda é desconhecida embora existam “[...] arroios, localidades e ilhas etc. com o nome quilombo, em regiões de tradição escravista (Porto Alegre, Pelotas, Rio Pardo, Jaguarão, Osório, Viamão, Santa Maria, Santo Antônio). É difícil que um tal topônimo tenha tido outra origem [...]” (MAESTRI FILHO, 2000, p. 296).

O tráfico negreiro sulino teve seu apogeu com o início da produção de charque ainda que o mesmo esteja datado em períodos anteriores a 1780; segundo alguns registros, (MAESTRI FILHO, 1984), os pampas gaúchos se territorializaram com as presenças africanas vindas de Angola, Benguela, Congo e outras nações que nas palavras do poeta Oliveira Silveira (2009), transformaram-se naqueles gaúchos que através de suas lutas dizem assim:



“Sou o trabalho
e a luta...”
Quilombola da C.Q.
Passo do Lourenço.

Autor:
Eduardo da Matta,
Maio/2010.



Sou

Sou a palavra cacimba
Prá sede de todo mundo
E tenho assim minha alma
Água limpa e céu no fundo.

Já fui remo, fui enxada
E pedra de construção
Trilho de estrada-de-ferro,
Lavoura, semente, grão.

Já fui canga
Sou hoje a palavra basta.
E vou refugando a manga
Num atropelo de aspa.

Meu canto é faca de charque
Voltada contra o feitor,
dizendo que minha carne
não é de nenhum senhor.

Sou o samba das escolas
em todos os carnavais.
Sou o samba da cidade
E lá dos confins rurais.

Sou quicumbi e maçambique
No compasso do tambor.
Sou um toque de batuque
Em casa jejê-nagô.

Sou a bombacha de santo,
Sou o churrasco de Ogum.
Entre os filhos desta terra
naturalmente sou um.

Sou o trabalho e a luta,
suor e sangue de quem
nas entranhas desta terra
nutre raízes também.

(Oliveira Silveira)



Poeta Oliveira Silveira: “Sou hoje a palavra basta”!

Autor: Valdir S. Ferreira.

PARA SABER (5)

Oliveira Silveira, idealizador do 20 de novembro, poeta das Consciências Negras!

Oliveira Silveira nasceu em 1941 na área rural de Rosário do Sul (RS), no Distrito chamado “Touro do Passo” na Serra do Caverá, uma comunidade quilombola. Ministrava as disciplinas de português e literatura no Ensino Médio da rede estadual de ensino e realizava atividades jornalísticas além de ser ativista do Movimento Social Negro atuando no Grupo Palmares (Porto Alegre/RS) onde foi um dos criadores. Sugeriu a evocação da data da morte de Zumbi dos Palmares, 20 de novembro, lançada e implantada no Brasil pelo Grupo Palmares

a contar de 1971, tornando-se, em 1978, o “Dia Nacional da Consciência Negra” por sugestão do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCD). Foi autor de inúmeros livros, artigos, crônicas e contos e, ao longo de sua vida, participou de muitas organizações sociais, comissões e conselhos relacionados ao combate ao racismo.

Fonte:

SILVEIRA, Oliveira. *Poemas*. Porto Alegre: Edição dos Vinte, 2009.

O poema escrito por Oliveira Silveira – Sou – retrata uma identidade afro gaúcha que se constrói nos processos de opressão e resistência a ela e, de certa forma, se agrega a outras formas de lutas travadas pela população negra brasileira que, dentre tantas maneiras buscadas para vencer a escravidão, encontrou no aquilombamento um espaço onde entre coxilhões e serras, florestas agrestes, ilhas isoladas e banhados faz-se presente na cartografia sulina que estava planejada para ser uma Europa brasileira.

É inquestionável a contribuição de todas as etnias que construíram o país e mais especificamente o Rio Grande do Sul, todavia, caberia no espaço escolar descortinar outras possibilidades de se conhecer a matriz africana que pluraliza a história gaúcha, concedendo-lhe a autoria não apenas àquilo em que sua mão de obra escravizada esteve presente, sobretudo, nas diversas formas que africanizou o Rio Grande através de sua religiosidade,

corporeidade, musicalidade, saberes e fazeres tradicionais, astúcia guerreira, que aponta para caminhos que reafirmam a sabedoria e coragem negra como armas fundamentais tanto para abrir os matos e se aquilombarem como para redefinir futuros que, frente à política de branqueamento, pareciam impossíveis.

Adversidades estruturais para sobreviverem nas terras de quilombos foram descritas nas comunidades que, hoje, se reconhecem como “vivendo melhor”. É perceptível que as condições de muitos terrenos ainda apresentem características que revelam o quanto outrora, para se instalar e permanecer em determinados locais por tanto tempo, foi necessária uma vasta obstinação.



“Sou a bombacha do santo [...]”.
Sr. Conceição,
C.Q. Rincão do
Quilombo.

Autor:
Eduardo da Matta,
Maio/2010.

“Faz um punhadinho de anos que se vive neste rincão!”
Sr. João Cardoso,
C.Q. Rincão do Quilombo

Autor:
Herberto Peil,
Agosto/2010.



Sr. João Cardoso, 79 anos, vulgo João Pé de Xote, relata uma história de “um punhadinho de anos”:

[...] esse Rincão do Quilombo veio do tempo dos escravos então uns chamavam Quilombo outros chamavam de Rincão, e ficou Rincão do Quilombo. Na época, quando alguém tinha que ir para a cidade, a gente ia a cavalo até lá ou de carroça para levar o pessoal que queria ir na cidade. Tinha que levar na estação Basílio, embarcar, para de lá se dirigir para a cidade ih, faz um punhadinho de anos, eu era molequinho. As terras foram doadas, João Cardoso se chamava o doador das terras para os escravos pobres; se nós temos quilombo aqui, é porque nossos avós eram de lá da África. Naquele tempo nem estradas tinha, só um corredorzinho, era uma estradinha de a pé, só para carroça e carroça de boi, não tinha luz, a luz era que-rosene. Quando a gente fala de terras, assim, as pessoas não brigavam tanto, as pessoas se ajudavam mais, né? Cada um plantava o seu pedaço tinha bastante gente para trabalhar na casa daquele vizinho, depois saía dali ia para o outro, saía do outro ia para o outro, sempre se ajudando (Sr. João Cardoso, C.Q. Rincão do Quilombo).

Sr. João, dos tempos de “molequinho”, recupera o trabalho em mutirão, ainda presente em quilombos, quando afirma que falar em terras para quilombolas é falar

em ajuda, porque o sentido atribuído a ela extrapola a dimensão de puro negócio.

O trabalho em mutirão é a solidariedade posta em prática e que assegura a reprodução da existência de forma coletiva. A inexistência da briga que Sr. João menciona na fala anterior se referia entre os quilombolas, porque a briga quilombola se dava contra os escravizadores do passado e os do presente, contra a própria natureza que, a exemplo da Serra dos Tapes que é uma “[...] região bem regada de arroios, com caça abundante e boas terras, nela tudo induzia o homem escravizado a procurar ali a possibilidade de reconstruir uma vida [...]” (MAESTRI FILHO, 1984, p. 132), é uma região cuja vida se assemelha à formação geológica da Serra das Asprezas que leva à C.Q. Fazenda da Cachoeira em Piratini: cheia de pedras a serem removidas do caminho!

Serra dos Tapes, Serra das Asprezas e Serra da Barriga: de serra em serra os quilombolas foram transformando o mapa da colonização em possibilidades reais de liberdade, por isso: Saravá Waldemar/o tronco velho da C.Q. Fazenda da Cachoeira/Saravá quilombola/Manoel Padeiro/Saravá Zumbi!



Serra dos Tapes vista da C.Q. Maçambique.

Autor: Eduardo da Matta, Abril/2010.

Escalando a Serra da Barriga
[Fragmentos]
(Abdias Nascimento).

“Serra serpenteada no lombo dos quilombos
serra rastreadora do rastro dos invasores
serra cem anos de luta incessante
ao fragor das batalhas
ao despertar das correntes
Saravá africanos valentes
Saravá imortal Zumbi à frente
[...]
Serra- templo ancoradouro
de sonhos e ossada africana
da esperança o tesouro
da negra dignidade humana
[...]
Serra serrote serra a exploração
ah serra da compaixão
Serra serrote serra a humilhação
Oh serras da libertação”.



Abdias do Nascimento: “Saravá africanos valentes!”

Imagem de Valdir S. Ferreira.

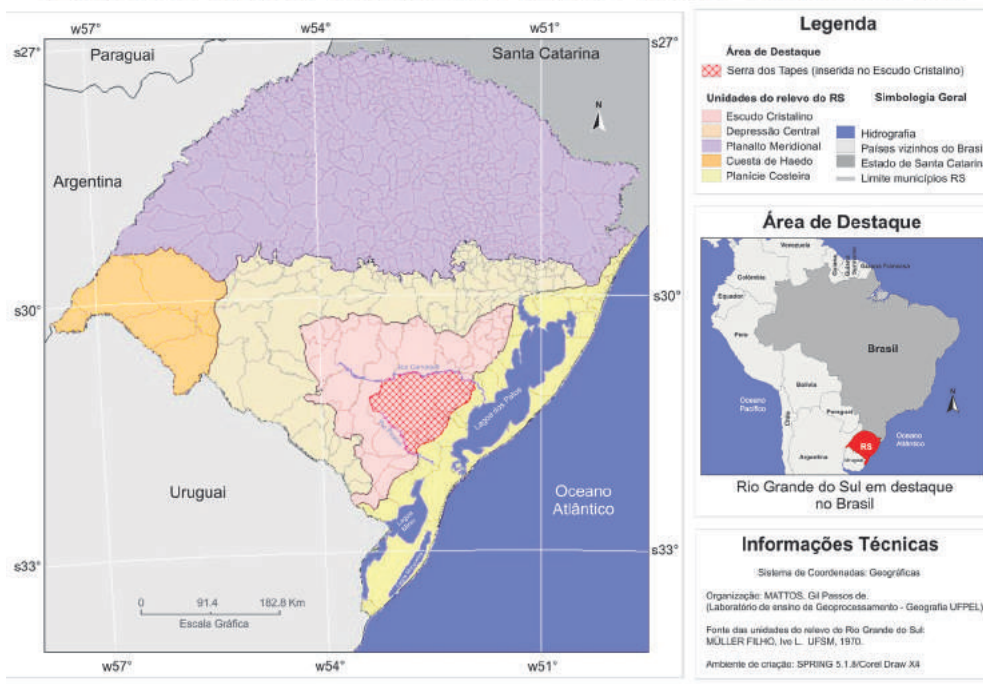
PARA SABER (6)

Abdias do Nascimento:
intelectual, político, poeta, artista plástico, militante!

Abdias nasceu na cidade de Franca (SP), em 14 de março de 1914; era filho de um sapateiro e de uma doceira. Protagonizou vários fatos históricos na luta por justiça racial na sociedade brasileira, entre eles, a fundação da Frente Negra Brasileira, em São Paulo no ano de 1931; criou em 1944 o Teatro Experimental do Negro no Rio de Janeiro; participou da criação do Movimento Unificado Negro (MNU); foi secretário de Defesa das Populações Afro-Brasileiras do Rio de Janeiro e Deputado Federal pelo mesmo estado em 1983 e Senador da República em 1997. Faleceu em 26 de maio de 2011 como um dos maiores nomes da história do Movimento Social Negro, bem como um intelectual de contribuições inquestionáveis para a compreensão das relações étnico-raciais brasileiras.

A Serra dos Tapes, território propício para a formação de quilombos, “[...] anteriormente ao processo de colonização portuguesa, a região havia sido território de intensa ocupação indígena, associada arqueologicamente à tradição tupi-guarani, localmente identificada, de acordo com as fontes etnohistóricas, à presença de índios denominados tapes [...]” (CERQUEIRA, 2011, p. 872).

SERRA DOS TAPES E UNIDADES DO RELEVO DO RIO GRANDE DO SUL



Cartografia da Serra dos Tapes.

Produção: Daniele Macedo e Prof. Erika Collischonn. Laboratório de Ensino de Geoprocessamento/Geografia/UFPeL.

As populações “indígenas”, palavra com origem no latim e que significa “o habitante primitivo de uma terra” (ALTMANN, 2009, p. 63), juntamente com as populações negras e quilombolas, constituem-se nas populações tradicionais, aquelas populações que estabelecem uma relação de harmonia com a natureza de modo a garantir um desenvolvimento sustentável, ou seja, que garantem a vida sem depredações ao meio ambiente.

PARA SABER (7)

Políticas para as populações tradicionais: Decreto 6040/07
 Este Decreto institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades e Povos Tradicionais do Brasil (PNPCT) que é resultado de um movimento político das populações do campo. Entre tantas delegações, o Decreto inclui no conceito de

populações tradicionais os grupos reconhecidos como pantaneiros, caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco, babaçu, geraizeiros, ciganos, faxinalenses e outros. O Artigo 3o do Decreto 6040/07, traz como um dos objetivos específicos das PNPCT, elementos ligados à educação: “V. garantir e valorizar as formas tradicionais de educação e fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo e comunidade, garantindo a participação e controle social tanto nos processos de formação educativos formais quanto não formais”. Estima-se que os povos tradicionais somam 4,5 milhões de pessoas e ocupam 25% do território nacional.

PARA SABER (8)

Sobre o município de Canguçu:
“Acanguaçu, Acanguaçu / Te chamaram nossos índios guaranis / Hoje nossa Canguçu / Bela jóia do nosso País!” (Estrilho do Hino do município)

O município de Canguçu encontra-se situado na Serra dos Tapes, Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul. Tapes seriam os guaranis missioneiros que povoaram a “Serra dos Tapes”, por esse motivo, o nome. Os guaranis missioneiros podem ser caracterizados pelos indígenas que constituíam o sistema missional dirigido pelos jesuítas e, em menor proporção, pelos franciscanos, nos séculos XVII e XVIII. Canguçu possui uma população de 53.399 habitantes (sendo 63% na zona rural e 37% na zona urbana), de acordo com dados do ano 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A atividade agrícola é a principal fonte de renda do município, sendo que 68% corresponde a economia agropastoril. O referido município foi povoado por índios, imigrantes europeus (portugueses açorianos, espanhóis, franceses, italianos, alemães e pomeranos) e negros escravos que trabalhavam na Real Fitoria. Todos eles ajudaram a formar os cinco Distritos de Canguçu. Existem três teorias que explicam a palavra “Canguçu”, de acordo com o historiador canguçuense Cláudio Moreira Bento. A **primeira teoria** diz que o município teria recebido este nome pelos próprios índios

Tapes que na época habitavam a região em direção ao ponto mais alto do município. Dessa forma, “Cang-Assu” que significa “cabeça grande” e “saliência alta”, tem relação direta com o Cerro. O historiador nos aponta uma **segunda teoria** – defendida por ele – de que “Canguçu” vem das palavras “Caaguassu” que significa mato grande e “[...] seria uma alusão dos Tapes à mata densa que recobria a vertente da Lagoa dos Patos e que era avistada a grande distância das planícies à sua frente [...]”. E, por fim, uma **terceira teoria**, que afirma que a palavra “Canguçu” se origina de uma “[...] onça chamada Acanguaçu. Nome que derivaria da expressão Cang-assu, cabeça grande, que caracterizava o felídeo ou de Caaguassu, onça que vivia no mato grande” (BENTO, 2007, p. 26). Essas teorias apontam “[...] para a cultura indígena, as interpretações divergem no significado dado pelos índios Tapes, que habitavam esta região na época do descobrimento do Brasil, os quais também motivou o nome dado a serra existente no município” (OLIVEIRA, 2005). A estatística referente ao quesito raça/cor, segundo os dados apresentados pelo IBGE conferem ao município de Canguçu a seguinte conformação étnica: 48.260 brancos, 2836 pretos e 4895 pardos.

A história de Piratini, história do Piratinin o “peixe barulhento”!

O município de Piratini possui uma denominação anterior:

“*Piratini*” e significa “peixe-barulhento” em tupi-guarani (ou Tapes, depois de serem aldeados pelos padres Jesuítas), em alusão ao curso d’água que atravessava a região. Seu povoamento começou no ano de 1789, com a vinda de 48 casais açorianos que se estabeleceram no “Capão Grande do Piratini” e fundaram uma capela em homenagem à padroeira do município – Nossa Senhora da Conceição – a chamada “Capela dos Casais” ou “Capela do Piratini”. A criação da Vila de Piratini se deu por Decreto do Governo Imperial em 1830 com a respectiva criação do município, separando-o do então município de Rio Grande. Em 1835 foi instalada a capital da nova República Farroupilha e em 1857 foi criado o município de Piratini, que é bastante conhecido por ter se tornado a capital da República do Estado rio-grandense, durante a Revolução Farroupilha. Os rios Camaquã e Piratini banham o município além do mesmo ser cortado por um grande número de arroios e, com seu relevo bastante irregular é, também, entrecruzado pela Serra dos Tapes. O município tem como base econômica a agricultura e a pecuária com destaque para uma agricultura familiar destinada ao consumo, com venda do excedente e apresenta uma população total de 20.655 habitantes e uma área de 3.561,5km². Piratini é 347km distante de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul; é povoado predominantemente

por descendentes de açorianos, e por famílias negras, indígenas, italianas e alemãs. Segundo os dados apresentados pelo IBGE referentes ao ano de 2010, a população do município totaliza 19.841 habitantes que se classificam segundo o critério raça/cor da seguinte maneira: 15.761 brancos, 1970 pardos e 1810 pretos. Salienta-se que o município é considerado a primeira capital da República Rio-grandense, em testemunho ao período farroupilha e a sede do governo do estado recebe o nome “Palácio Piratini”.

Fonte:

BENTO, Cláudio Moreira. *Canguçu reencontro com a História: um exemplo de reconstituição de memória comunitária*. 2.ed. Barra Mansa: ACANDHIS/Gráfica e Editora Irmãos Drumond Ltda, 2007.

OLIVEIRA, Auta Sirlei Barbosa. *Canguçu*. 2005.

1.2.1 Cultura, culturas que formam os quilombos: índios e negros na Serra dos Tapes

A cultura, considerada como um modo de vida que se constrói na relação dos homens e das mulheres com a natureza e entre eles próprios, só pode ser concebida dentro de uma dinâmica que a coloca frente a processos ininterruptos de transformação. Esta transformação não se dá apenas pela passagem do tempo, mas, igualmente, nas diferentes relações sociais que são estabelecidas entre grupos étnicos.

A presença indígena em quilombos é histórica, remete às primeiras formações quando os mesmos agregavam e acolhiam indiscriminadamente a todas as pessoas que não se adequavam à sociedade escravocrata; índios e negros dialogaram, principalmente nos contextos aqui estudados – Canguçu e Piratini – e continuaram a dialogar em vários momentos de sua formação cultural na medida que, em sociedades racialmente estratificadas, os grupos minoritários em termos de poderes sociais e econômicos trazem em comum a luta por dignidade e justiça social.

Os quilombolas da Serra dos Tapes carregam a memória dos ancestrais africanos, indígenas e de outras etnias que não os deslocam da sua identidade negra e quilombola, muito pelo contrário, a fortalece porque a identidade se constitui de múltiplas pertencas que se consolidam no conjunto de experiências vividas e expressas através, por exemplo, do trabalho como forma de garantir a vida, da religiosidade e religiões que se mostram sincréticas no diálogo com diferentes repertórios míticos, nas sociabilidades presentes nas relações de amizade, a partir do enamorar, de laços de parentesco, de compadrio, enfim, do conjunto de relações sociais estabelecidas.

A exemplo do que foi comentado sobre os territórios quilombolas e, consequentemente, as identidades formadas no encontro de diferentes etnias, podemos trazer como exemplos encontrados em outras regiões do país os índios Tumbalalás, que tiveram sua identidade oficialmente reconhecida em 2001. O nome do referido grupo remete a “[...] uma variação de ‘tumbalá e cá’, canto de capoeira tradicional que acompanhava a dança de origem africana, marcada com bastões e executada somente por homens [...]” (ALDÉ, 2007, p. 16), o maculelê. Os tumbalalás ocupam um território que no dizer do antropólogo

Ugo Maia de Andrade é uma “babilônia étnica” (apud ALDÉ, 2007, p. 17).

Os Tumbalalás vivem no Sertão Pambú, entre os municípios de Curaçá e Abaré (BA), na região do sub-médio do Rio São Francisco. A exemplo de muitas comunidades quilombolas e indígenas, os Tumbalalás vivem com seu território ameaçado pela construção de barragens e, atualmente, pelas obras que visam a transposição do Rio São Francisco. Enfim, estes territórios são territórios que vivem, ainda, sob constante ameaças em nome do “progresso”.



D. Áurea, sua ancestral, D. Leontina e D. Eslair, quilombolas da C.Q. Manoel do Rego e da C.Q. Fazenda da Cachoeira: retratos da formação de quilombos na Serra dos Tapes.

Autor: Herberto Peil, Agosto/2010.





As múltiplas presenças étnico-raciais estão dispersas no cotidiano brasileiro, muitas vezes aparecem de forma cantada, poetizada, proseada, enfim, por meio de múltiplas linguagens sem que saibamos reveladoras de histórias que trazem seus territórios como tema inspirador sem, muitas vezes, percebê-los. Muitas processos que se constituem violentos afrontes à liberdade foram taticamente enfrentados, principalmente por quilombolas e índios, que através das energias que advinham da dança e da música que constituíam as formas mais sagradas de intercâmbio com os seus guardiães: a ancestralidade.

As formações históricas dos territórios quilombolas e sua manutenção têm sido regidos por tensionamentos de diferentes naturezas, por isso, as populações negras quilombolas têm assumido identidades políticas que os unificam sem subtrair as diversas aproximações étnico-

-culturais que produzem uma diversidade de maneiras de se colocar no mundo resistindo à opressão secular e aos acorrentamentos contemporâneos justificados, historicamente, como medidas “civilizatórias” em busca do desenvolvimento e progresso de alguns poucos.

A presença da matriz indígena em quilombos nos leva a refletir acerca do quanto a compreensão acerca das realidades em que estão inseridas os/as educandos/as conferem à educação um importante compromisso de comprometer-se com o contexto local e com outros mais distantes através de uma educação que possibilite a construção de um conhecimento politicamente situado em defesa das múltiplas culturas, da dignidade humana, de uma sociedade cuja ciência e desenvolvimento tecnológico possuam a mesma função e valor social das etnociências, conhecimentos produzidos e transmitidos a partir de um determinado contexto étnico-cultural.

Com um refrão da música “Maria vai com as outras” dos compositores Toquinho e Vinícius de Moraes, deixamos um convite para que a curiosidade em reconhecer e interpretar a pluralidade étnica presente no repertório, não apenas musical mas, cotidiano, da sociedade brasileira, seja uma fonte por onde ampliemos as nossas capacidades cognitivas e, também, as nossas sociabilidades.

Ao escutarmos – “Tumba-ê, caboclo, tumba lá e cá / Tumba-ê, guerreiro, tumba lá e cá / Tumba-ê, meu pai, tumba lá e cá / Não me deixe só, tumba lá e cá” – sonora e culturalmente escutamos as vozes afro indígenas tão silenciadas no cotidiano escolar mas com poder retumbante na alma e no coração de quem canta, escuta e dança.

PARA SABER (9)

Indígenas no Brasil: resistência e luta!

Sobre a população indígena algumas perguntas ainda ficam em suspenso: quantos eram e quantos foram dizimados pós invasão europeia em suas terras? As estimativas são discrepantes e oscilam entre 1 a 8 milhões e meio. Apesar de todas as adversidades, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000), no Brasil há 241 etnias, com 180 línguas e localizadas em 24 das 27 unidades da Federação; os dados do censo do IBGE do ano de 2010 apontam um número de 817.000 pessoas que se auto identificam como indígenas. Com a Lei de Terras, o foco central do problema indígena se deslocou da exploração da mão de obra para a tomada de seus territórios, fato que persiste até os dias de hoje. Após a promulgação da Constituição de 1988, os indígenas se organizam em comissões e associações para defesa de seus direitos. Ainda segundo o IBGE, entre 1991 e 2000, a população indígena aumentou em 150%.

Lei 11645/08: Altera o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que já havia sido alterada pela lei 10639/03, tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Indígena no currículo da Educação Básica.

Para refletir e transformar em atividades pedagógicas (2)

1. Existe um grande número de ativistas e intelectuais negros que, como Abdias do Nascimento e Oliveira Silveira, expressam de diferentes formas a realidade da população negra em todos os tempos. Utilize textos, poesias, pinturas, crônicas e outros tipos de produção e identifique dados como: (a) tempo em que a produção foi realizada, (b) elementos chave para a interpretação das obras tais como: relações de gênero, trabalho, religião, aspectos geracionais; (c) possibilidades de adaptações artísticas (teatro, performances, danças, pinturas e etc..).

2. Buscar a forma como as leis 10639/03 e 11645/08 que tratam, respectivamente, a história e cultura africana e afro brasileira e história e cultura indígena, foram sendo construídas através das lutas dos movimentos sociais organizados e discuta os objetivos das mesmas procurando subsídios em documentos como Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações

Étnico-Raciais, Estatuto da Igualdade Racial, Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional e outros cuja existência deve ser, também, do conhecimento dos educandos/as;

3. Recuperar no cotidiano das comunidades quilombolas elementos que se incorporaram ao seu fazer/viver e que remete a tradições de outras etnias, observando, igualmente, processos de recriações e ressignificações dos mesmos;

4. Discutir, criticamente, a maneira como territórios indígenas e quilombolas são frequentemente ameaçados em nome do “progresso”, a exemplo do que trata o filme dirigido pela cineasta Eliane Caffé, “Narradores de Javé” (2003);

5. Observar e construir cartografias locais, identificando lugares emblemáticos da comunidade e, posteriormente, provocar momentos de aprofundamento sobre as peculiaridades encontradas que, muitas vezes, requerem uma intervenção pedagógica mais sistematizada exigindo a planificação de um processo investigativo em nível escolar.



As culturas nas suas diferentes relações: trabalho, culinária e religiosidade como modos de viver.

Autor: Herberto Peil, Agosto/2010.

1.3 A cultura quilombola e sua construção a partir dos traços que ficam na memória: as baforadas de Generosa e o cavalo branco do Acácio!

“Eu sou a luta, sou graça e sou raça da gente oprimida capaz de vencer. De um povo de graça, sou luta e sou raça, sou mágoa que passa, sou tempo a correr” (Éle Semong).

O conceito de cultura foi sofrendo inúmeras transformações ao longo da história, entretanto, o que acompanha a todas essas mudanças é a compreensão de que os homens e mulheres são essencialmente seres de cultura porque ela permite não somente uma adaptação ao meio, mas, também, que este meio se adapte em conformidade às necessidades humanas.

A noção de cultura remete a modos de vida, diferentes formas de pensamento e, principalmente, a uma dimensão simbólica em que conferimos valores, significados, estabelecemos regras de convivência em conformidade com o grupo social de pertencimento.

É fundamental compreendermos, então, que não existe uma única cultura, existem culturas e que é através delas que se expressam as diferenças que no contexto societário em geral são traduzidas como “superior” e “inferior”. Tais distinções, muitas vezes, decorrem do nível socioeconômico em que as pessoas se encontram como também das diversidades étnico-raciais, de sexo, de expressão sexual, de localização geográfica (rural ou urbana), entre outras.

Frequentemente consideramos as manifestações artísticas de todas as naturezas como sinônimo de cultura, restringindo, desta forma, a imensidão de atividades humanas que a compõem. Por intermédio da cultura os homens e mulheres colocam-se no mundo e, para tanto, diversas matrizes culturais como arte, religiosidade, trabalho, alimentação, formas de habitar e se relacionar com as pessoas, com a natureza e com o sagrado garantem que sejam sujeitos que estejam permanentemente fazendo história. A cultura, assim, faz com que as pessoas se localizem em um determinado universo social.



“Diziam que o movimento quilombola iria provocar desunião porque os negros são tão carinhosos e vão ficar separados. Mas, pelo contrário, se éramos amigos e vamos ficar mais amigos ainda. Nós éramos ‘distribuídos’ na época da escravidão”. (Sr. Hermes, 80 anos, C.Q. Passo do Lourenço e Arredores).

Sr. Hermes, 80 anos, quilombola que mora na Coxilha das Flores, território pertencente à Comunidade Remanescente de Quilombo Passo do Lourenço e Arredores, é o vice-presidente da Associação Quilombola Passo do Lourenço e Arredores aqui. Ele é portador de uma invejável capacidade de se expressar sob a forma de rimas e, na epígrafe, transcreve um pouco de como a cultura negra e quilombola foi se construindo na diáspora africana para o Brasil depois que os negros, de diferentes grupos étnicos e, mesmo os de igual pertencimento, foram “distribuídos”, uma vez que a lógica do dividir para dominar valia em períodos escravocratas onde, no versar de Sr. Hermes,



O trabalho como cultura de permanência no território.

Autor: Eduardo da Matta, Maio/2010 e Deise Cunha, Agosto/2010.

“criado embaixo de preconceito, tudo se aceitava no osso do peito. Algum dia vai ter uma volta e Deus olhou para baixo. É o que importa!”.

No entanto, a cultura do aglutinar, sempre prevaleceu em quilombos; era necessário unir corpos, mentes e culturas a fim de construir um regime de sociedade em que a liberdade seria o ponto em comum frente a tantas diversidades; este estar junto como forma de resistir e construir, Sr. Hermes chamou de “carinho negro”.

Há outros nomes que, se não versam a história, a gritam! Tem a história de generosidade da mulher que era chamada de tia e de avó Generosa; este carinho negro é presente na memória da população do Passo do Lourenço e Arredores que, todos os dias, mantêm viva a história da escrava:

Generosa foi comprada por 400 mil réis. Era pretinha, magrinha, andava, às vezes com um lençol por cima. Era surda e gritona (D. Orânea, Canguçu).

Era bem forte, sadia, trabalhava na roça (D. Zola, Florida).



Na arte de “rimar” a expressividade da cultura quilombola.

Autor: Eduardo da Matta, Maio/2010.

Fumava cigarro de palha e atirava fumaça parecendo um forno de carvão (Sr. Hermes, Passo do Lourenço e Arredores).

Generosa é presença viva na memória coletiva do lugar e, ao mesmo tempo, uma referência ancestral daquela comunidade. Escrava de D. Ana Pereira Cardoso, recebeu algumas braças de terra da sua dona e, com seu cigarro de palha, sua força para trabalhar na roça



Generosa, a memória que ainda grita no Passo do Lourenço.

Autor: Jonas Fernando, Dezembro/2011.

O Sr. Acácio nos ensinava com a verdade.

Autor: Eduardo da Matta, Maio/2010.



e sua surdez que, talvez a fizesse gritar na tentativa de romper um silêncio criado pela vivência no cativo doméstico, pertence a uma teia de relações que vai definindo o lugar e a forma como o mesmo vai revelando as múltiplas formas de resistências entre os povos escravizados que hoje, na relação com os descendentes dos escravizadores, vislumbram outros tempos sem deixar para trás um passado que potencializa mudanças.

No quilombo Armada, especificamente no núcleo do Cerro Pelado, as narrativas apontam para a figura emblemática do Sr. Acácio, o velho descendente de escravos que faleceu com quase cem anos, e montado em seu cavalo branco,

tocava gaita e adorava contar histórias. Chamava a atenção de jovens e crianças, ensinando-os “na verdade”, expressão utilizada pela quilombola Cristiane, porque era dotado de grande sabedoria acerca da história:

[...] ele sabia das coisas da terra, da cultura, conhecia bem, era um, como eu posso dizer, sabedor da história [...] Era uma pessoa assim de bastante idade e que tinha o conhecimento da cultura africana, dos nossos antepassados, tudo ele sabia. A respeito de chás, a respeito de como é que se plantava uma lavoura, uma lua, qual era a lua boa pra plantar isso, plantar aquilo. A gente ia muito na casa dele, fazia, daí contava as histórias dos tempos antigos (Maria Cristiane, liderança quilombola da C.Q. Armada).

Esse encontro entre gerações que contam, outras que simplesmente escutam e que daqui a pouco passarão a ser os contadores da história, vai gerando um ciclo em que as culturas não se mantêm fixas e nem tampouco se extinguem. Realizam um processo de renovação que agrega elementos compatíveis com o tempo histórico em que novos traços culturais se apresentam.

Sr. Acácio, o contador de histórias afrobrasileiras.

Autor: Jonas Fernando, Dezembro/2011.



A velha Generosa e o velho Acácio, através de suas matrizes africanas vinculadas à escravidão, revelam culturas de trabalho, de musicalidade, de conhecimento da natureza no seu poder de gerar alimento, cura e boas colheitas por meio do respeito para com as fases da lua; são modos de vida e experiências que se construíram, e hoje, sob a forma de herança e coletividade, representam, “A cultura negra possibilita aos negros a construção de um ‘nós’, de uma história, de uma identidade [...]” (GOMES, 2003, p. 79)

PARA SABER (10)

Sobre a cultura negra na escola:

A cultura negra pode ser vista como uma particularidade cultural construída historicamente por um grupo étnico-racial específico, não de maneira isolada, mas no contato com outros grupos e povos. Essa cultura faz-se presente no modo de vida brasileiro, seja qual for o seu pertencimento étnico. Todavia, a sua predominância se dá entre os descendentes de africanos escravizados no Brasil, ou seja, o segmento negro da população. Por isso “[...] trabalhar com a cultura negra, na educação de um modo geral e na escola em específico, é considerar a consciência cultural do povo negro, ou seja, é atentar para o uso auto-reflexivo dessa cultura pelos sujeitos. Significa compreender como as crianças, adolescentes, jovens, adultos e velhos negros e negras constroem, vivem e reinventam suas tradições culturais de matriz africana na vida cotidiana [...] Sempre sob formas diferentes,

essa herança está entre nós (e em nós) e se objetiva na história, nos costumes, nas ondas musicais, nas crenças, nas narrativas, nas histórias contadas pelas mães e pais/griôts, nas lendas, nos mitos, nos saberes acumulados, na medicina, na arte afro-brasileira, na estética, no corpo [...]” (GOMES, 2003, p. 79).

GRIÔTS: “[...] São trovadores, menestréis, contadores de história e animadores públicos para os quais a disciplina da verdade perde rigidez, sendo-lhe facultada uma linguagem mais livre. Ainda assim, sobressai o compromisso com a verdade sem o qual perderiam a capacidade de atuar para manter a harmonia e a coesão grupais, com base em uma função genealógica de fixar as mitologias familiares no âmbito de sociedades tradicionais [...] Muitas vezes respaldados pela música e valendo-se da coreografia contam coisas antigas, cantando as grandes realizações dos ‘bravos e dos justos’, celebrando o heroísmo e a salvaguarda da honra. Em contrapartida, evocam o desprezo pelo medo da morte e denunciam os desonestos e ladrões, revelando aos nobres os exemplos a serem seguidos ou repudiados” (HERNANDEZ, 2005, p. 30).

Fonte:

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2007.

1.3.1 Cultura negra quilombola e suas diferentes formas de se manifestar

“Nas artes, nos modos de viver. No modo de viver a gente plantava e parecia que não ia colher, que a sociedade não ia nos receber. Mas trabalhávamos, todos juntos, se improvisava na hora e saíamos cantando. A vida é cheia de altos e baixos destinada pelo criador, mas, por pior que seja o problema eu sempre enxergo a vitória” (Sr. Hermes, C.Q. Passo do Lourenço e Arredores).

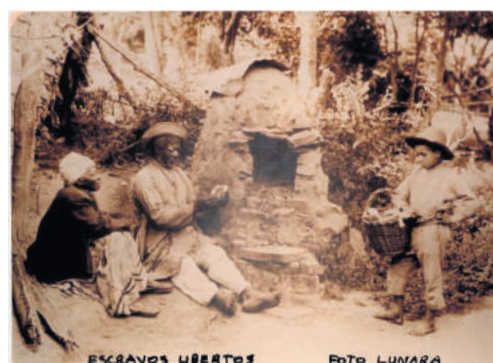
Que cultura negra e quilombola é essa? Como resposta nos resta dizer que são inúmeras as formas como a cultura se manifesta e, na maior parte das vezes, as manifestações se dão imbricadas, por exemplo, à arte de cantar que se manifesta juntamente às práticas do trabalho, conforme diz Sr. Hermes: “nós trabalhávamos todos juntos, se improvisava na hora e saíamos cantando”. Talvez, esta seja uma peculiaridade do ser negro em qualquer parte do mundo e, primordialmente, do seu vínculo com a África: a arte de musicalizar as experiências de todas as ordens!

A dimensão da totalidade com que o cotidiano negro é vivenciado se revela porque o mesmo é construído em “[...] uma estreita relação entre Arte e Vida [...]” (THEODORO, 2007, p. 7), por isso, a história dos grandes ritmos musicais como, por exemplo, o blues e o jazz, se confundem com a história da escravidão; não que a mesma tenha criado a musicalidade negra, mas, pode-se dizer que houve uma impossibilidade de se fazer calar, gestando, desta forma, uma coesão social mesmo em época de cativoiro,

“la uê ererê aiô gambê com licença do curiandamba, com licença do curiacuca, com licença de sino moço, com licença de dono de terá”.

(O cantador pede licença ao mais velho, ao cozinheiro que sabe também cantar, ao sinhô moço e ao dono da terra - ou lavra - para poder cantar).

Fonte: CD “O Canto dos Escravos”.



Escravos Libertos

Imagem de Lunara (1900), acervo do Museu de Joaquim Felizardo (POA-RS).

Traremos, agora, diferentes formas como a cultura vai se manifestando de modo a construir mecanismos que, nas vidas das comunidades, tradicionalmente, são os responsáveis não apenas por sua sobrevivência, mas, fundamentalmente, pelos processos vitais que encerram suas humanidades no sentido do zelo depreendido às espiritualidades, saúde, convívio, trabalho não apenas como exploração da força de trabalho, mas na dimensão humanizadora que não dissocia o saber do fazer, o cuidado com a preservação da natureza e da vida: “Não se pensa em futuro sem se pensar em trabalho, não adianta, não tem um sem outro” (D. Maria, C.Q. Maçambique).

As dificuldades diárias, por vezes, têm como contraponto, a quantidade de alternativas com que as pessoas

desenvolvem de forma paralela, organizações sociais e políticas, cujos “rituais” de encontros são ditados pela cultura. Conseguem, neste sentido, vencer obstáculos que parecem intransponíveis, por isso, a veemente afirmação de Sr. Dener, da C.Q. Potreiro Grande que, em outras palavras, afirma que resistir é uma identidade quilombola: “A gente está aqui de tanto passar trabalho, isto é ser quilombola!”.



Futuro e trabalho: sempre juntos!

Autor: Eduardo da Matta, Março/2010.

1.3.1.1 Associações Quilombolas: um lugar político, uma cultura negra manifesta!

“As reuniões dos carambolas são muito boas, a gente até sente falta quando não tem. Onde começou a primeira reunião tem que ser o ponto da sede (Tia Lica, 95 anos, C.Q. Iguatemi)”.



Das reuniões iniciais à sede da Associação Quilombola

Autor: Herberto Peil, Junho/2010.

D. Hilda, mais conhecida como Tia Lica, 95 anos, moradora da Comunidade Remanescente de Quilombo Iguatemi, vive a organização política quilombola encaminhada através das primeiras reuniões, até a formação das Associações de forma muito entusiasta. A Associação, que ainda não tem sede, iniciou na casa de um dos membros da comunidade, Sr. Sadir e, desde as primeiras reuniões, Tia Lica participa e já indica, com a sua autoridade de anciã e de liderança mulher, que o local onde as reuniões tiveram início deve ser o lugar da sede definitiva da Associação, que até hoje apenas é projeto.

A fim de que comunicações se estabeleçam e que seja possível contar com a participação das pessoas que moram distante da casa de Sr. Sadir, foi construído um simbolismo representado por uma bandeira branca colocada no alto da casa. Tal combinação dificilmente falha, visto que as reuniões para grande parte das pessoas são sempre consideradas muito boas e proveitosas, chegando a ser, muitas vezes, motivo de festa quando realizada, principalmente, aos domingos.

As reuniões das Associações, em algumas comunidades, se constituem como formas de fortalecimento comunitário e, no decorrer das mesmas, as discussões são compartilhadas com confraternizações tais como almoços e cafés da tarde coletivos. Como observa Haerter (2010, p. 111):

Os associados têm na Associação seu órgão político máximo. É em suas reuniões que se realizam debates em torno dos problemas da comunidade e sobre questões fundiárias, tornando visível seu processo de reivindicação. Este espaço reúne sua luta, desejos e expectativas, em torno de uma causa. Causa que não se esgota na questão quilombola, mas trata também de seu cotidiano e de problemas da comunidade.

A juventude, à sua maneira, vai se inserindo nas discussões que, em um primeiro momento, foram protagonizadas pelos adultos. Mescla-se a esta cultura política um pouco da cultura juvenil de modo a ampliar o repertório de práticas que reúne a comunidade em busca de seus direitos: “para os jovens as reuniões são uma festa. Teve um dia que nós estávamos discutindo e o Danilo pegou um violão e começou a dedilhar uma música bem baixinho (D. Maria, C.Q. Maçambique).

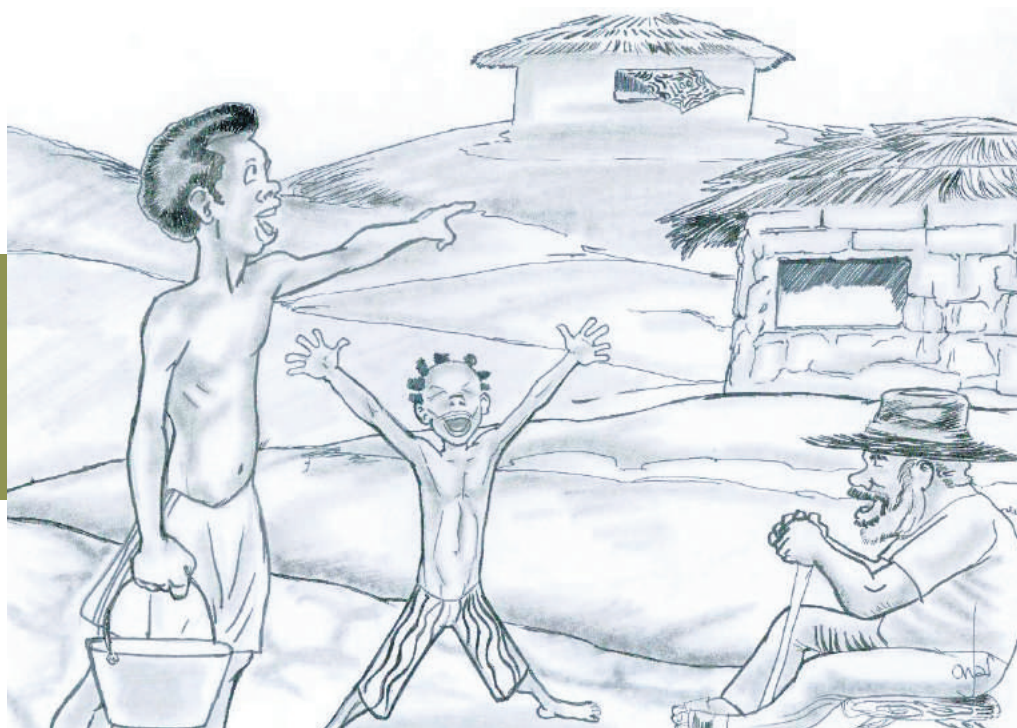
Juntamente com as reuniões internas acontecem seminários em outras

idades, festas alusivas ao aniversário de fundação das associações onde as pessoas, ao se encontrarem para festejar, se fortalecem identitariamente enquanto grupo que luta pela regularização fundiária. Amplia-se, de igual forma, as percepções acerca da negritude e dos processos de discriminação e preconceito a que são submetidos em um país cujo imaginário em relação às populações negras ainda é permeado por estigmas e estereótipos.

A jovem Cristiane da C.Q. Iguatemi salienta que os encontros lhe elucidaram coisas importantes acerca da História da África; passou a conhecer coisas que desconhecia e que na escola dificilmente foram tratadas. Para sua irmã Sandra, a escola fala muito pouco acerca da história dos africanos e, quando fala, salienta um aspecto que sempre erroneamente é trazido acerca de África: “a professora vive enchendo o meu ouvido de coisas, fala de pessoas que não têm o que comer” (Sandra, C.Q. Iguatemi).

Lá no alto da casa,
a bandeira branca,
símbolo da unidade
quilombola!

Autor: Jonas
Fernando,
Dezembro/2011.





Cristiane e Sandra:
desejo de conhecer
"outra" África.

Autor: Herberto Peil,
Junho/2010.

A história da África não é a história da fome, das doenças, das mortes que assolam algumas partes do continente. A África é o berço da humanidade e sua história “[...] é importante para nós, brasileiros, porque ajuda a explicar-nos. É também fundamental pelo seu valor próprio e porque nos faz compreender o grande continente que fica em nossa fronteira leste e de onde proveio quase a metade de nossos antepassados” (SILVA, 2007, p. 64).

A organização quilombola mexeu com o entorno das comunidades onde as mesmas estão situadas. Foi estabelecida uma cultura de respeito para com a população negra ainda que, equivocadamente, algumas pessoas compreendam as políticas públicas conquistadas e outras ainda reivindicadas pelos quilombolas como regalias:

Agora eles nos respeitam mais, nós somos considerados como gente. A raça está lá em cima (D. Marina, C.Q. Iguatemi).

Tudo ficou diferente, sabem que racismo é crime; nos olham diferente (D. Ivonilda, C.Q. Potreiro Grande).

Algumas pessoas dizem: “Dinheiro para estes negros? Por que não vem nada para nós? Agora os negros estão cheios de direitos” (Sr. Luiz Carlos, C.Q. Iguatemi).

Outras formas de associativismo estão a emergir nos quilombos e isto implica em dinâmicas culturais específicas, a fim de chegar às conquistas desejadas. Na comunidade de Potreiro Grande, a juventude fundou em 27 de Junho de 2010 um “Grupo de Jovens Quilombolas do Potreiro Grande”, cuja ideia surgiu a partir de uma conversa de amigos que resultou na organização de um primeiro encontro que contou com grande número de presenças.

A metodologia utilizada pelos jovens foi a de se valer de brincadeiras para tornar possível um desencadear de ideias: “Coloca-se uma música e passa no círculo uma caixinha com perguntas.

Maíca Tainara:
“Não queremos ser
mais [...] mas, sim,
buscar os nossos
direitos”.

Autor: Eduardo da
Matta, Julho/2010.



Quem estiver com a caixa quando a música parar deverá responder o questionamento” (Diane, C.Q. Potreiro Grande).

Os objetivos do grupo são orientados pelos seguintes princípios:

- Não queremos ser “mais” que os outros; mas, sim, buscar os nossos direitos;
- Formar um grupo em que todos tenham direito a voz e vez;
- Valorizar a nossa cultura e costumes;
- Arrecadar capital para os jovens terem mais opções de lazer e conhecimento;
- Ser o futuro, ser o amanhã;
- Buscar conhecimento e integração com as outras comunidades;
- Realizar confraternizações nas datas mais significativas para o grupo;
- Mostrar que juntos somos capazes de mudar a realidade preconceituosa (racista);
- Definir melhor a nossa descendência e identidade;

- Incentivar outros jovens a formar grupos, se organizar e agir;
- Ter uma sede onde se possa promover encontros;

(Grupo de Jovens Quilombolas do Potreiro Grande, Agosto de 2010).

PARA SABER (11)

A criação de uma Associação:

Para o recebimento do título coletivo, a comunidade deve criar uma Associação. O título só pode ser concedido a uma personalidade jurídica coisa que as comunidades, por si só, não o são. O registro em cartório das associações confere às comunidades uma personalidade jurídica. É fundamental que anterior à criação da associação, homens e mulheres debatam os objetivos e a sua forma de funcionamento. A criação da Associação deverá ser oficializada em Assembléia Geral assim como seu estatuto deverá passar pelo mesmo processo para sua aprovação; nesta mesma assembléia deverão ser eleitos os sócios responsáveis pela direção da entidade. O ESTATUTO é a lei da Associação que indica como ela deverá funcionar; ele deverá atender as exigências legais e estar de acordo com a organização quilombola. O estatuto da associação e a Ata da Assembléia da fundação deverão ser registrados no cartório do município. Depois destes trâmites deve ser agilizado o CNPJ que é o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; O CNPJ é fornecido pela Receita Federal da cidade e o nú-

mero correspondente a este cadastro será incluído quando o título de propriedade for concedido.

Fonte:

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO.
Terra de Quilombo. São Paulo, s/data.

A possibilidade de se organizar para reivindicações de direitos foi negada às populações negras durante centenas de anos e, no dizer da quilombola cearense Ana Tereza que, atualmente, mora na C.Q. Armada, a luta que hoje é travada significa dar continuidade à vida dos antepassados sem que se tenha a pretensão de ser superior à alguém porque ser quilombola é a incorporação de conhecimentos que não se aprende na escola nem na universidade:

É preciso ter a nossa autonomia como quilombola, e saber o que vamos abrir a boca para dizer. Às vezes as pessoas falam: “Ah, tu não tem o doutorado não é?”, eu respondo: “Mas tenho o doutorado da vida que é ser quilombola”, qualquer universitário pode passar o tempo que for no quilombo que nunca descobrirá o que eu sei. Minha escola é a minha comunidade, é a minha vivência. Essa auto identificação que hoje eu tenho, afirmação como quilombola, sou muito orgulhos, tenho muito orgulho de dizer sou negra, sou quilombola (Ana Tereza, C.Q. Armada).

A organização quilombola é construída a partir da forma como se vive na comunidade e, neste sentido, o movimento propõe formas etnicamente referenciadas de construir unidade, encontradas nas raízes ancestrais em que dança, musicalidade e religião, permanentemente, dialogam. As Associações Quilombolas têm, como fundamento principal, a discussão em torno de problemas e cotidiano

de cada comunidade, com especial ênfase em seus projetos coletivos futuros. Então, passado, presente e futuro, em síntese, são continuidades!

Na festa do terceiro aniversário da Associação Quilombola Passo do Lourenço e Arredores, realizada em 23 de maio de 2010, houve várias atividades comemorativas iniciando por uma missa celebrada com passagens litúrgicas e rituais alusivos à cultura afro-brasileira; os cantos trouxeram em suas letras a resistência negra que ao som do tambor anunciava que o dia seria seguido de muita festa com churrasco, bolo e baile.

A atividade religiosa permitiu que, corporalmente, a comunidade e convidados expressassem sua religiosidade. Os ritmos corporais despertados pelo estilo melódico com que as orações eram entoadas, conseguiu estabelecer um elo de ligação com as ritualísticas utilizadas pelos descendentes africanos de todo o mundo que se valiam desta relação – corpo/música – para realizar cultos cristãos.



O tambor é elo sagrado entre passado e presente

Autor: Herberto Peil, Maio/2010.

PARA SABER (12)

O tambor e as africanidades

O uso de instrumentos, principalmente o tambor, traz em sua sonoridade significados fundamentais para as populações de matriz africana no sentido que “é um meio de comunicação, de acompanhamento de danças, pois possui uma linguagem oral universal. O tambor é o elo com o passado. O tambor é o guardião da memória e da unidade dos coletivos africanos de conservar e de transmitir os valores de sua tradição e os códigos de sua identidade. Outrora, todo jovem africano tinha que aprender a arte de captar os sinais acústicos do tambor. Então, quando os tambores tocam, é preciso saboreá-los: ouvi-los, internalizá-los e contemplá-los”.

Fonte:

BOHN, Plácio José. **QUANDO TOCAM OS TAMBORES: Saberes e Práticas nas tradições moçambicanas.** 2009. 327f. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário La Salle, Canoas.

As músicas abaixo, cantadas na missa de celebração do terceiro aniversário da C.Q. Passo do Lourenço e Arredores, traduzem nas suas letras aquilo que estamos a refletir: as relações entre corporeidade, musicalidade e religiosidade, fazendo constante a sintonia entre o sagrado e a vida cotidiana que, mesmo se apresenta vitórias, ainda aponta muito a conquistar e lutar.



Festa da Associação Quilombola Passo do Lourenço e Arredores.

Autor: Eduardo da Matta, Maio/2010.

Lá Vem o Negro

Lá vem o negro trazendo a espada
na mão, ele sonha, ele luta por sua
libertação (bis)

Canta, canta negro canta. Canta
que sua voz há de se ouvir. Canta,
canta, negro canta, canta que a
vitória há de vir.

Grita, grita, negro grita, que sua
voz há de se ouvir.
Grita, grita, negro grita, grita que a
vitória há de vir.

Dança, dança, negro dança,
Que sua voz há de se ouvir,
Dança, dança negro dança
Dança que a vitória há de vir.

Ó que coisa bonita!

Ó que coisa bonita (bis)
Ó que coisa bonita
Deus libertador, criar a negra cor
Ó que coisa bonita

Ó que coisa bonita (bis)
Ó Espírito a fé, a Força, o Axé'
Ó que coisa bonita).

Ó que coisa bonita (bis)
Mãe por Deus escolhida
Negra Aparecida
Ó que coisa bonita.

Ó que coisa bonita (bis)
Celebrar o Deus da vida,
Com festa, comida,
Ó que coisa bonita!

Ó que coisa bonita (bis)
Esta reza, esta Missa
Um clamor de justiça
Ó que coisa bonita!



Osagrado é festa!

Autor: Herberto Peil,
Maio/2010.

Esta forma cantada, dançada, sagrada de celebrar a vida reivindicando, ao mesmo tempo, justiça social, é repetida em outras formas de mobilização que a comunidade negra local e brasileira tem se apropriado a fim de alcançar seus objetivos.

Uma das ações que tem tido grande repercussão política são as marchas, geralmente realizadas em novembro, alusivas às comemorações do Vinte de Novembro, dia consagrado como Dia Nacional da Consciência Negra, referente à data de morte de Zumbi dos Palmares.

No ano de 1995, em Brasília, foi realizada a **Marcha Zumbi dos Palmares Contra o racismo, Pela Cidadania e Vida** que se constituiu um marco para a própria luta contra o racismo e por **ações afirmativas**, porque o Movimento Social Negro ampliou a sua atuação no sentido de que para além de fazer denúncia contra o racismo, é estimulador de propostas efetivas

que promovam a igualdade racial. Neste mesmo evento, ocorreu uma das primeiras manifestações coletivas, em âmbito nacional, das organizações quilombolas e a realização do I Encontro Nacional Quilombola (17 a 20 de novembro de 2005), onde foram apresentadas ao Estado brasileiro uma série de reivindicações que, entre elas, pode-se destacar uma educação escolar de qualidade e que responda aos anseios das comunidades.

PARA SABER (13)

Ações Afirmativas:

“[...] as ações afirmativas referem-se a esforços orientados e voluntários empreendidos pelo governo federal, estados, pelos poderes locais, empregadores privados e escolas para combater discriminações e promover oportunidades iguais na educação e mercado de trabalho para todos [...]” (APA apud SILVÉRIO, 2005, p. 144). Por isso, “[...] as ações afirmativas, enquanto políticas compensatórias adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado discriminatório, cumprem uma finalidade pública decisiva para o projeto democrático, que é a de assegurar a diversidade e a pluralidade social. Constituem medidas concretas que viabilizam o direito à igualdade, com a crença de que a igualdade deve se moldar no respeito à diferença e à diversidade [...]” (PIOVESAN, 2005, p. 39).

As ações afirmativas não são sinônimos de cotas; as cotas são

percentuais de vagas destinadas a grupos específicos que podem ser étnicos ou raciais, de classes sociais economicamente menos favorecidas, imigrantes, deficientes físicos, mulheres, idosos, dentre outros.

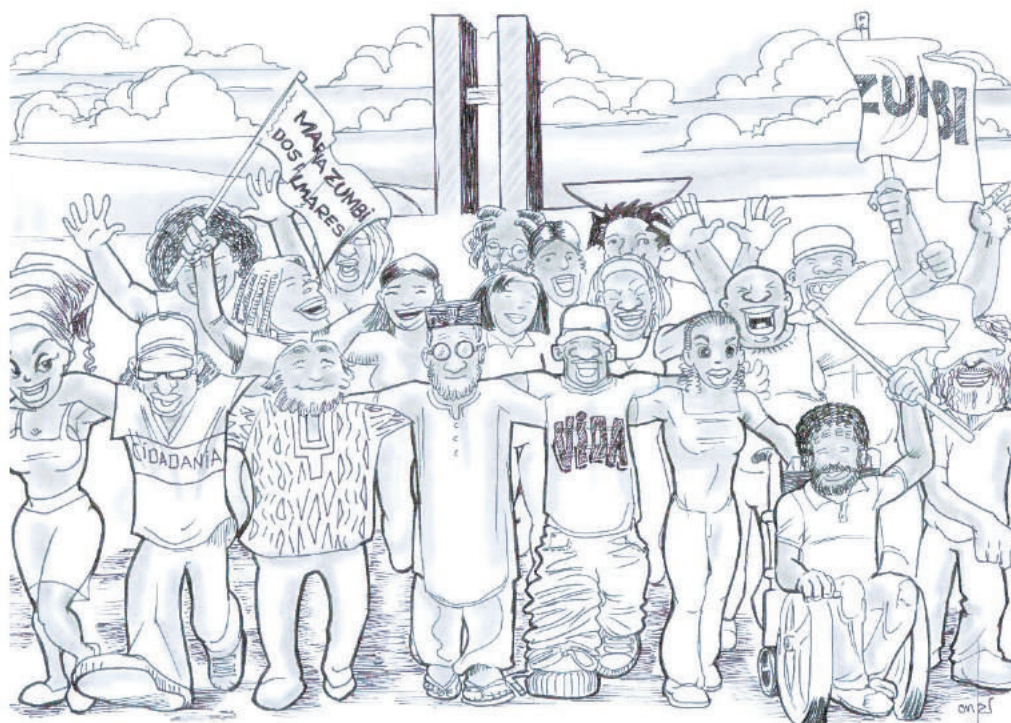
Fonte:

PIOVESAN, Flávia. Ações Afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos. SANTOS, Sales Augusto dos. In: *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ações Afirmativas e diversidade étnica e racial. In: *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

“Eu fico absolutamente feliz de acompanhar as marchas dos sem-terra. Revela o ímpeto da vontade amorosa de mudar o mundo, como outras marchas históricas. Eu morreria feliz se visse o Brasil cheio de marchas: dos sem escola, dos reprovados, dos que querem amar e não podem, dos que recusam a uma obediência servil, marcha dos que se rebelam, dos que querem ser e são proibidos de ser. As marchas são andarilhagens históricas pelo mundo” (Paulo Freire, em sua última entrevista, em 17/04/1997).

Em resposta imediata à marcha, o Estado brasileiro reconhece publicamente a existência do racismo e as consequências no Brasil, começando a programar algumas medidas tais como a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial, que teve como função elaborar um diagnóstico e construir propostas e projetos para valorização e melhoria das condições da população negra.



Marcha Zumbi
(1995): quilombos
na rua!

Autor: Jonas
Fernando,
Outubro/2011.

As comunidades remanescentes de quilombo, também, realizam comemorações relativas ao Dia da Consciência Negra. Este dia, significativo para rememorar a resistência negra nos quilombos de todo o Brasil, assim como, de todos os tempos, serve, igualmente, para refletir a realidade das suas comunidades, para fortalecimento de ideais e das próprias lideranças que, ao representarem os ensejos do grupo a que pertencem, vão abrindo caminhos para as necessárias mudanças.



Festa coletiva da
Consciência Negra
na C.Q. Manoel do
Rego.

Autor: Elton Santos
(ONG CIEN/2010).

A escola, do mesmo modo, sob o ponto de vista da legislação educacional brasileira, encontra-se atrelada à função socioeducativa de, através de práticas pedagógicas de caráter político, estender as reflexões que se concentram no dia 20 de novembro como ações que cotidianamente devem ser trabalhadas na sala de aula. Cabe lembrar que a Lei 10639/03, ao alterar a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional traz no seu Artigo 79-B a seguinte obrigatoriedade: “O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’”.



Para refletir e transformar em atividades pedagógicas (3)

A cultura negra como modo de vida decorrente do vínculo com o continente africano, poderá estar presente na sala de aula como forma de construir conhecimento e, ao mesmo tempo, fortalecer identidades. É, para tanto, muito importante compreender a abrangência do conceito de CULTURA e compreender a rede de significados que o compõe. A cultura se revela em diferentes aspectos da vida humana e, por isso, é necessário que realize a tarefa pedagógica de descortiná-la. Neste sentido, é necessário traçar algumas metas e, ao mesmo tempo, fazer-nos algumas perguntas do tipo:

1. Mapear alguns aspectos da vida cotidiana tais como meios de comunicação, transporte, moradia, lazer, vestuário e recuperar aspectos dentro de uma “linha de tempo” observando a maneira como as pessoas do lugar supriam suas necessidades;
2. Recorrer a aspectos organizacionais das Associações Quilombolas e caberia que as pautas reivindicatórias da comunidade pudessem ser discutidas meio aos conteúdos escolares. A questão da Associação como representatividade jurídica dos moradores do quilombo está condicionada a como as pessoas nos micro-espços vão se organizando para discutir, organizar e conduzir outras pautas específicas (igrejas, grupos jovens, grêmios estudantis).

Um trabalho pedagógico deve assumir a tarefa de fortalecer grupos, relações interpessoais, noções organizativas e a consciência de que as representatividades, por vezes, sob a forma de “diretorias”, são formas de viabilizar um dialogar com um contexto externo sendo, ainda necessário, fazer o exercício pedagógico de incrementar o espírito democrático da comunidade;

3. A educação é um espaço privilegiado para se questionar as desigualdades de acesso à cidadania. Uma escola para além dos espaços físicos e pedagógicos adequados ao contexto de suas práticas, pode, permanentemente, ser reavaliada pela comunidade escolar, esta é a educação como ato político. Por isso, seria importante observar os seguintes aspectos:

3.1 De que forma podemos exercer o nosso direito de cidadania frente às realidades escolares que vivenciamos no sentido das formas de mobilidade, acesso às tecnologias educacionais, merenda escolar, compatibilidade de horário com as demandas da comunidade?

3.2 Alguns documentos do tipo Leis das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Constituição Nacional, Diretrizes Curriculares, Estatuto da Igualdade Racial poderiam ser, de forma adequada ao nível de ensino, discutidos na sala de aula como forma de conscientização acerca de direitos e deveres e para que os alunos/as possam criar mecanismos de diálogos mais ampliados. Por exem-

plo: construção e envio de cartas coletivas para autoridades, estabelecer datas emblemáticas para dar ênfase ao que foi discutido e, para tanto, criar um movimento político e estético através da construção de faixas, cartazes, performances artísticas, panfletagens e etc.

3.3 Articular o retrospecto das manifestações políticas de rua da sociedade brasileira, sob a forma de marchas, buscar dados estatísticos de número de participantes, resultados políticos e causas da reivindicação (terra, moradia, de igualdade nas relações de gênero, democratização do país, denúncia à corrupção, impeachment, por direitos de livre sexualidade...); pontuar as regiões, cidades, lugares de maior e, também, esporádicas ocorrências das mesmas e comparar, por exemplo, com outros contextos em que o “marchar” tinha outra conotação político-ideológica em relação, principalmente a formas de construção do ideal de Nação (Paradas da Juventude, Militares, da Independência do Brasil e outras).

Imagem do acervo
Fototeca Sioma
Breitman.
Museu Joaquim
Felizardo, Porto
Alegre/RS.

Autor: Virgílio
Calegari.



1.3.2 Cultura de resistência negra: um corpo que é território... quilombola!

“[...] os africanos chegaram praticamente com seu corpo. Os objetos foram muito poucos; os objetos trazidos eram eles. Na verdade, desnudados, vieram quase que nus nos navios. Então, o patrimônio maior era o corpo [...] passou a ser a caixinha de segredo [...] no corpo trazia não só as marcas do mundo perdido, das culturas que na verdade esses africanos que para cá foram trasladados pertenciam” (Julio Cesar de Carvalho, Programa “Africanidades Brasileiras”, exibido na TV Futura em 15/10/2008).

Quando se fala em corpo, logo nos remetemos ao corpo físico, biológico. Bem, não está errado! Podemos ponderar, apenas, que este corpo estabelece uma relação com o mundo não apenas pelo que

é visível e comum a todos os seres humanos; é preciso dizer que, se cultura é um modo como exercemos a nossa vida, como a representamos através dos significados atribuídos às coisas e aos fatos, às manifestações artísticas e às nossas religiosidades, poderíamos, então, dizer, que é o corpo que faz tudo isso, mas, embalado, também, pelas nossas experiências, pela nossa memória, pelos nossos desejos que, no final das contas, é o combustível para as nossas funções orgânicas. Por isso, a citação que abre esta reflexão nos chama a atenção no sentido de que corpos desnudos são a “caixinha de segredo” que, até hoje, talvez, não tenham sido abertas na sua totalidade.

A “caixinha de segredo” é uma metáfora acerca dos corpos negros, quilombolas, afro-brasileiros e carregam em si as consequências não apenas do processo de escravidão a que foram submetidos, porém, dos processos de liberdade que se configuraram sempre, como um desejo maior frente a todas as investidas de morte física, espiritual, cultural e, principalmente, contra uma memória que persistentemente modelou passados e configura futuros.

No processo da diáspora aqueles homens e mulheres que atravessaram o oceano, desamparados, viram rompidos os laços de linhagens que os agregava como etnias e para não sucumbir tiveram que elaborar diversas estratégias de sobrevivência. São homens e mulheres que, apesar de todos os entraves que lhes foram impostos, mantiveram força e inteligência suficientes para conhecer, compreender e adaptarem-se às terras que lhes eram estranhas. E, para tanto, não contaram com outros recursos, senão seus corpos, suas mãos, suas habilidades com o que foram capazes de criar e improvisar. Entretanto, esses homens e mulheres contaram, sobretudo, com suas memórias vivas procedentes da África [...] (DEUS, 2011, p. 8).

Extinguir a memória de um povo, espaço onde se concentra as suas origens e percursos seria quase que destituí-lo de um princípio vital através do qual o corpo se nutre na tarefa cotidiana de recriar-se como corpo biológico e social.

Pessoas que já viveram muitas experiências como a Tia Lica (C.Q. Iguatemi), 95 anos, e sua irmã, D. Santa (C.Q. Potreiro Grande), 77 anos, diariamente vasculham as suas memórias e percebem-se na sua dimensão corpo-resistência que na cultura do trabalho forjaram possibilidades de sobrevivência àqueles e àquelas que deles herdaram um território que se construiu neste saber fazer marcado pela intensidade com que as memórias o revelam:



D. Santa: um corpo-resistência na lida para com a terra.

Autor: Eduardo da Matta, Julho/2010.

Nós abríamos a cova e depois tapávamos com o pé; botava a semente com a mão dentro da cova. Tudo isso nós fazíamos, nós não tínhamos nada, nem máquina para colocar a semente e o pessoal colhia tudo. Trabalhamos muito de empregado na roça... Já pensou levantar de manhã cedo, agarrar uma enxada e ir para a roça trabalhar fazendo o mesmo trabalho que um peão [...]. Trabalhei muito de peão e trabalhei muito de empregada assim, para a nossa patrona, que era fazendeira, que era a dona dessas terras todas. Essa terra aqui eu ganhei, isso tudo era dela (D. Santa, C.Q. Potreiro Grande).

E, nesse mesmo sentido:

Nós todos trabalhamos de empregados, nós só chegávamos em casa no final de semana. [...] Nós íamos para o arroio lavar roupa; era longe, em um uma sanga, a roupa ia de carroça e nós tirávamos o dia inteiro lá. Eles levavam comida pra nós e a gente ficava lavando e estendendo e só voltávamos para casa com a roupa toda sequinha (Tia Lica, C.Q. Iguatemi).

A dimensão da resistência corporal não está necessariamente no quanto de força utilizavam para a realização do trabalho, mas, sim, no quanto este trabalho de remuneração precária foi alterando as relações sociais e fortalecendo as raízes familiares. O entendimento de resistência corporal negra, nessa perspectiva, está além da dualidade força/sufrimento; resistência corporal possui um sentido mais abrangente, como veremos.

As famílias negras chegam aos dias atuais com perspectivas que foram cunhadas nessa cultura de trabalho, geralmente na terra de outras pessoas onde não havia, necessariamente, a concessão para a utilização de saberes advindos da tradição. Tais saberes se constituem elementos da cultura negra que demonstram que as memórias negras de trabalho na diáspora brasileira fortalecem identidades capazes de alavancar projetos futuros e coletivos e questionam, ao mesmo tempo, a invisibilidade concedida aos negros enquanto edificadores desta nação.

O poema de autoria do poeta Solano Trindade intitulado “Conversa”, descreve a experiência pessoal dos afro descendentes e a estreita relação entre memória, identidade e cultura negra aliada a um trabalho que, ao pertencer a uma malha de exploração da dignidade humana, não se configura enquanto atividade criadora e transformadora, mas, “quem foi quem disse que a gente não é gente”.

Conversa

(Solano Trindade)

- Eita negro! Quem foi que disse que a gente não é gente?
Quem foi esse demente, se tem olhos não vê...
- Que foi que fizeste mano? Pra assim tanto falar?
- Plantei os canaviais do Nordeste.
- E tu mano que fizeste?
- Eu plantei algodão nos campos do Sul, pros homens de sangue azul que pagavam o meu trabalho com surra de cipó-pau!
- Basta, mano, pra eu não chorar.
E tu Ana, conta-me tua vida na senzala, no terreiro.
- Eu? Cantei embolada, pra sinhá dormir,
Fiz tranças nela, prá sinhá sair,
Tomando cachaça servi de amor
Dancei no terreiro, pra sinhozinho,
Apanhei surras grandes
Sem mal eu fazer.
- Eita quanta coisa
Tu tens pra contar...
Não conta mais nada,
Pra eu não chorar.
- E tu Manoel, que andaste a fazer?
- Eu sempre fui malandro
Ó tia Maria gostava de terreiro,
como ninguém,
Subi para o morro
Fiz sambas bonitos,
Conquistei as mulatas bonitas de lá
-Eita, negro,
Quem foi que disse,
Que a gente não é gente?
Quem foi esse demente,
Se tem olhos não vê.



“Eita negro. Quem foi que disse que a gente não é negro?”.

Autor: Valdir S. Ferreira, Outubro/2010.

PARA SABER (14)

Solano Trindade: Nasceu no dia 24 de julho de 1908, na cidade de São José, no Recife (PE). Filho de Manoel Abílio Pompílio da Trindade e de Emerência Maria de Jesus Trindade. Foi Fundador da Frente Negra Pernambucana e, posteriormente do Centro de Cultura Afro- Brasileiro. Freqüentou durante um breve período a Igreja Presbiteriana (1935-1938) e a abandonou por considerar insuficiente o envolvimento da mesma com as questões sociais. Em 1940, Solano vai para o Rio de Janeiro junto com sua família e trabalha durante a II Guerra Mundial como arquivista no Jornal Correio da Manhã retornando logo

a seguir para Recife em virtude da não adaptação da esposa ao clima carioca. Em 1941, na cidade de Pelotas/RS, Solano Trindade juntamente com Balduino Oliveira funda um grupo de Teatro Popular; o insucesso, desta vez, decorreu das grandes enchentes que destruíram o acervo do teatro. Em 1942 quando retorna para o Rio de Janeiro reativa o Centro de Cultura Afro-Brasileiro e entre as décadas de 1930 e 1960 esteve presente no debate acerca das relações étnico-raciais e classe social por intermédio do seu fazer artístico, bem como, de sua prática política no Partido Comunista. Solano foi pintor, teatrólogo, ator e um ativista incansável da militância negra.

Fonte:

GREGÓRIO, Maria do Carmo. **Solano Trindade**: O poeta das artes do povo. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

1.3.2.1 Cultura corporal negra (da mulher!) quilombola!

O poema de Solano Trindade, em diferentes momentos, apresenta a forma como homens e mulheres negras submetiam-se às atividades cuja força de trabalho e, por vezes, o corpo feminino, eram explorados. Frente à escravidão do trabalho e às suas consequências, inúmeros homens e mulheres recusaram-se, através de suas “Mãos, bocas, corpos que constroem formas de luta e resistência com as quais o mundo dos escravos se posiciona

diante do mundo dos senhores brancos” (FIGUEIREDO, 2007, p. 34).

Este **corpo-resistência** encontra-se ainda nos dias de hoje, no trabalho realizado nas roças quilombolas ou nas propriedades alheias, tentando reverter, valentemente, a maneira como, após a abolição da escravatura, os negros descendentes de africanos escravizados foram submetidos a um esquecimento histórico por parte do Estado brasileiro que não lhes favoreceu, por exemplo, direito à propriedade, acesso aos meios de produção, inserção escolar, que seriam medidas que poderiam ter amenizado minimamente o sofrimento gerado pela escravidão.

De acordo com dados históricos, as mulheres negras têm sido presença constante ao longo dos tempos em muitos tipos de trabalho: “[...] na mineração, na agricultura, no trabalho doméstico, na manufatura e no comércio. Isso demonstra o seu grau de importância enquanto trabalhadora desde o período colonial. Ela foi a primeira e, por muito tempo, a única trabalhadora” (LEITE, apud CARNEIRO, 2006, p. 47).

Tal fato histórico nos remete à vida concreta de D. Vanda Cardoso, moradora da C.Q. Rincão do Quilombo que é viúva, mãe de dois filhos, e desde que se conhece por “Vanda”, conforme ela mesma afirma, trabalha na lavoura. Quando atingimos sua casa, D. Vanda, recém chegara do trabalho e tinha realizado um percurso de 10km carregando um porco nas costas que, ao chegar, seria imobilizado com uma canga a fim de que outras atividades de casa já fossem logo em seguida realizadas.

D. Vanda tem 50 anos, se mostra muito disposta e traz em seus depoimentos uma relação familiar marcada pelo trabalho desde criança e, por essa razão, a falta de oportunidade para estudar:

Nós éramos pobres então tínhamos que trazer o sustento da casa. Tive que faltar a aula para trabalhar na lavoura; *na idade que me conheci por Vanda já era na lavoura*. Lembro tudo, tudo, tudo! Eu gostava quando chegava o final de semana e eu vinha para casa no sábado à tardinha. Meu pai olhava para o campo, encilhava o cavalo; eu não gostava da lida de dentro de casa, porque já havia me acostumado com a lavoura. Adorava quando ele chegava das estâncias para eu ir para o campo com ele para a lida campeira [...] Gostava de andar no campo, livre [...] igual a um homem, vestida igual um homem (D. Vanda, C.Q. Rincão do Quilombo).

O não acesso à escola em virtude do trabalho foi um fato constante na vida de homens e mulheres das comunidades de Canguçu e de Piratini. Sabe-se o quanto o grau de escolaridade é importante para que se possa obter uma ascensão econômica e social. Hoje em dia, mesmo que exista um controle para que as crianças não abandonem a escola em detrimento do trabalho, as consequências de um passado forçado se revela quando os dados estatísticos confirmam que na pirâmide social as mulheres negras encontram-se na base.



“Desde a idade que me conheci por Vanda, já estava na lavoura”.

Autor: Deise Cunha, Agosto/2010.

Dona Vanda, como outras tantas mulheres, tem construído histórias de força e ousadia, dando provas de que as estatísticas quanto ao seu lugar na hierarquia social não as impede de guerrear; guerreiam de diferentes maneiras tanto

a partir de suas experiências individuais como coletivas, tanto no presente como no passado, desafiando-nos, então, a reconhecê-las, a encontrá-las, na realidade ou até mesmo nos mitos que lhes dão forma.

A história das mulheres negras no Brasil tem que ser buscada na maneira anônima como a grande maioria delas é base de sustentação das famílias brasileiras. Na medida em que nos acostumamos a educar o olhar para perceber nos atos e feitos de todos os dias a grandiosidade com que corpos femininos geram uma vida, que não é somente biológica, construiremos uma lista interminável de heroínas que têm buscado conquistar espaços de e para a liberdade.

As insurreições escravas foram uma constante durante o período escravocrata brasileiro; no Rio Grande do Sul, por exemplo, quando a indústria – carnicina – charqueira estava a pleno vapor, é registrada uma tentativa de insurreição de cerca de 200 “negros mina” na cidade de Pelotas no ano de 1884 (MAESTRI FILHO, 1984).

A presença da mulher em rebeliões é, geralmente, negligenciada. Caso a mesma fosse evidenciada, certamente, revelaria uma outra cultura de guerra que ainda não foi analisada em profundidade pela historiografia, mas se sabe, de forma dispersa, que esta presença sempre existiu.

PARA SABER (15)

As mulheres afro brasileiras e africanas: rebelionas à frente!

Nos países africanos e da diáspora, a mulher negra tem sido protagonista de grandes feitos históricos no sentido de tornar-se a guardiã dos interesses seja de sua nação,

seja de sua família. Ainda que grande parte das estatísticas sócio-econômicas mundiais apontem a condição da mesma como desfavorável em virtude das exclusões sociais sofridas relativas ao sexo, etnia/raça e classe social ao longo da história, observa-se uma incansável predestinação de luta, valendo-se, para tanto, das mais diferentes estratégias conforme a singularidade da experiência a que estão sujeitas.

No Brasil, em todos os períodos históricos, despontaram nomes de grandes mulheres, guerreiras, cuja historiografia faz, ainda, um movimento muito tímido de desvelamento de suas histórias, ignorando, de certa forma, a maneira como estes são presença forte na memória coletiva dos grupamentos étnicos, bem como, dos movimentos sociais. Tem-se na história da fundação da **Comunidade Remanescente de Quilombo Conceição das Crioulas** no município de Salgueiro, em Pernambuco, a história de seis mulheres que, na contemporaneidade, através de sua memória ancestral, conduzem outras mulheres negras na luta por direitos historicamente negados à população negra; tem-se, também, a **Irmandade da Boa Morte** que é uma confraria de mulheres negras localizada na cidade de Cachoeira, na Bahia e que, através de seus cerimoniais, explicita a forma sincrética como elementos do catolicismo e das religiões de matriz africana construíram formas de resistência e solidariedade que se

mantém ao longo dos anos, e ensina homens e mulheres acerca de uma cultura e tradição que conjuga o feminino ao sagrado.

Em nível mundial, a presença da mulher negra e suas formas de guerrear merecem ser vistas na medida em que as heranças étnico-culturais destas mulheres, cotidianamente, despontam seja nas insurreições escravas seja, nos movimentos emancipatórios do pós-Abolição e, também, como perspectiva sobre a forma como secularmente o feminino negro desafia as sociedades racializadas, machistas e injustas economicamente, portanto, sociedades de classe.

Como incentivo à pesquisa, seria importante, por exemplo, procurar informações acerca da sociedade secreta feminina e iorubanas chamada **Gèlèdè** que funcionou no Brasil nos mesmos moldes; tais cerimônias celebravam a sabedoria das mães anciãs e mulheres iorubás.

Poder-se-ia buscar na Jamaica, igualmente, a história de resistência “maroom” (quilombo) através de **Nanny**, um ícone nacional, a rainha guerreira da descendente do povo Ashanti e conhecedora do poder das ervas e, também, uma forte liderança capaz de mobilizar homens e mulheres na busca pela liberdade valendo-se, para tanto, de aspectos espirituais que eram de vital importância para tal população. A Rainha Nanny conseguiu unir os maroons de toda a

Jamaica em busca da manutenção da cultura e da sabedoria africana e, em seu entorno, existem, hoje em dia, inúmeras lendas e fatos que apenas confirmam seu espírito destemido.

As mulheres etíopes, por fim, revelam grandes façanhas no que diz respeito à sua participação em atividades militares. Historiadores afirmam que a função de milhares de mulheres em guerra distribuía-se em tarefas de diferentes espécies tais como preparação de alimentos, cuidado de feridos, soldados, estrategistas, tradutoras e membros da inteligência; para tais funções eram encarregadas mulheres oriundas de diferentes classes sociais. São vários os nomes de rainhas (Yodit, Eleni, Seble) que em diferentes batalhas deixaram as suas marcas (ALEHEGN, 2011).

Tais exemplos são importantes no sentido de desmistificar a história de submissão destinada às populações negras femininas no que diz respeito aos processos de exploração a que foram submetidas; é importante evidenciar, também, o papel das mulheres que em sociedades marcadas pela hierarquia de gênero têm ficado em esquecimento.

Fonte:

ALEHEGN, Tseday. **Rainhas, espãs e soldados: a história das mulheres etíopes nas atividades militares.** Ano 03, N° 09, maio de 2010. Disponível em: <www.africaeaficanidades.com> Acesso em: 25/07/2011.



Máscaras Africanas de Gèlèdés:

A arte africana possui peculiaridades no sentido de estar sempre relacionada ao cotidiano das pessoas e de igual forma à religiosidade, revelando, portanto, a diversidade que é o campo artístico e suas formas de expressão. As Máscaras, por exemplo, dentro do contexto africano, estão atreladas a rituais religiosos, militares, voltados à fertilidade, como proteção e outros fins (FERREIRA, 2011). As máscaras de Gèlèdés são utilizadas em festivais que acontecem nos períodos de março e abril onde são explicitados a importância da mulher para as comunidades iorubás africanas. Em virtude de alguns sentimentos de respeito e mesmo de temor em relação às mulheres iorubanas da sociedade de Gèlèdés, são os homens, nos cerimoniais que lhes rendem glórias, dançam mascarados e vestidos de mulher; os festivais de Gèlèdés servem, então, para aliviar a “[...] tensão causada pelo conhecimento dos poderes femininos [...]” (AKÍNÚLÍ, 2011).

Fonte:

AKÍNÉRÚLÍ, Olúségún Michael. **Gèlèdè: o poder feminino na cultura africana-yorùbá**. Ano 3, Nº 12, fevereiro de 2011. Disponível em: <www.africaeaficanidades.com> Acesso em: 26/07/2011.

FERREIRA, Luzia Gomes. **As máscaras africanas e suas múltiplas faces**. Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_II/luzia_gomes_ferreira.pdf> Acesso em: 26/07/2011.

Um nome que é referência na história dos negros e negras brasileiras é de Luisa Mahin, a guerreira, africana, também trazida da Costa da Mina – principal ponto de partida de africanos escravizados durante o século XVIII e XIX que, entre a história e a ficção, se constituiu como uma heroína para as populações negras que até os dias de hoje pouco sabem acerca da sua real existência devido a “[...] carência de fontes primárias

[...] geralmente os registros que se reportam à Luisa Mahin revelam reinterpretções da carta autobiográfica de Gama” (GONÇALVES, 2011, p. 43).

Esta revolucionária baiana, inteligente e rebelde, pertencente à etnia Jeje da Nação Nagô, com o fenótipo descrito por seu filho, numa carta datada de 25 de julho de 1880, Luis Gama, poeta e precursor do abolicionismo no Brasil, como sendo uma mulher “[...] baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito altiva, geniosa, insofrida e vingativa” (GONÇALVES, 2010, p. 21) e que se tornou livre em torno de 1812 e trabalhava como quituteira e quitandeira; Luisa deu suporte a várias revoltas de escravos ao fazer circular mensagens entre os insurgentes. Sua casa tornou-se um quartel-general das revoltas ocorridas em Salvador no século XIX, principalmente a Revolta de Malês (1835), a Sabinada (1837-1838) e, por fim, ela foi obrigada a fugir para o Rio de Janeiro onde teria sido



Escravas de ganho e seus protagonismos na conquista da liberdade.

Autor: Jonas Fernando, Janeiro/2012.

presa e deportada para a África (LOPES, 2004; CARNEIRO, 2006).

Muitos estudiosos que se debruçaram a estudar as duas insurreições baianas – Malês e Sabinada –, ainda que não tenham citado e, possivelmente, encontrado a presença de Luisa Mahin nas mesmas, entendem que a sua imagem está “[...] intrinsecamente vinculada a um povo caracterizado pela resistência e desejo de libertação [...]” (GONÇALVES, 2010, p. 36).

Luisa Mahin, hoje em dia, nomeia duas escolas públicas brasileiras, localizadas no Rio de Janeiro e em Salvador; tal fato revela o processo educativo que se opera ao reconhecer nos personagens da história dos descendentes de africanos no Brasil, elementos comprobatórios de que a dignidade humana dos negros e negras, em todos os tempos, tem sido construída através de ensinamentos que advêm da diversidade de matrizes étnicas africanas, que fizeram travessias oceânicas e persistiram até os dias de hoje na memória e nas atitudes da população negra, que recria estratégias de sobrevivência ao racismo e, ao mesmo tempo, dá vida a um país que é culturalmente diverso.

As estratégias de guerra nem sempre dizem respeito a armas; Luisa Mahin, quitandeira, no espaço da rua, vendendo e produzindo alimentos, conforme a música “Levante de Saberes Africanos”, do bloco carnavalesco baiano Ilê Aiyê, **“temperou a revolta no tempo da memória”** cuja interpretação de Gonçalves (2010, p. 92) afirma que “[...] O ‘tempero’ da revolta é realimentado pela memória dessa quitandeira, que deu um novo sabor à história do povo negro, alimentando-a com a imagem de uma líder vitoriosa e destemida [...]”.

Esse corpo que se sobressai ao biológico, constitui-se, como no caso de Luisa Mahin, um forte marcador identitário de resistência negra. Enquanto quitandeira, alimentava os negros da época no despertar de um processo emancipatório.

O sabor da memória, o sabor da vitória foi sendo temperado pelas mãos das lavadeiras, das parteiras, das benzedadeiras, das cozinheiras, das mulheres da roça, das professoras que se constituem as engenheiras do saber das comunidades visitadas neste livro.

A cultura feminina e quilombola, em todas as gerações, produz jeitos próprios de ser mulher. Ao se assemelham àquelas que as antecederam, carregam em si, a força criadora de quem modifica a cada tempo o espaço do lar, do quilombo, da sociedade e também da escola, que ao conhecê-las acresce à história do país a história das mulheres que são muitas vezes esquecidas enquanto heroínas de todos os dias.

Quando enxergamos uma pessoa, imediatamente, se sobressai o que ela é ou faz. Contudo, embora neste momento estejamos ressaltando uma cultura revelada pelas mulheres quilombolas, mas negligenciadas da historiografia oficial, a entendemos, ao mesmo tempo, como cultura em que homens estão inseridos, uma vez que elas nos permitem compreender a troca de saberes e fazeres que traduzem as dinâmicas da vida cotidiana do lugar.

1.3.2.2 O corpo feminino demarcando o mapa cultural entre Brasil quilombola do Sul e todas as Áfricas: percursos no cotidiano

Lá na **Favila**, se ficou sabendo que os homens são muito passeadores e as mulheres são as “donas da roça” ainda que não deixem de passear também. Em uma roda de conversa, elas falam muito pouco através de palavras, mas entendem muito bem dos assuntos e, no silêncio falante, a todo o momento retrucam o tagarelar dos contadores de casos. **D. Ivanilda** lembra de sua mãe e da promessa feita à mesma em dar continuidade à sua caridade através do dom de benzer que lhe foi repassado e pretende levar a vida zelosa pelo bem estar humano; também é dona de um vasto repertório de saberes e sabores culinários deixando a todos com a vontade de saborear uma das suas especialidades: o **jabá!**

Seguindo até o **Potreiro Grande**, as mulheres de todas as idades, lançam no território a semente da vida que só germina! **D. Moemia**, exímia fabricante de balaios, passa os feixes de cipó, reveladores da trama de sua história que, sempre às voltas com os trabalhos domésticos, transportava, quando pequena, a filha Diane, dentro dos cestos mais famosos do lugar para junto de si. Ela conta que tem cipó que é chamado de **cipó manso** e **cipó bravo**, contudo, não obstante essas diferenças, com capricho no dobrar, puxar, passar pelo fundo, os objetos vão tomando forma e sendo finalizados com um arremate que é perfeição causando uma boa inveja no Sr. Dener, seu esposo, que foi o professor desta arte.

Chegando na **C.Q. Cerro das Velhas**, observa-se, ainda, a existência de casas de barreado com telhados cobertos pela palha chamada **santa fé**. Para as pessoas que as habitaram ou habitam,



D. Moemia e os cestos que contam a trama da sua vida.

Autor: Eduardo da Matta, Julho/2010.

ela proporciona uma regulação térmico-ambiental perfeita, ou seja, é quente no inverno e fresca no verão! Estes tipos de moradias contam a história das famílias e da comunidade, ressaltando que nessas construções, geralmente pequenas, se tinha o conforto de se poder estar próximo, por isso, era uma outra vida! **D. Libânia**, segundo o seu esposo, Sr. Roberto, é uma grande construtora de casas de barro; tem uma habilidade no barreado e um conhecimento acerca do manuseio da palha santa fé cuja exigência de cuidados especiais se justificam para que as mesmas não causem cortes dolorosos nas mãos.

No final de uma determinada tarde na **C.Q. Armada**, junto às duas netas, chegava **D. Clarinha**, 96 anos, com um pouco de dificuldade em respirar devido à asma. Com um corpo franzino de quem se aproxima a um século de existência, D. Clarinha faz rejuvenescer sua história cada vez que conta o primeiro encontro com o grande amor de sua vida, ao ser chamada a ajudar aquela que no futuro seria a sua sogra a fazer **doce**

As borboletas e o belo espetáculo da natureza no pátio de D. Clarinha.

Autor: Eduardo da Matta, Maio/2010.



D. Libânia, uma construtora de casas de barreado.

Autor: Deise Cunha, Agosto/2010.



Doce de Origone

Cortar o pêssego como se tivesse descascando em fatias, bem fininhas e depois colocá-las a secar até que fiquem secas e escuras. Após tudo isso, guardá-las em potes e fazer outros doces com ele, tipo arroz com origone (Receita Tia Lica, C.Q. Iguatemi).

de origone. Deste doce encontro, após vencer problemas sérios de saúde e as dificuldades para fertilizar, D. Clarinha mantém-se com uma força física que desafia o tempo e, entre tanto conhecimento que acumula, resente a falta da escola que não lhe permitiu nem mesmo desenhar o nome. Desenha, portanto, a história do lugar com sua presença, palavras e cantos de louvor que se mesclam aos inúmeros espetáculos que a natureza em quilombos nos oferta: a presença de centenas de borboletas que compunham um cenário de beleza indescritível junto a um pé de flores vermelhas.

Quando se chega na **C.Q. Passo do Lourenço**, a força da mulher quilombola se sobressai. Existe uma presença majoritária das mesmas em todas as frentes, desde as cozinhas onde são preparadas as refeições que permeiam as organizações políticas da comunidade até as escolas onde na comunidade existem cinco professoras que lá atuam. Lá do Passo, podemos, entre tantas mulheres, ressaltar **D. Núbia** que afirma ser movida pelo trabalho e, ao mesmo tempo, faz o seguinte questionamento: *“Cada vez se trabalha mais! Por que será? Hoje está tudo mudado, moderno, e a gente não tem tempo para*



D. Núbia e suas interrogações acerca da modernidade.

Autor: Sabrina Souza, Agosto/2010.

parar. Antigamente, desde a vassoura para varrer o pátio se fazia e como hoje tudo tem que ser pago, se necessita trabalhar mais, para pagar. A luz, por exemplo, é muito cara... antigamente se vivia com candeeiro". D. Núbia ao mesmo tempo em que dificilmente pára como característica de um corpo que é ação, questiona as transformações e as ciladas que a modernidade têm trazido convidando-nos a uma dupla tarefa: tomar de empréstimo a sua energia e reflexões.



Sandra, a voz forte de Iguatemi.

Autor: Sabrina Souza, Janeiro/2012.

Na **C.Q. Iguatemi**, para além da Tia Lica que é personagem emblemática na comunidade, podemos ressaltar a vitalidade da jovem **Sandra**, esposa do presidente da Associação, o Sr. Pelé, Sandra é

natural da localidade da Solidez, da C.Q. Manoel do Rego, é mãe de um bebê que é embalado escutando as histórias de luta dos territórios quilombolas onde nasceu e onde vive no momento, trazendo sempre uma análise crítica da realidade que envolve as questões do dia a dia da comunidade tais como religião, política, regularização fundiária e racismo. É pela voz forte, contundente, orquestrada pelas palavras e tom reivindicatório das mesmas, que vai anunciando outros tempos para os quilombos. Entre a geração de Tia Lica e a do bebê, é quase um século de resistência que não cessa e tende a ter continuidade através daqueles que se fortalecem no seio materno da luta.

Em **Manoel do Rego, D. Selina**, viúva, mãe de doze filhos, deu novos rumos à sua vida quando decidiu: *“de hoje em diante não passo mais a estrada por nada, ou seja, não faria o trajeto que realizara para trabalhar como “agregado”* – uso da terra de proprietário para plantar – condição de trabalho que levava a família a um contínuo processo de endividamento uma vez que só recebia pela safra uma vez ao ano e o dinheiro era transferido quase todo para as dívidas do sustento, sobrando-lhes muito pouco. Frente a esta tomada de decisão, D. Selina, que é a autoridade familiar, junto aos filhos e filhas criaram dinâmicas próprias de trabalho, prosperaram materialmente e sentem-se muito esperançosos frente à atuação da Associação Quilombola, uma vez que alguns direitos já começaram a chegar na comunidade. Entre tristezas e alegrias próprias da vida, D. Selina é orientada por uma fé e alegria indescritível.

Mas, as grandes mulheres se fazem desde meninas-crianças e, sem sair do território de **Manoel do Rego**, temos a pequena quilombola **Daiane**, linda Daiane, que se mostra presente pela voz forte que tem, pelas lindas tranças cujas pontas são arrematadas com miçangas multicolori-

das e que produzem um contraste muito encantador quando ela se confunde ao território, de tanto que conhece os caminhos, os atalhos, as pessoas e as ações do lugar. Com onze anos de idade ela ainda brinca muito e divide seu tempo, igualmente, com a escola e ajuda à mãe; pensa em, futuramente, ser professora e permanecer na comunidade. Daiane, cujos pensamentos nesta idade não são lei, de qualquer forma, “movimenta” o território: é a menina cujo andar é uma dança pela forma como sua trança de nada se balança! Balança pela corporeidade manifesta das mulheres negras de todas as idades. Sua avó, D. Áurea, 77 anos, afirma “*ser feliz da vida*” através da força com que canta no trabalho, no coral da comunidade, em todos os dias e horas. Daiane e outras crianças são frutos de todas essas vivências!

Em Piratini, na **C.Q. Fazenda Cachoeira**, encontramos na **D. Maria** um modo de ser que se transfere como princípio de vida aos seus filhos: o saber cuidar de todos! Presenciamos a forma como sua família, bastante numerosa, dedicava atenção constantemente ao pai doente; conforme as suas palavras “*eles todos cuidam. Todos eles cuidam, sabe? Desde a mais pequenininha, que às vezes pega a caneca, eu fico cuidando, ela vai direto ao avô pra dar o suco, ou dá um pedaço de pão na mão do pai que o pega e come [...] eu andei por aí a fora e vi o jeito que tratavam as pessoas idosas, é uma falta de respeito [...] Eu gosto de servir não é? Eu estou ensinando meus filhos assim como me ensinaram de servir as pessoas*”. O ato de servir é a solidariedade como um valor que Maria, na sua vida está sempre a praticar.

D. Selina e a mudança radical.

Autor: Herberto Peil, Julho/2010.



No balanço das tranças de Daiane, o movimento do território.

Autor: Deise Cunha, Julho/2010.



O ensinamento de D. Maria: cuidar o “outro”.

Autor: Eduardo da Matta, Maio/2010.

Poderíamos continuar a apresentar as mulheres e suas multiplicidades de características que revelam, em suas práticas cotidianas, vários caminhos por

onde, demoradamente, ficamos descobrindo o modo de ser e viver quilombola com e a partir delas. Neste universo feminino surgem diversos elementos que podem ajudar a compreender a presença negra no Rio Grande do Sul, no Brasil e na sua relação com o continente africano.

Quando começamos a construir uma cartografia cujas mulheres demarcam o território cultural quilombola, iniciamos com a habilidosa fazedora de **jabá** e terminamos com o **saber cuidar** de D. Maria. Bem, o que existe de semelhança e dessemelhança nestas duas passagens, iniciais e finais?

Jabá é uma carne seca, uma espécie de charque cuja palavra advém do iorubá **jababá** (SCISÍNIO, 1997, p. 185), que remete ao continente africano e a agrupamentos étnicos que construíram forçosamente este território, então, sob a forma de palavras a presença negra africana habita o território, alimenta, é presença viva de um modo de vida que atravessou oceanos e que resiste ao tempo.

D. Maria, que ensina os filhos e filhas a servir a todos, a respeitar os idosos, também reproduz um ensinamento que é da visão de mundo africano em relação aos mais velhos, que são os dirigentes da comunidade e, fora esta questão, o servir, o “cuidar”, extrapola a dimensão serviçal que era imposta às mulheres negras que, por falta de alternativas, se submetiam a serviços mal remunerados e reconhecidos; o “cuidado” é uma norma na medida em que esta ação é garantia de continuidade. No cuidado com os mais velhos, se revela o reconhecimento de que neles estão as razões de suas origens e continuidades.



Cuidar dos ancestrais é um ensinamento à juventude.

Autor: Dalva Rosane, Maio/2010.

Para refletir e transformar em atividades pedagógicas (4)

1. De que forma as manifestações culturais negras trazem o corpo como território de resistência?

2. As expressões artísticas, culturais e religiosas são algumas das maneiras como a corporeidade conta histórias que transcendem o visível, portanto, investigue a maneira como o corpo negro, território por excelência, tem em atividades diversas construído e reconstruído formas de manter-se no mundo e, ao mesmo tempo transformá-lo;

3. O trabalho doméstico é impregnado de africanidades na medida em que este foi o trabalho relegado às populações negras que nestas tarefas depositaram o saber ancestral que não cindia o fazer do transformar. Na busca das lidas cotidianas estão histórias revolucionárias de enfrentamento à exclusão racial e de crítica à sociedade em que vivemos

bem como uma série de conhecimentos que precisam ser avançados através de um saber escolar. Por exemplo, como se explica o fator termo-regulador das casas com telhado de capim Santa Fé? Quais as tecnologias africanas presentes em práticas de construir?

4. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais a disciplina de Educação Física é considerada como Cultura Corporal, neste sentido recupera todos os processos sócio-históricos a que as pessoas estiveram sujeitas e a maneira como os movimentos, acrescidos de técnicas e regras, contam, refletem, e explicam a existência humana para além de uma performance mecânica e biológica. Por isso, dentro das capacidades físicas elementos como resistência, habilidade, agilidade, flexibilidade, coordenação, equilíbrio e concentração não são apenas atividades presentes em desportos, mas nos rituais do dia a dia. Sob a forma de dança, teatro, jogos e lutas, grandes feitos da história dos quilombos pode vir à tona com criticidade e ludicidade.



“E vamos fazer uma serenata na casa do fulano? Então, já se saía prontinho [...]”

Autor: Deise Cunha, Agosto/2010.

1.3.3 Sociabilidades quilombolas: serenata, baile de “ramada” e outras formas festivas e musicais de se constituir comunidade

“No meu tempo era serenata. Já ouviram falar em serenata? Então como eu sou mais velho aqui, posso explicar o que é serenata. A serenata era assim: nós estávamos todos reunidos aqui não é? ‘E vamos fazer uma serenata na casa do fulano?’. Então, já se saía prontinho, todas pessoas! Tinha um gaiteiro, um tocador de pandeiro e um violão; se batia na porta e quando ela abria já se saía dançando. Era assim que funcionava naquela época” (Sr. Darci, C.Q. Favila).

Ser surpreendido por uma serenata que, segundo alguns relatos, era acompanhada por um frango assado apanhado do terreiro da própria pessoa a quem a música e a comida estava sendo ofertada, era uma forma de fortalecer os laços de vizinhança, parentesco e solidariedades decorrentes de partilhas, tais como a troca de trabalho conhecida como mutirão: “*se roubava as galinhas e se devolvia para o dono da casa onde acontecia a serenata*” (Sr. Hermes, C.Q. Passo do Lourenço).

A partilha do trabalho doméstico sob a forma de mutirão refere-se a um processo de ajuda entre um grupo de pessoas a fim de que determinado trabalho seja realizado em menos tempo e, igualmente, com menos gasto. Tais práticas sofrem tendência à extinção dando lugar a perspectivas mais individuais que fazem, também, cessar momentos riquíssimos tais como o da serenata descrito pelo Sr. Darci. Estes seresteiros, embalados pela musicalidade noturna e sob a forma de

surpresa, selavam valores essenciais para aqueles e aquelas cujas relações de reciprocidade minimizavam as dificuldades advindas do trabalho através das marcas de uma cultura rítmica, dançante, que até hoje é persistente em comunidades negras e rurais.

A gente fazia serenata, não é? [...] eu pegava um pandeiro e tinha um outro rapaz que tocava um violão; nós íamos lá para o Tio João Abéli e lá tinha a tia Tonha que tinha [...] duas gurias numa casa e três noutra. Nós chegávamos lá à noite, chamávamos as gurias e dançávamos até a madrugada [...] Uns tocavam para outros e os outros dançavam. Que coisa boa aquilo! (Sr. Geraldinho, C.Q. Armada).

Na atualidade, acredita-se, que a juventude esteja reinventando outras formas de socialização tendo a música e a dança como elo unificador. No entanto, tais práticas que nos remetem a tempos passados são importantes no sentido de buscar na história dos antepassados os percursos que justificam um presente que

se renova em alguns aspectos e se mantém em outros.

Para que a alegria possa servir de alívio às pressões diárias, na casa de Sr. Geraldinho, por exemplo, após o almoço, o talentoso homem pegou seu pandeiro, ligou seu rádio portátil em uma estação que tocava uma música regional e, pronto: estava armado o baile! Crianças, jovens, adultos, em um momento de extrema descontração, reinventaram formas de reconhecimento, pois na família e na comunidade a acolhida a quem chega é o ponto forte.

A musicalidade negra é uma das heranças do continente africano; a música possibilitou que, corporalmente, homens e mulheres se reorganizassem em terras estranhas dando vazão, através de diferentes ritmos, à sua dimensão religiosa, festiva, política e libertária.

A musicalidade afro-brasileira tem suas primeiras manifestações no **lundu**. O *lundu*, expressão que tem ori-



Baile à luz do dia e no meio do terreiro: é a alma festeira na Armada!

Autor: Eduardo da Matta, Maio/2010.

gem no **calundu**, dança ritual africana, é considerado o primeiro gênero brasileiro de música-dança; o **calundu** estava estritamente relacionado com o batuque e o seu sucessor, o **lundu**, que tem como característico o ritmo, a malícia e a sensualidade de seus movimentos, é reconhecido, também, pela irreverência com que as letras das modinhas dialogavam com a realidade em que estavam inseridas, de forma, por vezes, bastante ousada. Eis uma letra de lundu considerada por Almeida (2006b, p. 16) “o avô do samba”:

“Eu tenho uma nhanazinha
De quem sou sempre moleque
Ela vê-me está ardendo
E não me abana c’o leque”

O **lundu**, com sua marca contestatória, traz diálogos interessantes e reveladores acerca da forma como as mucamas se divertiam falando das visitas do senhorio (LOPES, 2008, p. 84):

“A cor da rolinha bela
É a cor do tafetá
Tem o bico verdezinho
A rolinha da sinhá

Bravo de rola
Senhorazinha
Por que razão
Está zangadinha?

Moço me deixe
Não seja imprudente
O senhor o que quer
É enganar a gente”

O samba, que representa várias danças e músicas, tem sua etimologia na palavra **semba** que, igualmente ao **lundu** de quem descende, se caracteriza pela umbigada, gesto coreográfico presente nas danças afro-brasileiras. “Semba” é uma dança antiga de origem bantu, que na modernidade refere-se a gênero da música popular angolana que é difundida desde 1950 (LOPES, 2004).



Lundu, o avô do samba, nasce e permanece contestando e, com irreverência, cantando a realidade brasileira.

Autor: Jonas Fernando,
Outubro/2010.

Sr. Cedeny, o violeiro das “brincadeiras” dançantes.

Autor: Dalva Rosane, Agosto/2010.



Samba: Patrimônio Cultural Imaterial.

Autor: Acervo da E. M. E. F. José Luiz da Silva, Armada/Canguçu.

Em 2005, O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que é uma autarquia do Governo do Brasil vinculado ao Ministério da Cultura, conferiu ao samba o título de **Patrimônio Cultural Imaterial** que significa segundo a Organização para a Educação, Ciência e a Cultura das Nações (UNESCO) “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural” e, neste sentido, ele é “[...] transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana” (IPHAN).

Neste sentido, com igual função socializadora que o samba, é sabido que as serenatas já existiam nos séculos XVIII e

XIX e os seresteiros do século XX ao ocuparem as ruas “[...] colaboraram para a agregação, em locais estratégicos dos centros urbanos, tanto na Bahia, quanto no Rio de Janeiro, de pessoas que ouviam as músicas sempre acompanhadas do som do violão e de instrumentos percussivos [...]” (PENA, 2010, s/no).

Esta forma de agregar foi se modificando e os lugares ocupados pelas serenatas e serestas foram cedendo espaços a outros ritmos de samba conhecidos como samba-canção, samba de partido-alto, samba-enredo, samba de breque, samba de roda e pagode.

O carnaval, que por sua popularidade parece ser uma festa genuinamente brasileira, é uma festa cuja origem “se perde na noite dos tempos, tanto que as religiões históricas nascidas às margens do mediterrâneo tiveram que inventar um lugar para tais festividades nos seus calendários” e, “Ao longo da Idade Média, os festejos com mascaradas eram mais definidos pelas estações do ano que por datas exatas [...]” (DEL PRIORE, 2005, p. 16).



A escola de samba é a afro descendência brasileira.

Autor: Acervo da E. M. E. F. Santa Maria, Passo do Valadão/Canguçu.

O carnaval, a festa maior do samba brasileiro, na atualidade, tem como um de seus atrativos, **as escolas de samba**, cujo termo “escola” se aproximava à idéia de que os mestres do samba repassariam os seus ensinamentos tal qual uma escola. Outras versões afirmam a origem do termo graças à proximidade geográfica do bloco “Deixa Falar”, localizado no largo do Estácio, na cidade do Rio de Janeiro, à uma Escola Normal, que os inspiraria à tal analogia. As escolas de samba, também, são considerados territórios negros, espaços onde a democracia racial se estabelece no sentido de que embora a referência cultural negra os forme, são abertos a todo e qualquer grupamento étnico.

Encontrou-se nas comunidades quilombolas algumas memórias relativas aos carnavais passados e a forma como essa cultura carnavalesca enegrecida no Brasil pelos ritmos de origem africanos agrega as mais distintas etnias, promovendo um espaço de socialização que se opõe a práticas segregacionistas presentes nos contextos societários em que se situam os quilombos.

As lembranças acerca dos carnavais passados são trazidas por Sr. Cedeny e D. Selina dos quilombos de Cerro das Velhas e Manoel do Rego.

Sr. Cedeny relatou acerca das “brincadeiras” que eram as reuniões dançantes que faziam em uma localidade em Canguçu chamada Posto Branco; todas as reuniões agregavam alguns músicos que animavam a festa e recebiam alguns “trocados”, pois “[...] era um monte de rapazes, às vezes uns três violões um pandeiro e ainda sobrava um trocadinho para as cordas, para a despesa da casa e para pagar a luz. No meio da festa saía, também, uma sopa de galinha” (Sr. Cedeny, C.Q. Cerro das Velhas).

Sr. Sadir da C. Q. Iguatemi, também comenta acerca das festas passadas na comunidade e nos arredores. Festas não necessariamente carnavalescas, que demonstram grandes diferenças em relação as da atualidade, provocando entre diferentes gerações diálogos interessantes que permitem avaliar, redimensionar percepções acerca dos ritmos musicais, organi-

zação em geral, relações sociais estabelecidas, comparativos entre distintos aspectos que não invalidam nenhum dos tempos.

Sr. Sadir ia para as brincadeiras, às vezes o som era mecânico – toca disco – outras vezes era realizado um ajuntamento de músicos e seguia o baile. Ele se considerava feio e em desvantagem ao irmão que ganhava todas as moças que queria; as noites, para além da música e da cantoria animada, também eram incrementadas com sopões, doces de batata doce e melancia e muitos bolos que alimentavam os dançantes, os quais, para chegar ao local caminhavam muito, cruzavam os campos, se enveredavam nos atalhos, porque, quanto mais cedo chegassem, mais aproveitariam. Cristiane, filha de Sr. Sadir, relata esta travessia da seguinte forma: “Contavam que diziam: ‘vamos fulano, vamos ligeiro que o baile está começando’; eles diziam ‘que o rabo tá tocando não é’. Eles não diziam baile, eles diziam que o rabo tá tocando”.

A energia despendida se justifica no relato abaixo: “Eu danço, eu bato o pé, eu pulo e sapateio, eu danço! As gurias acham que não, mas o quê? Se eu fosse num baile ali, mais, eu fazia sucesso! E quando nós íamos nesses bailes de brincadeira, nós fazíamos desafios; cada qual queria dançar mais que o outro, pegava as gurias assim e saía dançando” (Sr. Sadir, C.Q. Iguatemi).

Em todas as narrativas é trazido o **baile de ramada** uma festa em que é exigida a cooperação de todos para montar o “salão”:

Os bailes todos eram de ramada, o pessoal passava o dia inteiro cortando madeira, fazendo faxina no mato e fazendo vassoura. Se armava assim: colocar quatro forquilhas de cada lado e ali montava a lona; se passava o dia inteiro fazendo a ramada. Ramada eram os bailes em que todos iam e se divertiam, às vezes dava alguma encrenca mas passava (D. Santa, C.Q. Potreiro Grande).

De lona por cima e faxina na volta não é? Nós fazíamos, improvisávamos na hora. Um dizia: “vamos fazer um baile?” Fazia a ramada e fazia o baile, depois desmanchava tudo (Sr. Olívio, C.Q. Favila).

Tais festas comunitárias se justificavam, também, dentro de um contexto de segregação em que pessoas brancas e negras não frequentavam os mesmos lugares; os negros e negras eram impedidos de entrar nas festas que não fossem exclusivas de seu grupamento étnico. Por isso, para além dos bailes de ramada, das “brincadeiras” familiares, no dizer de Sr. Geraldinho da C.Q. Armada e das serenatas, outras formas dançantes que surgiram como maneiras de resistir à opressão racial sofrida pela população negra, são os clubes sociais negros.

O surgimento dos clubes sociais negros é registrado desde os períodos anteriores à abolição e estes se constituíam como espaço onde se contrapor à ordem vigente, ou seja, se definem como “espaços associativos do grupo étnico afro-brasileiro, originário da necessidade de convívio social do grupo, voluntariamente constituído e com caráter beneficente, recreativo e cultural, desenvolvendo atividades num espaço físico próprio” (Oliveira Silveira – Articulador da Comissão Nacional e Membros da Comissão Nacional dos Clubes Sociais Negros, Fevereiro de 2009).

O clube social negro mais antigo do Brasil é a Sociedade Floresta Aurora, de Porto Alegre, ainda em atividade e fundada em 1872. Os clubes também visavam “[...] angariar fundos para o pagamento da liberdade dos trabalhadores negros escravizados, auxiliar nas despesas com funeral, defesa de direitos e na educação de seus associados, atuando de forma incisiva na luta contra a escravidão e a discriminação racial” (ESCOBAR, 2011, p. 5).

Nos municípios de Canguçu e de Piratini existem clubes sociais negros, respectivamente, Clube Senegal e Sociedade Recreativa e Cultural 13 de Maio. As histórias de fundação destes espaços carregam aspectos da sociabilidade negra que merecem ser buscados como elementos que descortinam as relações étnico-raciais da época.



Rainha da Sociedade Recreativa e Cultural 13 de Maio e a primeira diretoria da Sociedade.

Acervo da Profa. Eva Dutra Pinheiro.

PARA SABER (17):

De Siá Clara à Sociedade Recreativa Cultural 13 de Maio: entrelaçamento de histórias negras no Município de Piratini.

Em Piratini, município sede das duas comunidades que fazem parte deste trabalho, C.Q. Fazenda da Cachoeira e C.Q. Rincão do Quilombo, existe também um clube negro chamado Sociedade Recreativa e Cultural 13 de Maio. Esta sociedade foi fundada em 25 de Agosto de 1962 e nos seus primeiros anos as festas eram realizadas em diversos lugares tais como no galpão de algumas pessoas da comunidade negra. Conta-se que a atual sede é herança de D. Ana Clara ou “Siá Clara” como costumava ser chamada por todos. Siá era uma mulher alta, magra, cabelo pixaim e descendente de escravos; vivia sempre sozinha uma vez que só se tem registro de um irmão chamado Otilio que faleceu antes dela, em 1957. Era uma mulher de pouca conversa que quando não estava trabalhando ia diariamente à igreja vestida com uma saia longa e abanando-se com um leque. Tal comportamento reservado despertava a atenção da molecada que vivia a bater na porta de sua casa e sair correndo, sofrendo, por isso, algumas represálias por parte da mesma que lhes atirava pedra. Conforme o depoimento de Sr. Hermógenes, um morador antigo da cidade, ela sobrevivia da venda de temperos, frutas em uma pequena xícara, da venda

de lenha e vassoura tendo como meio de transporte um carretão de eixo de madeira tracionado por um cavalo; Siá Clara tinha em seu pátio uma cacimba através da qual também extraía água a fim de comercializar. Os rendimentos da comercialização dos produtos era guardado em um pé de meia ainda que, muitas vezes, realizava com a vizinhança um sistema de trocas do tipo ser presenteada com um pão e retribuir a generosidade com uma xícara de butiá. Com a morte de Siá, a residência foi doada através de um Projeto de Lei elaborado pelo vereador Mário Alpuim com o objetivo de construir um clube recreativo e cultural para negros e negras. A liberação do projeto foi concedida pelo então governador do Estado do Rio Grande do Sul, Ildo Menegheti. O clube, na atualidade encontra-se em um processo de reestruturação após algum tempo sem atividades.

Fonte:

Informações concedidas pela Profa. Eva Dutra Pinheiro, membro do Conselho da Comunidade Negra de Piratini e uma das representantes do grupo que está reestruturando a Sociedade Recreativa e Cultural 13 de Maio.

As histórias de discriminação racial que se encontram presentes nos relatos das comunidades não devem servir como motivo para descrença de que sociabilidades entre diferentes grupos étnicos sejam possíveis. O reconhecimento de que houve diferentes estratégias de resistir ao preconceito e continuar “dançando” con-

tra as adversidades são fundamentais no sentido de revelar a coragem e a ludicidade com que as populações negras construíram outro universo de relações sociais nas diásporas africanas, dando, igualmente, verdadeiras lições de convivência com as diferenças. Contudo, também são muitas as narrativas de superação destes tempos, e de amizades que vencem as barreiras dos preconceitos de cor.

Outras formas musicais de se dialogar com a cultura negra é o rap. O rap se constituiu mais um movimento da **música** negra (black) que junto a outras formas de expressões artísticas como o **grafitti**, **artes plásticas** (desenhos e pinturas feios na rua), da **dança** (break) e a discotecagem (DJ) estrutura aquilo que chamamos movimento Hip-Hop. O “rap” é um palavra formada a partir das iniciais da expressão **rhythm and poetry**. Existem inúmeros processos de seleção e combinação de partes de faixas já gravadas com outras técnicas de mixagem (aparelho que propicia a mistura de músicas) a fim de conceber ao rap um estilo musical portador de um som próprio (MUNANGA; GOMES, 2004).

O rap articula a tradição africana traduzida pela oralidade com as tecnologias da modernidade, trazendo como característica fundamental a **palavra** que unifica de forma musicalizada as realidades, principalmente, das populações negras em uma conexão marcada entre dois territórios, ou seja, o brasileiro e o norte-americano. O rap

[...] Além de narrar fatos do cotidiano e fazer a crônica dos acontecimentos, como fazem as sociedades africanas, as letras das músicas de rap denunciam a opressão e a marginalização a que estão submetidos os habitantes das periferias dos grandes centros urbanos, em sua maioria negros e mestiços [...] (SOUZA, 2006, p. 138).

O break, dança que acompanha o rap, segundo a autora, evidencia marcas africanas no sentido de que

Não mais o requebro dos quadris e o meneio de ombros presentes no samba, mas a quebra dos movimentos na qual a parte superior e a parte inferior do corpo se tornam quase independentes uma da outra, o que também é, tipicamente africano. O rap surge em um momento em que a adoção dos valores do mundo branco dominante não é mais vista como necessária no caminho da ascensão social e em que as raízes africanas são valorizadas em vez de negadas (SOUZA, 2006, p. 138-139).

O quilombola Eliézer Danilo da C.Q. Maçambique, um exímio desenhista, músico e compositor, compôs uma letra de rap onde “Uma História”, título da música, revela a maneira como a música é expressão política de si, de sua comunidade. É anseio de cantar e contar a caminhada que tem sido feita em uma assunção plena de identidade étnica que o fortalece por “saber que junto na luta, vamos vencer”!



Uma história, várias histórias: o rap de Eliezer.

Autor: Eduardo da Matta, Junho/2010.

Uma história

Hoje eu começo contando uma história

Contada com orgulho

Porque não me deixa de fora

Ontem sem saber

Que fazia parte

Que era num livro

Junto a outras comunidades

Tinha gente bonita

Um povo com cultura

Que põe a mão na enxada

E não desiste da luta

Sua voz não se cala

Chegando com respeito

Mas na hora corre atrás

Buscando os seus direitos

No dia de dificuldade

Com paciência se segue

Sabe que é no debate

Saber esperar acontece

E hoje muitas comunidades

Sua certidão recebe

Melhorias na saúde, educação

E num processo lento

Mais sempre na discussão

Preservando a identidade

Sem deixar morrer

Base dos nossos filhos

Um dia poder ver.

“Pra ser sincero

E falar a verdade

Lindo é ver nossas comunidades

De ser quilombola me orgulho

Saber que junto na luta

Vamos vencer”

Em busca de respostas,

Hoje as comunidades se reúnem

Sua voz hoje tem liberdade

Não se tinha de costume

Antes sem luz
 E hoje ônibus e escola
 Abre oportunidade
 Através do sistema de cotas
 Que lá fora é correria
 Dia a dia e luta
 Pouco incentivo ao agricultor
 Fase complicada na agricultura
 Batalha do caminho
 Mas embalo com fases
 Onde a voz de cada um
 É que define sermos capazes.

“Pra ser sincero
 E falar a verdade
 Lindo é ver nossas comunidades
 De ser quilombola me orgulho
 Saber que junto na luta
 Vamos vencer”

É um pequeno relato
 Aqui fica o meu respeito
 Consciência do meu dever
 Dos nossos direitos
 Agradeço o espaço
 Deixo muito obrigado
 Ao apoio de quem está
 Junto nesse trabalho

Eliézer Danilo Rodrigues de Melo –
 25 anos
 Comunidade Maçambique - Canguçu

As lutas quilombolas, em diferentes regiões do país, assemelham-se quanto às suas reivindicações e estratégias de fortalecimento. Existem comunidades em que o rap, enquanto expressão musical e política, é o porta-voz da realidade negra. O Quilombo Campinho da Independência que possui um grupo de rap é a prova disto.

PARA SABER (18)

Sobre o grupo de Rap Quilombola Realidade Negra da Comunidade Remanescente Quilombo do Campinho da Independência:

Sobre o Quilombo: “[...] A história do Quilombo do Campinho da Independência teve início quando o dono das terras onde a comunidade se situa, faliu e voltou para a Europa, deixando o espaço para três mulheres negras, que foram suas escravas. No final do século XIX Marcelina, Antonica e Luísa passaram a ser as responsáveis pelo que restou da Fazenda Independência. As três constituíram suas famílias, que deram origem ao que são hoje os três núcleos familiares do quilombo. Em muitas décadas de resistência, caminhando quilômetros com sacos de farinha de mandioca para vender no centro da cidade, sofrendo ataques de grileiros, e várias outras tentativas de retirada das terras que têm valor imobiliário e turístico muito grande, os quilombolas não só permanecem lá, como foram a primeira comunidade do estado do Rio de Janeiro a ter a titulação da terra. Em um cenário onde o tradicional e o moderno convivem, a cultura hip-hop chegou ao quilombo”.

As letras do Rap: Decorrem “[...] da vida, do Quilombo, do dia-a-dia. Ouvir os manos do Rap também nos inspira a escrever coisas novas. Só que o Rap se desenvolveu muito na cultura urbana e nós

procuramos falar mais da nossa realidade que somos negros rurais, vivemos numa comunidade quilombola, é uma outra realidade do Brasil que o brasileiro não conhece, daí vem a nossa inspiração”.

Um grupo de Rap Quilombola: “Nós sofremos até um certo preconceito por causa disso, tem gente que pensa que quilombola não pode cantar Rap, só dançar jongo e tal, daí a gente coloca na abertura do nosso show de gravação um trecho do documentário ‘Jongos, Calangos e Folias’ que mostra um rapaz falando da poesia na vida dele, pois a rima sempre esteve presente nas comunidades tradicionais. Ser um grupo de Rap Quilombola é ter a oportunidade de falar daquilo que os irmãos das periferias dificilmente vão falar porque não vivem. É uma responsabilidade muito grande, porque na disputa pelo território os Quilombos têm sido vítima dos ataques do setor do agronegócio e não temos espaços para falar, informar e denunciar. Tudo que a população sabe é o que vê na grande mídia, e o Rap pra nós é um novo espaço de comunicação do quilombo. Além disso, como os primeiros, fica a responsabilidade de fazer bem feito, porque a gente tem certeza que depois de nós virão outros e nós”.

Fonte:

Acesso em: <http://culturahiphop.uol.com.br/materia/62/> Disponível em: 22/04/2012

A sociabilidade quilombola, forjada através da musicalidade e das festas, propicia laços que se tornam duradouros, resultando em núcleos familiares que criam e recriam possibilidades de habitar o território através de um sentimento gregário que une as pessoas ligadas pela consaguinidade como, também, àquelas que se unem pelo elo de serem “de criação”.

Existem casais como o Sr. Getulio e D. Áurea, Sr. Hermes e D. Núbia, Sr. Waldemar e D. Zeni e outros que somam muitos anos de convivência e relatam, através de narrativas que o tempo não apagou a emoção, a forma como os flertes e os enamoramentos se iniciaram nas brincadeiras dançantes e nos bailes das ramadas. Eram táticas afetivas de aproximação do/a amado/a que podem dialogar com os meios contemporâneos de estabelecer afetividades, ou seja, do “ficar” típico de uma geração que na atualidade, de igual forma, produz seus caminhos de demonstrar o quanto as relações afetivas são os pilares da convivência humana e da possibilidade de manutenção, reprodução e transformação cultural que sustentam o território.

Sr. Hermes do Passo do Lourenço, namorou D. Núbia por vinte anos até casar e contou as formas de comunicação, nem sempre verbal, ainda que o mesmo fosse bom de verso: “Quando os namorados se conversavam, não tinha telefone, era por espelho. Pegava um espelho grande e colocava contra o sol. Dava aquele reflexo nos olhos da gente que tinha que baixar os olhos”.

Nas “porcas-de-roda”, versos eram “lançados” a fim de dançar uma “marca” (música) com a preferida da festa e, Sr. Hermes, lembrou inúmeros deles:

“Fui no jardim passear
Achei tudo florecido
Não achei cravo nem rosa
Que se igualasse contigo”

“Não sou figo maduro
Ruído dos passarinhos
Não penses que vais me iludir
Com estes teus belos carinhos”.

“Morena minha morena
Dos cabelos cai cai
Que linda esta morena
Para ser nora de meu pai”.

“Princípio de nosso amor
Eu desejava ver o fim
Se nosso amor terminar
Será por ti e não por mim”

“Juro te ser firme
De meu coração te dar
Não há ninguém neste mundo
Que mais eu possa amar”.

Era “lançar”
o verso e dançar
com a preferida!

Autor: Sabrina Souza,
Agosto/2010.



Sr. João Cardoso da C.Q. Rincão do Quilombo que também é reconhecido como João Pé-de-Xote se divertia nos bailes com o “barulho” que fazia com sua gaita e viola. Quando estava interessado em alguma moça, atirava um grão de milho próximo a ela que, se por ventura, olhasse, este seria um sinal positivo; se a face fosse virada, o cortejo era tido como fracassado.



Sr. Getúlio e D. Áurea, uma união que perdura há seis décadas.

Autor: Deise Cunha, Agosto/2010.

D. Áurea e Sr. Getúlio da Comunidade remanescente de Quilombo Manoel do Rego se conhecem desde crianças, estão juntos a sessenta anos. A música também os une mas em uma outra dimensão. D. Áurea passa os dias cantando, se sente feliz assim e, com certeza, também gera felicidade às pessoas com quem ela convive. Durante muito tempo ela fez parte do Coral da Comunidade – Coral Redenção – mas, com o avançar da idade, foi sentindo-se indisposta para caminhar até a igreja nos dias de ensaio.

Em 30 de novembro de 1927, as famílias negras do Distrito da Solidez, onde está localizada a C.Q. Manoel do Rego, fundaram a sua igreja luterana em virtude de conflitos étnico-raciais entre fiéis negros e descendentes de alemães; o coral foi fundado em 1934 e, a partir dos anos de 1930, também foi fundada uma escola ao lado da igreja para que as crianças fossem alfabetizadas.

No Coral de Manoel do Rego, homens, mulheres e crianças fazem parte do grupo; o coral é regido por um pastor de origem alemã que também é regente do coral da outra congregação religiosa do território da Solidez que, diferentemente do coral dos quilombolas, é formado apenas por homens e o repertório musical possui um estilo sacro alemão que não abre espaço para outras possibilidades rítmicas tal qual o grupo do Manoel do Rego.

O coral, segundo a professora Ivani Radtke Bubolz:

[...] sempre foi o componente propulsor dentro da Congregação, nunca deixou de existir. Hoje com um CD gravado tem músicas com um repertório diversificado: sacro, popular e folclórica. Já recebeu convite de várias partes do Brasil, porém nem sempre atendidas por falta de recursos diversos. Este constante reclame pela falta de recursos, motivou os membros do Coral e da Congregação por serem negros e de pleno direito a fundarem em seu meio junto com os demais negros do local, a Associação Remanescente de Quilombo Manoel de Rego, em 9 de outubro de 2003, com a finalidade de buscarem recursos financeiros a fundo perdido do governo.

Em pesquisa realizada na disciplina de História por alunos/as e professoras da Escola Municipal de Ensino



Igreja Evangélica Luterana do Brasil:
Congregação "Redenção"/Manoel do Rego.

Autor: Deise Cunha, Maio/2012.

Fundamental Secundino Silveira da Silva, localizada no terceiro Distrito de Canguçu, a presença das igrejas na localidade revela a segregação étnica presente, ainda que muitas pessoas afirmem que hoje em dia as coisas estão mudando:

As instituições religiosas constituem "pontos focais" nas redes de relações comunitárias, isso se mostra de forma muito acentuada na localidade de Solidez no início do século XX. Nesse sentido, observou-se que as diferenças entre os principais grupos étnicos que existem na região encontram formas peculiares de expressão em filiações religiosas. Ou seja, ainda que o luteranismo constitua, desde o início, a religião dominante da região, as diferenças entre os principais grupos étnicos foram tão marcadas que resultou na constituição de três comunidades religiosas distintas: a comunidade dos "alemães", a dos "negros" e a dos "brasileiros". Dessa forma, foi, também, através de um trabalho de mediação religiosa que inicialmente a posição social dos negros na localidade foi redefinida e que eles passaram a exercer papéis e atribuições relativamente diferenciadas das que lhes eram anteriormente destinados nas estruturas e hierarquias de poder **(Trabalho coordenado pelas professoras Fátima Cristina Tavares Lobato e Zaí Pedroso Machado)**.

O Coral da Redenção, com todo o fervor que a musicalidade negra suscita, demonstra a maneira como a religiosidade negra coloca-se com devoção e, ao mesmo tempo, questiona as estruturas segrega-



Corais negros:
canto de louvor ao
sagrado e jeitos
cantantes de
resistir.

Acervo: Loni Neunfeld
Wudiuchadt, 1976.

doras da sociedade brasileira através de um conjunto de vozes que reafirmam através da música a necessidade de lembrar da igualdade entre as diferentes etnias/raça.

Coro das Raças

Qual é a cor do nosso Deus?
E qual é o sangue que ele tem?
Deus tem amor
Aos filhos seus
Deus tem o sangue que eles têm
[Refrão].

O sentimento não tem cor
Coro: Deus não tem cor!
E cada um Deus amará
Coro: Deus não tem cor!
O amor sincero é incomum
Coro: Deus não tem cor!
Jamais nos vai discriminar.
Coro: Deus não tem cor!

[Refrão]

A paz virá dessa união
Coro: Deus não tem cor!
De sangue, raças e de cor
Coro: Deus não tem cor!
Quando aceitarmos nosso irmão
Coro: Deus não tem cor!
Conforme fez o criador.
Coro: Deus não tem cor!

[Refrão]

O amor que tinge o nosso rosto
Coro: Deus não tem cor!
Na paz de espírito manchar
Coro: Deus não tem cor!
Um dia todos terá posto
Coro: Deus não tem cor!
Na mesma mesa ele sentou
Coro: Deus não tem cor!
[Refrão]

PARA SABER (19)

Sobre a origem dos corais negros: “A música se tornou um elemento central do processo de transposição das tradições africanas para um novo contexto social e econômico. Aos poucos, os cativos criaram um cultura híbrida, que ganhou impulso com o início da evangelização dos escravos em 1727 [...] Os africanos e seus descendentes puderam, então, celebrar os cultos cristãos a seu próprio modo. Com suas pregações, os novos pastores negros, atuando como verdadeiros solistas, fizeram ressurgir o tom encantatório ancestral: os fiéis eram convidados a repetir as passagens bíblicas cantando-as. Fossem trechos do Velho (gospel) ou do Novo (spiritual) Testamento, esses cantos eram testemunhos da fé e da opressão dos escravos. O primeiro registro conhecido dessa mistura de arte e devoção é um disco de spiritual de 1902 do Dinwiddie Colored Quartet, que é considerado a primeira gravação de música negra da história” (PELLEGRINI, 2011, p. 33). Nos ritmos spirituals encontra-se uma forte relação entre os cantos negros norte-americanos e as canções de povos da África ocidental em que em um processo forçoso de aceitação do cristianismo as passagens bíblicas são recriadas para o cotidiano vivido pelos escravos em que as temáticas recorrentes dizem respeito a processos de dor, amor, saudades, sofrimento, situações de sorte, azar e, também, a necessária espe-

rança que revigora a alma e desfaz o sofrimento do corpo.

Martin Luther-King

Martin Luther King Jr. nasceu em 15 de janeiro de 1922 em Atlanta, Georgia, e seu pai era um pastor batista e sua mãe uma professora. Tendo possibilidade de estudar, King se tornou pastor aos 19 anos e se formou em teologia. Durante sua pós-graduação e no resto de seus estudos se dedicou à observância de formas de protesto não-violentas, com especial atenção à filosofia de Mahatma Gandhi. Em 1954 se torna pastor na cidade de Montgomery e um ano depois começa um boicote ao transporte público cujas lotações permitiam aos negros sentarem somente na parte traseira, após um incidente em que uma mulher negra não cedeu o seu lugar a um branco e foi presa; esta mulher chamava-se Rosa Parks. Rosa era costureira, foi considerada a “mãe do movimento pelos direitos civis” e faleceu em 2005, aos 92 anos. A ativista afirmara que a sua desobediência resultou em multa e prisão, e explica o fato da seguinte maneira: “Meus pés estavam doendo, e eu não sei bem a causa pela qual me recusei a levantar. Mas creio que a verdadeira razão foi que eu senti que tinha o direito de ser tratada de forma igual a qualquer outro passageiro. Nós já havíamos suportado aquele tipo de tratamento durante muito tempo” (Rosa Parks, em entrevista realizada em 1992).

Martin Luther King, no ano de 1957, ajuda a fundar a Conferência

da Liderança Cristã no Sul (SCLC), organização de igrejas e pastores negros cuja função primordial seria lutar pacificamente contra a segregação racial. A partir deste momento, King liderou uma série de lutas em diferentes partes dos Estados Unidos durante os anos 1960 e foi preso por desordem pública; em 1963 liderou uma marcha que reuniu 200.000 pessoas na capital americana, em Washington, em busca dos direitos dos negros no estado sulino do Alabama e, no mesmo ano, também em Washington, fez seu famoso discurso, I HAVE A DREAM (Eu tenho um sonho) e recebeu o prêmio Nobel da Paz. Em 4 de abril de 1968 foi assassinado mas sua luta e exemplo persiste até o dia de hoje, também, através dos negros e negras cristãs e não cristãs que clamam por um mundo, por uma sociedade de paz racial.

Fonte:

PELLEGRINI, Emmanuelle. A música libertada pelos escravos. *História Viva*, ano VIII, nº 92, Abril de 2011.

Existe outro coral formado por quilombolas que se chama **Família Alcântara Coral**. Desde os anos de 1960, a Família Alcântara preserva e divulga as suas raízes africanas mostrando os ritos, danças e cantos de seus antepassados angolanos. Com mais de 40 integrantes, de todas as idades, desde crianças de três anos até idosos com mais de setenta anos, o grupo revigora uma história que remonta à chegada dos negros africanos escravizados no século XVI.

O início do coral parte de um convite feito por uma senhora que cantava na missa da Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora, em Padre Pinto (MG), Distrito de Rio Piracicaba, antigo Quilombo do Caxambu, para um menino de bela voz que iria acompanhá-la em seus cantos. Este menino chamava-se Pedro Alcântara que se tornou regente do Coral da Família Alcântara e dá início ao coral quando pede para o padre ajudá-lo a formar um coro que contaria, para além de sua parceira inicial, com outros integrantes da família – pai, mãe, irmãs, primos etc. Em 1963, com oito integrantes, a Família Alcântara fez sua estréia musical nas celebrações de Nossa Senhora do Rosário.

Na atualidade, o repertório do grupo é composto de modo a prestigiar o folclore brasileiro e os cantos do congado que sofrem algumas adaptações pelo regente. A música sempre foi um hábito familiar fortemente incentivado pelos pais e as canções são, em grande parte, lembranças do membro mais velho da família a, **Vó Mena** – D. Filomena Tomazia –, nascida em 1907, filha de escravos e bisneta de reis africanos que tinha a musicalidade em sua alma e repassava as cantigas aprendidas com seus antepassados. Vó Mena faleceu em 12 de setembro de 2001, mas canções como a que se tem abaixo, são mostras de devoção; pede-se à Santa Madalena pela água, “chuva que não molha e pão que nos consola”, chuva que fertiliza e garante o direito à supressão das necessidades essenciais à vida!

Pedido de Chuva

(Vó Mena)

Santa Maria Madalena
Pedindo a meu Deus que chova na terra
Chuva que não moia
Pão que nos consola
Nós somos pecadores

Senhor Deus misericórdia
A senhora da luz
Os anjo que nos acompanha
Esse nosso bom Jesus

A musicalidade negra, que remete às raízes africanas, constituiu um fator de resistência e sentimento familiar que agrega os membros da família e acolhe aqueles e aquelas que se deixam envolver por um jeito cantante, dançante de ser, que ultrapassa as barreiras da cor.

Dos irreverentes **loduns** aos sagrados hinos de louvor, a essência se encontra na disposição com que tais práticas foram “**quebrando**” as barreiras da escravidão e os empecilhos às populações negras que se revelam através do racismo à brasileira em que “há racismo, mas sem racista. Ele está no ar...” (MUNANGA, 2009, p. 17).



Dança de Coco.

Autor: Caroline Antunes.

Ao “**quebrar**” as barreiras da escravidão, do persistente racismo pós-abolição, muitas formas de se gingar com as adversidades são recriadas. As sonoridades dos tambores associados a instrumentos de corda e percussão ou, a qualquer elemento que produza som, faz parte de um repertório cultural que, com origens em África, ou na condição desumanizante do cativo, cumpre missão educativa, civilizatória de Norte a Sul do país, e nas diásporas de todo o mundo.

A ideia do quebrar, trazida nesses dois últimos parágrafos, nos remete à **dança do coco**, originária dos quilombos nordestinos onde, para se alimentar, os quilombolas colhiam, entre muitas coisas, os cocos que existiam em abundância nas suas matas, tendo em vista que, coletivamente, passavam horas quebrando cocos, cantando e dançando para se distrair ao ritmo do “quebra coco”.

O universo das sociabilidades negras e quilombolas são entrecruzadas com a história vivida nas diversas relações que se estabelecem com o mundo do trabalho, nas dinâmicas que se estabelecem no campo das relações sociais e na esfera da religiosidade.

Essa vastidão de caminhos por onde se pode construir conhecimentos acerca da história e cultura africana e afro-brasileira deve ser uma prática constante em todos os anos escolares. Ao observar as sociabilidades locais se corre o risco de se lançar para outros espaços, de traçar rotas étnico-culturais que aproximam aquilo que as travessias oceânicas dispersaram; o continente africano está espalhado pelo mundo desafiando-nos a percebê-lo naquilo que de melhor pode conferir à humanidade: a astúcia de sobreviver ensinando que histórias não se sequestram, elas se refazem, fortalecendo, desta maneira, sua presença.

Para refletir e transformar em atividades pedagógicas (5)

1. A sociabilidade é um conceito que inspira formas de viver junto através de constructos culturais forjados coletivamente, seja no bairro, na igreja, na escola, nas associações e outros. Neste sentido, quais são as formas mais utilizadas para manter a coesão social de um quilombo?

2. A organização de atividades que recuperam a dimensão social e solidária dos trabalhos de mutirão com objetivos a serem estabelecidos com o grupo tendo como culminância uma festa, uma serenata, enfim, os rituais festivos que celebram a conclusão do trabalho e a coletividade como modo de vida, são formas de trabalho pedagógico que podem revigorar práticas sociais comunitária no âmbito da escola;

3. A produção de investigações relativas ao campo da etnomusicologia – estudo das pessoas fazendo ou experienciando músicas (PRASS, 2009), é uma forma de entender as relações sociais vigentes a partir de cada ritmo musical criado;

4. É fundamental apostar na compreensão acerca do que sejam os patrimônios culturais materiais e imateriais e propor, didaticamente, atividades que revelem a MEMÓRIA como categoria para identificar elementos que são matrizes por onde valores reafirmam identidades, são

necessários no sentido de que a infância e a juventude se perceba como membros de uma coletividade que, patrimonialmente, fomenta possibilidades educativas nos mais diferentes campos do saber;

5. Promover estudos acerca de corais de jovens negros como, por exemplo, o Coral dos Meninos do Araçuaí (Vale do Jequetinhonha/MG) investindo, principalmente, nas histórias que culminam na formação dos grupos, de modo a potencializar que na escola iniciativas musicais aconteçam revitalizando a história local e as interfaces com as raízes africanas e afro brasileiras;

6. Realizar festivais que recuperem estilos e ritmos musicais de todas as regiões do país, utilizando a investigação escolar como metodologia inicial para que, de forma interdisciplinar, possam ser analisadas as indumentárias, letras de músicas, forma de construção de instrumentos rítmicos e, posteriormente, sejam organizadas coreografias relativas ao estudo;

7. Investir na construção de redes de comunicação entre Escolas Quilombolas de todo o país trocando informações através folhetos, boletins, redes sociais, cartas, incentivando, desta forma, sociabilidades que permitam aglutinar experiências que incentivem a infância e juventude, no âmbito das práticas escolares, construïrem e fortalecerem sua identidade quilombola;

8. Realizar pesquisas acerca dos espaços associativos negros como, por exemplo, os clubes sociais e entender o processo de formação de movimentos sociais negros com características específicas, tais como o Movimento Clubista e as suas reivindicações em relação à cultura e patrimônio.

1.3.4 Quilombo: território que dá corpo à vida e a mantém!

A preservação da vida sempre esteve vinculada à maneira como, antes e depois do nascimento, a cuidamos, vivendo em sociedade e criando formas de manter corpo e mente saudáveis através da alimentação, práticas esportivas, uso de tratamentos quando necessário e, também, no cuidado com as relações interpessoais no que tange às amizades, afeti-vidades, enfim, em relação aos inúmeros sentimentos que na convivência humana nos fazem sentir e viver melhor.

Contudo, todas estas formas de bem viver passam pela cultura e, em cada lugar, é singular a forma de se construir e atribuir significados aos sujeitos culturais que todos somos. Nesta lógica, desenvolvemos mais alguns aspectos relativos às culturas quilombolas discorrendo sobre, por exemplo, a maneira como nos inserimos pela primeira vez em sociedade através da chegada ao mundo, através dos partos; recorremos também à forma como as medicações advêm do poder das ervas, das benzeduras, das rezas e também como o corpo se sustenta saudável dentro de dinâmicas peculiares ao território.

1.3.4.1 Cultura parteira de vir ao mundo e as defesas negras para se manter nele: benzeduras, rezas e proteção!



D. Clenir, a parteira de sua própria filha.

Autor: Deise Cunha, Maio/2012.

Os partos

“Era uma chuvarada, quase uma enchente, e o pai teve que me passar no colo por aquela sanga, naquele bueiro que vocês passaram. Era uma enchente tão grande que não tinha como passar. Não passava carro, não passava nada. Eles tiveram que me passar no colo” (Clenir, C.Q. Fazenda da Cachoeira).

Deste cenário de chuva, tempestade, enchentes, nasceu Denise! Denise é uma das dez crianças que D. Clenir trouxe ao mundo: sua própria filha. Muitas vezes escutamos histórias cujos finais tornam-se difíceis de imaginar; ficamos mentalmente construindo inúmeras possibilidades para seu término porque nos colocamos dentro dela a partir de nossas experiências.

Em localidades onde inexistem acessos rápidos a hospitais e médicos, as parteiras têm um papel especial no sentido de, conforme diz o ditado, fazer do parto uma “boa hora” para a criança e para a mãe.

O corpo da parturiente e o corpo que vem ao mundo pelas mãos da parteira estão imersos em uma rede de significados que apenas os contextos onde tal prática ocorre pode explicar; às técnicas aliam-se sistemas de crenças que, no seu conjunto, têm ao longo dos tempos amenizado as faltas de assistência não apenas médica, mas, igualmente, questões seríssimas no que tange à mobilidade que são realidades muito frequentes em comunidades quilombolas que, na sua grande maioria, encontram-se localizadas distantes dos grandes centros.

Sob o ponto de vista da técnica do parto tem-se um ritual: é o número de dedos com que se corta o cordãozinho umbilical que varia entre três a quatro de-

dos; é a tesourinha bem cuidada através de processos de esterilização caseiros do tipo queimar a sua ponta, rotina que é fundamental para o procedimento e depois deixar à mão o cordãozinho para amarrar o umbigo bem apertado depois de cortado. Esta descrição simplificada não narra os cuidados para deixar a mãe tranquila, os diálogos feitos com o bebê, sujeito também da ação e quando se trata das “parteiras de dom” (MAUÉS; VILLACORTA, 2004), para além das técnicas de atendimento, acreditam serem assistidas por entidades espirituais ou santos de devoção.

Existem, também, aqueles casos em que as crianças chegam ao mundo e sem avisar pega a todos de surpresa, tendo, então, como no caso de Sr. Sadir da C.Q. Iguatemi, que aprender o ofício na emergência ao se ver obrigado a fazer o parto de sua esposa, D. Vera, a fim de trazer a menininha Cristiane ao mundo:

Eu só sei que já tinha um carro combinado com o vizinho lá de cima para ele levá-la para o hospital. Eu sei que depois do carro estar pago não deu mais tempo [...] o que eu tenho a dizer para vocês é que essa aí estava trabalhando e eu só sei que quando deu, como diz o outro, não é... tchê, aquele barulho eu não fiquei nem assustado e essa guria nasceu! E eu aí fazer o quê? Eu tive que atender a guria. Tive que atender e atendi; depois não foi nem preciso levar para o hospital.



Sr. Sadir, pai e parteiro!

Autor: Herberto Peil, Junho/2010.

Se a grande maioria dos partos são bem assistidos pelas parteiras, se outros nascem da maneira que é possível, também acontecem casos em que a presença de assistência médica se faz necessária, por isso, reconhecidos todos os saberes tradicionais e sua valiosa contribuição, a própria comunidade entende que o atendimento público no que diz respeito ao serviço médico e odontológico é deficitário. Se existem histórias com finais felizes como o de Sandra, existem muitos óbitos decorrentes da ausência de recurso médico e cuja situação se agrava com a limitação em termos de meios de transporte.

Sr. Siloca da C.Q. Maçambique, 87 anos, filho de uma parteira que era escrava e que já havia feito mais de cem partos, sempre se opôs que sua esposa, D. Santa, realizasse partos por considerar tal atividade de muita responsabilidade visto que mexe com a vida dos outros. Ele é um homem cheio de superstições e que se considera um azarado sem expor muitas razões para tal sentimento, todavia, é cuidadoso na relação para com a vida e, mesmo as parteiras, também se ressentem da necessidade em qualificar a assistência ao parto domiciliar buscando, para tanto, junto ao Sistema Único de Saúde (SUS) as seguintes reivindicações a partir do reconhecimento de sua profissão: serem cadastradas, receberem qualificação para orientar as mães sobre os cuidados com os



Sr. Siloca e a alerta sobre a responsabilidade de fazer parto.

Autor: Eduardo da Matta, Junho/2010.

bebês e terem acesso a materiais como luvas e álcool, bem como, transporte no caso de complicações no momento do parto, além de terem fichas de identificação para facilitar o registro civil, o direito à remuneração e aposentadoria. O percentual de partos domiciliares é de 30% no país, deixando, desta forma, evidente que existem muitas faltas em relação ao direito à saúde da população brasileira em geral e, principalmente, da população negra.

Para a criança e todas as gerações o direito inalienável à saúde pública.

Autor: Dalva Rosane, Maio/2010.



PARA SABER (20)

Sobre a História das parteiras

No século XIX, em meados dos anos de 1830, as únicas exigências para exercer a função de parteiras “[...] eram provar experiência e passar por um exame, o que, aliás, nem sempre era cumprido. Os partos eram realizados quase que exclusivamente no domicílio da parturiente, assistidos por outra mulher. Não havia maternidades e dar à luz fora de casa, na enfermaria da Santa Casa, era apavorante. O recurso era usado apenas em casos de partos complicados, pois as mortes eram freqüentes, pela falta de controle das infecções. Ajudar no parto e dar os primeiros-socorros aos recém-nascidos faziam parte das atribuições do

sexo feminino, cujos conhecimentos eram transmitidos de geração para geração. Tanto as senhoras faziam o parto de suas escravas, parentes e vizinhas, como as escravas partejavam as senhoras. A partir do século XIX, os médicos passaram a taxar como ignorantes e a perseguir não só as parteiras, mas todos os práticos que se dedicavam à cura, como sangradores, boticários, dentistas, numa tentativa de uniformizar o saber e evitar a concorrência. Para poder exercer essas atividades, passou-se a exigir diploma, obtido nas duas únicas faculdades de medicina existentes no país, a do Rio de Janeiro e a da Bahia, criadas em 1932 [...] O número de parteiras formadas no Brasil, no século XIX, foi pequeno. Para a inscrição exigia-se que as alunas fossem alfabetizadas e soubessem francês. A maioria das parteiras continuou a exercer a função sem diploma. Boa parte das parteiras diplomadas vinham de outros países. Muitas, além de fazerem o parto no domicílio das parturientes, recebiam clientes em casa. Aí eram atendidas em geral escravas, negras livres, e mulheres que por alguma razão estavam impedidas de dar à luz em suas próprias casas, como por exemplo as provenientes do interior, as mães-solteiras e as viúvas [...]”.

Fonte:

MOTT, Maria Lucia. Uma parteira diplomada. Nossa História. Ano 02, Nº 21, Julho de 2005, p. 28-31.

Os partos se constituem, também, práticas de **uma medicina tradicional** que faz parte do repertório de saberes de crianças, jovens, adultos e idosos. Por medicina tradicional, conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), concebe-se como um “[...] conjunto de conhecimentos técnicos e procedimentos baseados nas teorias, crenças e experiências indígenas de diferentes culturas, sejam ou não explicáveis pela ciência, usados para a manutenção da saúde, como também para a prevenção, diagnose e tratamento de doenças físicas e mentais [...]” (OPAS-OMS apud RODRIGUES, 2010).

Os africanos, ao chegarem no território brasileiro, incorporaram a seus conhecimentos os usos que os indígenas faziam das plantas nativas realizando, no entanto, substituições a partir das características organolépticas (cor, aroma, sabor e textura) das plantas encontradas no Brasil e na África (RODRIGUES, 2010).

Nos quilombos o conhecimento em relação às ervas é vasto. Na C.Q. Passo do Lourenço existe uma farmácia caseira onde são produzidos, sob orientação de uma farmacêutica, xaropes, pomadas, infusões e, nas paredes da farmácia, existem muitos cartazes explicativos e ilustrativos acerca das propriedades medicinais de um diversificado grupo de ervas.

D. Marilaine da C.Q. Estância da Figueira, de uma só vez, citou uma quantidade imensa de ervas e suas propriedades curativas: laranja, bergamota e limão para febre, dores e resfriado; laranja, cidrão e capim cidró têm propriedades calmantes; losna, babosa, carqueja para problemas estomacais; funcho e maçanilha para cólica de bebê e trançagem para infecções e dores. Junto a este rico repertório podemos citar outras tantas que eram seguidamente apresentadas junto às suas serventias:

pixirica, bananinha do mato, palminha, catinga de mulata, malva, cola de lagarto, hortelã, pimenta, murta, alcachofra, carqueja, boldo, anis estrelado, cerno da coronilha e outras.

PARA SABER (21)

O uso de fitoterápicos faz parte do Programa Nacional de Plantas Medicinal e Fitoterápico do Ministério da Saúde que definiu como princípios orientadores de suas ações os aspectos abaixo:

- Ampliação das opções terapêuticas e melhoria da atenção à saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS;
- Uso sustentável da biodiversidade brasileira;
- Valorização e preservação do conhecimento tradicional das comunidades e povos tradicionais;
- Fortalecimento da agricultura familiar;
- Crescimento com geração de emprego e renda, redutor das desigualdades regionais;
- Desenvolvimento tecnológico e industrial;
- Inclusão social e redução das desigualdades sociais e;
- Participação popular e controle social

Outras ações fazem-se necessárias para o ensino formal:

- Propor junto ao MEC (Ministério da Educação e Cultura) a inserção

do tema Plantas Medicinais no ensino formal em todos os níveis;

• Propor junto ao MEC a formação em Plantas Medicinais/Fitoterapia no ensino técnico e superior.

Fonte:

Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.



As rezas

Nessa relação tão direta com o meio natural, as pessoas têm, tal qual os partos domiciliares, forjado soluções para os seus mal estares tanto do corpo quanto da alma. A medicina popular também está relacionada a orientações mítico-religiosas que conferem aos curadores, rezadores, benzedores, parteiras, mãe-de-santo, pai-de-santo, pajés ou xamãs a autoridade para identificar e tratar os males que têm origem no natural e no sobrenatural.

Então, dependendo do mal que atinge cada pessoa, aos elementos da natureza atrelam-se rituais do tipo rezas, defumações, macerados, banhos nos rios e à base de ervas, benzeduras com água, ramos verdes, carvão, enfim, existe um universo de tratamentos que são fundamentais de serem compreendidos como condição de, igualmente, compreender os sujeitos sócio-histórico-culturais que vão à escola para aprender e também para ensinar. Afinal, a educação tem como pressuposto preparar para a vida e, estas formas, são maneiras reais que muitas pessoas se utilizam para preparar, proteger e encaminhar aqueles que querem bem para caminhos de longevidade e prosperidade.

Na C.Q. Favila, C.Q. Rincão do Quilombo e C.Q. Potreiro Grande foram encontradas benzedeadas que, donas de um dom que lhes é próprio, das suas naturezas, aprenderam algumas rezas que as proferem durante o ato de benzer. Todas as mulheres das referidas comunidades estão ligadas a religiões católica ou luterana, no entanto, valem-se de tais práticas para fazer o bem, aliviar as dores, reerguer as pessoas afetadas por mau-olhado ou quebranto. Tais rituais não fazem parte das suas religiões, mas fazem parte de um dia a dia que não se limita a expandir a sua fé com a intenção primordial de ajudar o próximo.

D. Santa da C.Q. Potreiro Grande relata os passos da benzedura e da reza:

Tem que agarrar quatro galinhos de arruda ou pode ser de flor também; uns galinhos de flor que a gente gosta. Se a gente planta, a gente gosta aí, então, tem que pegar quatro galinhos. A gente benze a pessoa e diz assim: “É quebrante que tu tens, três te bota, três te tira, Pai, Filho e Espírito Santo, Amém. Assim que a gente diz por três vezes. Aí os galinhos a gente bota atrás da orelha; se é quebrante que a pessoa tem a arruda fica bem torradinha. Olha, melhora em um instante e serve também para dor de dente, ar, serve para tudo. Muita gente vem aqui para eu benzer de ar, de quebrante, de cobreiro e de sapinho, quando dá nas crianças (D. Santa, C.Q. Potreiro Grande).

As benzeduras e as rezas são uma forma de proteção, de “defesa”, dos negros no dizer de D. Vani da C.Q. Cerro das Velhas, que desde o tempo da escravidão precisavam de uma forma de se agarrar com Deus e se proteger dos sofrimentos. Os sofrimentos nem sempre causados pelos castigos, pelo trabalho forçado, pela distância da terra mãe, pois a proteção se dá, inclusive, dos fenômenos naturais que, quando avassaladores,

produzem grandes tragédias tais como tempestades, enchentes, descargas elétricas dos trovões e outros.

D. Clarice da C.Q. Armada, que é devota de santos e possui uma grande quantidade deles em casa, aprendeu com sua mãe a “benzer temporal”:

[...] tem pessoas que benzem com um machado e outras que não, só com a mão. O cortado é em cruz e as palavras são: “Chuva que cai na terra, vento que corre para o ar e a pedra que vá para o mar. Em nome de Deus e da Virgem Maria. Repetem-se por três vezes estas palavras. Só que tem uma coisa não é? O temporal não pode ser bento quando ele já está próximo, bem perto, tem que ser quando está longe (D. Clarisse, C.Q. Armada).



A benzedura como tradição e tratamento.

Autor: Deise Cunha, Julho/2010.

Independem, as benzeduras, do credo religioso ainda que em grande parte delas sejam evocadas santidades do catolicismo. Elas decorrem de uma mistura de preceitos mítico-religiosos resultantes do processo de construção cultural das populações africanas chegadas no Brasil.

Grande parte destes ensinamentos são repassados pela tradição oral por meio da qual tudo se aprende através de uma repetição que não é necessariamente uma cópia fiel daquilo que é ensinado; processos de recriação acontecem a cada tempo histórico. Existe, também, nesse mundo mitológico, os segredos que são guardados e que, aos poucos, é necessário tentar compreendê-los, desvendá-los e recuperá-los a partir do que cada preceito apresenta; é a garantia da memória de um povo que ainda se mantém, onde as políticas públicas não chegam e que por intermédio de uma força que é ensinamento ancestral, que é proteção, defesa e cura!

Essas práticas são cantadas no repertório musical brasileiro:

As baianas e seus quitutes

(Martinho da Vila e Rosinha Valença)

As rezadeiras usam
 Águas da chuva e do rio
 Curam as dores do corpo
 Cisco no olho, espinhela caída
 [...] As rezadeiras quebram
 Quebranto, mal olhado
 Males que vem dos ares
 Nervos torcidos, ventres virados
 As benzedoras são
 Estrelas da manhã
 As nossas anciãs
 Nanãs Buruquês
 [...] Afastam a inveja
 E o mal olhado
 Com suas forças
 Com suas crenças
 Com suas mentes sãs

As rezadeiras são
 As nossas guardiãs
 Por dias, noites, manhãs
 Nanãs

Nanã fornece a lama para a modelagem do homem

Dizem que quando Olorum encarregou Oxalá de fazer o mundo e modelar o ser humano, o orixá tentou vários caminhos. Tentou fazer o homem de ar, como ele. Não deu certo, pois o homem logo se desvaneceu. Tentou fazer de pau, mas a criatura ficou dura. De pedra ainda a tentativa foi pior. Fez de fogo e o homem se consumiu. Tentou azeite, água e até vinho-de-palma, e nada. Foi então que Nanã Burucu veio em seu socorro. Apontou para o fundo do lago com seu ibiri, seu cetro e arma, e de lá retirou uma porção de lama. Nana deu a porção de lama a Oxalá, O barro do fundo das águas onde morava ela, a lama sob as águas, que é Nanã. Oxalá criou o homem, o modelou no barro. Com o sopro de Olorum ele caminhou. Com a ajuda dos orixás povoou a Terra.
[...]
(PRANDI, 2001, p.196-197).

Se as comunidades negras se mantêm é porque de forma muito sábia criam mecanismos para tanto, contudo, a vida de dificuldades não é suprimida principalmente no que diz respeito ao acesso a um direito universal de todo o cidadão que é o direito à saúde pública.



Nanã, a divindade que “doou” o barro para a criação dos seres humanos.

Autor: Jonas Fernando, Maio/2010.

Tais questões, principalmente para as populações negras, tornam-se mais graves em virtude do processo histórico em que, ao ser decretada a abolição da escravidão, não foram decretadas, igualmente, condições para que negros e negras pudessem viver sua liberdade com direitos até então de fato negados e cujo futuro careceria de olhares específicos, a fim de que equidades se estabelecessem.

O relato de D. Clenir da C.Q. Fazenda da Cachoeira que está abaixo, se repete nas demais comunidades da região; tais depoimentos demonstram o quanto a escola deve ser um lugar de questionamento acerca dos “esquecimentos” a que determinados segmentos da sociedade estão sujeitos. Soma-se a isso, o fato de o ônibus passar apenas uma vez por semana nas proximidades da comunidade. A reivindicação por um posto de saúde se soma à denúncia de um atendimento que

não investe em uma ação pública voltada à dignidade humana em todas as áreas:

Eu queria que tivesse um posto de atendimento, porque quando adoecer uma criança à noite é uma tristeza ou uma pessoa grande mesmo. É uma tristeza, porque se tu tens dinheiro tu chamas um carro. [...] E quando se vai em Piratini, às vezes, se consegue ficha. Nós mesmos, nesse horário de ônibus que vamos daqui, quando a gente chega lá já não tem mais ficha (D. Clenir, C.Q. Fazenda da Cachoeira).

Ainda que outros grupamentos étnicos também sejam alijados de direitos básicos relativos à saúde pública, é de reconhecimento ministerial que uma política específica para a saúde integral da população negra se faz necessário. Tal fato se tornou evidente em função de dados estatísticos que comprovam tal realidade, bem como, de um trabalho de reivindicação histórica dos movimentos sociais tanto pelo atendimento médico como por um trato respeitoso e livre de preconceitos de origem racial.

Quando as instituições “[...] deixam de oferecer um serviço qualificado às pessoas em função de sua origem étnico-racial, cor da pele ou cultura [...]” estas estão praticando aquilo que se chama de **racismo institucional** (Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, 2009, p. 20), por isso, é necessário que desde a escola sejam efetuadas práticas educativas que combatam o racismo cotidianamente porque as pessoas que atuam nas instituições, de certa forma, viveram situações anteriores à inserção no mercado de trabalho em que o racismo, talvez, fosse naturalizado.

PARA SABER (22)

Existe uma Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) que é fruto da reivindicação do Movimento Social Negro que tem como perspectiva ações e execução de programas relativos à saúde da população negra de todos os lugares. Tal política é de responsabilidade do Ministério da Saúde e de órgãos a ele vinculados na medida em que o Estado brasileiro reconhece a vulnerabilidade da população e se compromete em **“desenvolver a promoção da saúde, incluindo a atenção e o cuidado em saúde, como também o combate ao racismo e a discriminação nas instituições e nos serviços do SUS. Essas medidas somam-se a outras como a reversão do déficit de abastecimento de água potável, o uso equilibrado de recursos ambientais renováveis e a troca de conhecimento acadêmico com os saberes e as tradições populares, inseridos tanto nas comunidades da cidade, como campo e da floresta e nas religiões de matrizes africanas, respeitando cultural existente nesta população”** (p. 05).

Classificação de doenças e agravos prevalentes:

Geneticamente determinados: doença falciforme, deficiência de glicose 6-fosfato desidrogenase, foliculite;

Adquiridas em condições desfavoráveis: desnutrição, anemia

ferropriva, doenças do trabalho, DST/HIV/AIDS, mortes violentas, mortalidade infantil elevada, abortos sépticos, sofrimento psíquico, estresse, depressão, tuberculose, transtornos mentais (derivados do uso abusivo de álcool e outras drogas);

De evolução agravada ou tratamento dificultado: hipertensão arterial, diabete melito, coronariopatias, insuficiência renal crônica, câncer, miomatoses.

Fonte:

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS.** Brasília: Ed. do Ministério da Saúde, 2010.



Nos quilombos encontram-se crianças, adultos, jovens, idosos com problemas de saúde e que, por falta, ainda, de políticas de saúde articuladas a outros serviços essenciais, são passíveis de óbito. A escola não é um espaço à parte em que questões relativas à saúde da população negra não devam ser tratadas enquanto conteúdo, enquanto processo de formação para a cidadania.

Os Temas Transversais em Educação trazem como pressuposto que “a educação para a saúde pode cumprir papel destacado: favorece o processo de conscientização quanto ao direito à saúde e instrumentaliza para a intervenção individual e coletiva sobre os condicionantes do processo saúde/doença” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, 1997, p. 255).

O conhecimento amplo da realidade em que se dá a prática educativa é fundamental no processo de construção de uma escola em que a vida de seus educandos é elemento orientador para a construção de um conhecimento que é fruto de uma conjugação entre o que é conhecido e o que nos é desconhecido. Esta junção nos faz mergulhar na aventura da aprendizagem que significa, a cada momento, superar obstáculos. Em se tratando daquilo que nos é mais precioso que é a saúde, o conhecimento acerca do dia a dia das comunidades negras é fundamental na medida em que

[...] os padrões de saúde e os diferentes conceitos de saúde são construções sociais e históricas, resgatar o componente saúde/doença da vida nos diferentes momentos e sociedades permite recompor a história, tradicionalmente reduzida a uma seqüência cronológica de fatos. Mais do que isso, ao se tomar em conta a diversidade cultural e, em especial, a pluralidade intrínseca à cultura brasileira, gera-se uma excelente oportunidade para a discussão sobre a situação de saúde de diferentes grupos, suas percepções diferenciadas quanto à questão, como resolvem seus problemas cotidianos e como têm se mobilizado para transformar sua realidade (Temas Transversais Saúde, 1998, p. 263-64).

Trazer a cultura em uma dimensão em que as concepções de saúde, doença e cura, se constituem em elementos de estudo no cotidiano escolar, reafirma processos de construção de identidade étnico-racial, que possibilitam a crianças e jovens, de seu lugar de pertencimento, conhecerem-se e, ao mesmo tempo, refletirem acerca das presenças e mudanças que necessitam ocorrer em suas realidades.

Este discernimento aponta para uma consciência acerca de si próprio que

permite saber fazer o diálogo entre os saberes da tradição e os saberes da ciência e alcançar uma qualidade de vida em que as singularidades de cada grupo não fiquem relegadas a um segundo plano porque estará entendendo cada criança, cada jovem como um sujeito que não é orientado apenas pelas suas funções biológicas.

As ervas

Os quilombos, principalmente os rurais, estão envolvidos por uma natureza que se alia a uma série de crenças e superstições, que regulam comportamentos, que é de onde se retira os alimentos, a moradia, a medicação, enfim, daquilo que provêm algumas necessidades permanentes.

Por isso, a manutenção da saúde está intimamente ligada a estes vínculos com o natural e, pode-se dizer, igualmente, com o sobrenatural. A forte utilização das ervas indicadas, muitas vezes, por pessoas que possuem o dom para a cura dos mal estares físicos e espirituais, é associada a rituais cujos passos, se bem seguidos, levam, novamente, o enfermo a um estado de equilíbrio que fora perdido.

Nas religiões de matriz africanas como a Umbanda e o Batuque as plantas possuem uma energia abençoada pela entidade sagrada a que ela corresponde. Seja sob a forma de banhos ou sob a forma de chá, a falta de saúde ao ser compreendida como resultante de uma desordem da presença de cada um no mundo, é reorganizada, por isso, **“Ewé o Asá” (que as folhas sejam nosso escudo, defesa)!**

Dentro da mitologia africana, **Ossaim** é o **orixá** que detém o poder curativo das plantas que são a fonte do **axé** – fonte vital que, sem a qual, não existe a vida – que passam por algumas técnicas até seu uso. As folhas não são simplesmente arrancadas da natureza, mas, sim, passam

por um processo transformador operado pela intervenção de Ossaim, que através de “[...] rezas e encantamentos proferidos pelo devoto propiciam a liberação do axé nelas contido” (PRANDI, 2005, p. 111).



Ossaim, o sabedor do poder das ervas.

Autor: Jonas Fernando.

PARA SABER (23)

O orixá ou em ioruba, *òrìsà*, representa a força da natureza e dos “[...] fenômenos naturais: nascimento e morte, saúde e doença, as chuvas e o orvalho, as árvores e os rios. Representam os quatro grandes elementos: fogo, ar, terra, água, e os três estados físicos dos corpos: sólido, líquido e gasoso. Representam ainda os três reinos: mineral, vegetal e animal, além dos princípios masculino e feminino, também presentes em sua representatividade. Tudo isso representa o poder vital, a energia, a grande força de todas as coisas existentes que é denominada àse” (BENISTE, 2004, p. 79).

Fonte

BENISTE, José. Órun e Àiyé: o encontro de dois mundos. O sistema de relacionamento Nagô-Yorubá entre o céu e a terra. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Quando as plantas são usadas sob a forma de banhos de purificação, as mesmas passam pelo processo onde são **maceradas**, ou seja, são amassadas espremidas, até que sejam extraídos os seus sumos.

Na música popular brasileira, encontram-se letras que reproduzem tais práticas como importante para a cura dos diversos males que afligem. O uso de figas, bater três vezes na madeira, galhos de arruda, copo de água, acender velas para santos, plantio de pimentas e outras estratégias de “proteção” presente no vasto repertório mítico-cultural que são reproduzidas através da oralidade através dos mais velhos.

As ervas de cheiro e o banho de energia.

Autor: Georgina
Helena Lima Nunes,
Julho/2011.



Banho de manjerição:

(Clara Nunes)

Composição: João Nogueira e Paulo César Pinheiro

Eu vou me banhar de manjerição
Vou sacudir a poeira do corpo batendo com a mão
E vou voltar lá pro meu congado
Pra pedir pro santo
Pra rezar quebranto
Cortar mau olhado

E eu vou bater na madeira três vezes com o dedo cruzado
Vou pendurar uma figa no aço do meu cordão
Em casa um galho de arruda que corta
Um copo d'água no canto da porta
Vela acesa, e uma pimenteira no portão
E eu vou bater na madeira três vezes com o dedo cruzado
Vou pendurar uma figa no aço do meu cordão
Em casa um galho de arruda que corta
Um copo d'água no canto da porta
Vela acesa, e uma pimenteira no portão

É com vovó Maria que tem simpatia pra corpo fechado
É com pai Benedito que benze os aflitos com um toque de mão
E pai Antônio cura desengano
E tem a reza de São Cipriano
E têm as ervas que abrem os caminhos pro cristão.

PARA SABER (24)

Sobre o manjeriço

Nome científico: *Ocimum basilicum*

Outros nomes: Alfavaca, alfavaca-cheirosa, alfavacão (folha larga), basílico (folha pequena), manjeriço-comum, manjeriço-de-folha-roxa.

Características: Planta herbácea, de caule ereto, folhas ovaladas com flores pequeninas e lilases, enfim, é um arbusto extremamente ramificado. As flores e folhas são usadas como condimento, de sabor suave e picante além do intenso perfume que exalam.

Efeitos medicinais: O Manjeriço favorece aos que têm digestão difícil, gases, asia, dores de cabeça em consequência de alimentação pesada ou inadequada. Tem propriedades analgésica, anti-séptica, calmante além de propriedade digestiva e diurética, é bom para tosses, vômitos, mau hálito. Ajuda, juntamente com outras ervas do tipo a malva e a sálvia, nas infecções de boca.

Uso culinário: O alho pode ser trocado pelo manjeriço, pois este fica extremamente delicioso combinado ao uso do tomate; recomenda-se que as folhas devem ser lavadas e rasgadas com as mãos para exalar o aroma.

Joaquim Mina; o “Mina” era referência aos “minas”, uma das importantes nações trazidas para o Brasil em virtude do tráfico transatlântico. Joaquim fora alforriado aos 37 anos quando seu proprietário, Francisco da Cunha Vieira, faleceu em 19 de maio de 1865 (MOREIRA, 2007, p. 36).

Joaquim era um grande sabedor acerca da propriedade das plantas no sentido de que as mesmas seriam importantes tanto para sanar os males do corpo como, também, interferir nos domínios da alma, por isso, tinha como atividade a comercialização de preparado de ervas com diferentes finalidades. Todavia, ele foi condenado por tentativa de homicídio de uma família branca inteira em Porto Alegre.

Durante as audiências para seu julgamento, as ruas da cidade estrondavam com o batuque dos tambores em apoio a Joaquim que, frente ao júri, falava com muita propriedade acerca de ervas e pós que juízes, médicos e testemunhas desconheciam. Tal conhecimento tido como privilégio apenas para os descendentes de africanos despertou no jurado o medo da existência de outros “feiticeiros”, tal qual Joaquim, que pudessem colocá-los em perigo, levando-o, portanto, a absolvição. Por outro lado, é sabido que os senhores permitiam que os escravizados usassem métodos próprios de cura, sendo que algumas cartas de alforria foram distribuídas em virtude dos serviços de cura prestados a eles (MOREIRA, 2007).

Neste sentido, pode-se perceber o quanto o saber das populações negras era vasto e poderia ser concebido como poder de cura, como causa de medo, enfim, de criador de possibilidades de sobrevivência em períodos históricos da sociedade brasileira em que viver para os negros e negras era uma ameaça permanente.

O uso das ervas também serviu como cultura de resistência na época da escravatura. A historiografia registra a existência de um escravo denominado

Inúmeras histórias podem ser trazidas desta cultura negra que manipula de forma centenária a natureza a seu favor; são orientações que representam visões

Joaquim Mina:
“julgado” por suas
mandingas.

Autor: Jonas
Fernando,
Novembro/2011.



de mundo que, na escola, podem ser ampliadas, principalmente, no que concerne ao direito a uma saúde que “escute” suas práticas de cuidado e, dentro de um outro conjunto de saberes, promova um bem estar que assegure o direito à vida!

Os territórios quilombolas, no dizer do quilombola da C.Q. Vó Euvira do município de Pelotas/RS, é lugar sagrado de proteção sob a forma de energia. Esta força que advém do território é, segundo o quilombola, a herança dos pretos velhos que rompiam os matos em busca de liberdade. Em tal narrativa é reacendida a centralidade para entender os quilombos, as suas resistências que atravessam séculos: a força dos ancestrais!

Eu procuro buscar na força espiritual a minha força para poder me manter, para poder ir vencendo e isto é na mata que eu encontro. É na mata, na terra, na água, nas pedras, que é onde eu consigo buscar forças e me proteger também. E quando se está mal não é? É ali que estão as nossas forças; tem muita força do passado, daqueles que fugiram pelos matos deixaram as energias que estão ali nos protegendo. A gente tem que pedir licença quando vai entrar no mato, pegar

uma planta ou até mesmo caçar; tem que pedir licença porque vai ter a proteção que tem ali. Então que quando falo em sagrado é isso, é nesse sentido. A gente muitas vezes vai pra igreja e esquece que a gente carrega na história que são dos nossos preto velhos, nossos ancestrais que nos cuidam e nos protegem até hoje (Antonio Leonel, C.Q. Vó Euvira).

O “pedir licença” para entrar na mata e se apropriar das suas energias representadas nos vegetais, nos minerais ultrapassa uma etiqueta que comumente utilizamos no nosso dia a dia, por vezes, de forma despercebida. Pede-se licença no sentido de compreender que o território que se adentra não é físico, geográfico, é, antes de tudo, espiritual porque nele está plantada a história e a memória que são elementos primordiais para a luta e conquista de políticas sociais, que concedam às comunidades aqueles bens essenciais que estão para além do que a natureza pode conceder, por isso, pedamos licença para construir, também, histórias quilombolas em que direitos fundamentais como acesso à saúde pública de qualidade estejam presentes.

Para refletir e transformar em possibilidades pedagógicas (6)

1. Construir um inventário acerca das ervas medicinais existentes nas comunidades e construir um paralelo entre os saberes práticos e os saberes científicos quanto ao uso das mesmas, entre nomes populares e científicos e, também características gerais das mesmas quanto às inúmeras serventias tal como culinária, aromatizantes, fins espirituais/religiosos e outros.

2. Buscar nos Temas Transversais em Educação desenvolver os objetivos para cada ano escolar articulando os eixos Saúde e Pluralidade Cultural na tentativa, igualmente, de desfazer preconceitos e estereótipos em relação ao sistema de crenças presente na comunidade;

3. Trabalhar, de forma interdisciplinar, aspectos referentes a doenças que afligem a população negra como, por exemplo, a questão da anemia falciforme, recuperando os processos históricos que provocaram a dispersão da hemoglobina causadora da doença pelo mundo, enfim, aliar aspectos históricos à aspectos de cunho biológico;

4. Levar ao conhecimento dos educandos políticas públicas relativas à saúde da população negra, esclarecendo-os quanto aos processos de reivindicação das quais elas decor-

rem e apontando os limites e possibilidades quanto à sua construção, efetivação e implementação;

5. Refletir sobre condição de realização de partos e puerpérios buscando a construção de gráficos, percentuais partindo da realidade local até alcançar a realidade brasileira, buscando, para tanto, relatórios anuais e outros documentos. Frente a tais realidades, produzir reflexões sob o ponto de vista de condições econômicas, de gênero e étnico-raciais;

6. Compreender a forma como a comunidade faz uso de medicação de modo a analisar processos de auto-medicação ou excessos/inadequações em relação ao uso de fitoterápicos;

7. Fazer oficinas de “cheiros” desenvolvendo a memória olfativa e desdobrando a atividades no registro e ilustração de experiências;

8. Buscar no repertório musical, nos contos, bem como, construção dos mesmos que evidenciem traços da cultura local;

9. Conhecer projetos que já existem na comunidade acerca de questões ligadas à fitoterapia;

10. Buscar nas práticas alternativas os aspectos ligados à religiosidade buscando refletir acerca do sincretismo religioso que constitui a sociedade brasileira (indígenas, africanas e européias).

1.3.5 O futebol brasileiro é, também, o futebol “aquilombado” pelos negros!

“O Grêmio Esportivo Favila foi fundado lá por 1950. O terreno que serve de sede e de campo foi doado por um colono e estes, no começo, eram grande parte da diretoria do clube. Mas, depois, os negros começaram a tomar conta [...]” (Denilson, C.Q. Favila)



Os negros no futebol da Favila

Autor: Deise Cunha, Agosto/2010.

[...] A bandeira no estádio é um estandarte
A flâmula pendurada na parede do quarto
O distintivo na camisa do uniforme
Que coisa linda é uma partida de futebol

Posso morrer pelo meu time
Se ele perder, que dor, imenso crime
Posso chorar, se ele não ganhar
Mas se ele ganha, não adianta
Não há garganta que não pare de berrar

(Uma partida de futebol / Skank)

O futebol, geralmente, se confunde com festa: festa das torcidas que fazem os estádios tremerem com as músicas ora destinadas aos seus times do coração com efeito de declaração de amor, ora com aquelas que são, geralmente, inventadas (no capricho!) para o time adversário. É festa para aqueles que jogam e vibram com o gol, com a vitória, com as jogadas que, por vezes, rendem mais comentários e lembranças do que o próprio tento. Quem não está em campo joga de igual maneira, pode-se dizer até que, de forma automática, tem as mesmas sensações que o próprio desportista: sente raiva, dor, alegria, leva sustos, enfim, a arquibancada ou casa assumem.

Nas tardes de domingo da zona rural, na realidade sul-rio-grandense, geralmente têm seus campos de futebol cheios tornando-se um momento de aproximação e estreitamento dos laços de amizade, parentesco, vizinhança e reciprocidade entre gerações que, aos poucos, vão construindo outras possibilidades de relações em contextos não urbanos.

Sr. Olívio da C.Q. Favila nos conta que o futebol, no seu início, era altamente segregado no sentido de que os territórios de separação entre negros e não negros eram muito bem estabelecidos. Em virtude disto, as pessoas conviviam bem no trabalho, no espaço mais aberto de um campo de futebol, porém, em outros espaços, se afastavam em virtude da cor de pele.

Ali era a sede do Favila, nós jogávamos futebol, tinha sede, o dono do comércio era o presidente; ele era até muito bom, por sinal [...] ele era um pai para nós, só que nos bailes a gente não entrava. Ele deixava nós jogarmos futebol juntos, então, nós tínhamos muita amizade com eles [...]. Mas, para olhar no salão, nós chegávamos do lado da porta assim e metíamos o pescoço [...] Vinha um de lá, metia o braço e nos atirava lá num canto e nós nos arredávamos ficávamos quietos senão nós apanhávamos (Sr. Olívio, Favila).



Nas camisetas, a história do futebol da Favila.

Autor: Deise Cunha, Agosto/2010.

Quando nos direcionamos para uma realidade além da Favila observamos que as relações são muito semelhantes. Grandes ídolos dos tempos passados e presente do futebol brasileiro são negros, e a medida que o futebol feminino também vai assumindo posição de destaque no cenário esportivo nacional, as mulheres negras também ganham evidência. Por isso, se considera muitas vezes que tal esporte, de origem inglesa e tão popular no Brasil, e se pode dizer que, na atualidade, se constitui parte de uma identidade nacional, sempre acolheu as populações afro descendentes.

A história do futebol demonstra o equívoco acerca da suposta democracia racial neste esporte de massas; hoje em dia a manifestação de práticas racistas por parte de torcedores, dirigentes e até mesmo jogadores durante as partidas, revelam o quanto, em momentos de tensão relativas à dinâmica do jogo, emergem os conflitos étnico-raciais, exaltando, através de diferentes práticas

discriminatórias, a idéia de supremacia de um grupo sobre outro.

A forma como os negros foram se inserindo no esporte decorre, em um primeiro momento, de um sentimento gregário que possibilitou construir suas próprias ligas futebolísticas. A exemplo do que foi a formação dos quilombos, das irmandades e dos clubes sociais negros, no futebol também aconteceu semelhante fenômeno, ou seja, a união negra foi vencendo os obstáculos relativos à sua origem racial e, como consequência disso, buscando o direito de, em um país pluriétnico, não apenas desenvolver a prática esportiva como também alcançar devido respeito no que tange à sua performance técnica, desportiva, e moral.

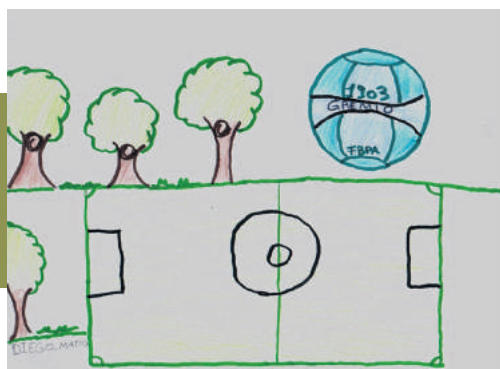
Hoje, sendo o futebol um esporte que é considerado popular, principalmente pela possibilidade de sua prática ser realizada não apenas em quadras esportivas e bem equipadas, pois o jogo acontece em campos, praças, enfim, na

ordem do improviso, principalmente, de um dos seus principais instrumentos de jogo – a bola –, ele constitui o grande sonho de ascensão social de crianças e jovens. O sonho avoluma-se para aqueles e aquelas cujas oportunidades de crescer socialmente são menores devido à falta de oportunidades para estudar, necessidade de trabalhar precocemente dentre outras tantas impossibilidades.

ficação dos termos característicos do futebol. Nesse contexto o jogo era chamado de “match”, o árbitro era o “referee” e o atacante era conhecido por “forward”. Mais tarde as expressões típicas do esporte ganharam contornos verde-amarelos, e hoje são comuns entre os praticantes do futebol expressões como drible da vaca, meia-lua, dar um nó, dar uma caneta, chapéu, lençol, baba, banheira e pelada [...]” (GONÇALVES; CUSTÓDIO, 2012, p. 4).

O futebol para as crianças da C.Q. Armada.

Acervo de pesquisa, Maio/2010.



Bola na trave não altera o placar
 Bola na área sem ninguém pra cabecear
 Bola na rede pra fazer o gol
 Quem não sonhou em ser um jogador de futebol?

(Uma partida de futebol / Skank)

No entanto, o futebol que parece já ter nascido aqui, chega ao Brasil a partir de um paulista, filho de ingleses, chamado Charles Miller que executou a primeira “match” (partida) de futebol que está documentada, no dia 14 de abril de 1895. Funda-se, então, no país inteiro, os “Clubs de Foot-ball” frequentados, principalmente, pelas elites brasileiras nos seus anos iniciais.

Nos primórdios desta prática desportiva

[...] Nossa elite colonizada se deliciava ao copiar o vocabulário inglês para a identi-

O caráter elitista do futebol reafirma-se quando em 1921 o então presidente da república, Epitácio Pessoa, recomendou que não fossem incluídos jogadores mulatos para disputar a copa Sul-Americana em Buenos Aires, ficando, desta forma, explícito o caráter racista desta modalidade esportiva, ainda que, desde 1914, já se observara a presença de negros no futebol.

Para exemplificar a afirmação acima, existiu um jogador que se chamava Carlos Alberto, um homem negro que para jogar no Clube Fluminense (Rio de Janeiro) se maquiava, ou seja, passava pó de arroz para parecer branco; no entanto, durante o jogo, como decorrência do suor, a maquiagem escorria e sua camuflagem era removida. Por um longo tempo o apelido de “pó-de-arroz” foi conferido ao time carioca em virtude desta passagem.



“Pó de arroz” no futebol carioca!

Autor: Caroline Antunes, Junho/2010.

No ano de 1923, o time do Vasco da Gama (Rio de Janeiro), vence o campeonato carioca com um time formado por muitos negros, tornando-se, para o futebol da época, um fato histórico.

Aos poucos, o futebol foi sendo praticado por todos os grupos étnicos mesmo que, a posição de goleiro, ainda se constitui uma posição que, mesmo na atualidade, raramente é ocupada por negros.

A derrota da seleção Brasileira para a seleção do Uruguai em 1950 foi atribuída ao goleiro Barbosa, ou melhor, Moacir Barbosa do Nascimento que tornou célebre esta frase: “A pena máxima no Brasil é de 30 anos, mas pago há 50 anos por um crime que não cometi”.

Desde os tempos de Barbosa, então, apenas em 2006, 56 anos após, um goleiro negro veio a ocupar o lugar deixado por Barbosa, o atleta Nelson de Jesus Silva, o Dida. Criaram-se estereótipos racistas sobre a agilidade e elasticidade negra e superstições de que negros como goleiros traziam azar; eram os chamados pés frio. Preponderava de forma preconceituosa a concepção de que era inerente à etnia negra as condições de fracasso e insucesso.

Na C.Q. Armada encontramos um jovem cuja prática do futebol assume uma dimensão de orgulho na sua vida. Talvez o garoto venha, algum dia, da mesma forma que defende a meta do time da comunidade e também a da Escola Estadual Carlos Mesko, se tornar uma celebridade. Desta carreira em ascensão, por enquanto, não se sabe quais serão os próximos caminhos, mas, estes pequenos passos, remetem a novos tempos que se estabelecem no futebol, na escola e, quem sabe, na sociedade brasileira e nos seus mais diversos setores:

Meu nome é Diego, como já disse, não é, estou estudando, tenho 14 anos, gosto

muito de jogar futebol e minha história é a seguinte: num jogo do colégio, com a comunidade, eu estava atacando, daí comecei a atacar, fui me destacando, me destacando e hoje sou goleiro da Escola Carlos Mesko, e gosto muito de jogar futebol (Diego, C.Q. Armada).



Meu nome é Diego!

Autor: Georgina Helena,
dezembro/2012.

A idéia da superação está muito ligada ao futebol; Diego, que é o titular do time da escola, foi “se destacando” e, assim, nas mais diversas situações, o esporte vai criando oportunidades de reafirmação de si como fator de auto estima positiva. Ao dizer: “Meu nome é Diego e minha história é esta”, o garoto, em seu espaço, ao seu tempo, vai revelando “fenômenos” que são contínuos para os descendentes de africanos que, sob a forma de depoimento ou de musicalidade reafirmam identidades que os colocam na luta: eu sou Diego, eu sou Ronaldo Fenômeno e outros tantos nomes do futebol brasileiro e regional.

Sou Ronaldo (Marcelo D2)

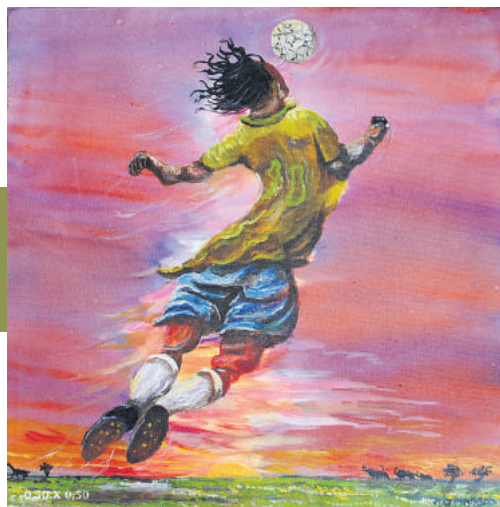
Sou Ronaldo
Muito prazer em conhecer
Eu sou Fenômeno
Ronaldo Nazário dos Campos
E quero muito agradecer a Deus
por ter me escolhido no meio de
tantos
Igual a todo brasileiro eu sou guerreiro

Às vezes caio, mas eu me levanto
 Mas eu me levanto
 É parceiro, mas eu me levanto

Sou Ronaldo
 O desafio sempre esteve e estará
 em minha vida
 E eu já nem me espanto
 E se o mundo é uma bola,
 a gente tem que entrar de sola pra
 ganhar o campo
 Eu não me intimido e parto pra
 cima
 E só me contento ao ouvir a galera
 entoando esse canto
 ô ô ô ô Ronaldo é Goooooooooool
 ô ô ô ô Ronaldo é Goooooooooool
 Sou Ronaldo

Nasci no Rio de Janeiro
 Alô-alô, Bento Ribeiro, minha área
 Eu sou Ronaldo
 [...]

 O meu desejo é ser criança
 E não perder a esperança de ver o
 jogo mudar [...].



“Brasil na África”.

Autor: José Darci,
 2010.

As primeiras formas de inserções negras no futebol do Rio Grande do Sul se deram através de organizações próprias. O desporto chega em terras gaúchas

junto aos imigrantes europeus que começaram a fundar clubes no final do século XIX e início do XX.

Em Porto Alegre, os primeiros times são fundados após a excursão do Rio Grande Sport Club na capital; o Rio Grande é considerado um dos times mais velhos do país com sua data de fundação em 1900. Funda-se em 1903, o Grêmio Foot-Ball Porto-alegrense e o Fuss-Ball Club, de origem alemã; o primeiro jogo ocorre entre esses dois clubes no ano seguinte em 1904.

Quando começaram os campeonatos gaúchos, o time campeão gaúcho de 1920, o Guarany do município de Bagé/RS, era um time altamente miscigenado, com a presença de muitos negros e uruguaios, dando abertura àqueles excluídos do futebol brasileiro e gaúcho: negros e pobres.

PARA SABER (25)

O jeito de preto, a “Liga da Canela Preta”

Em Porto Alegre, em virtude da segregação racial, os negros fundaram, no final da década de 1910, a **Liga da Canela Preta, a Liga Nacional de Futebol Porto Alegrense**, com jogos no antigo campo do Internacional. A Liga fundou alguns times com grande repercussão tais como o Primavera, Bento Gonçalves, União, Palmeiras, Primeiro de Novembro, Rio-Grandense, 8 de Setembro, Aquidabã, Venezianos e outros. Em 1922, a liga oficial, a Associação Porto-Alegrense de Desportos (APAD), criou uma segunda divisão e surgiram oportunidades para jogadores e clubes negros, algo que causou a decadência da Liga da Canela Preta. Outras ligas negras

foram criadas em Pelotas, Liga José do Patrocínio, e em Rio Grande a Liga Rio Branco. Em 1928, o campeão gaúcho foi o Americano, clube porto-alegrense que tinha em seu plantel dois negros, Alegrete e Barulho, sendo que logo após o Internacional, o Cruzeiro e o São José também seguiram a lógica de incluir negros em seus plantéis.

As histórias negras em todos os espaços se repetem, ou seja, criam-se associações que permitem um fortalecimento identitário e, por sua vez, outros espaços vão se democratizando.

O esporte é algo muito saudável no que diz respeito ao bem estar físico e mental, contudo, no interior de sua prática, muitas atitudes são desencadeadas; o espírito de competição, conforme ele é compreendido, faz aflorar sentimentos nem sempre compatíveis com o espírito de cooperação, solidariedade e respeito mútuo que não são atitudes apenas a ser desenvolvidas entre os companheiros de time, mas, em relação ao próprio adversário.

Para a prática de jogos coletivos é fundamental a presença do outro time, por isso, existe sempre uma relação de dependência para que o jogo aconteça e, neste sentido, o jogar “com” o outro deveria preponderar em relação ao jogar “contra” o outro.

Viver, jogar, pensar coletivamente são consequências de trabalhos escolares em que, para além do saber jogar, é necessário o saber conviver porque o “jogar” com as diferenças exige uma educação para além das técnicas corporais que se limitam ao domínio do passe, do drible, do lançamento, das cobranças de faltas

e outras. Saber jogar com as diferenças é não as acessar como forma de xingamento, ofensas em situações tensas, cujo propósito é abalar a estrutura emocional do outro.

A corporeidade presente nos jogos poderia ser aquela que está impregnada da história de cada um e que, no seu conjunto, produzem um belo espetáculo. O futebol arte que os brasileiros saudosamente lembram e, ao mesmo tempo, lamentam a sua perda, em virtude das questões para além dos campos de futebol, que envolvem o esporte na atualidade ligadas, por exemplo, a questões voltadas ao complexo mundo de negócios que transformou o mundo futebolístico.

A arte no futebol, se deve, sem dúvidas, à alegria com que as jogadas históricas de alguns vultos negros desconcertaram tanto o adversário como o próprio público, que ficava confuso frente às imprevisibilidades dos dribles do célebre Mané Garrincha, Leonidas, Pelé e tantos outros, tal como Ronaldinho Gaúcho que, na atualidade, segue a talentosa ginga daqueles que os antecederam.

A chamada “bicicleta” no futebol, movimento acrobático cuja origem nos remete à Leonidas da Silva, um homem negro, artilheiro do campeonato mundial de 1938, miscigena um esporte trazido do ocidente com a ginga afro-brasileira que está presente na prática da capoeira, na dança, nas manifestações de cunho cultural e religioso tais como o Jongo, o Maracatu, o Caxambu e outras tantas corporeidades que se constroem numa relação direta com o mundo sociocultural em que se vive.

Principalmente nos quilombos, o corpo é construído na complementaridade de um mundo natural que, a todo o momento, o alimenta com as condições possíveis de desviar/driblar as adversidades do jogo, que é viver.

O esporte “na” escola é diferente do esporte “da” escola; o esporte da escola estabelece regras próprias ainda que espelhadas naquelas que conferem ao jogo certa organização. O espaço escolar é onde as vivências, fora dos seus muros, podem ser qualificadas tendo como pressuposto a ação e a reflexão acerca do que acontece no mundo do esporte profissional que, por vezes, acabam sendo reproduzidas nas dependências da escola.

É crescente o número de manifestações racistas nos campos e também em atividades cotidianas escolares, cujo comportamento discriminatório emerge nas mais distintas situações. Sabe-se que violência gera violência, portanto, práticas educativas por intermédio do esporte podem promover a paz nos estádios, a paz na sociedade brasileira, a paz em todos os lugares.

Muitas crianças quilombolas narram situações de preconceito racial com a mesma violência física e verbal que foram vivenciadas por seus pais no interior da escola há longo tempo atrás. Outras crianças afirmam viver em plena igualdade na escola, contudo, enquanto existir práticas de racismo em qualquer lugar, é necessário, efetivamente, combatê-lo, a fim de que os ensinamentos escolares sejam, igualmente, ensinamentos para uma convivência mais plena de respeito.



“Caminhando para o futuro”.

Autor: José Darci, 2009.

Para refletir e transformar em experiências pedagógicas (7)

1. Recuperar a história do futebol brasileiro e, também, as práticas do esporte na sua comunidade investigando aspectos tais como: origem do nome do time, jogadores e suas histórias, regras e suas mudanças, títulos alcançados, fatos que ficaram na memória. Distintivos, flâmulas, taças, camisetas antigas e outros artefatos também narram histórias;

2. Promover debates acerca de como a prática esportiva qualifica a vida em termos de saúde, sociabilidades, cultura, lazer e organização;

3. Propor que os educandos levanten melhorias que poderiam acontecer no contexto esportivo local articuladas às propostas coletivas de organização da comunidade encaminhadas pelas Associações Quilombolas;

3. Dinamizar atividades que impliquem em transformação de regras do jogo como prática de autonomia, bem como, adaptações a formas lúdico-criativas que o esporte suscita: recuperar formas como a bola é construída (meia, tecido, com palhas e etc.) e desafiar jogos colaborativos em que o jogar “com” prevalece sobre o jogar “contra”;

4. Trazer temas que envolvam o futebol e analisá-los de forma interdisciplinar: formas sociais, projetos, dopings, o jogo dos patrocínios e multinacionais, profissionalização,

os “cartolas”, mídia, aspectos técnicos/táticos (mudanças no modo de preparação e esquemas de jogadas que seguem as mudanças do esporte);

5. Recuperar a trajetória de grandes jogadores como Pelé, Didi, Djalma, Garrincha, Leônidas e outros e analisar suas trajetórias de vida, a posição alcançada e aspectos que dizem respeito às estruturas sociológicas, psicológicas, culturais que decorrem da inserção dos grandes vultos em sociedades fortemente racializadas. Vídeos, entrevistas, crônicas podem ser documentos que fomentam tal reflexão;

6. Realizar exposição de fotografias acerca do futebol local, regional e nacional, observando aspectos diversos, entre eles a estética dos períodos no que diz respeito a uniformes, cortes de cabelo, estrutura física e corporal e outros;

7. Fazer dicionários com palavras e expressões utilizadas no mundo do futebol observando a origem das mesmas e a forma como as expressões metafóricas se inserem em determinado contexto esportivo (exemplo: “drible de vaca”);

8. Discutir a questão de gênero no futebol e compreendê-lo, também, no âmbito das relações que acontecem no âmbito escola e da sociedade como um todo;

9. Aliar aos Temas Transversais (Saúde, Pluralidade Cultural e Ética) a discussão relativa ao futebol;

10. Estimular através das redes sociais, contato com outras comunidades acerca de práticas esportivas locais e possíveis encontros em que o esporte possa promover um diálogo intercultural entre diferentes realidades dos quilombos;

11. Buscar músicas referentes ao futebol, refleti-las e incentivar a composição de outras tendo como ponto de partida as questões da própria comunidade;

12. Entender as medidas que são tomadas em âmbito nacional e internacional em relação ao racismo nos estádios e campanhas lideradas por grandes nomes em contextos mundiais;

13. Analisar o papel do futebol em diferentes contextos políticos e as expressões artísticas decorrentes destes períodos (charges, crônicas, poesias, hinos);

14. Pesquisar a história das copas do mundo e o papel dos negros na superação de estigmas, preconceitos decorrentes da própria história de futebol;

15. Criar exposições dos alunos referentes a temas esportivos discutidos;

16. Realizar um contraponto entre quilombos, ligas futebolísticas, clubes sociais negros buscando compreender a forma como movimentos sociais negros de reivindicação decorrem a partir de especificidades que convergem para o mesmo objetivo, ou seja, a inclusão social.



CAPÍTULO II

Território quilombola, território negro e o trabalho do viver!

2.1 As memórias de trabalho e o caminho de, em terras de quilombo, dar um outro rumo à história!

2.2. Os cestos e a trama da vida

2.3 Passando o “sabão” na história: formas de produzir

2.4 De tijolo a tijolo, a história se ergue: casas e contos quilombolas!



Trabalho como cultura que envolve todas as gerações.

Autor: Sabrina Souza, Maio/2012.

“A gente trabalhou muito para as coisas ficarem melhor: eu estou faceiro!” (Sr. Dener, C.Q. Potreiro Grande).

Quando escutamos falar em terra, quase sempre nos reportamos a uma concepção de que esta se constitui como um elemento da natureza; que é o sustentáculo de grande parte das criações humanas e naturais sendo que essas criações se transformam através de consecutivos processos que resultam em condições propícias para se gestar a vida.

A esse conjunto de ações planejadas entre homens, mulheres e natureza, chamamos trabalho. A terra em quilombos é terra de **trabalho**, terra de produção da vida, sob o ponto de vista não apenas material, mas, também, subjetivo, ou seja, em nível de pensamento e espiritualidade, as atribuições simbólicas que se dá à terra engendram formas de viver. A terra em quilombos se constitui uma totalidade, um território que se constitui o mais eficaz constru-

tor de identidades (BONNEMAISON; CAMBRÈZY apud HAESBAERT, 2006).

O trabalho para as comunidades quilombolas nem sempre esteve atrelado a possibilidades de escolhas, de liberdade e de autonomia. Como herança do período escravocrata brasileiro, os quilombolas passaram por momentos difíceis em que a sua capacidade de trabalhar fora remunerada por quantias irrisórias, que em pouco diferiram do trabalhar apenas para sobreviver.

Contudo, ainda que as dificuldades persistam dentro do território, a resistência quilombola é uma amostra da maneira como em pequenos hectares de terra, através de um conhecimento que produz tecnologias e ciências próprias, com uma dinâmica solidária em que acordos se firmam quanto à divisão social do trabalho – mutirão –, passamos a observar as mudanças que levam a um trabalho na terra que contraria as perspectivas do processo colonizador que trouxe os povos africanos para o Brasil: a sua exploração econômico-comercial tão somente!



Tia Lica, “disputada” pela sua capacidade de trabalho.

Autor: Herberto Peil, Junho/2010.

2.1 As memórias de trabalho e o caminho de, em terras de quilombo, dar um outro rumo à história!

Quando perguntamos qual é a história de cada pessoa relativa ao trabalho, as narrativas de tempos idos, relatam a forma como as diferenças entre quem emprega e quem é empregado resultam em condições de vida muito diferenciadas.

Pessoas como a Tia Liça, da Comunidade Quilombola do Iguatemi, eram reconhecidas e disputadas pela presteza com que realizavam atividades nem sempre ligadas à agricultura mas, tam-

bém, de cunho doméstico. Tia Lica, desde pequenina, já trabalhava com a família, sendo, mais tarde, obrigada a trabalhar fora e, ainda assim, permanecer ligada às obrigações familiares; da mesma forma foi criando seus filhos e tornando, então, o trabalho algo comum às crianças desde o seu nascimento:

Desde pequena nós éramos trabalhadores. Com meu pai nós plantávamos de tudo, nós limpávamos as plantas; desde pequenos já fazíamos o serviço. Então precisavam de uma pessoa para trabalhar, iam lá atrás de mim, não me deixavam parar em casa! [...] Olha, eu ia para a lavoura, nós tínhamos uma caixa e eu fiz o colchãozinho. Botava ele (o filho) na sombra e... enxada e enxada! Ele ficava na sombra e de vez em quando eu ia lá olhar. Quando chorava eu ia lá, levava tudo: o leite para ele tomar, dormiam e eu seguia trabalhando; mas eu estava sempre reparando (Tia Lica, C.Q. do Iguatemi).

Os ofícios de cozinheira, lavadeira, cuidadora de crianças eram atributos que deveriam trazer reconhecimento social e também financeiro, porém, nem

no passado e tão pouco na atualidade, isto ocorre. O cuidar de crianças, principalmente, é um cuidado cheio de atenção que demonstra uma dedicação que se contrapõe, na grande maioria das vezes, ao des-caso para com quem realiza determinados tipos de serviços que são impessoais. Muitas vezes trabalha-se arduamente sem nem sequer imaginar os rostos a quem se destinam a atividade. D. Santa dita o ritual de banhar as crianças e revesti-las de fraldas quentinhas que são reveladoras do zelo do ofício:

[...] quando eu fui trabalhar com eles, cuidava as crianças [...] então, eu banhava as crianças; às vezes eu estava no arroio e ela me chamava para banhar a gurria. Eu amornava a água, botava uma água bem morninha e esquentava todos panos assim no fogão. Esquentava tudo, botava tudo bem quentinho, botava na criança tudo bem quentinho (D. Santa, C.Q. Potreiro Grande).

Esses rituais de cuidado eram embalados por canções de ninar que são verdadeiros acalantos, os quais, no dizer de Guerra (2010), recupera através da tradição oral aspectos ligados à presença de África no Brasil, nas palavras, nos ritmos, e nas letras a realidade vivida nesta diáspora.

O cuidado de D. Santa, Tia Lica e das outras tantas “mães pretas” como comumente eram chamadas, assemelham-se às cantigas presentes no vasto repertório popular, cuja história negra está presente:

Mucama Bonita

Mucama Bonita
Vinda da Bahia
Toma este menino
E lava na bacia
Mucama Mulata
Vinda do Rio
Toma este menino
Proteja-o do frio



Ama de Leite.

OLIVEIRA, Elivane Passos. Cotidiano da mulher negra na Bahia no século XIX. Disponível em <<http://historiadabahia2.wordpress.com/sobre/prostituicao-da-mulher-negra-na-bahia/>>. Acesso em julho/2012.

Bicho Tutu

“Bicho Tutu
Sai de cima do telhado
Deixa o menino
Dormir sossegado

Tutu Marambá

Tutu Marambá
Não venha mais cá
Que a mãe do menino
Te manda matar”

Murucututu

Murucututu
Da beira do telhado
Pega este menino
Que ainda está acordado”

Conforme Lopes (2003), Tutu é o mesmo que “Bicho-papão da tradição afro-brasileira; maioral, manda-chuva; indivíduo valente, brigão. Do quimbundo tutu, kitutu, ‘bicho’, “bicho-papão’. Variantes: Tutu-babá, tutu-cambê, tutu-gombê, tutu-marambaia, tutu-morin-ga, tutu-quiba, tutu-zambeta, tutu-zembê, tutu-zerê”.

“[...] Parece contraditório vermos que a maioria dos acalantos para acalmar as crianças costuma ter temas tão ameaçadores, no entanto, uma justificativa para este fato é que é a tal ameaça que potencializaria a proteção dada pela figura materna” (GUERRA, 2010, p. 3).

Essa característica étnica presente nas cantigas de ninar revela que, em toda a dimensão do território brasileiro, tal como foi mostrado no capítulo anterior, aprender e apreender a história e cultura africana e afro-brasileira significa fazer um exercício de escuta, uma reeducação do olhar e assumir esta presença como fator integrador do repertório de saberes a ser acessado na escola. A história e cultura africana e afro-brasileira têm, na presença negra inserida em um vasto contingente de postos de trabalho, narrativas que nos permitem reconhecer, através de diferentes formas de contar, o percurso daqueles e daquelas cuja Abolição lhes obrigou a sair de uma situação de tráfico negreiro, onde as rotas marítimas estavam definidas a fim de realizar um comércio humano, a um estado de estar à “deriva”, sem rumo, para aquilo que é fundamental à existência humana, à “deriva” de toda e qualquer estrutura social que lhes permitisse dignamente viver a condição de liberdade, formalmente decretada pelo Estado brasileiro.

As formas de contar as privações impostas por uma sociedade que se constrói a partir da exploração da força de trabalho negra, é trazida por Sr. Sadir do Quilombo do Iguatemi, através de metáforas que substituem as mazelas que a fome

pode causar pelo encantamento que uma flor amarela pode simbolizar:

A flor amarela que nós dizíamos era a fome! Nós não tínhamos nada; às vezes, chegava a noite, e não tinha aquela comida que era pra ser, tinha só milho cozido com sal. Milho seco, [...] esse milho seco, botava na panela, botava sal e comia (Sr. Sadir, C.Q. Iguatemi).

Um dia inteiro de trabalho, seguido de milho seco cozido com água e sal, é parte da história de Sr. Sadir que, hoje em dia, trabalha na terra que pertenceu a seu avô e que é de uso coletivo da família. Possui quatro filhos, cuida de dois sobrinhos deixados por uma irmã falecida e da terra extrai o sustento.

Esse sustento que geralmente imaginamos ser apenas a comida é, também, de onde sai o barro para construir a casa, a madeira para construir a charrete e o pilão, as ervas para tratar as doenças e espaço onde cria, ainda hoje, filhos e sobrinhos que vivem empoleirados sobre as árvores ora se embalando, ora as utilizando como forma de observar o território!

Uma das árvores, a mais alta, propicia uma visão ampla do território herdado dos ancestrais Vili e Nilza, que deixaram para Sadir e filhos a missão de “honrar a palavra dos velhos” (Sr. Sadir). Os mais velhos educavam na palavra e nas atitudes e o Sr. Vili, que preserva a fama de contador de histórias, a todo o momento é lembrado através das práticas cotidianas que são repassadas de geração a geração que, por vezes, na escola, confrontam-se com outras maneiras de ser, viver e trabalhar: “O pai pergunta: ‘mas quem é que te disse isso?’ Eu disse: ‘eu aprendi isso na escola com a professora. Eu aprendi com meu pai de outra forma’, e ali nós íamos descobrindo juntos não é?” (Cristiane, C.Q. Iguatemi).

Este confronto entre diferentes lógicas permite “descobrir-se” como al-

guém que tem uma história diferente da contada na escola e cuja história familiar é fundamental no seu processo de formação escolar, auto estima e identidade de grupo consegue harmonizar-se com as discrepâncias. Por tudo que aprenderam e até mesmo pela beleza do pai, orgulham-se em ser filha do Sadir: “Ah, eu sou muito bonita, eu gosto muito da minha cor. Também, como é que eu não seria bonita sendo filha do Sadir?” (Cristiane, C.Q. Iguatemi).

Os tempos da flor amarela passaram, hoje grande parte dos quilombolas de Iguatemi e de outros quilombos não trabalham mais de agregado, ou seja, deixaram de morar na terra de outros e de pagar com o serviço na roça, muito embora, seja preciso considerar que outras dificuldades permanecem, como o caso do acesso e permanência na escola.

A terra quilombola é terra de trabalho sedimentada com princípios tais como o plantio para sustentabilidade da família e do próprio território e, vivendo assim, já pode ser considerado como viver em um “céu aberto” segundo as palavras do Sr. Sadir, que se alimenta com um arroz que ele mesmo planta e se denomina, devido a isto, um “cacique do arroz”.

Gradativamente, a vida dura de infância e juventude foi se tornando menos sacrificada porque foram sendo alcançadas algumas conquistas que permitiram entrar na alimentação “[...] a batata doce, batata doce cozida e assada e milho verde. Aí quando começou a melhorar, não é? Aí o pai cansava de mandar: ‘vai lá na lavoura e quebra vinte espigas de milho’, aí a mãe quebrava, botava na panela de pressão e nós comíamos tudo” (Sr. Sadir, C.Q. Iguatemi).

A grande conquista refere-se à permanência até os dias de hoje nas terras de quilombos. Ficar nesta terra não foi e não têm sido fácil! Se a palavra sem-

pre foi o “documento” e, pode-se dizer a “honra” quilombola, em nome dele muitas perdas aconteceram.

Sr. Deni da C.Q. Potreiro Grande e outros tantos quilombolas contam a maneira como perderam seus territórios por conta de não saberem atribuir valor monetário, tal qual outras pessoas o faziam, porque a terra dentro de outras culturas assume o significado de negócio, lucratividade desmedida conectada às altas e baixas do mercado imobiliário, e a qualquer “preço”, inclusive, em detrimento de preceitos morais, a mesma é negociada:

Um dia chegaram e ofereceram dinheiro para o falecido pai vender as terras. Nós não sabíamos preço e o homem confundiu meu pai que não conseguiu pensar muito na hora e disse sim, sem muita certeza. Na mesma hora quis voltar atrás e ele disse: “Está fechado o negócio, cada um arranca um fio do bigode e pronto! Palavra de homem é palavra de homem, não tem perdão!” (Sr. Deni, C.Q. Potreiro Grande).



O “fio do bigode” como “contrato” moral.

Autor: Jonas Fernando,
Novembro/2010.

Estes negócios, “feitos de boca” eram, por vezes, realizados em momentos

de extrema necessidade; na falta de recursos para comprar uma receita médica e, para até mesmo enterrar com certa dignidade os familiares, vendia-se, sem nota, sem papel, sem nada documentado a terra quilombola: “Se vendia do tipo vender cavalo velho, com o preço que era uma bagatela” (Sr. Deni, C.Q. Potreiro Grande).

Muitas das terras quilombolas adquiridas através de compra, por troca de trabalho, como doação e herança, foram, aos poucos, se tornando insuficientes mesmo para o plantio do roçado doméstico. A luta quilombola passa por readquirir as terras que, fora estes “negócios”, foram sendo tomadas das populações negras por intermédio, até mesmo, da violência física:

Ela deu, deu pra nós, com uso e fruto do meu sogro. [...] antes dela falecer, ela fez um testamento para as pessoas para quem ela ia dar a terra e deu um tanto pra cada um. Aqui tem 7 hectares de área que foi destinada para o meu falecido sogro, ele cuidava o campo dela, cuidava até o rebanho de ovelhas e ele se molhava muito pra cuidar essas terras. Vinha lá do campo pingando de água, molhado, passava no campo o dia inteiro, vinha em casa almoçar e ia de novo... Passou muito trabalho o meu sogro (D. Santa, C.Q. Potreiro Grande).

O importante é frisar que os tempos de escassez, mesmo para aqueles que conseguem, pelo menos, sustentar a alimentação diária, não mudaram em muitos aspectos. Contudo, algumas pessoas relatam a forma como a liberdade de trabalhar para si foi acontecendo e outras, ainda, com dependência de trabalhos diários, continuam a fazer projetos de vida mobilizados pelas formações das Associações Quilombolas.

Coletivamente encontram alternativas para viabilizar algumas formas de sustentabilidade que não agridam a natureza e que não agridam a sua própria vi-

da. Mesmo as famílias que trabalham no plantio de culturas nocivas à saúde como, por exemplo, a fumicultura, terminam por desistir desta forma como no caso do Sr. Dino e Sr. Olívio da C.Q. Favila ou decidem por não abdicarem, totalmente, do plantio de outras culturas como no caso de Sr. Olívio e outros quilombolas: “*E eu sempre fui assim: ‘Não, para aí, eu tenho que arrumar o fumo para arrumar o dinheiro mas tem que comer e colher o que eu sei que eu plantei. Sim, a plantação não é? Eu planto feijão, eu planto milho, eu planto batata-doce, eu planto batata inglesa [...]’*” (Sr. Olívio, C.Q. Favila).

Os saberes tradicionais presentes na comunidade possibilitam que alguns quilombolas mantenham-se fiéis à sua forma de manusear a terra e a vida: “Mesmo que a agricultura não dê dinheiro a gente tem que plantar”, afirma D. Libânia da C.Q. Cerro das Velhas que, plantando de tudo um pouco – mandioca, amendoim, couve, batata, feijão – garante-se o alimento que, quando comercializado, perde a qualidade que a agricultura familiar quilombola permite.

Outras formas de cultivo mais ostensivo, tal como a **monocultura** – cultivo de apenas uma cultura agrícola – não é a prática preponderante em terras quilombolas; estas exclusividades agrícolas vêm acompanhadas de grande quantidade de agrotóxicos que provocam desgastes ao solo, inúmeros malefícios à saúde e ao meio.

A monocultura exige grande quantidade de terras, por isso, tal modelo agrícola é apropriado pelos grandes latifundiários; terras indígenas e quilombolas são alvos frequentes de investidas de Norte a Sul do país no que diz respeito à legitimidade do uso da terra por estes povos que a ocupam por muitos anos, mantendo uma biodiversidade e modos próprios de ocupar a terra tendo como pressuposto não apenas o lucro, mas a qualidade de vida espiritual e mental.



Não troco de viver pelas coisas materiais

Autor: Eduardo da Matta, Julho/2010.

Não troco de viver pelas coisas materiais. Tem gente que é mais nova e está mal tendo as coisas de tanto querer ganhar. Eu trabalho, tiro umas horas pra conversar e quando eu volto pra casa já tenho uma outra ideia. Não uso calmante, tomo só chá de folha de bergamota e laranja (D. Ivone, C.Q. Potreiro Grande).

Não adianta “segurar” o dinheiro. Tem diferença de entre nós que somos de “raiz” (negros) e os outros. A gente trabalha, ganha, mas gasta, vive! Não adianta de nada ficar doente cedo porque o dinheiro não se leva quando morre e, além do mais, ele só fica gerando discórdia. Mas, tem gente que já está aprendendo a viver conosco, do nosso jeito (Sr. Olívio, C.Q. Favila).

No entanto, a ideia de progresso, desenvolvimento e geração de riquezas a que está atrelado o **agronegócio**, que apenas é possível para quem possui uma grande concentração de terras, um vasto domínio de tecnologias de produção, enfim, por empresas que se contra-põem à agricultura de subsistência tanto em relação ao poder econômico como em

relação aos sentidos reservados à terra, é uma ameaça constante à luta contra a titularidade das terras de quilombos bem como das reservas indígenas.

No relatório anual do ano de 2011 da Comissão Pastoral da Terra (CPT) estão presentes os dados acerca dos conflitos agrários brasileiros que passam de um número de 1186 em 2010 para 1363 no ano seguinte, registrando um aumento de 15% dos mesmos; um total de 638 litígios que correspondem a mais de 60% da estatística global, foi gerado em ações de despejo, expulsões, destruição de bens e ameaças de pistoleiros, ainda que, positivamente, o número de mortos tenha declinado de 34 para 29 óbitos.

É sabido de experiências concretas em comunidades quilombolas em que práticas de sustentabilidades são desenvolvidas mantendo, sob diferentes aspectos, os saberes tradicionais aliados a inovações que tenham como perspectiva o cultivo da terra sem agressão ao meio ambiente e, como decorrência, proteção às vidas em toda a sua plenitude.

No município de Eldorado, no estado de São Paulo, situa-se a comunidade de **Ivoporunduva**, o quilombo mais antigo da região reconhecida como o Vale do Ribeira. Esta comunidade surgiu no século XVII como decorrência do processo de mineração que se utilizava da mão de obra escrava; as terras deste quilombo, segundo dados históricos, é fruto da doação de uma mulher chamada Joanna Maria, que veio a falecer em 1802. A permanência nas terras herdadas foi muito árdua e durante o processo de regularização fundiária iniciado no ano de 1993, a comunidade enfrentou grandes poderes econômicos até chegar à realidade atual, em que projetos tais como o plantio e comercialização da banana orgânica são desenvolvidos como forma de potencializar a economia quilombola e a manutenção da biodiversidade.

A fábrica de processamento de banana-passa, a produção de peças de artesanato em palha de bananeira, a exploração do etno turismo e, ainda que de forma limitada, a possibilidade de aquisição de **créditos de carbono** são algumas formas de geração de renda que são desenvolvidas, tendo como referência a preservação da tradição, do meio ambiente, sem prescindir das tecnologias que permitam que a comunidade, permanentemente, amplie seus saberes e suas possibilidades de sobrevivência nas terras herdadas de uma senhora dona de escravos e que, por isso, nelas, igualmente, se registram as marcas da escravidão. Estas marcas são reveladas na cultura, terra e resistência quilombola que começa a desenvolver lógicas de museio com a terra que, de certa forma, exige alguns cuidados de modo a não ceder a modelos societários que visam apenas o lucro, independente da destruição que ele pode acarretar.

É importante que iniciativas de desenvolvimento sejam sempre muito bem refletidas de modo que as comunidades quilombolas alcancem sustentabilidade econômica sem negligenciar a sua relação com a natureza e com a vida que, muitas vezes, são atentadas pelas promessas desenvolvimentistas que carregam no nome a palavra “verde” (moeda verde, revolução verde etc.) enquanto representação de cor, mas não necessariamente como sinônimo de preservação e renovação da natureza em todas as suas dimensões e espécies. No espaço escolar podemos e devemos explorar todas as dimensões de trabalho e sustento quilombola, desde as mais antigas até as mais modernas porque tudo gera reflexão!

O Brasil inteiro é marcado por uma diversidade de elementos que foram sendo hibridizados com os mais diferentes grupamentos étnicos que compuseram esta nação. A biodiversidade que compõe a flora brasileira também é fruto desse

processo; conforme exemplo trazido da comunidade de Ivaporunduva, acerca do plantio de banana orgânica, podemos explorar vários elementos que se aproximem da história e cultura africana e afro-brasileira tão invisibilizados na sociedade brasileira e também no contexto escolar.



Bananal de Ivaporunduva

Disponível em <<http://picasaweb.google.com/siteitesp/Quilombos#5264848558874091090>>. Acesso em julho/2012.

Uma atividade interessante de se fazer é remeter-se à origem das coisas e das palavras como, por exemplo, da banana. Seria a fruta da mesma origem do nome? Pois saibamos que não!

A banana, um símbolo da nossa tropicalidade, é originária da Ásia – existem espécies selvagens na Nova Guiné, Indonésia e Filipinas. A expansão do Islã levou a fruta ao Mediterrâneo, de onde ela foi difundida na África. Nos séculos 15 e 16, os portugueses já mantinham bananais na ilha da Madeira e na costa africana – berço da palavra “banana”, hoje usada em muitas línguas. Das ilhas São Tomé e Príncipe foram trazidas as primeiras mudas para o Brasil, onde é hoje a segunda fruta mais produzida (MIRANDA, 2007, p. 71).

Tal qual a banana e suas múltiplas historicidades e propriedades que se encontram dispersas no mundo e entrecruzando diversas nacionalidades, aquilo que encontramos como forma de alimento, sobrevivência, no âmbito da sala de aula, da educação escolar pode dialogar com uma série de conhecimentos científicos,

resultando, ao mesmo tempo, em críticas acerca do mundo em que se vive.

Os quilombos são espaços onde a vida se recria no desafio permanente em relação à própria dinâmica sócio, cultural e econômica do lugar que deve garantir o alimento, a saúde, a qualidade de uma existência que se pauta em princípios básicos tais como “cuidar para nunca faltar”.

PARA SABER (26)

O conhecimento e saberes das populações tradicionais e a Agroecologia

Lourival de Moraes Fidelis



A Agroecologia é uma ciência que propõe novas formas de se produzir agricultura, de forma holística e profunda e, em muitos estudos, vem propondo novas formas de se viver, produzir, trabalhar e prosperar em sociedade. Em outras palavras propõe a construção de uma sociedade mais solidária e justa. Com esta perspectiva, a Agroecologia vem se utilizando de diversas ciências (Agronomia,

Pedagogia, Filosofia, Sociologia, Ecologia, Antropologia, Economia, Química, Física, Etnologia, etc.) para dar conta de propor novas formas de se produzir alimentos sem o uso de insumos químicos e mecânicas pesadas (adubos, inseticidas e máquinas agrícolas e sementes transgênicas). No que se refere às novas formas de viver em sociedade e de se produzir uma agricultura mais saudável e sustentável, a Agroecologia vem estudando as chamadas populações tradicionais (quilombolas, ribeirinhos, quebradoras de coco, caiçaras, faxinalenses, comunidades de fundo de pasto, comunidades de terreiro, calungas, cipazeiros, pescadores artesanais, etc.) que detêm saberes e conhecimentos tradicionais próprios e adequados aos ecossistemas que habitam, sendo que muitas destas populações já habitam há séculos e se encontram em suas localidades produzindo, além de alimentos para a sua existência, também uma rica cultura com vocabulários próprios e sintonizados com o meio ambiente que os tornam mais sustentáveis. É isto que a Agroecologia vem procurando captar e estudar de modo e entendê-los e reproduzi-los em situações parecidas com o intuito de que, ao estudá-las, não se percam nem sejam abandonados ou substituídos enquanto conhecimento científico por uma forma globalizante de conhecimento que, talvez, possa ser desastroso. Para estudar os conhecimentos e saberes tradicionais a Agroecologia vem adotando em alguns estudos

os fundamentos da etnologia ou etnociência que, resumidamente, é uma ciência que entende os saberes e conhecimentos tradicionais das populações tradicionais como uma ciência.

Etnodesenvolvimento

A palavra etno “é um termo originário do século XIX para designar estudos comparativos dos modos de vida dos seres humanos”. Em sua raiz histórica “Etno do grego etnoe, é um termo para designar os outros povos que não eram gregos” e log significa um conhecimento sobre, ou saber científico sobre algo ou um determinado universo de conhecimentos (MATTOS, 2001). Desta forma, assim como nas ciências “modernas” há também uma etnobiologia, etnomatemática, etnoecologia, etnofarmácia entre outras formas de “etno” acumulados pelas populações tradicionais que são repassados e aprimorados por gerações de forma oral e prática que, em conjunto, formam o que podemos chamar de um etnodesenvolvimento, ou um desenvolvimento das populações e povos locais que são adotados por estas populações para existirem de forma plena. Muito da biodiversidade que se encontra em comunidades quilombolas, por exemplo, se deve a interação destas populações com a natureza no decorrer de séculos de experimentação científica que acabou formando um sistema lógico e racional de se conviver com a natureza bem mais adequada do que se pode observar em comuni-

dades urbanas. É por conta desta interação e experimentação que é possível de se observar uma gama enorme de sementes agrícolas, ervas medicinais, formas de adubar os solos e produzir alimentos sem a necessidade de se adotar técnicas da agricultura convencional baseada em técnicas industriais degradadoras da natureza e seus recursos. Estas populações tradicionais também detêm um conjunto de conhecimentos e metodologias que, em muitos casos, são bem mais detalhados que suas variantes que julgamos “modernas” e produzidas dentro de centros universitários por exemplo. Não se quer desqualificar o conhecimento que se produz em universidades e centros de pesquisa que são importantes para o avanço da sociedade o que não se pode esquecer, é que os conhecimentos tradicionais também o são. Por estes motivos é que a humanidade não pode prescindir dos conhecimentos e dos saberes tradicionais, pois muitas das questões para a qual a ciência ainda não tem respostas poderão, futuramente, ser encontradas nos conhecimento e saberes tradicionais.

Fonte

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. 2001. Disponível em: <www.ines.gov.br/paginas/revista/A%20bordag%20etnogrpa-ra%20Monica.htm>. Acesso em: 05/06/2010.

Quando falávamos acerca das potencialidades do ambiente natural do quilombo de Ivaporanduva, falamos acerca dos créditos de carbono.

As **reservas de carbono, créditos de carbono ou sequestro de carbono** são formas de ganho que se apresentam como alternativa à devastação do meio ambiente e que pode ser questionada em seus múltiplos e contraditórios aspectos, servindo como tema gerador para as mais diversas áreas do conhecimento.

As palavras que antecedem ao “carbono” – sequestro, crédito, reserva – são constitutivas de um projeto que com a perspectiva de proteger o ambiente, criam aquilo que se pode chamar “moeda verde”.



Reservas de Carbono: a alternativa frente aos agentes poluentes!

Autor: Jonas Fernando, Outubro/2010.

A palavra “**sequestro**” de carbono é utilizada em virtude da absorção de grandes quantidades de gás carbônico (CO²) presentes na atmosfera. Este se-

questro é naturalmente realizado pelas florestas, porque na fase de crescimento, as árvores demandam uma quantidade muito grande de carbono para se desenvolver e acabam tirando esse elemento do ar, de certa forma, purificando-o.

“**Créditos**” são certificados emitidos pelas agências de proteção ambiental autorizando emissões de gases poluentes, gases de efeito estufa (GEE) e a partir daí são estabelecidas metas para a redução de suas emissões. A emissão desses gases passam a ser “tabelados”, equivalendo, por exemplo, para uma tonelada de carbono um crédito. Por isso, a cada quantidade de gás poluente produzido, as empresas poluidoras dos países desenvolvidos deverão comprar estes créditos que são vendidos a preço de dólar por países em desenvolvimento que não são obrigados a cumprir metas e, ao mesmo tempo, se vêem obrigados a criarem dinâmicas de desenvolvimento sustentável.

Tais determinações são resultantes do **Protocolo de Quioto**, acordo assinado em 1997 na cidade de Quioto, no Japão, por mais de 160 países e que busca soluções para o problema de aquecimento global e, neste sentido, áreas com grande potencial florestal como quilombos e reservas indígenas poderiam estar neste comércio vendendo as reservas de carbono que são concentradas no processo natural de crescimento das árvores.

Estas “entradas” em assuntos que podem ser aprofundados é para revelar o quanto a forma como a terra é utilizada se apresenta em discussões que partem dos nossos quilombos até grandes esferas mundiais, correndo, por vezes, o risco de que as boas intenções de resguardar o planeta sejam cooptadas pelos interesses de mercado e a “moeda verde” crie um ciclo de exploração daqueles e daquelas cujo cuidado para com os matos, as florestas

não são, necessariamente, em um primeiro momento, com vistas a cifras.

Nos quilombos a terra, conforme já falado anteriormente pelo quilombola Antônio Leonel da C.Q. Vó Euvira, é sagrada. O seu uso exclusivo a uma agricultura familiar cuja não presença de cercas culminou em um processo de perdas, também, já analisadas neste capítulo, remete em solo brasileiro ao vínculo entre terra e trabalho que relembra uma África sempre marcante no repertório cultural quilombola: aspecto comunal, mítico, visão “circular” de mundo onde em qualquer lugar que se esteja se vê, percebe e sente o que está à sua volta, lugar da agricultura que sustenta; então, não tem como mudar, a cada nova geração o território, ao mesmo tempo, se recria e se mantém:

Território é um espaço que na minha opinião é sagrado, de muita luta e resistência; hoje aquele espaço é de toda a comunidade, por isso que quase todas as comunidades não tem cerca não é? Por não ter cerca, a história foi se perdendo e hoje se tem pouca terra. Quando as comunidades foram se dar de conta que era necessário cercar, já tinham pouquíssima terra. Porque na África é assim, lá tem muita terra, e não se precisa usar a cerca. Então nós viemos com essa cultura de o território ser circular em todos os espaços e a gente enxergar de tudo [...] Então pra mim território é um lugar sagrado né, onde se cultiva a nossa religião, o nosso trabalho na agricultura; a agricultura na comunidade quilombola é um ponto forte, é o que manteve e mantém as comunidades vivas até hoje, as plantas medicinais, as nossas danças, as nossas culturas, tudo isso aí tá dentro desse território que até já aconteceu de tentarem assentar as comunidades em outros espaços mas não é a mesma coisa, porque ali a gente conhece o que circula dentro daquele mato, por exemplo, a caça, o próprio rio, aqueles peixinhos ali que o pessoal sobreviveu comendo, então, não tem como mudar (Antônio Leonel, C.Q. Vó Euvira).



Na rotina do trabalho diário, a especialidade de quem se tornou o “cacique do arroz”.

Autor: Herberto Peil, Junho/2010.

A vivência no território quilombola é altamente educativa, desencadeia uma série de aprendizagens que revelam desenvolvimentos em diferentes ofícios: agricultura, marcenaria, construção, pesca, criação de animais, fitoterapia, enfim, uma riqueza dispersa em um dia a dia cujo conteúdo é uma sequência cada vez mais aprimorada de conhecimentos que vêm se construindo ao longo dos tempos. Tudo é movimento em quilombos e o aprender e ensinar também o é!

Sr. Sadir é muito orgulhoso acerca de tudo quanto sabe fazer e também da sua capacidade de inovar: construiu a charrete que transporta cargas e mercadorias, a casa em que mora, o pilão, faz uso da motosserra, mas não se atrapalha com outras ferramentas porque tem força para empunhar o machado. Vive a inovar e se especializa naquilo que se obstina, isto é, ser quilombola: “Comecei a plantar arroz depois que eu ganhei meio saco de presente quando eu estava vindo

para casa no ônibus; hoje, sou um ‘caci-que’ no arroz: eu planto o arroz, eu capino o arroz, eu colho o arroz, eu como o arroz, **eu sou quilombola, eu posso fazer isso**” (Sr. Sadir, C.Q. Iguatemi).

Esta autoafirmação de Sr. Sadir acerca do seu poder de fazer por ser quilombola, atrelado à sua identidade como “caci-que” do arroz nos remete a outras histórias de tal produto que, na atualidade, se constitui uma possibilidade de sustentabilidade advinda de muitos anos atrás. Trata-se do “arroz quilombola” ou “arroz africano” ou, então, o “arroz dos negros” como comumente é chamado o produto cujo nome científico é *Oryza glaberrima*.

Este Brasil, este Rio Grande do Sul, quilombola e africano, a todo o momento recria no seu cotidiano as marcas trazidas do continente e que tão pouco identificamos ou valorizamos. Seria um descrédito ao saber das mentes e mãos negras que continuam a solidificar as histórias desta nação? A história e cultura das populações negras na atualidade, sob a forma de uma rede que vai sendo cotidianamente tecida, vai apontando os lugares de África no Brasil e do Brasil nas Áfricas representadas pelas diversas etnias que compõem este vasto país.

PARA SABER (27)

O arroz africano *Oryza glaberrima*: atravessando séculos!

A história mostra que, ao longo dos tempos, a presença negra que se constituiu inicialmente na condição de escravos por todo o mundo, foi para muito além de realizar um trabalho mecânico, sem potência de criação, inventividade. A África com todo o seu conhecimento, está presente na história da agricultura das Américas, principalmente,

de uma espécie de arroz que na América Latina confirmado, por intermédio de pesquisas com fontes botânicas e históricas reafirmam sua origem no continente. A difusão nas Américas de uma espécie de arroz chamada *Oryza glaberrima*, é decorrente do início do comércio de escravos pelo Atlântico reveladora, desta maneira, acerca da transferência tecnológica, da relação entre conhecimentos indígenas e quilombola e a adaptação deste componente alimentar básico no Novo Mundo. *Oryza glaberrima* é originário das margens do Rio Niger, no Congo; o plantio desta espécie de arroz de cor avermelhada-rubi está datado por volta de 1619 no Maranhão sendo que, em 1739, foi proibido sob ameaça de prisão, a mando do governo português, sendo substituído pelo arroz asiático. Todavia, como forma de resistência e manutenção cultural, as sementes foram guardadas e reproduzidas. Desde 2005, algumas comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul (Restinga Seca, Palmares do Sul, Tavares e Mostardas) vêm no cultivo do arroz quilombola, uma forma de resgatar sua história e tradições numa perspectiva de agricultura ecológica, através da preservação do seu valor nutricional constituído de ferro, proteína, amido, vitaminas, oligoelementos e sais minerais. Segundo a tradição oral, sementes foram trazidas do continente africano e escondidas por entre os cabelos das mulheres escravizadas; era contrabandeado, igualmente, o gergelim, o quiabo, a melancia, a pimenta malagueta e o painço.

A especialidade de D. Moêmia na construção dos balaios.

Autor: Eduardo da Matta, Julho/2010.



2.2 Os cestos e a trama da vida

A perspectiva escravocrata da exploração da mão de obra negra persiste ainda que se esteja, permanentemente, arrebatando as correntes passadas e contemporâneas.

Os resquícios da escravidão e, inclusive, a falta de medidas para eliminá-los são apresentados nos dados que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou em Outubro de 2011; o perfil do trabalho escravo rural no Brasil, indicando que 81% das pessoas que vivem em condições análogas à escravidão são negras, jovens e com baixa escolaridade. Além da predominância negra, é declarado que 93% das pessoas iniciaram sua vida como trabalhadores antes dos 16 anos e que 75% são analfabetas, ou seja, o trabalho exploratório da força de trabalho

começou na infância, cujos empregadores e aliciadores, os “gatos”, são, segundo os dados da OIT, brancos.

Ainda que esta realidade acerca do trabalho escravo seja fruto de estudos realizados no estados do Pará, Mato Grosso, Minas Gerais e Bahia, entre os anos de 2006 e 2007, sabe-se que esta é uma realidade que se estende por todo o Brasil, principalmente, no que tange ao meio rural.

Acredita-se, também, que a escola possa ser um lugar que possibilite outras escolhas ou enfrentamentos a conjunturas de exploração como esta, uma vez que, conforme os dados, o percentual de analfabetos nessa condição de trabalho é alto e, por isso, tal dado é indicativo de que se não houve a presença de escola em suas vidas, existe uma possibilidade a menos de compreender e resistir a este tipo de situação, ao qual as pessoas se submetem, muitas vezes, no desespero de tentar sobreviver às dificuldades econômicas.

A não presença da escola para muitos quilombolas ainda é uma realidade, todavia, através de formas de trabalhar alicerçadas nos fazeres familiares, a sua vida vai sendo tramada de uma forma mais digna, que possibilita transformar conhecimentos simples em conhecimentos complexos e, deste modo, abster-se das inúmeras privações que a população negra brasileira tem estado sujeita.

D. Moêmia, quilombola da C.Q. Potreiro Grande, tira seu sustento dos cestos de cipó que aprendeu a fazer com seu esposo, Sr. Dener. Hoje, ela conta com uma vasta clientela e, segundo relatam, os seus cestos são os preferidos da região. Com muita desenvoltura nos dedos ela relata fielmente a construção dos cestos simultaneamente à construção de um:

Se faz a colheita do cipó, descasca, o abre e deixa secar por oito dias até poder se começar a fazer o balaio. O balaio é tramado a partir do fundo e é necessário saber rachar o cipó porque se ele é “manso”, ele racha com facilidade, caso contrário, muitas dificuldades aparecem. De um cipó grosso se extrai quatro tiras e, para o arremate, o ponto alto do trabalho, é necessário saber “deitar” a vara (D. Moemia, C.Q. Potreiro Grande).

A descrição deste ritual de feitura de um balaio chama a atenção para a quantidade de detalhes presentes nesta prática artesanal. O **artesanato** para os quilombolas tem servido como forma de geração de trabalho e renda. Para além do retorno econômico, é importante compreender o artesanato como aquela atividade que “[...] deve ser coordenada do início ao fim por sua criadora [...]” (CUNHA, 2010, p. 131).

Encontrou-se exímios artesões em muitas comunidades: Sr. Waldemar, D. Libânia, D. Maria, S. Cedeny e outros e outras cujas habilidades de construir algo relacionado à necessidade de enfeitar o lu-

gar, de uso doméstico como mesa, cama, sofá, cadeira, com a finalidade de transportar, nanar, selecionar, armazenar, filtrar, enfim, prontamente transformavam as matérias primas, geralmente disponíveis ou, então, compradas, em objetos que revelam um pouco da identidade, dos gostos, da história de quem os constrói.

As matérias primas são as mais diversas: cipó, cotia, cincho, taquaras, bambu, palha de milho, lã de ovelha, jutas, madeiras e outras que vão sendo agregadas a estas, tais como garrafas PET que fazem parte de processos de reciclagem dos produtos que são altamente poluentes.



O saber artesanal quilombola.

Autor: Eduardo da Matta, Abril/2010.

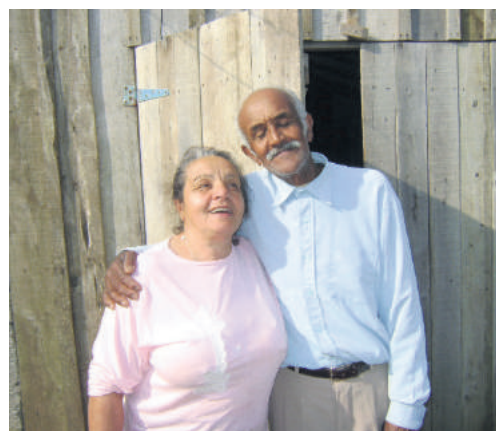




Conhecimentos que são repassados entre diversas gerações, trazem como consequência um **reviver a história**, porque os objetos, as técnicas, as disponibilidades da matéria prima revelam elementos importantes para a contextualização de um tempo passado que se reaviva pelos movimentos das mãos comandado pela memória.

Muitas coisas são difíceis de entender, como, por exemplo: por que hoje o dinheiro não para nas nossas mãos? Como e por que as tecnologias que seriam facilitadoras não impedem um ritmo frenético de vida em que as pessoas trabalham mais e mais? D. Núbia da C.Q. Iguatemi, ao seu modo, analisa a forma como os gastos se constroem: “tem que se comprar vassoura, prendedor, clorofina, sabão em pó, limpa vidro. Antigamente se fazia o sabão e varria com a vassoura de rama; se trabalhava muito para pagar a luz, o telefone. Se tinha uns bancos para sentar, sem precisar passar a tinta, e a água era carregada”.

Sr. Hermes complementa: “o conforto encarece mesmo que certas coisas não se pague com dinheiro, apenas com amizade”.



Casal Hermes e Núbia rememoram os tempos idos e uma economia doméstica em que se comprava menos.

Autor: Sabrina Souza, Agosto/2010.



D. Santa e a fabricação de sabão caseiro.

Autor: Eduardo da Matta, Junho/2010.

2.3 Passando o “sabão” na história: formas de produzir

É possível deixar de consumir, comprar tanto e voltarmos a produzir artesanalmente? Quem sabe, recuperamos alguns saberes que nossos antepassados nos deixaram e começamos a passar o “sabão na história” através de atividades que nos mobilizem a prover algumas necessidades diárias.

D. Santa da C.Q. Potreiro Grande, é uma hábil fabricante de sabão de forma e deseja que suas filhas aprendam a fazê-lo para que tenha uma continuidade de suas feitorias e, também, como demonstração de respeito aos ensinamentos que outrora lhe foram repassados e que, em seu tempo, não eram negligenciados pelos mais novos:

Estou ensinando ela a fazer porque a gente se termina, a gente nem sempre vive, a gente não é eterna. Um dia a gente desaparece e ficam os novos não é? Quando eu era mais nova não sabia fazer nada, mas a falecida minha mãe nos ensinava fazer todo o serviço. A minha mãe nos ensinava muito bem a fazer todo o serviço e naquele tempo a gente tinha muito respeito aos pais não é? Os pai diziam e a gente fazia (D. Santa, C.Q. Potreiro Grande).

Receitas de sabão são ditadas tanto pela D. Santa como por Sr. Cedeny da C.Q. Cerro das Velhas. As receitas, para além do uso na limpeza de louças e roupas, servem, também, para atizar a nossa curiosidade científica em relação ao saber do por que a junção de cada elemento traz como resultado panelas brilhantes, roupas muito limpas, pratos desengordurados, enfim, resultados perfeitos na lida doméstica. Neste momento, ensinamentos químicos e ancestrais se mesclam instigando-nos a melhor compreendê-los:

Receita do sabão de graxa da D. Santa:

“O sabão de graxa é bom para desencardir as mãos porque ele faz bastante espuma. Leva soda cáustica e tem que tomar muito cuidado com ela. A primeira coisa é ferver a água mais ou menos uns quantos litros [1]; depois colocar 2 kg de graxa e meia lata de soda [2]; jogar em cima desta mistura uns dois litros e meio de água fervendo dentro da vasilha [3] e depois de mexer colocar um pouco de água fria [4] e, por fim, 300g de farinha de milho [5] sendo que eu boto, às vezes, um pouco menos, eu calculo, duas mão de farinha de milho”.

PARA SABER (28)

A fabricação do sabão: aspectos históricos

“O porto de Salvador, na Bahia, era o principal porto de entrada de mercadorias vindas da África. Entre as principais importações até aproximadamente 1780 estava o sabão. O Brasil importava sabão africano. A técnica de fazer sabão era relativamente simples se compararmos com os conhecimentos de química da atualidade. Os sabões eram produzidos com uma mistura de gordura animal e vegetal como uma soda do tipo cáustica. A produção da soda era realizada tomando as cinzas resultantes da queima de algumas madeiras específicas e colocadas molhadas em um pano e deixando gotejar lentamente. O resultado é uma soda que, no interior do Brasil, algumas pessoas antigas ainda realizam e denominam como adequada. Este processo de fabricar sabão tinha o uso de gordura animal extraído de restos de sebos

e carnes fervidas. A gordura animal resultava num sabão mais pesado. O uso da gordura vegetal como a do coco produzia um sabão mais refinado e leve, como o sabão de coco. Em consequência do uso da gordura de coco no Brasil é que se importou e se difundiu a plantação de coqueiros. Esta é mais uma dentre outras importações africanas que modifica a flora e a fauna brasileiras” (CUNHA JR., 2010, p. 31).

A fabricação do sabão: aspectos químicos relativos à reação de saponificação

“A Reação de formação de sabão ocorre entre um ácido graxo presente em óleos ou gordura, com uma base forte. O sabão é um sal de ácido carboxílico, que por possuir uma cadeia carbonada longa em sua estrutura molecular, é capaz de se solubilizar tanto em meios polares quanto em meios apolares [...] (MESKO; GOUVÊA; DOURADO et al, 2011, p. 222).

Fontes:

CUNHA JR., Henrique. **Tecnologia Africana na Formação Brasileira**. Rio de Janeiro: CEAP, 2010.

MESKO, Márcia Foster; GOUVÊA, Lidiane Pires; DOURADO, Massako Takahashi et al. Avaliação do sabão produzido a partir de óleo residual comestível. In: BUSSOLETTI, Denise Marcos; BRANDALISE, João Nelci; PELLEGRIN, José Luis de et al. **IV Salão de Extensão e Cultura**. UFPel em Extensão: criação, participação e compromisso. Pelotas: Editora Universitária da UFPel, p. 221-232.



As lavadeiras.

Autor: Jonas
Fernando,
Novembro/2010 e
Paulo Corrêa, 2010.

O repasse de saberes é, também, maneiras de contar a história. Existem práticas que já estão superadas, mas, por exemplo, a atividade de cantar quando se lavava as roupas expunha muito da realidade, tais como seus valores, seus desejos e necessidades. Eram os chamados “cantos das lavadeiras” que, geralmente, lavavam suas roupas na beira dos rios e nas nascentes, que muitas vezes vertiam por entre os matos. Os rios, as tinas, os tanques sempre foram lugares que inspiravam as músicas e as histórias: coisas da antiga!

Coisa da Antiga
(Nei Lopes)

A tina, vovó lavou (vovó lavou)
A roupa que mamãe vestiu quando
foi batizada
E mamãe quando era menina teve
que passar (teve que passar)
Muita fumaça e calor no ferro de
engomar
Hoje mamãe me falou de vovó
(só de vovó)
Disse que no tempo dela era

bem melhor
Mesmo agachada na tina e soprando
no ferro de carvão
Tinha-se mais amizade e mais consideração
Disse que naquele tempo a palavra
de um mero cidadão
Valia mais que hoje em dia, uma
nota de milhão
Disse afinal que o que é de verdade
ninguém mais hoje liga
Isso é coisa da antiga
Hoje o olhar de mamãe marejou
(só marejou)
Quando se lembrou do velho, o
meu bisavô
Disse que ele foi escravo e não se
entregou à escravidão
Sempre vivia fugindo e arrumando
confusão
Disse pra mim que essa história do
meu bisavô negro fujão
Devia servir de exemplo à “esses
nego pai-João”
Disse afinal que o que é de verdade
ninguém mais hoje liga
Isso é coisa da antiga

Eu gostava muito de lavar roupa, coisa que eu gosto é de lavar roupa. E agora não lavo mais por causa da mão. Lavava no tanque, em casa [...] lavava sempre numa sanga lá embaixo [...] nós gostávamos de ir para a sanga lavar roupa. Lá nós lavávamos roupa, tomávamos banho e secávamos; vínhamos com a roupa quase seca. Nós passávamos quase o dia inteiro; íamos de manhã e vínhamos meio-dia e às vezes à noite. Quando nós vínhamos, a roupa já estava quase seca. Aí nós botávamos na corda para secar” (D. Santa, C.R.Q Potreiro Grande)

A letra da música – coisa da antiga – é uma canção que revela formas tidas como ultrapassadas de lavar, passar, remendo, também, ao nível das relações sociais estabelecidas e, nesse sentido, situa as tecnologias às formas como a sociedade vivencia valores que não são estritamente materiais e funcionais, mas sim valores humanos que não deveriam ser trocados quando, por exemplo, utilitariamente se troca um equipamento.

O corre-corre que correspondia ao tempo e ritmo do meio urbano, aos poucos, altera, igualmente, o tempo e ritmo dos quilombos e, também, das muitas informações que, nem sempre, são conteúdos para a vida.

As novas tecnologias devem ser acessíveis a todos e quando recuperamos o saber tecnológico encontrado, muitas vezes em equipamentos que estão a cair em desuso nas comunidades quilombolas é no sentido de dizer que:

A compreensão do fio da história africana é necessária para entendimento do desenvolvimento de conhecimentos técnicos, profissionais e científicos nas diversas regiões africanas, que constituíram um capital cultural significativo e fundamental para a colonização do Brasil, sob o domínio português na forma do escravismo criminoso da mão de obra africana (CUNHA JR., 2011, p. 15).

O fio da história começa por buscarmos uma compreensão acerca do que é tecnologia. Por tecnologia poderíamos entender a capacidade humana de racionalmente encontrar alternativas que ajudem a vencer as necessidades cotidianas de forma mais eficiente e rápida valendo-se, para tanto, de diferentes recursos e conhecimentos teóricos e práticos.

A tecnologia negra de matrizes africanas em quilombos se faz, conforme vimos no caso do sabão e de outras tantas variedades que não temos a pretensão de esgotar, a possibilidade de dialogarmos com a história daqueles que nos antecederam e que, conforme afirma Sr. Olívio da C.Q. Favila tão bem lembra, “são nossos alicerces para estarmos no mundo”.



De forma rápida e deixando o convite ao aprofundamento através de pesquisas escolares, podemos dialogar, por exemplo, com a história e conhecimento de Sr. Getúlio da C.Q. Manoel do Rego que relata o processo de construção de tijolos.

2.4 De tijolo a tijolo, a história se ergue: casas e contos quilombolas!

A escravidão gaúcha, na maior parte das vezes, é referenciada na utilização da mão de obra negra nas charqueadas, contudo, o trabalho nas olarias se constituía mais uma forma de exploração negra na medida em que entre as safras do charque, que tinham a culminância na matança de gado entre os meses de novembro a maio, se realizou, em um período estimado de cem anos – 1780 a 1888 – um revezamento entre o sal e o barro (GUTIERREZ, 2001).



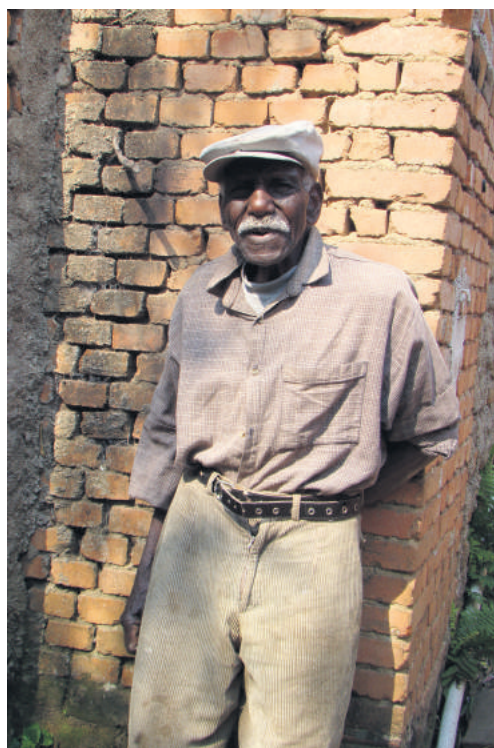
Casa de barreado na C.Q. Armada/Cerro das Velhas.

Autor: Leandro Haerter, Abril/2010.

Contar como era a fabricação das casas, as inovações tecnológicas quando se tinha a possibilidade e necessidade de substituir as denominadas casas de taipa ou de pau a pique por casas de alvenaria é um pouco do que contam os quilombolas acerca de suas “engenharias” da vida.

As histórias das construções das casas, além de trazerem princípios que remetem às condições econômicas, matérias primas disponíveis e conhecimentos específicos de uma época, apontam singularidades acerca das relações estabelecidas entre as pessoas, assinalando projetos que deram certo graças a sistemas colaborativos como o mutirão, por exemplo, e também outros casos que nem sempre tiveram o mesmo sucesso. Então, tem história de casa que se ergueu e de casas que caíram as **linhas**, no dizer de Tia Lica, ou seja, as suas estruturas de sustentação!

Dona Libânia, quilombola moradora do C.Q. Cerro das Velhas, é conhecida na região por dominar a técnica de construção de casas de barreado.



A fabricação de tijolos a partir do Sr. Getúlio.

Autor: Deise Cunha, Agosto/2010.

A descrição começa com o esposo e um vizinho fazendo os esquadros, depois cravando os esteios, em seguida as linhas (que vão apoiar os caibros) e logo após os caibros e a ripa (no caso de santa-fé, bambu ou taquara, e depois o arame). O pé do pau-a-pique é pregado no baldrame e a parte de cima na linha. Usa-se vassoura vermelha para trançar. Por fim, é só deixar o quadro da porta e janelas livres, se põe o barro entre as varas e está pronta uma casa de barreado [...] (HAERTER, 2010, p. 97).

Paralelamente a isso, também é possível construir casas de barreado a partir de tijolos de barro. Abaixo segue uma foto de uma antiga forma para tijolos de barro, mostrando um importante exemplo de engenharia quilombola que em muito poderia contribuir para nossas escolas, em especial, acerca de conhecimentos de matemática e de física.

Sr. Geraldo relata a forma como a sua casa foi sendo construída descrevendo a força necessária a ser empregada, as ferramentas disponíveis, as matérias primas utilizadas, o passo a passo da produção de tijolos até, por fim, a substituição do trabalho dos chamados oleiros, aqueles que trabalham na fabricação de tijolos, cerâmicas, telhas e outros artefatos feitos de barro. Tal tarefa, muito trabalhosa e que foi passando por um processo de desvalorização, nos remete aos dizeres do autor português José Saramago (2000, p. 33): “[...] o barro é como as pessoas, precisa de que o tratem bem [...]”.

Sr. Getúlio, um ancião quilombola, explica o trato dado ao barro que se transformava em tijolos para a sua moradia:

Eu barreava a casa, fazia as portas, as botava no lugar e aí íamos para dentro de casa e continuávamos a arrumá-la. Depois inventaram de fazer de tijolo: eu botava os cavalos ali naquele barreiro e sovava. Sovava até com os pés, fazia barreiro até com os pés e depois jogava na mesa pra fazer tijolos com este barreiro e botava para secar. Cortava o tijolo e botava na forma, na cancha e ia virando até ele secar. Depois que estava seco botava num galpãozinho. Depois que estava pronta aquela quantia de tijolo, eu queria uma quantidade de dois ou três mil; aí eu informava para o lenhador e ele trazia lenha. Tinha muito mato, muito mato mesmo, naquela época. Ele cortava a lenha a braço, a machado e trazia na carreta; encostava ali aquele montão de lenha e passava três dias, **três ou quatro dias secando o tijolo, queimando o tijolo.**

Quando o fogo sai lá em cima, a lavareda sai lá em cima, a gente com a pá tem que jogar terra e tapar tudo quando o fogo sai; tapava por causa do calor. Eu sempre trazia as três bocas do forno cheinha de lenha e depois que o fogo saía para fora, nas frestas do forno, **bem amarelinho é porque está queimando.** Quando saía fogo lá em cima já dava para fechar as bocas [...] pois deixava esfriar e no outro dia, eu ia dar um jeito de arrumar um pedreiro para fazer a casa. Aí ia também a pedra, pra fazer os alicerces. Era uns “baita” tijolos que era um caso sério! Pesava quase cinco quilos.

Antiga forma para tijolos de barro.

Autor: Leandro Haerter, Fevereiro/2009.



Este processo detalhado de produção do tijolo, desde o ato de sovar o barro até a sua queima, se traduzido em conceitos presentes nos currículos escolares, poderia tornar significativa esta memória para além do aprendizado da dinâmica da vida de uma família, de um lugar, de um agrupamento étnico. Tal narrativa serve, por exemplo, para buscar compreender os processos químicos que ocorrem no processo de queima (combustão) e secagem do barro.

Poderíamos, igualmente, entender a forma como as máquinas foram substituindo a força de trabalho de homens e mulheres, culminando com fábricas e ferramentas domésticas em detrimento de complexos industriais; as implicações sociais destas mudanças revelam, de forma muito pontual a organização e o funcionamento das sociedades humanas.

Tudo é diferente, naquele tempo saíam pro mato, cortavam madeira, faziam... não tinha serraria, não tinha nada. Fazia um estaleiro, e jogava uma torada lá em cima no estaleiro. Botavam umas varas e juntavam uns três ou quatro homens e a levavam lá pra cima [...] e depois tinha um serrote com um “T” lá pra cima, um puxava o serrote e o outro cá de baixo serrando, essa casa foi feita assim. Foram feitas as linhas, as armações tudo a serrote puxado a mão. E hoje não, levavam uma torada na serraria e serram, desmancham tudo [...]. (S. Getúlio, C.Q. Manuel do Rego)

Tia Lica descreve com outros dados, o processo de construção de sua casa. Existia um outro tipo de relação de troca de trabalho, ou seja, com a compensação sob a forma de matéria prima: a construção dos tijolos foi paga com barro e, nesta relação, talvez, tão somente comercial, o resultado não foi dos melhores: a casa caiu!

Eu estava deitada, e eles vinham descendo. Os oleiros passaram por aqui e eu saí

atrás deles na estrada. Aí eu perguntei: “escuta vocês não querem pegar barro para fazer tijolo? Eu preciso fazer uma casa”. Eles disseram: “Vamos olhar, vamos ver o barro”. Olha tiraram o barro e deu para fazer essa casa; eles levaram a outra metade. A minha casa, então, foi feita de barro, a casa estava pronta, mas não tinha ainda porta, tudo aberto, quando eu vi um dia a linha tava descendo, a casa desmanchou, caiu (Tia Lica, C.Q. Iguatemi).

A casa de Sr. Getulio subiu, a da Tia Lica, caiu? O que se pode pensar destes dois exemplos? No primeiro caso, todo o processo de construção foi coletivo, todos sabiam do processo de construção da casa, de fabricação do tijolo; houve um processo comunitário de trabalho onde todos sabiam o que estavam fazendo e trocas de trabalho unificadas para o bem comum. No caso da Tia Lica, ela, de certa forma, pagou a construção do tijolo com matéria prima, o barro. Ficou distante do processo de produção do tijolo e os resultados não foram os melhores porque a casa desabou, talvez, pela qualidade com que foi feita a mercadoria sem que a mesma soubesse do processo, ou seja, só se apropriando do produto. Neste momento, distante dos fatos reais, se tentou descobrir as causas dos sucessos e insucessos do projeto de casa de Sr. Geraldo e de Tia Liça, não no sentido de se chegar a uma verdade absoluta mas, no exercício de se apreender das pequenas e grandes, vitoriosas e não vitoriosas experiências cotidianas, a refletir sobre as mesmas compreendendo as lógicas das escolhas feitas.

Muitas pessoas, ainda nos dias de hoje, têm conhecimento de todas as etapas dos processos de trabalho na construção de suas casas formando, portanto, uma constelação de saberes que se opõe àquele saber compartimentado que nos priva do controle total da situação de qualquer projeto que tenhamos em mente, seja da construção de uma casa seja um projeto de vida.

Vários elementos encontrados nas narrativas dão mostras de conhecimentos matemáticos, arquitetônicos, físicos, biológicos a partir da prática do fazer, que poderiam se tornar conteúdos importantes para a sala de aula, que pretende ser construtora e decodificadora de realidades e múltiplas formas de aprender; sigamos, então, mais um pouco na engenharia quilombola!

Quase em vias de extinção encontram-se as **taipas**, construções que possuem

[...] uma ossatura de madeira ou bambu, formada por ripas horizontais e verticais amarradas com tiras de couro, cipó, barbante, prego ou arame, preenchida com uma mistura de terra, água e fibras. Este conjunto, juntamente com peças portantes verticais de madeira, forma a parede da edificação. A mistura, denominada barro, é lançada com as mãos nos dois lados ao mesmo tempo, e apertada sobre a trama da parede [...] (LOPES; INO, 2011, p. 16).

Aqueles quilombolas que um dia moraram nas casas de taipa, ainda, na atualidade, continuam, por diferentes razões, a ter em suas moradias a presença desta construção feita de barro servindo ainda como moradia ou, então, de galpão para guardar utensílios da lida; muitos, também, já a trocaram por outro tipo de moradia.

Sr. Sadir, colocou sua taipa abaixo e construiu uma moradia de alvenaria com os tijolos fabricados por ele e D. Vera. Todavia, as paredes são rebocadas de barro em razão de considerar que a casa fica mais aquecida para o inverno.

Na cidade de Canguçu reside o Sr. Zailor, um homem, afrodescendente, de muitas profissões: cantor, professor, músico, dono de uma Academia de Ginástica que é singular na sua estética,

porque junto aos aparelhos, na sua grande maioria produzidos por ele mesmo, existe uma série de elementos que nos desafiam a entender o lugar. Os elementos variam desde objetos de dimensão mística, incenso permanentemente a queimar, até as paredes que são todas rebocadas de barro, conferindo ao lugar que, a princípio, se reduziria a um espaço de prática esportiva, uma conotação mais ampla em que a história pessoal do professor de musculação, jiu-jitsu, artes marciais, capoeira orienta sua concepção de mundo e, também, de corpo.



Casas rebocadas com barro do Prof. Zailor e Sr. Sadir.

Autor: Eduardo da Matta, Abril/2010 e Natália Laner, Junho/2010.

Professor Zailor criou um ambiente que pela maneira como a Academia é decorada, as pessoas ao despenderem esforço físico, também recuperam energias de paz, relaxamento e amizade. É um momento para encontrar pessoas e intercalar o exercício físico com um bate-papo, com a escuta de uma música que não corresponde, exatamente, às sonoridades com volume alto e estridente que estes ambientes pressupõem com o objetivo de estimular o corpo à atividade.

A história das paredes de barro da academia de ginástica é contada da seguinte forma pelo professor:

Quando ele nasceu era uma criança muito doente e sua mãe o entregou, com 15 dias, para uma entidade espiritual chamada João das Matas. Sua avó, D. Carolina Matos era benzedeira. Passados os anos, sua mãe foi acometida por uma doença que lhe tirou a memória e a casa em que a Academia funciona era de sua propriedade. Em um determinado dia, teve um sonho e acreditou que o mesmo era uma orientação que o levou a decidir retirar o reboco da casa construído de cimento e substituí-lo por barro; todos os dias da mudança serviria para que junto à sua mãe, rememorasse as histórias de vida cuja casa havia sido cenário. Seria um processo de desconstrução e reconstrução e, neste sentido, o barro nas paredes seria uma forma simbólica de fazer um retorno à vida (Anotações de Pesquisa).

Esta passagem acima é importante na medida em que junto às questões que eram desenvolvidas acerca das tecnologias quilombolas na sua forma de construir e reconstruir suas moradias, valem-se não apenas de coisas materiais, mas, também de um conjunto de ideias, de crenças que edificam a forma de morar, os jeitos de viver e, por isso, enfrentar os desafios impostos às trajetórias pessoais. Essa iniciativa tomada pelo professor

Zailor contém traços da mitologia africana, já trazida no capítulo um, em que o barro colhido pelo Orixá Nanã Burucu, ao receber o sopro divino, concede a vida a homens e mulheres e, neste caso, o barro seria a energia/sopro, para trazer sua mãe novamente à vida.



Na academia do Prof. Zailor, a presença mística representada pelo machado de Xangô, orixá da justiça.

Autor: Eduardo da Matta, Abril/2010.



Prof. Zailor:
musicalidade,
historicidade e
outras concepções
de cultura
corporal.

Autor: Eduardo da
Matta, Abril/2010.



PARA SABER (29)

Sobre os conhecimentos africanos na construção:

“De acordo com Smith (1955), os primeiros colonizadores portugueses, ao chegarem ao Brasil, já encontraram os índios morando em casas feitas de estruturas de madeira, recobertas de barro. Entretanto, para Milanez (1958), antes da chegada dos portugueses, os índios não usavam a terra para construir: seus abrigos eram de madeira, paus roliços e vedações de palha e folhagens. A taipa de mão, o adobe e a taipa de pilão, técnicas construtivas que utilizam a terra crua, chegaram ao Brasil trazidas pelos primeiros colonizadores portugueses. Além destes, os africanos trazidos como escravos tinham conhecimento do uso da terra para construção. E ainda hoje, segundo Milanez (1958), os nativos da Guiné, descendentes dos mesmos negros que para aqui vieram, utilizam o pau-a-pique, com enchimento de lama e cobertura de palha para construírem suas casas” (LOPES e INO, 2011, p. 16).

“[...] O adobe é um tijolo de terra crua, geralmente muito grande com relação aos tijolos de hoje, cuja técnica de produção implica ser seco inicialmente à sombra e depois ao sol. Este tijolo é muito utilizado na África do Rio Niger. Para a constituição do tijolo de adobe se misturam argila, fibra

vegetal, estrume de gado e óleos vegetais ou animal (CUNHA JR., 2010, p. 28-29).

Fonte:

CUNHA JR., Henrique. **Tecnologia Africana na Formação Brasileira**. Rio de Janeiro: CEAP, 2010.

LOPES, Wilza Reis; INO, Akemi. **Aspectos construtivos da taipa de mão**. Disponível em: <<http://dc226.4shared.com/doc/waxgGK88/preview.html>> Acesso em 21/12/2011.

Muitos outros equipamentos construídos pelos/as próprios/as quilombolas foram encontrados. Cada um incita a inúmeras reflexões acerca de suas funções, de suas historicidades, das possibilidades de escrutinar conceitos, fórmulas, linguagens, imagens que nos dizem o quanto objetos podem ser valorados para além da utilidade primordial que conferimos a eles.

Sr. Waldemar da C.Q. Fazenda Cachoeira, se orgulha de algumas características suas enquanto homem e trabalhador: sabe fazer de tudo ainda que sempre diga que não o saiba de modo a sempre poder se superar até mesmo naquilo que considera como já aprendido.



O território da Fazenda Cachoeira é povoado tão somente pela família do Sr. Waldemar que é o “tronco velho” do quilombo. Do alto de um lajeado onde costumam secar grãos observa-se toda a comunidade e a forma como vão construindo a subsistência em um lugar distante da cidade, cujo meio de transporte que lhes é acessível passa apenas às segundas feiras.

O lajeado é o lugar preferido de todos e todas; o território possui inúmeras pedras que foram sedimentadas ao longo dos tempos. Junto àquilo que a natureza se encarregou de fazer, vai se encontrando a ação humana no processo de sua transformação em utensílios indispensáveis para o manuseio da terra, dos animais, enfim, para a arte de manusear as dificuldades e as necessidades da vida; são carnicadeiras, fogões de pedras, juntas de boi, amoladeiras e outros. No interior do galpão, as artes do fazer se encontram nos relhos, nas cordas, nas barrigueiras para cavalos, nas peneiras e outros.

Sr. Waldemar explica, também, as “coisas do amor” ao afirmar que suas inúmeras qualidades foram as responsáveis pelo seu casamento, em outras palavras, na sua capacidade de trabalho estava a estrutura para manter o casamento e a família: “Por isso que D. Zair me quis porque se eu não soubesse fazer nada ela me diria: ‘ah, eu vou morrer de fome’. A gente sempre tem que ser humilde, eu sempre fui humilde”.



Quilombolas da fazenda no lajeado onde secam os grãos.

Autor: Deise Cunha e Dalva Rosane, Abril/2010.

A carnicadeira e o arado, alguns dos utensílios diários da Fazenda Cachoeira.

Autor: Deise Cunha, Abril/2010.



Em quase todos os ranchos quilombolas, encontramos os pilões que, na grande maioria das vezes foram construídos pelas pessoas da própria família. Pilões de muitos tamanhos, de diferentes madeiras, cujas técnicas de pilar foram descritas, cuidadosamente por algumas mulheres.

O pilão é um utensílio para moer alimentos e geralmente é feito de um tronco escavado e de uma madeira macia; o mesmo é acompanhado pelo “braço”, “mão” ou pau de pilão” que tem uma de suas extremidades arredondadas. Os grandes pilões são utilizados, geralmente, para moer cereais, principalmente, o milho e o sorgo. Esta atividade pode ser realizada por duas pessoas simultaneamente e, para além de moer o grão, o pilão é também usado para descascar o arroz; os pequenos pilões são usados para socar alimentos que se utilizam em menor escala dentro da culinária doméstica.

As receitas do pilar.

Autor: Eduardo da Matta, Junho/2010.



“A gente usa a água e a cinza, pra descascar o milho. É fácil socar (D. Moemia, C.Q. Potreiro Grande)!”

Eu levanto cedo, trabalho, faço meu serviço, se tenho que ir pra lavoura vou. Olha, eu faço feijão, até canjica eu soco; eu gosto de socar canjica [...]. A canjiquinha a gente bota o milho, bota água, bota uma palha no fundo e agarra a mão bem firme e soca até começar a descascar. Descasca bem descascadinha e a gente abana e bota de novo no pilão (Tia Lica, C.Q. Iguatemi).

O pilão há muito vem “socando” a história dos negros e negras deste país que, a exemplo da Tia Lica, forjaram em terras de quilombo a forma ininterrupta de chegar a quase cem anos, com um vigor que embalado pela batida do pilão, que faz do trabalho uma atividade que não apenas mói o grão que alimenta o corpo, mas que reconstrói a memória que justifica algumas lutas das gerações presentes.

A vida cotidiana é um poema, Cora Coralina, poetisa de Goiás que escrevia sobre a sua vida na roça, levou inúmeros leitores e leitoras a encontrarem-se no seu universo cultural como autores de sua própria história, compreendendo-a para muito além do que a simples lida quer dizer:

“Pilões lavrados a machado,
cavados em cepos de aroeira.
Mão de pilão, aleijada, redonda,
sem dedos.
Mão pesada de bater, socar,
esmoer, quebrar, pulverizar.
Mãos antigas, de menina moça,
agarradas,
em movimentos ritmados,
alternados, batidas contínuas,
compassadas.
[...]

Engenho doméstico de pilar.
Nesse tempo me criei.
Numa longa gestação, inconsciente
ou não,
que vem da infância longínqua à
ancianidade presente”.
(“O Cântico de Aninha”, Cora Coralina, 1985, p. 36).

Se o pilão reproduz velhas e produz novas histórias no contexto da sala de aula, as histórias dos anciões e anciãs nos situam no mundo fazendo-nos perceber que as nossas identidades são permanentemente construídas conforme as nossas

vivências presentes e passadas que se vão incorporando em nós. Estes artefatos em vias de extinção – pilão, monjolo, roda de farinha – nos reportam a fatos que teceram as relações familiares e grupais e, também, individuais. São conhecimentos que nos transportam para a dimensão do conhecimento de si e conhecimento espalhado no mundo.



Formação em roda em que as pessoas batem o pé como se fosse a pancada do pilão.

Autor: Eduardo Matta, Abril/2010.

Exercitando as conexões entre o viver, saber e conhecer, poderemos recuperar uma cantiga que D. Sirley Amaro, griôt que faz parte da Ação Griôt, um projeto do Ministério da Cultura (MinC), em uma das vivências com os professores da rede de ensino dos municípios de Canguçu e de Piratini e as comunidades quilombolas desta região, entoou uma canção que dizia: **“Vem cá, Iáíá vem ver, a pancada do pilão bater!”**.

A griôt Sirley propôs que, em roda, todos cantassem, batessem palmas e, alternadamente, fossem, cada um, ao meio da roda e batessem bem forte com o pé como se fosse uma pancada do pilão; o bater com o pé significaria recuperar a história dos antepassados. A griôt que reside na cidade de Pelotas, lembrou suas origens em Canguçu e a forma como iam buscar a força de trabalho feminina e negra para servir de babá, cuidadora de crianças. Trouxe o seu sobrenome – Soares – e, em instantes, houve uma reunião de outros “Soares” (Sr. Dener e Marcos que são quilombolas e professor de Educação Física, Dunga) que

Griôt Sirley, a contadora de histórias.

Autor: Eduardo da Matta, Abril/2010.



sentiram vontade de anunciarem suas histórias procurando, quem sabe, pontos de encontros com a de D. Sirley.

É assim que vão se construindo e reconstruindo os laços que constroem simpatias, amizades e solidariedades, tornando mais possível convivências muitas vezes pautadas na diferença em todos os sentidos: classe, geração, religião, sexo, cultura e outros.

Se estas identificações, necessariamente, não remetem a laços consanguíneos, elas estão a nos dizer que viver é um processo em que estabelecemos diálogos permanentemente com os campos da religiosidade, das ciências, com as vinculações de parentesco e vizinhança que, uma vez bem observados, nos fazem vencer fronteiras e ultrapassar obstáculos em relação àquilo que ignoramos.

“A pancada do pilão bater” na escola poderia sincronizar com diversas áreas do conhecimento no sentido de entender os fenômenos físicos e sociais

que eles desencadeiam. Nos perguntemos: Quais os conceitos físicos presentes no ato de pilar? Fazem **parte de um ato mecânico os conceitos de atrito, força e outros** que materializam a necessidade de moer o grão, descascar o arroz de preparo para o alimento.

Tais conceitos como força, atrito, velocidade que empreendemos e acontecem no ato de pilar nos remetem a grandes estudiosos, teorias que, cientificamente, elaboraram postulados consagrados no mundo inteiro. As identidades intelectuais e científicas de muitos gênios como, por exemplo, Isaac Newton decorreram de experiências que se apresentaram nas suas vidas cotidianas e foram tornadas científicas.

Isaac Newton (1643-1727), o grande cientista britânico descreveu a gravidade e formulou as leis do movimento, tornando-se a base para aquela parte da física chamada a “mecânica”. Segundo a lenda, Newton estaria sentado sob uma macieira quando uma maçã caiu em sua cabeça, levando-o a questionar a razão daquele movimento através de questionamentos tais como: Por que aquela maçã tinha de cair perpendicularmente ao chão? Por que não se dirigir para os lados ou para o alto, mas constantemente para o centro da Terra?

Sr. Roberto da C.R.Q Cerro das Velhas, também possui um conhecimento prático acerca de como achar um veio de água:

Se pega uma forquilha de pessegueiro não muito grande, que se possa dobrar, e se vai caminhando com a ponta da forquilha para cima por onde existe a suspeita que tem um veio de água. Deve-se segurar bem forte. Quando a forquilha começar a forcejar e dar sinal (tremer) para baixo é porque está próximo. Quando a ponta da forquilha apontar

para o chão, bem forte, é porque estamos em cima do veio e pode-se cavar ali. Onde começou a tremer marca-se com o pé e lá onde a forquilha ficou de ponta para baixo se marca. Essa distância (de onde ela começou a tremer até onde ela é apontada para baixo) vai ser igual a profundidade do buraco a ser cavado (Anotações Diário de Campo de Leandro Haerter, Janeiro/2012).

A todo o momento fenômenos tais como o que é descrito acima para achar o veio de água ocorrem exigindo de nós possibilidades interpretativas que transformem nossas compreensões imediatas em conhecimentos mais ampliados. Podemos pensar, então, que nos quilombos também existem cientistas! Afinal, o que é fazer ciência? A ciência do dia a dia é aquela que prescinde de métodos, fórmulas, esquemas, projetos que são consagrados no universo intelectual. Sem os apontamentos escritos nos livros, mas, na memória, na vida prática de cada um, os cientistas do cotidiano resolvem

inúmeras situações que a vida lhes apresenta de modo a garantir a reprodução da existência material, cultural e espiritual nos quilombos.

O ato de escolher a madeira para construir o pilão, moldá-la, arranjar formas de poder, com mais conforto, manusear o instrumento e, por isso, inventar como D. Cida da C.Q. de Palmas (PR) criar suportes para sustentar os pés, muitas vezes cansados, enquanto pila, o processo de lixar a madeira, projetar a espessura, o tamanho e o formato da mão de pilão até ficar na proporção do objeto e arranjar formas de finalizá-lo com produtos que garantam a conservação da madeira são mecanismos cognitivos que devem ser ressaltados, possibilitando, igualmente, a autoria intelectual àqueles que são anônimos e, muitas vezes, nomeados como pessoas sem cultura, sem inteligência sem contribuições nesta sociedade que se fundamenta, ainda, pelo reconhecimento de que as diferenças justificam o *status* de alguns serem mais e outros menos.

Todas as tecnologias quilombolas apresentadas até aqui são repletas de possibilidades, cujas compreensões histórico-científicas que se misturam a outras características do povo negro e quilombola, os quais, no ato de trabalhar recuperam dimensões do mundo africano não perdidas nas travessias oceânicas que foram ressignificadas no Brasil.



Ilustração Caroline Antunes



Pilão com repouso para os pés.

Autor: Georgina Helena Lima Nunes, Setembro/2009.

São reveladas atividades de trabalho que têm passagens em um mundo em que os negros e negras foram e, de diferentes formas, na contemporaneidade, continuam sendo cativos da condição de sequestro a que foram submetidos no regime escravocrata. Todavia, são reveladas situações de trabalho emancipatórias para os quilombolas e que permitiram através de economias de subsistências gerar a autonomia mínima necessária para uma organização política que busca para além da titularidade das terras, um modelo de sociedade em que saberes da tradição e da modernidade convivam juntos, proporcionando um modo de vida quilombola que não se desvincula da sociedade como um todo.

O mundo do trabalho quilombola e as reivindicações que as comunidades assumem por uma melhor qualidade de vida fazem dois movimentos aparentemente contrários: de renovação e continuidade. A renovação se dá a cada dia que se acorda para viver e se está a mercê de desconhecidas experiências e, a continuidade se dá quando se constrói uma autoimagem positiva de si próprio e se projeta em amanhã em que a equidade não é mais luta apenas do povo negro quilombola, mas uma realidade a ser conquistada e celebrada por todos aqueles que não mais aceitam um mundo tão desigual, e a escola é o lugar para colocarmos em prática esta utopia.

Atividades para refletir e transformar em possibilidades pedagógicas (8)

1. A concepção de trabalho sofreu inúmeras alterações ao longo da história. É importante construir com os alunos/as a forma como o trabalho como ação humana sobre a natureza foi se transformando e buscar compreender as relações e condições em que o trabalho se desenvolve na atualidade e em diferentes contextos.
2. Distinguir as formas de trabalho urbano e rural e as possibilidades de desenvolvimento consideradas “alternativas” como Economia Solidária, Etnodesenvolvimento e Agroecologia;
3. Recuperar junto à comunidade as ocupações laborais exercidas pelas famílias e, muitas vezes, pelos próprios alunos/as, analisando as relações sociais, as remunerações que recebem pontuando os direitos e deveres que cada ofício comporta;
4. Apontar as divisões de trabalho marcadas pelas diferenças de sexo e apontar se as mesmas vão sofrendo alterações culturais e políticas;
5. Observar as formas de plantio ligadas a um cultivo mais tradicional que obedece a lógicas da própria comunidade e as possibilidades que vão sendo implantadas através das assessorias técnicas de órgãos estatais e organizações não governamentais e, posteriormente, analisar aspectos positivos e negativos deste balanço;
6. Fazer uma seleção de objetos que servem como meios de trabalho, que tem utilidades domésticas e que foram construídos artesanalmente e que comportem valor simbólico e recuperar neles a história individual e/ou familiar dos mesmos redimensionando, posteriormente, para as áreas do conhecimento que podem ser auxiliares na elucidação da potência pedagógica de tais artefatos;
7. Buscar em outras comunidades da região e do Brasil experiências de sustentabilidade compreendendo a forma de organização bem como as peculiaridades locais que dinamizam certos investimentos;
8. Aprofundar a partir do conhecimento da História da África a maneira como as tecnologias oriundas das populações africanas foram significativas para aquilo que se projetava enquanto desenvolvimento em todos grandes os ciclos econômicos do Brasil;
9. Reconhecer a presença negra na formação da classe de operários também urbanos;
10. Buscar sob o ponto de vista histórico a presença de trabalhadores negros em diversas ocupações no mercado de trabalho no pós-abolição e observar os movimentos de contestação às condições de trabalhos e formas de organização operária negra;
11. Identificar os problemas da comunidade em relação às possibilidades de trabalho no quilombo e fora dele e situar a comunidade escolar

na resolução deste problema buscando em algumas disciplinas o suporte para esta discussão. Construir gráficos de situação de desemprego, tipos de trabalho, faixa etária de inserção no trabalho, trabalhos formais e não formais;

12. Resgatar a forma como os/as educandos/as se inserem no trabalho familiar e buscar elementos que contribuam para uma prática pedagógica referenciada nas suas práticas sociais articulando-as com outras formas de conhecimento;

13. Apropriar-se de tecnologias artesanais presentes nas comunidades tais como roda de farinha, monjolo, moendas, e trabalhar com conceitos de todas as áreas do saber recuperando historicidade/identidade nestes artefatos;

14. Por intermédio das orientações presentes no Tema Transversal Trabalho e Consumo, observar na dinâmica quilombola as concepções de consumo observando a maneira como no âmbito de cada realidade são estabelecidas aquelas prioridades consideradas essenciais.



CAPÍTULO III

Religiosidades, crenças, rezas e cantos quilombolas: o aprendizado do resistir

3.1 Devoção em santos e resistências guerreiras e sincréticas



Sr. Geraldão,
quilombola de
muita fé!

Autor: Deise Cunha,
Agosto/2010..

“A minha igreja está no meu peito”.
(Sr. Geraldão, C.Q. Cerro das Velhas)

Nesse momento, trazemos um aspecto primordial para pensarmos os elementos que perpassam a vida, a história e os processos educativos em quilombos; fundamentais para refletirmos o cotidiano da escola, as inúmeras interfaces do aprender e aspectos que nos religam aos objetivos, aos sonhos que a escola ajuda a construir.

Encontramos inúmeras manifestações religiosas que resultam da prática de uma religião ou de religiosidades que, não vinculadas diretamente ao frequentar um espaço religioso, seguir os seus dogmas, obedecer a todos os sacramentos, incorporam nos seus sistemas de fé aspectos que permitem encontrar a sustentação em um ser superior que pode, para além de si próprio, ajudar a vencer os desafios do dia a dia.

Os quilombolas professam a sua fé participando de religiões cristãs nas suas diversas modalidades doutrinárias (Assembléia de Deus, Batista, Católica, Luterana e Petencostal) e de centro de umbanda. Grande parte das famílias trazem como herança dos pais a sua prática religiosa ainda que, ao longo de suas vidas, tenham vivenciado outras experiências.

Frente a este vasto universo de crenças devemos considerar alguns aspectos do tipo: primeiro, o Estado Brasileiro é **laico**, ou seja, ele é organizado e administrado desvinculado de qualquer religião, da mesma forma, a escola brasileira não é regida por alguma religião específica. O espaço escolar, portanto, não pode ser considerado uma “[...] comunidade religiosa particular ou local [...]” (SILVA; NONATO, 2009, p. 29), mas sim, um lugar em que as religiões e religiosidades possam respeitosamente conviver e, por isso, educar-nos para a vi-

vência em uma sociedade que é plural em relação àquilo que as pessoas acreditam.

Sr. Geraldão da C.Q. Cerro das Velhas ao dizer que “A minha igreja está no meu peito” e elevar uma medalha de um santo, expressa, através de um símbolo que é a medalha, a sua devoção. Tal afirmação não precisa, necessariamente, ser aceita ou rejeitada pelas demais pessoas, mas, sim, respeitada, porque por intermédio dela podemos chegar a situações reais enfrentadas por ele que o fizeram pensar assim e, por conta disto, sentir-se uma pessoa mais corajosa, otimista e esperançosa.

A exemplo de Sr. Geraldão, encontramos outras afirmações como as do Sr. Olívio da C.Q. Favila, D. Clarice da C.Q. Armada, D. Vanda da C.Q. Rincão do Quilombo que trazem na exaltação aos santos, traços de uma devoção que os distingue das demais pessoas, cuja fé está vinculada a uma participação ativa nas suas igrejas.

3.1 Devoção em santos e resistências guerreiras e sincréticas

Entre os muitos temas relativos a fé dos quilombolas e que são interessantes em termos de educação e cotidiano escolar, situamos aquele que fala acerca da intolerância em relação aos credos e práticas de cada um e discriminações sofridas por algumas pessoas da comunidade que,

por muitas vezes, prolongam-se para o espaço escolar:

As outras pessoas que vem na casa da gente que não são católicos que nem a gente dizem: “ah, porque isso aí não pode ter dentro de casa. Isso aí é uma imagem”. Só que eu disse pra eles: “para mim não é só uma imagem, porque tudo que eu peço pra eles eu sou atendida” (D. Clarice, C.Q. Armada).

D. Clarice, em sua casa, possui inúmeras imagens de santos e ao mostrá-los relata a quantidade de tempo que os têm, a sua procedência e as graças alcançadas quando em situação de necessidade.

Nas residências, por unanimidade, encontrou-se nas paredes das casas a reverência a São Jorge, um santo católico que teria sido, segundo a lenda, um cavaleiro cristão que viveu na Palestina e ao renegar aos Deuses do império, teria sido submetido a torturas, sofrido martírios e, por fim, teria sido decapitado no início do século IV. Devemos, acima de tudo, entender que uma lenda “[...] é uma história originalmente literária baseada numa figura ou evento supostamente histórico, uma história que contém elementos ou temas provenientes de uma narrativa mítica bem mais antiga transmitida pela tradição oral [...]” (WILLIS, s/d, p. 15) para nos situarmos em que perspectiva trazemos os dados do santo de devoção de grande parte dos quilombolas desta Região Sul do estado do Rio Grande do Sul.

São Jorge, em todas as regiões do país, é santo de devoção que é exaltado em festas que mobilizam milhares de pessoas, a exemplo do Rio de Janeiro, que no dia 23 de abril – dia alusivo ao santo – é feriado, mobiliza fiéis em igrejas, nos terreiros de umbanda, em procissões e, também, nos bairros; a festa carioca movimenta uma multidão de fiéis. O certo é que, nos quilombos do Sul, “em toda a casa tem um

quadro de São Jorge”, realidade que a exemplo de outras questões, é cantada e faz parte do repertório musical brasileiro:

Em toda casa tem um quadro de
São Jorge
Em toda casa onde o santo é
protetor
Num barracão, num bangalô de
gente nobre

Há sempre um quadro desse santo
Salvador
Quem é devoto é só fazer uma
oração
Que o guerreiro sempre atende
Dando a sua proteção
Por isso mesmo não devemos
esquecer
A grande data dia 23 de Abril
Vamos cantar com alegria e prazer
Porque São Jorge é o padroeiro do
Brasil
(Maria Betânia, Padroeiro do Brasil)

O santo está presente nas residências e na vida das pessoas; de todos os tamanhos, idades e envoltos de concepções que garantam a sua proteção.

Eu tenho um São Jorge lá em casa mas é um velho que até o vento já tirou um pedaço; fica lá em cima da porta dos fundos. Tenho que comprar um São Jorge e tem gente que diz que, se a gente compra, tem que levar para uma igreja. Será que é? [...] Tenho que comprar um para que, um hora que tenha missa, eu possa levar para o padre abençoar (D. Vania, C.Q. Rincão do Quilombo).

Eu não sei nem contar, mas desde pequeno tenho crença em São Jorge. É meu santo, né. Por exemplo, quando tem missa, a gente reza a missa para cada santo, né, mas, sou devoto do santo, de São Jorge (Denilson, C.Q. Favila).



Em toda a casa
quilombola tem
uma imagem de São
Jorge!

Autor: Deise Cunha,
Abril/2010.

A devoção ao guerreiro São Jorge, que nas religiões de matriz africana é o Ogum, orixá dono dos segredos relativos à produção do ferro, sabedoria esta concedida pelo Deus Orunmilá; do ferro foram extraídas as ferramentas para a agricultura, caça e também artefatos de guerra (PRANDI, 2001). Dentro de uma identidade negra brasileira em que a África se mistura às demais populações que constroem este país, São Jorge que é Ogum, é da Capadócia, mas também é africano, é canto, é uma “legião de Jorges”:

Eu sou descendente Zulu
Sou um soldado de Ogum
Um devoto dessa imensa legião de
Jorge

Eu sincretizado na fé
Sou carregado de axé
E protegido por um cavaleiro nobre

Sim vou à igreja festejar meu
protetor
E agradecer por eu ser mais um
vencedor
Nas lutas nas batalhas
Sim vou ao terreiro pra bater o meu
tambor
Bato cabeça firmo ponto sim
senhor
Eu canto pra Ogum

(Zeca Pagodinho, Ogum)



A questão da devoção na escola, em particular aos santos, tem a sua pertinência na medida em que, quando sentamos nos bancos escolares, nossa cultura religiosa também está presente. A convivência harmoniosa e respeitosa com as crenças que os seres humanos carregam dentro de si é uma educação de valores, que nos permitem compreender as diferenças, e esta compreensão pode nos levar a patamares de conhecimentos até então desconhecidos acerca de sistemas de fé que se apresentam sob a forma individualizada, comunitária ou familiar que, em verdade, traz uma infinidade de questões que podem tornar o cotidiano escolar mais dinâmico nas suas múltiplas áreas do conhecer e aprender e também na riqueza das relações interpessoais.

Nos cantos, poemas, iconografias, estudo de lugares, pessoas e tempos está a possibilidade de, respeitadas as crenças de cada um, fazer da sala de aula um espaço de aprendizagem capaz de aprender das diversas matrizes religiosas um universo teórico e conceitual cujo repertório de informações é vasto.

No quilombo Armada, Terezinha, esposa de uma liderança, é do estado do Ceará e é originária do quilombo Morro Alto. Esta mulher, oriunda de uma cultura nordestina, em contato com os quilombos do Sul, ao mesmo tempo em que se diferencia frente à diversidade de costumes gaúchos que, cotidianamente a denunciam como “de fora”, também pelo sotaque e expressões verbais que são típicas de uma região nordestina que na relação com outra, a sulina, nos ensinam a viver, contraditoriamente, a unidade na diversidade. Esta unidade é marcada pela identidade quilombola e negra que une os quilombos de todo o Brasil em torno da busca por direitos sociais que ainda lhes são negados:

Eu sou Tereza de Jesus não é? Eu sou do estado do Ceará e estou vivendo uma experiência nova aqui no Sul. Meu estado está bem longe daqui, a 6.000Km. Então eu estou em uma experiência bem boa porque estou tendo o privilégio de, aqui no Rio Grande do Sul, ter contato com outras comunidades quilombolas. É um movimento que nos fortalece e nos traz para a questão da nossa luta, dos nossos antepassados. É a continuidade da vida dos nossos antepassados que não pode parar [...] é um direito que nos negaram há 500 anos atrás e que nós estamos aí tentando reconstruir. Essa auto identificação que hoje eu tenho, afirmação como quilombola me faz ser muito orgulhosa, tenho muito orgulho de dizer: sou negra, sou quilombola! (Terezinha, C.Q. Armada).

Em um das belas noites Armada, Terezinha faz do canto uma expressão de sua sincrética religiosidade. Cantou à luz da lua Armada um canto, também, a São Jorge e, depois, no outro dia fez coro junto à Dona Clarinha em um canto evangélico.

“Estava em sessão em um terreiro,
E um lenço branco caiu em minhas
mãos,
Oi saravá ao São Jorge Guerreiro,
Oi saravê Dom Rei Sebastião,
Oi saravá São Jorge Guerreiro,
Oi saravê Dom Rei Sebastião”.

A musicalidade negra, em todos os lugares do mundo e, principalmente, para os povos africanos da diáspora, é uma forma de construir um fio que liga passado, presente, atravessa continentes, faz um diálogo inter-religioso com o catolicismo, com as religiões de matriz africana e pode mexer com preconceitos presentes no interior de uma sociedade altamente racializada.

Façamos um exercício com algumas palavras presentes na música regional que a Terezinha traz para o Sul dialogando



Terezinha e a força do cantar à luz da lua da C.Q. Armada.

Autor: Eduardo da Matta, Abril/2010.



com outras falas da própria comunidade: “Oi saravá ao São Jorge Guerreiro / Oi saravê Dom rei Sebastião”.

O que sabemos sobre estas palavras? Sobre a primeira – saravá – já se encontra algumas explicações acerca de sua etimologia, ou seja, da origem e evolução da palavra. A segunda, derivação da primeira, talvez, tenha sido recriada no cotidiano, no fervor da aclamação e da devoção.

Saravá é uma palavra de origem banto que significa uma “saudação às divindades, pedido e permissão para participar de uma cerimônia” (CASTRO, 2001, p. 336), ou “Saudação dos umbandistas, significando ‘salve!’. É bantuiização do

português ‘salvar’, ‘saudar’” (LOPES, 2004, p. 609).

Esta palavra, então, comporta uma dimensão de respeito, uma saudação, um “salve” aqueles e aquelas que são os detentores do poder de prosperidade, saúde, alegria, energia vital que transforma o mundo, o axé afro-brasileiro!

Muitas pessoas, por ignorarem o significado do saravá que é um pedido de acolhida, uma respeitosa reverência, agem com preconceito em relação à ela estereotipando-a e, como decorrência disto, conferem aos “saravistas” – expressão recorrente que encontramos em um quilombo para se referir aos participantes da Umbanda ou Batuque, religiões de matriz africana da região Sul do país – um enfoque negativo que os caracteriza como causadores de males quando, na verdade, deveríamos descobrir na influência africana nestes cultos a porção genuinamente brasileira que concebe a estas manifestações afro religiosas características de uma dimensão de brasilidade que acolhe, sem discriminar, a todos que desejam participar de seus cultos.

Na escola pode-se buscar, de forma sistemática, uma série de elementos elucidativos sob a forma como, em nome da defesa de dogmas religiosos, episódios contrários à paz – guerras, insurreições, revoltas, genocídios – têm alterado o destino da humanidade. Em relação aos cultos de matriz africana, a origem dos preconceitos remetem à história da colonização do país, em que o processo de catequização que visava converter índios e negros ao catolicismo foi um mecanismo para equalizar as crenças e, conseqüentemente, exercer um poder de dominação através de uma fé imposta.

O canto de Terezinha também nos permite vasculhar a história de **Dom Rei Sebastião** e a forma como esta figu-

ra está presente no imaginário religioso popular em muitos estados brasileiros mas, principalmente na Amazônia sendo representado como um “**encantado**”. Encantados “[...] se refere a seres que são considerados normalmente invisíveis às pessoas comuns e que habitam no ‘fundo’, isto é, numa região abaixo da superfície terrestre, subterrânea ou subaquática, conhecida como o ‘encantante’ [...]” (MAUÉS, VILLACORTA, 2004, p. 17).

Os encantados derivam de **lendas** de origem européia presentes no repertório ocidental das histórias infantis e que inspiram várias obras de arte. No entanto, a história dos encantados no Brasil conta com a concepção de “[...] origem indígena de lugares situados ‘no fundo’, ou abaixo da superfície terrestre, e, provavelmente, também por noções sobre entidades de origem africana, como os orixás [...]” (MAUÉS, VILLACORTA, 2004).

PARA SABER (30)

Sobre o Rei Dom Sebastião

O Rei Dom Sebastião é um encantado que habita várias praias de ilhas existentes ao longo do litoral entre Belém e São Luis se tornando uma entidade que se manifesta nos cultos de pajelança e de origem africana no Pará e no Maranhão. As origens do Rei remontam a Portugal, pois este é identificado como o Rei Dom Sebastião, majestade que morreu durante a batalha Alcácer-Quibir, na segunda metade do século XVI, na luta contra os mouros do norte da África. Em decorrência de sua morte precoce, Portugal sofreu o domínio da Espanha em 1580, domínio este que se estendeu por 60 anos, até

1640. Em decorrência deste fato, surgiu uma lenda em Portugal que afirma que Dom Sebastião não morreu, mas se encantou, devendo em breve retornar à Europa com seus exércitos para libertar seu povo do domínio estrangeiro. Em Salgado (SE), fala-se em três moradas do Rei Sebastião: a primeira delas é a ilha de Maiandeuá; a segunda é a ilha de Fortaleza, no município de São João de Pirabas onde existe a **Pedra do Rei Sabá**. Muitas pessoas confundem o Rei Sebastião (na pedra do rei Sabá) com o santo católico São Sebastião e, por isso, fazem promessas que são pagas com oferendas que ali são colocadas por adeptos do catolicismo e da umbanda e, por fim, a Ilha dos Lençóis, no litoral do Maranhão, é a terceira morada do Rei Sebastião que é considerado na região do Salgado como o rei de todos os encantados.

Fonte:

MAUÉS, Raymundo Heraldo; VILLACORTA, Gisela Macambira. Pajelança e Encantaria Amazônica. In. PRANDI, Reginaldo (Org.) **Encantaria Brasileira: O livro dos mestres, caboclos e encantados**. São Paulo: Pallas Editora, 2004.

O culto aos santos é uma das características do catolicismo romano trazido para o Brasil, sendo que tal prática é histórica e coincidente com o processo de colonização que visava catequizar os negros. No entanto, existiram diferentes formas de apropriação dos ensinamentos cristãos pelos africanos e seus descendentes que construíram uma espécie de cato-



São Sebastião - 123x74 - 1963

São Sebastião

Fonte: AMADO, Jorge. *Arte para Criança: Carybé, o capeta Carybé*. 2.ed. São Paulo: Berlendis & Vertecchia Editores Ltda., 1986.

licismo negro, que traz consigo as características da religiosidade negra marcada pela alegria, dança, instrumentos musicais, um repertório de expressões cuja corporeidade negra se torna um verdadeiro repositório das vivências da longínqua África, guardadas no território que carrega sempre consigo: um corpo sagrado para si e profano aos olhos dos dominadores.

Ainda que ao longo da história os atos de fé que são professados sofram mudanças, pode-se entender que, em certa medida, os santos se constituem figuras mais próximas da realidade dos homens, mais acessíveis que um Deus, um ente superior que é distante daqueles que se encontrarão sempre em condição de inferioridade em relação a quem teve o poder e a autoria da criação do universo. Os santos, neste sentido, fazem a mediação entre o humano e o divino (OLIVEIRA, 2008) e a devoção a eles são elementos que constroem identidades coletivas.

São Benedito e
Nossa Senhora
Aparecida.

Autor: Jonas Fernando



As resistências negras no Brasil são, também, identificadas, através das Irmandades Negras, como espaços voltados à devoção de um santo. As irmandades negras eram aceitas pela Igreja

que não previa o alcance político dessas associações de “homens pretos”, que referenciavam principalmente Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia, Santo Elesbão, e São Benedito, todos santos e santas negras.

Além de cultuar os santos, as irmandades faziam o enterro dos irmãos mortos, rezavam missa às almas, amparavam as famílias, cuidavam de doentes. As irmandades organizavam cortejos, eventos festivos relativos ao santo de devoção onde, frequentemente, eram coroados reis e rainhas geralmente das lideranças locais.

Até o séc. XVIII esses reis e rainhas eram chamados “reis de nação”, aludindo ao grupo com origem africana comum (Angolas, Minas e outros). No século XIX, passaram a ser chamados reis do Congo, que extinguiu as diferenças étnicas entre os negros/as e ressaltava uma unidade/identidade africana em comum.

O território quilombola de Morro Alto, que tem uma parte situada em Maquiné e outra parte em Osório (RS), compreende algumas localidades da região, entre elas a localidade de Morro Alto, que foram terras recebidas em doação por 24 ex-escravos contemplados no inventário de uma senhora, dona de escravos, Rosa Osório Marques, em 1888.

Estas terras foram sendo repassadas de geração a geração através da prática de **enterrar o umbigo** dos recém nascidos na porta de entrada da casa. Desta forma, as famílias, há gerações, transmitem a terra para filhos e netos sendo que, na concepção dessas populações, tal prática possibilitaria a duradoura permanência no lugar, ou seja, na compreensão de um dos moradores, se andaria ao “redor”; talvez se partisse, mas, à volta estaria garantida (BARCELLOS et al, 2004).



Com o umbigo enterrado a história se perpetua



Congadas do Morro Alto.

Autor: Acervo do pesquisador Iosvaldyr C. Bittencourt Jr.

No Morro Alto, existe uma prática ancestral que se chama maçambique; o maçambique é mais um exemplo de congada ainda que se diferencie das demais existentes no Brasil em conformidade com as peculiaridades regionais.

Segundo contam os moradores do Morro Alto, a origem e continuidade da festa do Maçambique se refere à obrigação de um negro escravizado para com Nossa Senhora do Rosário, como forma de agradecimento por ter sido salvo dos castigos a que era submetido quando estava no tronco (BITTENCOURT, 2006).

Neste contexto, as devoções aos santos são importantes no sentido de fortalecerem identidades individuais e coletivas.

PARA SABER (31)

MAÇAMBIQUE DE OSÓRIO - a congada gaúcha em devoção a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito

Dr. Iosvaldyr Carvalho Bittencourt Junior
Antropólogo IACOREQ/RS

O Maçambique de Osório realiza, anualmente, a Festa da Nossa Senhora do Rosário, no mês de outubro, considerado o mês do Rosário, no município de Osório, estado do Rio Grande do Sul; ou, durante os Pagamentos de Promessa, por meio do ritual religioso e cultural, expresso com as batidas dos tambores, dos cantos religiosos e festivos, e das danças, assim homenageando

e agradecendo aos seus santos de devoção católica, enfim, seus oragos que são Nossa Senhora do Rosário e São Benedito – o tão adorado santinho negro. A Festa de Maçambique é sempre organizada por um festeiro negro, o qual repete, a cada ano, a primeira festa que um negro cativo realizou, depois de liberto, após ser convocado pela Nossa Senhora, que o livrou dos sofrimentos do cativo. A Festa da Nossa Senhora do Rosário, realizada desde meados do século XIX, é a principal manifestação sagrada e cultural da comunidade negra do Quilombo de Morro Alto, situada entre os municípios de Maquiné e Osório. O Grupo de Maçambique é composto de 24 dançantes: doze dos integrantes dançam de roupa branca com listras em cores vermelhas e representam a Vara de Dançantes do Rei de Congo, além de serem considerados os Soldados do Rosário. O Rei de Congo, atualmente é o Sr. Sebastião Antônio. Outros doze integrantes dançam de roupa branca com listras em cores azuis e representam a Vara de Dançantes da Rainha Ginga, além de serem considerados, também, os Soldados do Rosário. Atualmente, a Rainha Ginga é a Sra. Severina Dias. A Rainha Ginga representa a evocação, no Brasil, da célebre Rainha Nzinga Mbandi do Reino Ndongo (Angola e Matamba), que viveu no século XVI, onde atualmente se situa Angola, na África. Nzinga Mbandi desempenhou um papel importante de resistência às incursões portuguesas em suas terras.

Os Reis do Maçambique representam a mediação entre o passado e o presente; entre os velhos e os jovens; entre a tradição e a modernidade. A congada é, também, constituída por três tamboreiros, um deles é o Chefe do Tambor de Maçambique; a Alferes da Bandeira, que é sempre um posto ocupado por integrante feminina, é considerada a guardiã da Santa, a qual é personificada na Bandeira (Nossa Senhora do Rosário). Onde a Bandeira é conduzida – casas, ruas, clubes, salões, igrejas, empresas, etc. – acaba por tornar sagrado qualquer espaço físico ou social. Hoje, o Maçambique é um importante símbolo cultural e sagrado na construção social da identidade negra, no Rio Grande do Sul; no combate ao racismo e a discriminação social, além de lutar pela afirmação sociocultural dos quilombolas.



Dr. Iosvaldyr C. Bittencourt

É bastante comum atribuir nomes de santos a pessoas. D. Ilma Aparecida, quilombola Armada, por exemplo, chama-se “Aparecida” em virtude de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil e, também, santa de devoção de Sr. Olívio da C.Q. Favila, que tem o costume de pelas manhãs e à noite trazer a sua imagem quando em estado de oração.

A construção de igrejas próprias também se constituíam o objetivo das irmandades negras e este ideário se estendeu a comunidades negras em que a igreja se constituía, de certa forma, inacessível pela distinção entre brancos e negros. Aconteciam, então, dois movimentos: ou se abriam igrejas onde os negros e negras professariam livremente a sua fé ou, então, os espaços religiosos se democratizavam a ponto de permitir a entrada dos negros e negras, juntamente com sua cultura, sua dança, sua música, seu congado.

Abaixo temos uma canção dos congadeiros de Bom Despacho (MG) que traduzem um pouco da forma religiosa e reivindicatória como as músicas denunciavam, mesmo em tempos de liberdade religiosa, as perseguições históricas sofridas pela comunidade negra:

“Abre a porta da igreja ai, ai
Que nós queremos entrar ai, ai
Tô chegando lá de longe, ai, ai
Com promessa pra pagar ai, ai
Dá licença sô vigário, ai, ai
Que agora eu vou cantar ai, ai
Se puder dançar eu danço ai, ai
Se não pode eu vou parar ai, ai”

(Música extraída do livro de Patrícia Brandão Couto, “Festa do Rosário: iconografia e poética de um rito”, 2003, p. 66).



“Abre a porta da igreja ai, ai!”

Autor: Jonas Fernando,
Outubro/2010.

Na comunidade quilombola Manoel do Rego, conforme vimos anteriormente, existe uma igreja de religião luterana para brancos e outra para negros como decorrência de conflitos étnicos gestados na relação de vizinhança dos ocupantes do território da Solidez, distrito do município de Canguçu, onde se situa a referida comunidade e outras famílias de origem alemã, também no que diz respeito a práticas religiosas. Tal conflito remete a tempos passados em que a população negra escravizada e a população mestiça convertida ao catolicismo tinham o direito de frequentar a missa e a igreja dos senhores, ocupando, apenas, espaços reservados a eles e, geralmente em pé; os bancos eram ocupados conforme riqueza e prestígio (SILVA, 2005).

Em outras comunidades como a C.Q. Iguatemi a tensão religiosa se repete em virtude de questões étnico-raciais, mas foi resolvida parcialmente. No entanto, persistem, ainda, questões difíceis de serem extintas:

Antes, quando eu era menor, a nossa igreja luterana ficava mais ali, mais para o fundo. O pai e a falecida mãe iam e participavam de lá, não é? Eram membros ativos da igreja. Eu era pequeno e lembro que nós íamos juntos; o pai ia de carroça para o culto, só que tinha uma coisa, na hora, pra falar a verdade, na hora da Santa Ceia, a raça morena ficava bem por último, para tomar [a hóstia], bem por último, a raça alemã era os primeiros.

Aí, depois queriam dividir a igreja: uma igreja só para os morenos e a outra só para raça alemã. Aí viraram, mexeram, viraram, mexeram, uns aceitaram e outros não, e construíram esta igreja ali do Capão Bonito (C.Q. Iguatemi, Sr. Sadir).

Na comunidade de Sr. Olívio na Favila, houve uma mobilização muito grande para a construção da igreja local após a construção da escola. Em um contexto diferente das outras comunidades, de certa forma, a prática religiosa, seja de que doutrina for, sempre foi mais uma luta dos negros contra um sistema de privação instituído ao longo da história do Brasil:

Mas no correr do tempo, nós já estudando, eu já tinha 14 anos, já estava saindo do colégio e meu pai disse: “você têm que ter igreja, vocês estão estudando, vocês não são mais analfabetos [...] vocês têm que fundar uma igreja” [...] Aí o avô do Dino que morava logo aqui na frente, se conversaram e combinaram de fazer os tijolos com um dando o barro e depois juntos queimando o tijolo. Hoje está aí, fizemos essa comunidade aqui (Sr. Olívio, C.Q. Favila).

A partir de um espírito comunitarista, obras fundamentais foram sendo construídas tanto na Favila como em outras comunidades. A construção de igrejas tem uma conotação de resistência uma vez que as populações negras e quilombolas foram construindo espaços religiosos para si, porque nas diásporas, sob alguns aspectos, a dinâmica se estabelece de forma diferente das populações africanas em que a religião está relacionada com todas as circunstâncias da vida (MURRAY, 2007).

Reuniões na C.R.Q Favila são feitas no interior da Igreja que, igualmente, acolhe as demandas da comunidade; observa-se, também, que os espaços religiosos vão sendo construídos deixando suas marcas socioculturais, representadas por aspectos muitos simples, tais como um espaço destinado à acomodação dos chapéus masculinos na entrada da igreja até a ocupação de um dos lados dos bancos destinados a homens e outros a mulheres, práticas já encontradas em outras comunidades quilombolas do país, tais como na C.Q. Águas Claras localizada no Paraná.

Tais “rituais” foram se construindo ao longo do tempo e podem trazer questões importantes para se compreender a religiosidade em suas múltiplas possibilidades de diálogos com outras tantas questões que compõem a vida em comunidade e também dentro de um contexto societário, tais como as questões de sexo, geracionais e outras.

Outras formas de manifestação da religiosidade negra relativas às rezas e benzeduras já foram debatidas no capítulo relativo às práticas alternativas de saúde da população negra e quilombola. Neste momento, cabe frisar o quanto a religiosidade negra foi e continua sendo importante em uma sociedade em que o racismo e o preconceito devem ser combatidos, e cuja fé, que concede forças para as pesso-



Igreja da Favila fundada pela própria comunidade.

Autor: Deise Cunha, Agosto/2010.



A separação por
sexo na igreja.

Autor: Deise Cunha,
Agosto/2010.

as seguirem em frente, é importante que seja mantida, respeitada e compreendida no contexto escolar como espaço significativo para perceber a história dos povos, a quantidade de conflitos de todas as naturezas que muitas vezes estão bastante longe das questões religiosas, porém, sim, ancoradas em pressupostos econômicos.

Conteúdos de muitas áreas do conhecimento encontram-se presentes na história das religiões e na forma como, em nome da religião, se pode explicar uma diversidade de fenômenos que persistem em acontecer ao longo dos séculos, não obstante o processo de **secularização** do mundo. A **secularização** é um termo que “[...] assumiu relevância sociológica, teológica e filosófica entre os séculos XIX e XX, exprimindo mais em geral a relação entre civilização moderna e cristianismo como derivação que comporta a perda da sacralidade” (ABBAGNANO, 2007, p. 1027), ou seja, um possível declínio da religião na vida das pessoas em decorrência do prestígio da ciência, da racionalidade que impregnaria a sociedade de uma visão científica de mundo, em detrimento de uma religiosa.

Voltando ao contexto escolar, todos temos direitos garantidos por leis e uma das mais célebres declarações que diz respeito a direitos que se estendem ao mun-

do inteiro é a **Declaração Universal dos Direitos Humanos** que foi assinada em 10 de Dezembro de 1948, por 58 Estados membros da Organização Nacional das Nações Unidas (ONU) e que, por escrito, estabelece o que todos os homens e mulheres têm direito ao nascer. No que diz respeito à religião, temos o Artigo 18 que afirma o seguinte: “Todo o homem tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular”.

D. Celina, da C.R.Q Manoel do Rego, é uma mulher evangélica cuja religião a tem ajudado a vencer adversidades; ao mesmo tempo em que professa uma grande fé, traz consigo um pensamento muito respeitoso em relação às diversas manifestações religiosas que existem na comunidade e no seio de sua própria família: ela evangélica, filhos católicos, a sogra D. Maria Jacinta Coutinho era benzedeira sem vínculos com qualquer religião. Se autodenominava, simplesmente, Maria Jacinta do Espírito Santo, por considerar-se portadora de um “dom” e, com este, poder fazer o bem para as pessoas que se utilizam da sua benzedura.

D. Celina: o respeito à diversidade religiosa.

Autor: Herberto Peil, Agosto/2010.



D. Celina se coloca veementemente contra toda e qualquer forma de preconceito e discriminação religiosa. Seus filhos, por exemplo, são discriminados por serem católicos, mas, apesar disto, reafirma que todas as religiões são boas desde que façam as pessoas se sentirem felizes e encontradas consigo mesmas em suas alegrias e, também, em suas dores.

Por fim, finalizamos com as palavras do Ministro da Esperança, Sr. Hermes da C.Q. Passo do Lourenço, cujo título lhe é conferido por fazer a pregação nas cerimônias de sepultamento, homem dotado de uma religiosidade e sabedoria que de forma sempre rimada, deixa legados de respeito ao ser humano: “Para mim todas as pessoas independente de suas religiões são boas. Não existe diferença, o que importa é o que sentimos uns pelos outros”. Em outro contexto, os inúmeros versos que Sr. Hermes trazia na ponta da língua, dariam conta de suas palavras: “Água correntina, por baixo do chão, abre-te caixa dourada, deixa-me ver teu coração”.

Ainda que existam inúmeras instituições religiosas no interior dos quilombos, cabe ressaltar, novamente, a predominância de um sentimento de religiosidade que não é descrito em nenhum dogma religioso, mas, sim, nas práticas cotidianas dos descendentes de africanos que fazem uso desta dimensão para vivenciar aquilo que, no âmbito das igrejas, nem sempre ocorre na sua plenitude: a acolhida.

A religiosidade negra é esta atitude dialógica entre homens, mulheres, natureza e um ser maior que, sempre presente, ordena e reordena a vida de modo que as dificuldades contidas nas tristezas e necessidades compartilhem o mesmo lugar de fé e esperança das alegrias. Essa é uma prática que entrelaça gerações através de uma oralidade fecunda que, se por vezes é silenciada sob a forma de palavras, nos é instigante em percebê-la nas suas ínfimas manifestações.

Então, um salve a todas as manifestações que, sem conseguirmos interpretá-las na sua complexidade, re-ligam quilombolas e não quilombolas a uma força maior que possibilita que a fonte de conhecer – o viver – seja ininterrupta e em todos os lugares, entre eles, a escola.

Para refletir e transformar em ações pedagógicas (9)

No que tange à religiosidade negra e em alguns aspectos a religião como mecanismo de resistência negra e quilombola, a escola, em certa medida, pode buscar nesta dimensão da vida elementos que transversalizam todas as áreas do conhecimento e contribuam para uma sociedade racialmente mais justa valendo-se de estratégias pedagógicas que apontem para os seguintes elementos:

1. Recuperar as manifestações religiosas locais, observando-as quanto à sua singularidade bem como em relação a um diálogo inter religioso que é comum à vida cotidiana dos/as educandos/as;

2. Compreender a relação África-Brasil na formação religiosa brasileira reconhecendo em todas as regiões brasileiras as diferentes manifestações representadas pelas festas populares, músicas, poemas, arte religiosa, artefatos, as congadas, maracatus, reisados, jongs e outros;

3. Estudar a história das religiões no contexto africano e as implicações político-sociais da religiosidade negra na diáspora no que diz respeito à luta por liberdade e direitos (Revolta de Malês, Revolução Haitiana e outras);

4. Propor na escola um estudo sistemático sobre a forma como a intolerância religiosa se manifesta e documentos que coíbem

tais comportamentos publicados pela ONU (Declaração Universal dos Direitos Humanos, Convenção Internacional sobre Direitos Civis e Políticos; Declaração de Princípios sobre a Tolerância; Declaração sobre a eliminação de todas as formas de intolerância e discriminação fundadas na religião e nas convicções). Tais documentos podem ser trazidos quanto à sua historicidade e em estudos fragmentados acerca de seus artigos legais exigindo do educando a interpretação, correlação com situações cotidianas, reconhecimento de aspectos ligados à cidadania e outros;

5. Ter conhecimento acerca do aparato legal brasileiro acerca da religiosidade, bem como, a trajetória histórica de como foi a construção do aparato jurídico do escravismo, do império, da era republicana e nas Constituições brasileiras até a atualidade;

6. Conhecer as formas como a infância e juventude têm, no âmbito das religiões, se organizado politicamente em torno de grupos jovens e, deste modo, inserido suas culturas infanto-juvenis na composição, por exemplo, de músicas, com ritmos próprios da musicalidade negra brasileira e internacional: rap, reggae, blues, soul, jazz, etc.

7. Reconhecer lideranças religiosas que influenciaram na conquista dos direitos da população negra e outras personalidades que se constituíram emblemas da resistência cultural e identitária afro-brasileira: tais como Martin Luther King, Malcon X, Desmond Tutu, Mãe Menininha de

Gantois, Hilária Batista de Almeida
(Tia Ciata) e outros/as;

8. Buscar lideranças religiosas locais que trabalhem com a questão étnico-racial e dialogar acerca do papel social das instituições religiosas na promoção da igualdade social e racial;

9. Identificar como a religiosidade está presente nas dimensões culturais, esportivas, através de gestualidades, expressões corporais, ritos, superstições que se inserem no dia a dia das pessoas;

10. Sob o ponto de vista da estética, da arquitetura dos templos, igrejas, terreiros, altares, das indumentárias, dos usos diversos de folhas, ervas, cheiros aromáticos, articular com as diferentes áreas do conhecimento;

11. Pesquisar o conjunto de crenças de matriz afro-ameríndia cujas concepções se encontraram no princípio de divinização da natureza aliados ao culto dos ancestrais a forma como ecologicamente a observam sem o caráter utilitário/destrutivo com que o meio ambiente tem sido tratado.



CAPÍTULO IV

Educação escolar e não escolar a partir e para além dos quilombos: encontros e reencontros com matrizes africanas

4.1 A presença e a não presença da escola nas narrativas quilombola: metáforas e significados

4.2 Estórias, histórias, causos e assombros pedem assento nos bancos escolares: auto-conhecimento a partir de mitos

4.3 Rebeliões, revoltas e revoluções: a presença negra invisibilizada nos marcos históricos do pampa gaúcho

4.4 A escola como luta dos quilombos



Da dificuldade à conquista: a persistente Fernanda.

Autor: Herberto Peil, Agosto/2010.

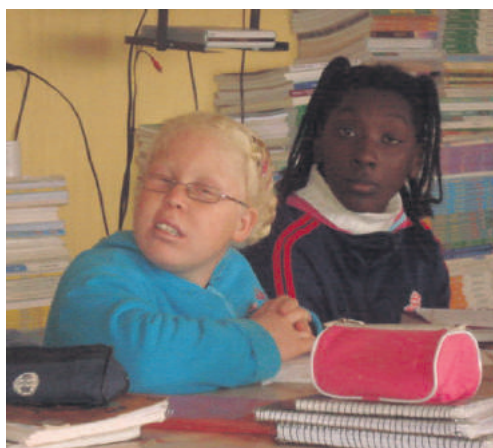
“Eu estudava pela manhã e trabalhava à tarde, até meus dez, nove anos. Depois com nove saímos da escola e fomos trabalhar e depois a gente voltou a estudar no supletivo. Eu com quinze, a minha irmã com vinte e o Rodrigo com dezesseis” (Fernanda, C.Q. Manoel do Rego)

Fernanda é uma jovem quilombola que na atualidade concluiu o Ensino Médio e que trabalha na agricultura junto com a sua família. A fala acima revela que mesmo a juventude quilombola ainda enfrenta o mesmo conflito entre trabalhar e estudar, resultando em interrupções em um tempo escolar cujo retorno à escola é

favorecido, em termos, por modalidades de ensino que permitem recuperar de forma condensada os estudos.

Se nas gerações anteriores era difícil manter-se na escola, esta situação também é real para as atuais; percebe-se que, de igual forma, também é repassado o valor de, pelo menos saber ler e escrever, como forma de melhor estar no mundo: “É bom a gente aprender um pouco, coisa triste a pessoa que não sabe ler não é? Não se conhece nem dinheiro, nem nada, coisa triste... graças a Deus, eu aprendi um pouco a ler e escrever, leio qualquer nome” (D. Santa, C.Q. Potreiro Grande).

Ao longo do livro procuramos trazer aspectos da realidade quilombola que poderiam ser transpostos para o contexto da escola e serem transformados em pontos de partidas para um profícuo diálogo com o conhecimento já existente no seu interior; ambos – realidade quilombola e conhecimentos formais – realizariam a tarefa de se complementarem, se questionarem, enfim, criar significados reais para uma aprendizagem que tornar-se-ia extremamente qualificada na medida em que desafiaria os envolvidos – alunos e professores – a ultrapassarem os muros de um cotidiano que carece de desvelamentos e de teorias que se não confrontados com a vida, perdem-se em meras reproduções.



A escola para os quilombos: passado, presente e futuro.

Autor: Deise Cunha, Junho/2010

4.1 A presença e a não presença da escola nas narrativas quilombola: metáforas e significados

Caminhamos por onze comunidades nos municípios de Canguçu e de Piratini e fomos, aos poucos, chegando em outros quilombos do Sul do Brasil; atravessamos as fronteiras nacionais deixando-nos levar pela aventura que é o aprender a aprender. A cada encontro, o desejo de conhecer que dispara a curiosidade pedagógica, o recompensador esforço de saber escutar o que não está dito, ler o que não está escrito e o pensamento dinâmico que permite compreender que o local dialoga com outros locais e que, por isso, a sociedade em que vivemos só pode ser compreendida como uma rede que se forma através da tessitura dos diversos fios, permite compreender a maneira como o Estado brasileiro só pode ser compreendido, como uma nação eticamente plural, cuja diversidade deveria, pelo menos, garantir, igualmente, uma escola pluralmente rica nos seus conteúdos e rituais pedagógicos.

A história da educação das pessoas negras no Brasil sempre foi marcada por uma negação de direitos de acesso à escola tanto nos períodos pós como pré-Abolição, por isso, pensar a história da educação dos quilombos nos permite ir além da história dos avós, pais, irmãos e tios que, na sua grande maioria, foram pri-

vados de ir à escola em virtude do trabalho que se fizera presente em suas vidas desde muito cedo, bem como, da não existência de escola próximo às suas moradias e, também, pela debilidade de um transporte que favorecesse a sua mobilidade; permite-nos ir além, porque ao escutar as histórias de privação, escuta-se, também, as histórias de resistência e de saberes que nascem como fruto da necessidade suprema de manter-se indivíduo e grupo.

PARA SABER (32)

Sobre a história de negação de educação escolar para a população negra.

Sobre os períodos anteriores à Abolição tem-se que “Desde o início da colonização a educação brasileira apresenta uma gestão problemática e discriminatória. A educação jesuítica (1549), cujo objetivo principal era instruir a população nativa, também pretendia transformar os nativos brasileiros em índios submissos, domesticando-os por meio de interdições – do corpo ‘nu’, do incesto, da mulher, do canibalismo – sob forte ideologia religiosa. Quando os jesuítas foram expulsos do Brasil (1759), já haviam deixado como legado um ensino de caráter retórico e livresco, que desconsiderava a realidade atual. Deste modo, é possível entender como a educação jesuítica auxiliou a Corte Portuguesa na perpetuação dos contrastes e discrepâncias da sociedade colonial. A educação no sistema escravocrata, diferentemente da primeira, é caracterizada pela substituição

dos cursos seriados por aulas avulsas, ministradas por professores improvisados. Esta situação mantém-se até 1808, quando a Coroa Portuguesa instala-se no Brasil e as disciplinas avulsas são transformadas em cursos ‘menores’ e ‘maiores’, primário-secundário e superior, respectivamente. As escolas de ‘primeiras letras’ ou primárias eram diferenciadas por gênero e disciplinas: aulas de leitura, escrita, cálculos, história do Brasil, princípios de moral e doutrina religiosa, para os meninos, e aulas de leitura, escrita, cálculos elementares e prendas domésticas, para as meninas. A população escrava era impedida de frequentar a escola formal, que era restrita, por lei, aos cidadãos brasileiros - automaticamente esta legislação (art. 6, item 1 da Constituição de 1824) coibia o ingresso da população negra escrava, que era, em larga escala, africana de nascimento. Ainda no século XIX surgiram as primeiras faculdades de medicina, odontologia, engenharia e direito, esta última fundada no ano de 1827 em São Paulo. Apesar do subsídio do Estado, este ensino possuía um custo altíssimo, e era destinado quase que exclusivamente às classes sociais privilegiadas para a formação de profissionais de alto nível que iriam exercer as funções do capital e as funções políticas no país. Em 1854, a reforma de Couto Ferraz (decreto 1.331A de 17 de fevereiro de 1854) instituía a obrigatoriedade da escola primária para crianças maiores de 07 anos e a gratuidade das

escolas primárias e secundárias da Corte. Cabe ressaltar, entretanto, dois pontos relevantes nesta Lei, que comprovam a ideologia da interdição: primeiro, nas escolas públicas não seriam admitidas crianças com moléstias contagiosas e nem escravas; segundo, não havia previsão de instrução para adultos. De uma maneira geral, essa reforma educacional previa a exclusão dos negros escravos, adultos e crianças, além de associá-las às doenças contagiosas da época, provavelmente a varíola e a tuberculose. Desta forma, tão difícil quanto viver numa sociedade escravocrata era adquirir algum tipo de instrução, mesmo que esta se referisse apenas às técnicas elementares da escrita e da leitura” (SILVA; ARAÚJO, 2005, p. 67-68).

Sobre o período pós-Abolição, Hildorf apud Silva e Araújo (2005, p. 66) ressalta que “Na primeira República, para o trabalhador branco nacional ou estrangeiro, além das escolas públicas oficiais, havia as instituições particulares e as escolas dos trabalhadores. E para os ex-escravos? Temos ainda poucas informações sobre eles”.

Fonte:

SILVA, Geraldo da; ARAÚJO, Márcia. Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005, p. 65-78.

O ir “além” da história escolar daqueles que não tiveram oportunidade de ir para a escola significa, não apenas ultrapassar a quantidade de anos, mas, sim, em tornar mais qualificada esta passagem impregnado-a de referências pessoais que permitam fazer emergir sentimentos de pertencimento em relação ao espaço escolar. Tais sentimentos de pertença aproximam a necessidade social de aprender com os desafios individuais e coletivos a que se destina a escolarização como mais uma experiência para a melhor condução de atitudes e escolhas.

Muitas histórias que são contadas acerca da escola do passado, ainda, hoje, se fazem presentes como, por exemplo, práticas de discriminação e racismo e o desconhecimento total acerca da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Tais desconhecimentos nos impedem de compreender a forma como as comunidades quilombolas construíram o seu dia a dia valendo-se de aspectos socioculturais de matriz africana que em nada se aproximam dos estereótipos negativos criados em relação ao continente africano.

A história da escola não se distancia da história vivida fora dela, portanto, este espaço, o escolar, sempre aglutinou as mais diversas experiências.

Sr. Sadir, quando nos contou acerca da superação das dificuldades em relação às faltas de condições econômicas para a família, valendo-se da metáfora da “flor amarela” – a fome – traz na lembrança do seu tempo de escola as dificuldades para conseguir estudar alguns poucos anos e, ao mesmo tempo, terem que trabalhar para ajudar a família.

Semelhante história é a de Sr. Dener, da C.Q. Potreiro Grande, que se vestia com as roupas feitas de saco branco de farinha e usava um chinelo de dedo que só colocava nos pés quando se aproximava da escola para durar mais tempo.

Tais histórias de privação são, também, de superação, na medida em que, apesar de não terem tido todas as possibilidades de aprender que o universo escolar proporciona, utilizaram o pouco conhecimento escolar às vastas experiências aprendidas na prática e, hoje, seus filhos fazem diferentes caminhos em relação aos seus, muito embora se reconheça que as dificuldades de permanência na escola estejam, também, presentes nas gerações mais jovens.

Sr. Dener tem em sua lembrança a história da “partilha do pão” que mistura, tal qual a ideia da flor amarela de Sr. Sadir, uma dimensão de metáfora a uma realidade que era própria de seus familiares. Ele e os irmãos iam para a escola, ganhavam pãezinhos que os alimentava e, ao mesmo tempo, se escolarizaram escutando que o saber é como um pão que se reparte e se compartilha com todos aqueles e aquelas que estão ao nosso redor.

A professora dizia assim: “Dener, tu tem que ensinar o teu colega no costado aqui,



Roupa de saco e economia nos chinelos

Ilustração: Caroline Antunes

pra gente repartir o pão com o outro. Eu sabia mais que o outro, então, tinha que repartir o pãozinho. Aí, então, a gente aprende, a que repartir o pão não é só pegar um pedacinho de pão que está comendo e dar um pedaço para o outro ali. A gente reparte assim, no caso, na palavra, tudo é repartir o pão” (S. Dener, C.Q. Potreiro Grande).



O conhecimento é partilha tal como um pão!

Autor: Caroline Antunes, Junho/2012.

Esse saber que é circular porque transita entre diferentes gerações e, de certa forma, comum a todos no sentido das inúmeras dificuldades para acessar o conhecimento escolar, é um pouco daquilo que os quilombos têm contribuído em termos de lições do aprender e de ensinar a partir dos seus processos educativos, forjados, na relação imediata com o problema, cujas soluções, quando possíveis, são permeadas por uma forma de descrevê-los que não os deixa como reféns de uma história determinada e sim como verdadeiros sujeitos, responsáveis, portanto, pelos seus destinos.

As gerações presentes receberam um ensinamento ancestral que, aliado ao ensinamento a ser adquirido na escola, deve produzir transformações necessárias no quilombo porque estas decorrem de necessidades vividas que em nada assemelham-se às necessidades inventadas,

tão presentes nos dias de hoje, cujo **ter** é mais importante que o **ser**.

No quilombo do Passo do Lourenço, hoje, encontram-se cinco professoras da rede pública municipal e que são quilombolas. Elas, junto à Associação Quilombola Passo do Lourenço e Arredores, reivindicam outras formas de ensinar e aprender a história dos africanos e seus descendentes em todas as regiões do Brasil que sempre são representados atrelados à condição escravos.

4.2 Estórias, histórias, causos e assombros pedem assento nos bancos escolares: auto-conhecimento a partir de mitos

As histórias das comunidades trazem consigo depoimentos vivos de como o vínculo estrito à escravidão no que tange à população negra e quilombola é um equívoco. Representa um esquecimento de que este espaço é dinâmico na sua capacidade de reinventar a própria cultura quilombola que, se profundamente averiguarmos, tem, mesmo em períodos escravocratas, histórias de superação que em nada fazem jus à uma ideia de passividade, de subordinação aos sistemas excludentes anteriores e pós-Abolição.

Leonardo aprende na escola e no trabalho familiar: uma formação educativa que se atrela a diferentes espaços.

Autor: Dalva Rosane, Abril/2010.



Leonardo, quilombola da C.Q. Fazenda da Cachoeira, 16 anos, afirma que adora trabalhar na lida de casa; além desta atividade, é o irmão mais velho, por isso, ainda lhe cabe, junto com os pais, o cuidado dos irmãos e do avô que é enfermo. Foi à escola sempre com muitas dificuldades em virtude do transporte escolar que passa na sua comunidade três vezes na semana, contudo, concluiu o Ensino Fundamental e hoje está estudando em uma escola agrícola em nível médio.

Leonardo, ao mostrar sua comunidade para um grupo de pessoas, o fez comprovando que o lugar do viver é o lugar onde as ações se realizam dentro de uma finalidade única que é a manutenção da vida. Durante o passeio, foram mostradas árvores frutíferas, ervas de chá, lugares que carregavam em si histórias misteriosas que constituem, até hoje, um elo de comunicação entre todos os quilombos através das lendas acerca de um tesouro resguardado por um escravo e outras histórias de assombro.

Tais causos fazem parte da memória coletiva do grupo que vai atravessando gerações, pois, talvez, seja alterado o nível de crença em relação às mesmas, mas a potência dos inúmeros mitos de fundação agem diretamente na construção de uma identidade coletiva, portanto, uma identidade política.

Quem está fora do contexto quilombola, em se tratando de questões

Histórias de assombros: a memória coletiva em quilombos.

Autor: Deise Cunha, Abril/2010.



que devem ter assento nos bancos escolares, talvez venha a se perguntar: “Qual a dimensão alcançada de tais estórias e na escola? Quando já somos crescidos e já alcançamos níveis de compreensões cujas abstrações e sentimentos de contenção derivados do medo suscitam, qual a sua real utilidade para aquilo que pretendemos alcançar em termos de conhecimentos que possibilitem a formação de sujeitos?”.

Vejamos o “Baile dos Defuntos” contado pelo Sr. Waldemar da C.Q. Fazenda Cachoeira:

Certa noite eu saí com meus cachorros para o mato para caçar tatu. Quando cheguei numa clareira da mata, vi uma casa toda iluminada, com uma música tocando. Me aproximei para olhar e uma moça loira me convidou para tomar uma cerveja. Deixei a pá e os cachorros de lado e entrei. A moça sentou em uma ponta da mesa e eu em outra; era uma moça muito bonita, mas tinha os cabelos e as unhas bem compridos e as mãos geladas. Quando estávamos conversan-

do, pouco depois da meia noite, ela disse: “Cantou o galo amarelo”. Depois de um certo tempo, ela voltou a falar: “Cantou o galo carijó”. E, mais tarde, ela repete: “Cantou o galo vermelho”. Então ela me convidou para acompanhá-la e saiu para rua pegando a pá, e chamando seus companheiros para virem junto. Ao chegarmos num lajeado ela disse: “Aqui eu viro pó e desapareço!”. Quando eu olhei para o lado ela não estava mais lá e, olhando pra trás, também, não tinha mais o baile, apenas uma clareira do mato! (Sr. Waldemar, C.Q. Fazenda Cachoeira).

Essa história trazida por Sr. Waldemar, ancião da Fazenda Cachoeira, traz várias peculiaridades acerca do modo de vida das pessoas que se colocam “por dentro” das histórias; o baile dos defuntos e esta relação entre vivos e mortos, a dimensão do sobrenatural faz parte de contextos, principalmente, rurais que ora trazem personagens desconhecidos, ora trazem pessoas do convívio comunitário que, já falecidas, marcaram o local de alguma maneira.



Baile dos Defuntos

Autor: José Darci,
Julho/2010.

Asaída para a caça de tatu, a ida até o lajeado são práticas e locais emblemáticos para a população da Fazenda da Cachoeira que tem um núcleo familiar muito concentrado no espaço físico e territorial que ocupam, ou seja, fazem sempre parte de um contexto real que mistura os distintos mundos: dos vivos e dos mortos.

Portanto, tais histórias revelam os cuidados, as crenças, as influências étnico-culturais de povos cuja “[...] arte de contar histórias representa uma importante fonte de identidade cultural e social, simbolizando a perpetuação de uma tradição, a preservação da memória, a união de gerações, a interação de grupos [...]” (MARTELENS; QUADROS, 2012, p. 1). Em relação aos mitos presentes em quilombos pode-se compreender que

Os mitos são teorias sobre o mundo. Normalmente, travestidos de uma linguagem específica, não estão comprometidos com a coerência ou busca de um significado “concreto”, “determinado”. Tratam da dinâmica do universo [...] dos

problemas e limites dos seres, dando sentido à ordem de acontecimentos nos quais as pessoas estão vinculadas. São apresentados na forma de narrativas que “situam” determinado grupo social em um dado espaço (território) ocupado por outros seres, não-humanos (seres da natureza e da sobrenatureza) [...] (HAERTER, 2011, p. 142-143).

Essas histórias vão à escola e podem recuperar a forma como as gerações vão sendo ligadas, uma a outra, através de fios imperceptíveis da memória que, sob a forma de contos e causos apontam as peculiaridades em relação aos temores, desafios, enfrentamentos e lógicas que constituem as experiências locais, seja na ordem do real ou na ordem do sobrenatural.

Outros exemplos de causos relativos a tesouros guardados são recorrentes em comunidades quilombolas do Brasil inteiro. Na Armada, na Fazenda Cachoeira e no Rincão do Quilombo, por exemplo, os moradores apresentam, com algumas variações, a história de tesouros

Sr. Waldemar e Sr. Geraldinho, os quilombolas contadores de causos.

Autor: Eduardo da Matta, Abril e Agosto/2010.



que ao serem enterrados, muitas vezes a mando de senhores de escravos que enteravam, igualmente, os enterradores – os escravos – de modo que estes não revelassem o local.

Os negros eram enterrados com as panelas de ouro para não contar onde estava enterrada a fortuna e ficavam guardando o tesouro (Sr. Geraldinho, C.Q. Armada).

[...] aqueles que enterravam o dinheiro eles matavam, faziam um buraco e o enterravam; os outros escravos o matavam e isso aconteceu muito aqui na região. Dizem que tem muito dinheiro enterrado por aí e tem gente que já achou. Mas não presta achar... Aqueles espíritos, donos dos tesouros e escravos, que dizem onde está o tesouro pedem velas para que suas almas descansem (Sr. João, C.Q. Fazenda da Cachoeira).

O meu avô Waldemar conta que certa noite chegou na casa de pedra e lhe apareceu um cabrito que o fez correr; tio Manoel afirma que tinha uma caixinha, sob a forma de baú, que ficava colocada bem no meio da pedra que depois de uma explosão escutada por todos a mesma sumiu só ficando o seu formato na pedra (Leonardo, C.Q. Rincão do Quilombo).

Para Anjos e Leitão (2009, p. 20-21):

[...] Nos territórios quilombolas, os lugares dos tesouros são pontos de referência da memória coletiva. Esses pontos sinalizam o pertencimento dos escravos e de seus descendentes às terras em pauta. Nas comunidades quilombolas, um tecido especial de significados amarra histórias de escravos a sítios de memória. É como se, ao rememorar, os quilombolas praticassem uma espécie de ato de monumentalização de seu espaço vital. As narrativas sobre escravos imolados constituem uma parte da memória da escravidão repassada de geração em geração. Nessas narrativas, um escravo anônimo é imolado para que sua alma proteja o tesouro de seu senhor.

Estes causos levam a outros tantos que evidenciam a forma como os territórios quilombolas com especificidades rurais trazem no seu cotidiano fatos que, com certeza, se modificam cada vez que são contados, mas que revelam fortes indícios acerca da maneira como a vida que é narrada, e, igualmente, demarcadora de papéis e destinos que, na época, se definiam em conformidade com a cor de pele.



Casa de pedra da C.Q Fazenda Cachoeira.

Autor: Dalva Rosane, Abril/2010.

4.3 Rebeliões, revoltas e revoluções: a presença negra invisibilizada nos marcos históricos do pampa gaúcho

Essa aventura que é compreender as inúmeras histórias reais e conflituosas nos quilombos também se apresenta quando Sr. Geraldinho se refere ao Major Mateus, seu avô, um herói que pela sua valentia, segundo relatos orais, participou de algumas guerras e revoltas alcançando um prestígio que não é esquecido pela comunidade que indica seu túmulo como atração local e cuja lápide registra seu cargo militar: “Sr. Geraldinho conta que um homem ‘bom de briga’ se escondia em uma picada e que este, escondido em cima de um coqueiro, iria fazer uma ‘batida para o negro Mateus’ que, destemidamente, o fez descer e acertou as contas” (Anotações de Campo).

Esse episódio específico encenado corporalmente pelo neto do Major Mateus aponta as tensões existentes, muitas vezes, entre as próprias populações negras locais, como decorrência das formas como o Rio Grande do Sul foi cenário de conflitos de diferentes naturezas que merecem ser aprofundados quanto à presença de negros, principalmente, em tropas militares. A Revolução Farroupilha (1835-1845), a Guerra do Paraguai (1864-1870) e a Revolução Federalista (1893-1895) são alguns episódios que trazem a presença dos negros em tais rebeliões e a manei-

ra como foram tratados e, sob o ponto de vista da história, também negligenciados, revelam o quanto a presença negra se fez presente e fora protagonista em muitas “vitórias” e traições em diferentes guerras em solo gaúcho.



Lápide do Major Mateus Antônio do Nascimento, herói negro das Revoluções de 1893 e 1923.

Autor: Dalva Rosane, Agosto/2010.

A Revolução Farroupilha, tida como um dos principais símbolos da identidade gaúcha, comemorada em 20 de setembro e reverenciada como feriado regional, teve como destaque o município de Piratini – onde se encontram localizadas as comunidades quilombolas Fazenda da Cachoeira e Rincão do Quilombo, sendo, à época, capital do estado do Rio Grande do Sul; esconde o inesquecível “Massacre de Porongos”, que se refere ao dia em que os **Lanceiros Negros**, tropa farroupilha formada por escravos foi exterminada pelo exército do imperador Dom Pedro II. Essa presença negra foi chacinada em 14 de novembro de 1844, a partir de um acordo entre David Canabarro, chefe dos farrapos e o comandante do exército imperial, Barão de Caxias, sendo vitimados entre 600 e 700 negros farroupilhas desarmados a mando do primeiro, a fim de romper com o pacto de dar liberdade a esses escravos que batalharam a seu favor sob o argumento do medo de que estes se rebelassem ao término da guerra.



Lanceiros Negros

Autor: José Darci, Novembro/2010.

A Guerra do Paraguai, episódio que envolveu Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, cujas razões do conflito são controversias no âmbito da historiografia – ora a guerra teria sido incentivada pelo imperialismo britânico que queria barrar o modelo desenvolvimentista paraguaio e, ora, segundo versão emergente pelos historiadores na década de 1980, a construção e consolidação dos Estados Nacionais no Rio da Prata seriam a razão para o conflito – contou com um contingente negro que, entre libertos e cativos, era presença maciça nas fileiras do exército.

4.4 A escola como luta dos quilombos

O acesso à escola, para grande parte dos quilombolas, também faz parte de um contexto de lutas em que, tal qual

um mosaico, vai construindo uma imagem cujo formato se define pela junção de diferentes fragmentos da história.

Na C.Q. Favila, encontramos uma casa abandonada que um dia havia sido a escola que acolheu aquela comunidade negra que se via impedida de estudar em escolas as quais apenas atendiam crianças descendentes de alemães ou, então, pelo limite de oferta de ensino em que, geralmente, o nível máximo era o quarto ano do Ensino Fundamental.

Tal feito decorreu da vontade das pessoas mais velhas da comunidade. O pai do atual presidente da Associação Quilombola Favila, Sr. Olívio e outro quilombola, Sr. Darci, compreendiam a necessidade de jovens e crianças concluírem, pelo menos, o Ensino Fundamental. Começaram adquirindo um terreno, buscando doações e fizeram contato com um professor da rede pública municipal que teve outras ações sobre a comunidade para além da ação pedagógica. O professor chamava-se Otto Nelo, um profissional de origem alemã que se envolveu com a dinâmica social da comunidade por compreender que a função social da escola é, também, a de participar de outras demandas locais.

A escola, para quase todas as pessoas adultas, sempre foi muito passageira em virtude da necessidade de trabalhar para contribuir com o sustento da família, contudo, é reconhecida como importante para que se consiga ter melhores condições de vida uma vez que, até agora, as conquistas têm sido alcançadas, na maior parte das vezes, por um esforço comunitário e familiar que tenta vencer a falta de direitos, como, por exemplo, o direito de ir à escola e nela permanecer em idade regular com as condições, para tanto, de transporte adequado, bem como em relação a outros direitos que são da ordem do humano.

Prédio da antiga
Escola da
Favila fundada
pelos próprios
moradores.

Autor: Deise Cunha,
Agosto/2010.



D. Maria da C.Q. Fazenda da Cachoeira tem dez filhos e os mesmos têm seu calendário escolar alterado por falta de transporte escolar. Nos três dias por semana em que as crianças vão à escola, a chegada em casa, muitas vezes, é cheia de tristeza no olhar:

Às vezes é gozo dentro da sala de aula, chamam de negrinho. Às vezes só porque eles fazem algum serviço e vão para dentro da sala de aula [...] Aí eles chegam às vezes bem tristes, chateados, virados. Eu já conheço quando eles chegam na porta, aí vou lá e pergunto o que aconteceu (D. Maria, C.Q. Fazenda Cachoeira).

A escola, a educação que não respeita as diferenças étnicas de cada um, bem como, os diferentes saberes oriundos das experiências cotidianas, privará a todos de usufruir da riqueza que a diversidade étnica e cultural proporciona.

Os quilombos de todo o Brasil são territórios ricos em experiências que não podem ser desprezadas no interior da escola; estas experiências podem escre-

ver outras páginas na história de cada um e uma e também da sociedade brasileira num sentido mais abrangente. Pode, ainda, nos ajudar a compreender muito de uma cultura negada e silenciada nos conteúdos a serem ensinados.

Além disso, nos ajuda a compreender que, em termos de sociedade brasileira, existe um vasto processo de miscigenação e certos conhecimentos como os saberes de nossos antepassados passam a fazer sentido a partir dessa compreensão.

Até agora, as experiências dos contextos quilombolas que se transformam em conteúdo para a sala de aula, foram capturados através de inserções com finalidades definidas e orientadas por uma investigação de natureza etnográfica, ou seja, que busca apreender os traços culturais de determinados lugares. Tais práticas, no âmbito da escola, pode ser uma oportunidade dos educadores aliar ao ensino a prática de uma pesquisa que gere conhecimento e, acima de tudo, autoconhecimento.

PARA SABER (33)

A perspectiva etnográfica de investigação

Ms. Leandro Haerter

A palavra “etnografia” vem do grego, onde “etno” significa um grupo social específico e “grafia”, escrever sobre. Descreve o conjunto de conhecimentos compartilhados entre os membros de uma determinada comunidade e se interessa pelo ponto de vista das pessoas. A etnografia surge com os registros de viagens que descreviam “sociedades exóticas”, relatos feitos por viajantes, missionários e administradores das colônias, impulsionados principalmente pela descoberta de “novos mundos” e a curiosidade dos europeus em entender estes novos homens, não cristãos. A etnografia se desenvolveu mais fortemente entre o final do século XIX e início do XX, a partir de trabalhos científicos comparativos preocupados com a descrição da cultura e a análise dos significados das ações humanas. A etnografia surge, então, a partir do interesse em conhecer as múltiplas origens e histórias de outras culturas, calcada na perspectiva eurocêntrica, na perspectiva do colonizador. No final do século XIX esses relatos se tornam mais completos e passam a ter um olhar científico por parte da Antropologia que estava se constituindo enquanto uma ciência social. Podemos pensar a etnografia como um processo de

pesquisa orientado pela interação entre o pesquisador e o grupo investigado, bem como a interação deste no universo do grupo. Por esse motivo, as técnicas não são rígidas ou determinadas, elas vão depender do trabalho do etnógrafo no decorrer da pesquisa. As técnicas ou procedimentos de pesquisa têm que se adaptar ao trabalho de campo, pois aquilo que o pesquisador se propõe a fazer vai ajudar a formular as técnicas a serem utilizadas. A etnografia prioriza as interações com os membros das comunidades, a observação participante, a entrevista aberta, a elaboração de genealogias e a manutenção de um diário de campo onde são registradas as impressões, contatos e achados do pesquisador. Também se faz uso de outras técnicas de registro, como a fotografia, o gravador de áudio e de vídeo. A etnografia se ocupa com a observação dos modos de vida de um grupo específico: comunidades, escolas, etc. onde o fundamental é perceber como as pessoas e grupos conduzem suas vidas, buscando o significado de suas ações cotidianas. Dessa forma, a etnografia se consolida como uma tradição em microanálises, estudos comparativos e descrições sistemáticas, na tentativa de compreender os significados que as pessoas atribuem a suas experiências. O uso da etnografia é sempre bem vindo nos estudos sobre cotidiano e interações, tanto em pesquisas sociais quanto educacionais. Ela acaba revelando dados interessantes como os dis-

tintos processos de socialização, os vínculos sociais, os projetos coletivos, as memórias, as reivindicações, as organizações sociais dos grupos, mobilidades, sempre na perspectiva de buscar o significado êmico (local).



Márcia da C.Q. Armada nos conta a sua história cheia de andanças à procura daquilo, que algumas pessoas ao longo do processo de formação da sociedade brasileira, têm sido alijada: direito à propriedade da terra. Para tanto, saíram do quilombo, uniram-se a trabalhadores que lutam pela terra, compreenderam que não é qualquer terra que dá o sustento, não apenas material para os quilombolas, porque o “valor” da terra é também espiritual e cultural e retornam para o quilombo para continuar a luta.



Márcia escreve a sua história: “vamos enfrentar tudo!”.

Autor: Eduardo da Matta, Abril/2010.

Meu nome é Márcia, tenho 14 anos, moro no interior de Canguçu e quero contar minha história a vocês. Um dia pela manhã meu pai ligou e disse que ia vir nos buscar para irmos com ele para um acampamento. Chegou o dia e ele veio nos buscar; chegamos lá e descarregamos as coisas para arrumar a barraca. A minha mãe foi arrumar o colégio para colocar meus irmãos; eles estudaram na escola do acampamento

e eu na escola José Luiz da Silva. Um pouco era ruim porque nós tínhamos que tomar banho na sanga mesmo com a água estando fria; mas tinham pessoas que esquentavam água para tomar banho na barraca. Mas nós tivemos muitas lutas para conseguir um pedaço de terra e às vezes as pessoas apanhavam das polícias para conseguir ter o que plantar e o que comer. [...] Aí um dia saiu a terra e, apesar de todas as lutas que passamos, ganhamos, mas era muito longe [...] Um dia resolvemos vir embora para casa tocar a nossa vida em frente. **Eu acho que é bom lutar para produzir o que comer. Às vezes as pessoas pensam que é fácil mas não é. Vamos enfrentar tudo o que vem pela frente porque o mundo é grande** (Márcia, C.Q. Armada).

Essa carta escrita por Márcia, potencializa várias discussões acerca dos direitos à vida em todas as suas esferas que estão e devem estar presentes em qualquer conteúdo escolar “**porque o mundo é grande**” e em todo ele está espalhada a alma africana e as inúmeras formas de produzir **cultura**, cultivar a **terra** e colher **resistências**. Referencia a terra como lugar de produção de alimentos e como espaço que está sempre em luta, em disputa. A luta pela terra e o direito de nela produzir tem sido o enfrentamento que leva crianças, jovens, adultos e idosos para as barracas que abrigam, precariamente, a injustiça histórica em relação às populações negras e não negras que pensam na terra com outra lógica, a não ser a lógica da terra para negócio que devasta, indiscriminadamente, o ambiente e tudo o que vier pela frente em nome do lucro.

A possibilidade de ir à escola para os idosos das comunidades, ainda que tenha sido dificultada por uma série de fatores, traz em todas as narrativas o reconhecimento de que a mesma é fundamental para as novas gerações. Aliás, do curto espaço de tempo, muitos encontros

permaneceram na memória e nos corações de pessoas como o Sr. Getúlio e D. Áurea da C.Q. Manoel do Rego, que se conheceram na escola e desde lá a união perdura: “Conheci o velho na escola, nos criamos juntos, fizemos a confirmação e depois veio a juventude; estamos com 64 anos de casados” (D. Áurea, C.Q. Manoel do Rego).

D. Áurea fala com saudade do tempo de escola onde, além de conhecer Sr. Getúlio, aprendeu a cantar, atividade para a qual se dedicou algum tempo no coral da comunidade e que é sua companhia durante a lida: canta o dia inteiro!

D. Áurea, como tantas outras pessoas da comunidade, lembram de seus professores e professoras. Guardam consigo a lembrança dos ensinamentos e daquelas lições que são fundamentais no sentido da formação humana, de valores, de compreensões acerca da vida. Para D. Áurea, seu melhor professor era um professor “moreno”. Naquela época, há mais de cinquenta anos, com todas as dificuldades que as comunidades negras tinham

para frequentar a escola, um professor negro, talvez, fosse algo muito difícil de encontrar, principalmente em escolas cuja predominância era de grupamento étnico não negro. Hoje a realidade nos quilombos já é outra! Existem professores e professoras oriundas da comunidade e que estão se formando no magistério, nas licenciaturas como, também, em outras profissões.

A escola chega às comunidades e as comunidades vão à escola que fica fora de seus domínios territoriais e deste encontro muitos pensamentos pedagógicos estão sendo construídos de modo que, escola e comunidade estabeleçam conversas que garantam o desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades sem que sejam rompidos com uma tradição que possibilitou conquistas, tais como a Educação Escolar Quilombola enquanto uma modalidade de ensino da Educação Brasileira.

A educação existente em quilombos é matriz por onde pensar uma escola que encontre na cultura, na terra



Retrato de uma longa união.

Autor: Deise Cunha, Agosto/2010.

e que também se espelhe na resistência negra, os instrumentos para uma educação que tenha na solidariedade o alicerce para sociedades mais justas, sendo que este desejo é para muito além dos limites dos quilombos.

Vejamos a fala do professor Joel, da Comunidade Rincão do Couro de Piratini, que junto com outros tantos educadores quilombolas e não quilombolas, pretende construir outras lembranças de escola e realidades que se fazem necessárias nas comunidades da região Sul do país e de todo o Brasil:

[...] fora a escola, o transporte, a educação, não se pode esquecer uma questão: como levar o jovem até a escola? É isso que a gente está esquecendo. Como encontrar uma motivação para levar essas crianças? Até os nove, dez anos, eles não conhecem muita coisa, então vão para a escola. A partir dos onze já começam a reconhecer o preconceito que tem na escola, então começam a perceber como são diferentes. São duas ou três crianças negras no meio de trinta, quarenta! Então, a criança negra começa a sentir aquele preconceito... por isso tem que ter uma motivação e um grupo para apoiar essas famílias, um grupo de apoio que motive e incentive essas crianças a ir à escola. Hoje eu tenho a história lá da nossa comunidade – Rincão do Couro/ Piratini-RS – que tem famílias que estudaram até a quarta ou quinta série; teve um dos filhos que conseguiu chegar na oitava série e passou para o primeiro ano do ensino médio. Só que no primeiro ano as turmas da escola estadual são de sessenta e poucos alunos. Aí, no primeiro dia da turma, de sessenta alunos só tinha ele de negro; depois no segundo dia continuava a só ter ele de negro; no terceiro dia ele não foi mais e até hoje não voltou. Agora ele trabalha de peão agrícola, tem que carregar estrume de dia e não foi retornou para a escola porque a autoestima dele é baixa e ele não se reconhece como negro, ele não reconheceu ainda a identidade dele. Então nós temos que

trabalhar isso: temos que levar o jovem até lá, temos que discutir a educação porque para os que estão na escola é importante. Mas temos, também, que levar o jovem até o segundo, terceiro e até uma faculdade. É isso que nós queremos. Então o encontro vai ser importante assim, para nós termos um trabalho desde o primeiro ano, para motivar as famílias e as crianças, para apresentar trabalhos em casa porque que é bom ser negro e e compreender que no futuro poderemos ter pessoas capazes de defender a sua raça. Obrigado (Prof. Joel, C.Q. Rincão do Couro).

A mensagem do professor Joel foi o encerramento do Encontro Regional de Educação Escolar Quilombola realizado na Cidade de São Lourenço do Sul (RS), em oito de outubro de 2011, onde mais de trezentas pessoas ajudaram a construir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Fora o direito à escola, transporte e educação, o jovem professor frisou a necessidade de levar e manter os jovens e crianças na escola e, de igual forma, apontou os preconceitos raciais, a baixa autoestima e o não reconhecimento identitário como elementos que devem fazer parte de um “grupo de apoio” que junto às famílias assumam tal responsabilidade.



I Encontro Regional de Educação Escolar Quilombola.

Autor: Sabrina Souza, Outubro/2011.

PARA SABER (34)

Sobre a construção das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola

“A Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) iniciou, em 2011, o processo de elaboração *das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola*. Estas diretrizes vão orientar os sistemas de ensino para que eles possam colocar em prática a Educação Escolar Quilombola mantendo um diálogo com a realidade sociocultural e política das comunidades e do movimento quilombola.

Por que elaborar Diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola?

A Conferência Nacional de Educação (CONAE) ocorrida em Brasília, em 2010, realizou um debate sobre a ‘diversidade’ no campo da política educacional. As discussões da CONAE resultaram na inclusão da **educação escolar quilombola como modalidade da educação básica** no Parecer CNE/CEB 04/2010 que instituem as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica. Isso significa que a regulamentação da Educação Escolar Quilombola nos sistemas de ensino deverá ser consolidada em nível nacional e seguir orientações curriculares gerais da Educação Básica e, ao mesmo tempo, garantir a especificidade das vivências, realidades e histó-

rias das comunidades quilombolas do país. Deverá seguir, também, as orientações do Parecer CNE/CP 03/2004 e Resolução CNE/CP 01/2004 que instituem a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos das escolas públicas e privadas da Educação Básica, bem como as demais orientações e resoluções do CNE voltadas para a educação nacional”.

Fonte:

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**: algumas informações. Brasília: Câmara de Educação Básica, 2011.

Professor Joel tem na sua história de vinte e cinco anos de vida a história da superação e da luta; para além da formação escolar é também liderança política na sua comunidade, trajetória esta que se constrói ciente das desigualdades de cunho étnico-racial como, também, as relativas às pessoas portadoras de necessidades especiais.

Joel Severo Porto é filho de agricultores que conta um pouco da sua história ao dizer que:

Meu nome é Joel Severo Porto, nasci em onze de março de 1986, tenho 25 anos e sou filho dos agricultores Ana Lucia Severo Porto e Carlito da Silva Porto. Sou um negro deficiente físico que busca a cada dia, conquistar meu lugar na sociedade. Tive grande dificuldade nas séries iniciais, pois não tive o apoio que necessitava tanto nos estudos como em

“[...] busco uma educação de qualidade para que possamos viver com igualdade” (Prof. Joel).

Acervo do Prof. Joel Severo Porto.



relação ao transporte; consegui através de muito esforço concluir o ensino fundamental e o ensino médio. Com pouco apoio e falta de recurso para fazer uma faculdade, fiquei um ano sem estudar e, então, a partir daí, resolvi voltar a estudar e fazer o curso do magistério. Foi a partir daí que notei que o preconceito começa na escolar; notava que alguns professores duvidavam da minha capacidade de entrar em uma sala de aula devido à minha deficiência física. No meu segundo ano de curso, pensei em desistir mas naquele mesmo momento voltei atrás pois, a partir daí comecei a lutar contra o preconceito dando o melhor de mim no curso. Passei por todos os processos como meus colegas ao ver-me à frente de uma turma de educação infantil – mudar as crianças na creche dar comida, ou seja todos procedimentos inerentes à profissão – consegui passar por todos os desafios e hoje sou conhecido pela minha comunidade como professor Joel. Sou, igualmente, um dos líderes das Comunidades Quilombolas de Piratini e pertencente à Comunidade Quilombola Rincão do Couro que, por enquanto, tem poucos recursos financeiros para trabalhar com grandes projetos. O ponto forte da nossa comunidade é que trabalhamos com a motivação dos nossos jovens levando a eles histórias antigas sobre a sua origem negra. O Rincão do Couro busca fazer suas festas com base nas épocas passadas valendo-se de músicas alegres, brincadeiras antigas e, de vez enquanto, fazemos leilões de galinhas ou rifas para alegrar ainda mais nossas festas. Como liderança busco para as comunidades



quilombolas de Piratini uma educação de qualidade para que possamos viver com igualdade!

A Educação Inclusiva é também uma das demandas das comunidades quilombolas; são várias as pessoas que dependeriam de um atendimento especializado que dificilmente os quilombolas têm acesso. Muitos quilombolas que encontramos em tais condições são ligados à família por laços sanguíneos e outros fazem parte da família na condição de filhos de criação.

É importante frisar que as limitações físicas e mentais de muitas pessoas não lhes privam do direito de um convívio social e, se existem limitações, existem, também, inúmeras possibilidades que costumamos a reconhecer como virtude que vence, muitas vezes, não apenas a própria deficiência, mas a resistência daqueles cuja condição de “normalidade” se veste de uma propriedade de determinar o que a cada ser humano lhe cabe.

A acolhida quilombola a pessoas que seriam deixadas à margem da sociedade é um marco desta cultura que historicamente não estabelece fronteiras que se pautem pelas diferenças.

A alegre e comunicativa Margarete, irmã adotiva de D. Ivonilda da C.Q. Favila, convive há dezoito anos com um problema mental que é explicado à luz das perspectivas culturais do local ainda



Quilombola Margarete, uma alegria inclusiva!

Autor: Deise Cunha, Agosto/2010.

músicas alegres e brincadeiras antigas, ou seja, estratégia utilizada em todas as situações, demonstrando que a aguerrida força quilombola, em todos os tempos, se revela em um corpo com a ludicidade daqueles e daquelas que cantam, dançam e brincam a qual se manifesta com potência transformadora de quem, desde as lavouras, canaviais e outros locais de trabalho, sob a forma de tortura, não silenciaram corpos e mentes.

A não presença de escola na vida de muitos antepassados quilombolas não os impediu de construir “escolas” que se inscrevem na memória e, deste modo, potencialmente, encheram páginas e páginas de livros os quais ensinarão como as linhas não são preenchidas com palavras, mas com gestualidades, sonoridades, que o tempo não apaga, mas as reedita.

que também receba assistência médica, todavia, o tratamento que recebe é insuficiente na medida em que tratamentos complementares à medicalização não existem. Existe uma ausência de direitos de cidadania quando não recebemos aquilo que necessitamos, principalmente, no que diz respeito à necessária complementaridade entre saúde e educação, que são serviços que devem estabelecer trabalhos conjuntos no sentido da educação inclusiva.

Para finalizar, nos reportamos ao professor Joel, que traz em sua narrativa iniciativas tomadas em sua comunidade, onde o fio condutor é a história local que resulta no fortalecimento da identidade. Perceber-se como negro e quilombola é elemento fundamental para a busca de uma igualdade que, ao não ignorar as diferenças individuais e coletivas, estabelece o desafio de construir uma sociedade melhor para todos e, por isso, talvez a escola não deva se privar também dessa luta, cujo modelo se faz de um modo festivo, com



As crianças participando da construção de outros jeitos de ser escola no I Encontro Regional de Educação Escolar Quilombola.

Autor: Sabrina Souza, Outubro/2011.

Para refletir e transformar em atividades pedagógicas (10)

1. A escolarização sendo uma etapa fundamental para o processo de socialização humana, deve ser priorizada junto a outras necessidades. É importante restituir os processos de escolarização ou não escolarização familiares e comunitárias, de modo a apontar as dificuldades encontradas, compreendê-las e torná-las elementos para possibilidades didático-pedagógica de reflexão em torno de direito social à educação bem como exploração dos fatos de diferentes naturezas acontecidas em tempos escolares;

2. A escola dialoga com universo social e cultural que interfere no processamento da aprendizagem e na construção de identidades que é uma das dimensões do currículo escolar. Portanto, existe um repertório de informações contidas nos contos, causos, lendas presentes nas comunidades quilombolas a serem utilizadas na sala de aula observando os seguintes aspectos:

2.1 É importante recuperar estas práticas, levando para o contexto escolar os próprios contadores desde que seja dentro de um Projeto com objetivos explícitos em relação ao fins pedagógicos que se deseja alcançar preferencialmente adotando uma atitude interdisciplinar;

2.2 Observar a recorrência de algumas narrativas mestras e as variações das mesmas como elementos

importantes para se perceber a dinâmica do contexto social;

2.3 Opiniões de diferentes gerações acerca dos elementos centrais dos causos (do tipo “a moral da história), trazem ideias acerca das mudanças de valores que vão se processando nas localidades;

2.4 Desdobrar os casos, contos, lendas e causos em diversificadas performances artísticas;

2.5 Explorar geográfica e historicamente o lugar e os personagens de onde parte as narrativas, por exemplo:

Potreiro Grande: “A negra da pedra”, aparições realizadas em um determinado trecho da estrada;

Iguatemi: Lobisomens em alguns lugares específicos da mata;

Fazenda Cachoeira: Tesouro na Casa de Pedra, O Baile dos Defuntos no interior das matas;

Armada;

Cerro das Velhas.

3. Articular as necessidades da escolarização com as lutas específicas acerca da questão fundiária e os processos de territorialização e desterritorialização do quilombo. Existem temas que podem favorecer a esta relação:

3.1 Aprendizagens necessárias para elaboração de projetos que tragam melhorias para a comunidade a serem encaminhados para órgãos governamentais;

3.2 Averiguação estatística das pessoas que saem do quilombo em busca de trabalho e sua escolarização/qualificação para tanto;

3.3 Pesquisar junto a comunidade investimentos em relação a uma formação profissional que potencialize o desenvolvimento econômico do lugar sendo que esta formação não prescinde de elementos da cultura e tradição locais;

4. Estabelecer proposta de uma educação anti racista, valendo-se, em conformidade com o adiantamento escolar, de literaturas específicas, vídeos, reportagens de jornais e revistas com credibilidade editorial que tratem de temas acerca da discriminação e preconceito que acontecem na sociedade em geral, no interior da comunidade e no contexto escolar;

5. Explorar possibilidades investigativas para recuperar fotografias no acervo das escolas que foram frequentadas pelos familiares e também em que estão os jovens e crianças organizar exposições destas memórias iconográficas, identificando as mudanças que estas imagens revelam em todos os sentidos: trajés, estrutura, datas comemorativas, atividades esportivas...

6. Entrevistar aos pais buscando encontrar as dificuldades e sucessos no tempo escolar e as pessoas emblemáticas (professoras, funcionárias) de modo a também fazer esta escuta, compondo, posteriormente textos que revelem esta trajetória levando

ao aluno a refletir sobre a sua realidade em contraponto a dos familiares;

7. Buscar conhecer a realidade escolar quilombola em todo o país e reconhecer os direitos adquiridos como a educação quilombola como modalidade de ensino da educação básica. É importante recuperar a trajetória da história da educação da população negra desde as atividades escolares de cunho não formal até o acesso a educação formal. Estabelecer marcos cronológico entendendo legislações proibitivas da presença negra na escola até a contemporaneidade e recuperar neste processo a luta histórica dos movimentos sociais;

8. Incentivar a participação social e política de crianças e jovens na escola através de estímulo à formação de entidades voltadas à estudantes e a articulação a políticas estudantis locais, estaduais e nacionais;

9. Propor atividades lúdico-pedagógicas que busquem a compreensão de que todos temos limitações e potencialidades e todos os feitos humanos (artísticos, esportivos, poéticos e outros) variam de pessoa para pessoa e, a partir disso, trabalhar com questionamentos acerca das nossas representações acerca de normalidades e deficiências, enfim, da padronização que se está sujeito por uma determinação social que não cede espaço a outras condições físicas e culturais;

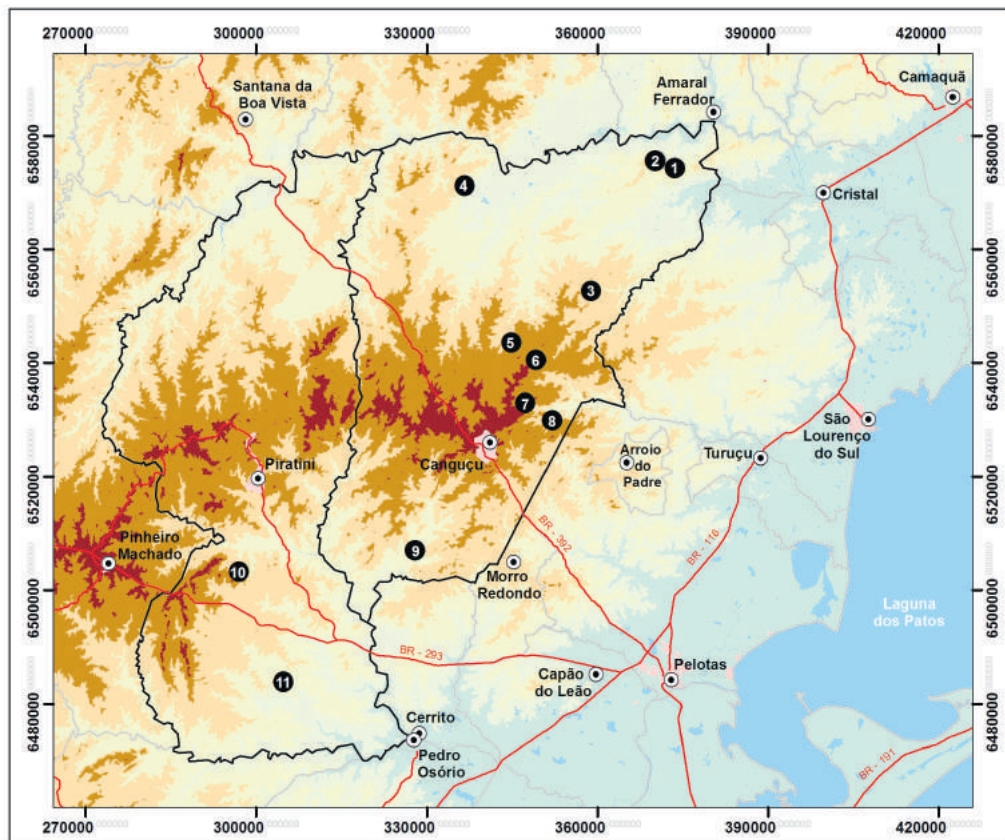
10. Potencializar discussões através de textos e músicas acerca da

socialização e os ganhos da mesma acerca da educação escolar inclusiva compreendendo a dinamicidade do trabalho pedagógico em que, redes de solidariedade e respeito às diversidades, devem ser componentes para uma educação que contemple uma formação humana;

11. Trazer de forma didática os processos de consolidação dos direitos alcançados pelos Portadores de Necessidades Especiais e vincular estes direitos adquiridos às demandas das pessoas da comunidade tanto no âmbito do acesso à educação como dos demais serviços relativos à mobilidade, saúde, acesso ao mercado de trabalho e outros.

ANEXO

COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOLAS NOS MUNICÍPIOS DE CANGUÇU E PIRATINI/RS



LEGENDA	
Quilombos estudados	Simbologia geral
1 Cerro das Velhas	□ Canguçu e Piratini
2 Armada	□ Municípios vizinhos
3 Estância da Figueira	● Sedes RS
4 Maçambique	— BRs RS
5 Potreiro Grande	■ Mancha urbana RS
6 Iguatemi	— Hidrografia
7 Manuel do Rego	Altimetria
8 Favila	0 a 50m
9 Passo do Lourenço	50 a 100m
10 Fazenda da Cachoeira	100 a 200m
11 Rincão do Quilombo	200 a 300m
	300 a 400m
	400 a 500m
	500 a 600m

LOCALIZAÇÃO										
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">LEGENDA</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>□ Canguçu e Piratini</td> <td>■ Mancha urbana RS</td> </tr> <tr> <td>— Hidrografia</td> <td>■ Rio Grande do Sul</td> </tr> <tr> <td>— Restante do Brasil</td> <td>□ Países vizinhos</td> </tr> </tbody> </table>			LEGENDA		□ Canguçu e Piratini	■ Mancha urbana RS	— Hidrografia	■ Rio Grande do Sul	— Restante do Brasil	□ Países vizinhos
LEGENDA										
□ Canguçu e Piratini	■ Mancha urbana RS									
— Hidrografia	■ Rio Grande do Sul									
— Restante do Brasil	□ Países vizinhos									
0 70 140 210 Km	0 195 290 390 Km	0 600 1.3 2.6 Km								

Informações técnicas: Sist. Coordenadas: UTM. Datum: WGS 84, Fuso 22 J Retângulo envolvente 6594036 264433 425867 6461824	Fonte: Dados de campo: Coletados com GPS Etrex Gamin por MATTOS, Gil e MACEDO, Daniela, 2011. Dados vetoriais: UFRGS, 2010 e IBGE, 2012. Dados Matriciais: CAPA, 2010. e Radar SRTM, 2012.	Organização: MATTOS, Gil Passos de. Laboratório de Ensino de Geoprocessamento - Geografia - UFPel Data: 05/11/2012.
---	--	--

Comunidade
Remanescente de
Quilombo Armada

Foto: Eduardo da
Matta, Abril/2010.



Comunidade Quilombola Armada

A localidade da Armada está situada no 5º Distrito do município de Canguçu, interior do estado do Rio Grande do Sul, aproximadamente a 30 minutos da Ponte do Cristal sobre o Rio Camaquã e duas horas do centro de Canguçu, conforme aponta a etnografia de Haerter (2010). Recebeu este nome em virtude do território ter sido ocupado por tropas da Armada Real do Império Espanhol em meados de 1773-74.

Na Armada existem os núcleos Cerro Pelado e Campo do Estado.

O nome Cerro Pelado, conforme dados coletados nas inserções em campo, tem duas versões para a sua origem; a primeira delas nos conta sobre o cume do Cerro que seria totalmente “pelado”, desprovido de pedras ou vegetação. Já a segunda versão, nos diz que haveria ali

um homem que se habituara a andar despidido. Então, primeiramente era “Cerro do Pelado”, passando logo a popularizar-se como Cerro Pelado.

Foi no Cerro Pelado que residiu a figura emblemática do Major Mateus, combatente da Guerra do Paraguai (1864-1870) e da Revolução Federalista (1893-1895) que, conforme os depoimentos recebidos, decapitava sem piedade as pessoas. O fato da existência deste e talvez de outros guerreiros negros nos levam à hipótese da origem das terras estar relacionada a recompensas por participação de antigos escravos em guerras.

Já o Núcleo do Campo do Estado, conforme alguns relatos, teria sido constituído a partir de assentamentos durante o governo Brizola, através da reforma agrária. Neste núcleo, encontramos a predominância de pessoas de sobrenome Borges e Mendes, talvez ainda um ramo das famílias abarcadas pelas velhas escravocratas do Cerro das Velhas.

São frequentes as narrativas que apontam para a pessoa do Tio Acácio, em ambos os núcleos:

O tio Acácio, era um senhor bem velho, quando ia nas festas, encilhava o cavalo dele, aí ele colocava o pala e os pelegos bem fofos e aí tinha a hora da sesta, sempre, né, ele pegava tirava o pelego dos cavalos, os arreios, colocava embaixo de uma sombra e tirava uma sesta. Lá pelas tantas, quando via ele aparecia na festa. “Onde é que o senhor estava tio Acácio? Ué, tirando a minha sesta, ué! Sem ter a minha sestinha eu não posso deixar passar!” E assim ele fazia, sempre que a festa era aqui perto, ele pegava e ia a cavalo. Ele nunca ia com outra condução, ou com vizinho, uma coisa. Sempre no cavallinho dele e levava já, no inverno, era sempre seu pala nas costas, os ponches, para tirar sempre a sestinha dele. (Depoimento colhido em inserção de campo).

Esse senhor poderia ser considerado um griot, na medida em que era o guardador da memória da comunidade, contando muito da oralidade dos ancestrais e saberes tradicionais como a relação entre as fases da lua e o momento adequado para o plantio e os elos de ligação com a África.

A maioria das pessoas de ambos os núcleos que constituem a Comunidade Quilombola Armada possuem o sobrenome Matos e tem um certo grau de parentesco, desenvolvendo fortes laços de reciprocidade entre suas parentelas.

Comunidade Quilombola Cerro das Velhas

A Comunidade Quilombola Cerro das Velhas é lindeira à comunidade Armada, e tem sua origem vinculada a uma “deixa” de terras das velhas escravocratas – senhoras irmãs, “bondosas”, fazendeiras, que registravam os filhos

de seus (ex)escravos com seu sobrenome (Mendes) – para seus ex-escravos, de acordo com a memória coletiva dos negros dessa comunidade (HAERTER, 2010). Nesta comunidade residem em torno de 45 famílias negras e não negras.

Percebe-se, a partir das inserções em campo, um número expressivo de pessoas declaradas evangélicas, mas não seguindo rigorosamente os preceitos desta religião. Já residiram ali pessoas praticantes da Religião de Matriz, os quais são identificados como “saravistas”, e mesmo esta não estando presente a uma primeira olhada, subliminarmente nota-se sua presença.

As famílias negras residentes no Cerro das Velhas são, em sua maioria, de sobrenome Mendes, conforme já mencionado, mesmo existindo pessoas de outras famílias, que migraram para a região, ou por motivo de casamento, trabalho ou a própria reforma agrária citada no Campo do Estado.

Podemos considerar como pessoas emblemáticas neste núcleo, a partir da memória da comunidade, as próprias velhas Maria Altina Mendes e Maria Francisca Mendes (HAERTER, 2010) e, provavelmente, conforme relatos existentes na região, ainda tenha existido uma terceira irmã, em que ambas eram as proprietárias das terras deixadas aos escravos, o que torna as pessoas de sobrenome “Mendes” seus descendentes “por adoção”.



Comunidade Remanescente de Quilombo Cerro das Velhas

Foto: Deise Cunha, Ago/2010.

Salientamos que nas comunidades Armada e Cerro das Velhas existem escombros dos antigos ranchos¹, deixados como uma forma de identificação e herança cultural que também são capazes de retratar o vínculo afetivo (HAESBAERT, 2006) que as pessoas mantêm em relação ao seu território. Esta herança nos mostra o orgulho de seu pertencimento étnico; mesmo que a história tenha sido sofrida, sabem que foram importantes para a construção do nosso país.

¹ Rancho – denominação local dada às casas erguidas com paredes de barro e cobertas com capim do tipo santa fé.

Comunidade Quilombola Favila

A comunidade da Favila encontra-se localizada no 1º Distrito do município de Canguçu e se origina no nome de Otaviano Favila, conforme os relatos orais dos membros da comunidade. Segundo os moradores, o nome deste senhor remonta há 200 anos.

A partir das inserções etnográficas, a principal forma de resistência da comunidade foi a união entre seus membros para construir espaços onde sua presença era negada – especialmente, escola e igreja. Um dos fatores de maior atrito da comunidade foi a presença de imigrantes de origem pomerana, fechados em sua cultura e espaços. Aos negros foi necessário aprenderem muito da cultura dos “colonos” – como a língua pomerana e o alemão – conseguir trabalhar junto a eles e também foi a partir do esforço mútuo da comunidade que se construiu uma igreja católica e uma escola para seus filhos, já que havia na região apenas uma escola associada à igreja luterana.

Destacamos o Favila Futebol Clube como um fato interessante. O time fundado por volta dos anos 50, de caráter multiétnico, até pouco tempo possuía uma grande parte de sua diretoria formada por brancos. Segundo Denílson, atual presidente da Associação Quilombola da Favila, hoje em dia a direção possui maior participação de quilombolas, mas independente disso, muitos membros participam.

Comunidade Remanescente de Quilombo Favila

Foto: Deise Cunha, Ago/2010.





Comunidade Remanescente de Quilombo Iguatemi

Foto: Herbert Peil, Jun/2010.

Comunidade Quilombola Iguatemi

Uma indicação possível para o nome da comunidade Iguatemi, localizada no 2º Distrito do município de Canguçu, conforme o historiador Claudio Moreira Bento (2007), é que em 1783 a Fazenda Santa Cruz do Rio de Janeiro forneceu 40 escravos para acionar a Real Feitoria no município de Canguçu. A pessoa responsável por tal administração era um ex-combatente de guerra que havia servido anteriormente na Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição do Iguatemi, no Sul do atual estado do Mato Grosso.

Torna-se imprescindível destacar que residia na região o Tenente do Corpo de Lanceiros Negros, Manoel Alves da Silva Caldeira, fundador do primeiro Clube Republicano de Canguçu, na Florida e Iguatemi em 1884 e representou Canguçu em histórico encontro de republicanos em Porto Alegre.

Possuindo em torno de 14 famílias, o sobrenome de maior frequência entre aqueles que fazem parte deste quilombo é Soares.

Tia Lica, quilombola de quase 100 anos de idade, além de ajudar na “lida”, cuida seus bisnetos e os trata com conhecimentos de ervas. Também realiza a prática da benzedura, benze com uma tesoura e faz rezas para acalmar os ventos. Filha de parteira, possui dois pilões com os quais pila canjica, mas comenta que atualmente compra na venda, toda pilada. Podendo, portanto, ser considerada como a figura central da comunidade.

Comunidade Quilombola Maçambique

A Comunidade Quilombola Maçambique está localizada no interior de Canguçu, no 3º Distrito, onde moram em torno de 65 famílias, todas distribuídas em torno da Serra dos Almeida, do Cerro do Quilombo e do Cemitério Maçambique. Segundo dona Maria Conceição, atual presidente da Associação Quilombola Maçambique, o nome da comunidade teria origem nas histórias referentes a um escravo negro de nome Maçambique que ali habitou. Conforme relatos, este escravo teria sido amarrado com um laço¹ pelos pés e puxado por um cavalo estrada a fora, vindo a falecer. O cemitério da comunidade, o qual leva seu nome, seria o lugar onde este escravo estaria enterrado. Sobre sua “cova” existe uma enorme pedra, que teria sido colocada pelas pessoas que o mataram vindo assim a “eliminar” possíveis vestígios de seu corpo.

Ainda hoje, podemos encontrar casas feitas de barro, porém devido ao aparecimento do “bicho barbeiro” (*Triatoma infestans*) transmissor da doença de chagas, essas casas foram, em sua maioria, substituídas por casas de alvenaria.

O artesanato presente na comunidade, se tornou hoje uma fonte de renda extra para as famílias que lá habitam. Fonte essa que auxilia nas despesas da casa, já que os mesmos continuam “tirando” seu alimento da terra.

Comunidade Remanescente de Quilombo Maçambique

Foto: Eduardo da Matta, Abril/2010.



Comunidade Remanescente de Quilombo Potreiro Grande

Foto: Eduardo da Matta, Jul/2010.



Comunidade Quilombola Potreiro Grande e Arredores

A comunidade do Potreiro Grande e Arredores se localiza no 2º Distrito de Canguçu. Próximo ficam as regiões da Solidez, Estância da Figueira e Igatemi.

Nessa localidade podemos encontrar duas experiências que remetem diretamente à questão da escravidão; uma delas é o pai de seu João, que trabalhou durante muito tempo em um local onde davam comida para ele por uma janela e não foi registrado, além disso, não sabiam qual sua idade real.

Podemos perceber, também, uma história que nos remete à escravidão com relação aos pais de dona Santa Eloá, que, com certeza, devido à sua idade possivelmente tenha vivenciado a experiência da escravidão. Ela fala que durante este período quem mandava nos seus pais eram os patrões; ainda, segundo seu relato não havia leis naquele tempo. Seu Loraci conta que sua avó falava que na África os negros vendiam seus filhos, pois tinham vários, desta maneira chegavam muitos negros para a região.

A Associação Quilombola foi criada após sua desvinculação da Comunidade Quilombo Manuel do Rego. Dona Ivone, então, deu um incentivo para a criação de uma associação própria. As reuniões acontecem na casa de seu João, vice-presidente da comunidade. Um dos fatos interessantes é a presença de um grupo de jovens bem organizados, criado pelas filhas dos casais Deni e Noemia, Ivone e Arnaldo, contando atualmente com 23 membros, unindo assim os jovens para com seus interesses.

Comunidade Quilombola Manoel do Rego

Comunidade localizada no 1º Distrito do município de Canguçu, pertence à localidade da Solidez. Conta atualmente com 17 famílias, conforme informação retirada no site <http://www.soltec.ufrj.br/index.php/etnodesenvolvimento>.

Historicamente a comunidade de Manuel do Rego foi fundada em 1927 (GONÇALVES, 2008, p. 96). Getúlio, que é um dos membros mais antigos da congregação, os negros nesta época participavam dos rituais religiosos separadamente dos alemães. Até que houve uma briga na frente da Igreja e os negros foram considerados os culpados. Esse fato, de acordo com o senhor Getúlio, teria sido a “gota d’água”,

e a partir daí teriam se retirado da Igreja e resolveram fundar sua própria congregação. A comunidade recebeu o nome de Manuel do Rego em homenagem ao Sr. Manuel Leal, por ser a primeira “gente de cor” a interessar-se pela missão dos rituais religiosos que aconteciam em horário separado dos alemães.

Já no ano de 1934 formou-se o coral dos “negros”. Este é misto, ou seja, participam homens e mulheres com idades variadas, hoje destacado como o único coral luterano negro da América Latina.

Podemos citar como pessoa emblemática na comunidade o pastor João José Alves, negro, que atuou na comunidade nas décadas de 50 e 60. Seu Getúlio nos conta orgulhoso, em uma das nossas visitas, sobre o pastor, fazendo questão de frisar que o mesmo era seu primo e que falava o “alemão legítimo”.

É forte a presença de pessoas com os sobrenomes Borges, Coutinho, Matos, Soares e Prestes.

Hoje, alemães e negros frequentam os mesmos espaços religiosos, mas é visível a diferença de uma congregação para outra. Os próprios moradores da comunidade relatam que os alemães vão para a igreja de carro ou de moto, enquanto os negros vão a pé. Ambas as congregações promovem festas frequentadas por todos, sabendo-se que anteriormente não aconteciam assim. Havia as festas das “rosas brancas” só para brancos e as das “rosas vermelhas”, onde os negros poderiam frequentar.

Comunidade Quilombola Estância da Figueira

A Estância da Figueira era de propriedade da família Fonseca, oriunda do Uruguai, e no início do Séc. XX, foi invadida durante uma festa de casamento pelas tropas de Zeca Netto durante a revolução Federalista de 1923, sendo que um dos familiares, ao procurar uma arma no interior da casa, acabou ateando fogo na mesma. Seu genro, por considerar a casa importante para a família prometeu reconstruí-la, mas Maneco² por não ter



Comunidade
Remanescente de
Quilombo Manuel
do Rego

Foto: Herbert Peil,
Ago/2010.

amizade com seu genro mandou enterrar nas ruínas da casa a primeira pessoa que morreu, iniciando ali um cemitério e impedindo a reconstrução.

² Maneco, apelido de Manuel Fonseca.



Comunidade Remanescente de Quilombo Estância da Figueira

Foto: Deise Cunha, Jun/2010.



Comunidade Remanescente de Quilombo Fazenda Cachoeira

Foto: Dalva Rosane Cruz, Maio/2010.

Comunidade Quilombo Fazenda Cachoeira

Localizada no 1º Distrito do município de Piratini, interior do Rio Grande do Sul, a Fazenda Cachoeira fica a aproximadamente 20 minutos da sede da cidade. Está localizada sobre a região denominada Serra das Asprezas, o que se comprova pela grande quantidade de pedras. A origem mais provável de seu nome talvez seja pela existência de uma cachoeira nas proximidades da localidade.

Residem no local cerca de 12 famílias, em sua maioria filhos do senhor Waldemar Góes, tronco velho da comunidade e em torno do qual ainda paira o respeito patriarcal. Segundo ele, seu bisavô

foi escravo e seu avô era baiano, e em muitos momentos de conversa, este arrasta um sotaque daquele estado. As terras onde está a comunidade foram recebidas como “deixa” do pai de sua esposa, dona Alzira.

Comunidade Quilombo Rincão do Quilombo

A área de campo concebida atualmente como o Rincão do Quilombo foi legada por João Cardoso da Silva, português que chegou ao Brasil no final do século XVIII, o qual recebeu uma expressiva área de terras nomeando-a de Fazenda da Forqueta, conforme aponta o historiador autodidata Luiz Geraldo Alves Vieira.

Segundo Vieira (s/d, p. 1), João Cardoso da Silva “[...] era solteiro e não deixou descendentes. Possuía muitos escravos [...]”, faleceu em 1811 deixando Bernardo Dias de Castro, seu sobrinho, o qual trouxe junto de Portugal, como seu herdeiro. Bernardo Dias de Castro, proprietário da fazenda Espírito Santo, fazenda lindeira à Forqueta, unificou as duas. Também importante mencionar que:

“[...] Em seu testamento constava ainda a doação de mil e quinhentas (1500) braças de campo a dez (10) famílias de escravos. É essa área que atualmente é denominada “Rincão do Quilombo” (VIEIRA, s/d, p. 2).

Infelizmente o testamento de João Cardoso da Silva foi emprestado e não mais retornou à Fazenda Arvorezinha, onde fora guardado até o início do século XX. Por isso, como indica o mesmo autor, é graças à tradição oral que se conhece um pouco sobre as cláusulas do testamento de João Cardoso da Silva, enfatizando

[...] o legado de mil e quinhentas braças de campo a dez famílias de escravos que deveriam destiná-lo à criação de gado em condomínio. Cada família podia fe-

char as terras com agricultura, mas não poderiam vendê-las. Quanto ao nome de família, a maioria dos escravos assinava “Cardoso da Silva” [...] (VIEIRA, s/d, p. 3).

Vieira (s/d, p. 3) diz que na década de 50 do século passado teve início os primeiros processos de usucapião, tendo em vista a falta de observação ao testamento; houve compra de terras daqueles que emigraram para as cidades e outras pessoas se apoderaram das terras abandonadas e campos que restavam. O autor acrescenta que em fevereiro do ano de 1857, o Rincão do Quilombo foi medido e atualmente preserva sua área original: “[...] Seus limites são demarcados, em linha reta, pela Ferraria, Passo da Cruz, arroio Tamanduá até a confluência da sanga que serve de divisa com a fazenda Arvorezinha” (VIEIRA, s/d, p. 3).

João Cardoso, 79, tido como um dos moradores mais antigos na comunidade, comenta que um fazendeiro de

nome João Cardoso da Silva doou parte de suas terras para seus escravos. Neste ponto, há um importante elemento acerca da origem dessa comunidade negra rural, tendo em João Cardoso da Silva seu mito fundador e coerente com os dados trazidos por Vieira (s/d).

Comunidade Quilombola Passo do Lourenço e Arredores

A Comunidade Quilombola Passo do Lourenço e Arredores está localizada no 4º Distrito de Canguçu, passando territórios do Passo do Lourenço, uma córrego que cruza a comunidade e a Coxilha das Flores. A comunidade é composta por 43 famílias, de acordo com os dados daquela Associação Quilombola. Dentre as histórias de fundação da comunidade, presente em sua memória coletiva, persiste a história de uma negra velha chamada Generosa, que teria mais 100



Comunidade
Remanescente de
Quilombo Rincão
do Quilombo

Foto: Herbert Peil,
Ago/2010.

anos de idade e foi escrava. Seu contrato de venda foi visto por várias pessoas e teria o valor de 4.000 réis.

Nos relatos de moradores como seu Hermes, observamos que durante muito tempo havia o trabalho em mutirão como um aspecto importante da vivência de tempos antigos. A comunidade tem em sua história, como marca de sua identidade, as lembranças dos “bailes de morenos”, que também eram chamados de “bailes de ramada”, já que se armava o salão de danças com ramas. Nestes bailes havia divisão entre negros e brancos, e por isso essa marca da segregação ainda está presente nas histórias, principalmente pela alegria e as várias brincadeiras que ali se viveu.

A religião predominante na comunidade é a católica e algumas pessoas se relacionam com a umbanda. A Associação Quilombola Passo do Lourenço e Arredores tem, periodicamente, festas relacionadas à sua construção, se mantendo como espaço de ligação entre os moradores das comunidades e suas famílias que se espalham em cidades como Pelotas.

Comunidade
Remanescente de
Quilombo Passo do
Lourenço

Foto: Sassá Souza,
Ago/2010.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AKÍNRÚLÍ, Olúségun Michael. **Gèlèdé: o poder feminino na cultura africana-yorùbá**. Ano 3, Nº 12, fevereiro de 2011. Disponível em: <www.africaeafrikanidades.com> Acesso em: 26/07/2011.
- ALDÉ, Lorenzo. Etnia, pra que te quero. **Revista de História**. Ano 2, Nº 18, março de 2007, p. 16-27.
- ALEHEGN, Tseday. **Rainhas, espãs e soldados: a história das mulheres etíopes nas atividades militares**. Ano 03, Nº 09, maio de 2010. Disponível em: <www.africaeafrikanidades.com> Acesso em: 25/07/2011.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno (a). **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.
- ALMEIDA, Tereza Virgínia de (b). No balanço do lundu. **Revista História da Biblioteca Nacional**. Ano 01, Nº 08, Fevereiro/Março de 2006.
- ALTMANN, Lori. Diversidade religiosa na perspectiva indígena. In: KRONBAUER, Selenir Corrêa Gonçalves; STRÖHER, Janete. **Educar para a convivência na diversidade: desafio à formação de professores**. São Paulo: Paulinas, 2009.
- AMADO, Jorge. **Arte para Criança: Carybé, o capeta Carybé**. 2.ed. São Paulo: Berlendis & Vertecchia Editores Ltda, 1986.
- ANJOS, Antônio Carlos dos; LEITÃO, Leonardo. **Etnodesenvolvimento e Mediações Político-Culturais no Mundo Rural**. UAB/UFRGS e Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- BARCELLOS, Daisy Macedo; CHAGAS, Miriam de Fátima; FERNANDES, Mariana Balen et al. **Comunidade negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BENISTE, José. **Òrun – Àiyé: o encontro de dois mundos: o sistema de relacionamento nagô-yorubá entre o céu e a Terra**. 4ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BENTO, Cláudio Moreira. **Canguçu reencontro com a História: um exemplo de reconstituição de memória comunitária**. 2ed. Barra Mansa: ACANDHIS/Gráfica e Editora Irmãos Drumond Ltda, 2007.
- BITTENCOURT JR., Iosvaldyr Carvalho de. Os Percursos do Negro em Porto Alegre: Territorialidade Negra Urbana. In: VILASBOAS, Ilma Silva; BITTENCOURT JR., Iosvaldyr Carvalho de; SOUZA, Vinicius Vieira de. **Museu de Percorso do Negro em Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora Porto Alegre, 2010.
- BOHN, Plácio José. **QUANDO TOCAM OS TAMBORES: Saberes e Práticas nas tradições moçambicanas**. 2009. 327f. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário La Salle, Canoas.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. 25.ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- CARNEIRO, Sueli. Estrelas com luz própria. In: **Revista História Viva: Temas Brasileiros**. Nº 03, 2006.

- CASTRO, Yeda Pessoa de. **Falares Africanos na Bahia**: Um vocabulário afro-brasileiro. 2ed. Rio de Janeiro: Topbooks Editora e Distribuidora de Livros Ltda. 2001.
- CERQUEIRA, Fábio Vergara. Serra dos Tapes: mosaico de tradições étnicas e paisagens culturais. In: **Anais do IV SIMP**: Memória, patrimônio e tradição. Disponível em: <<http://simpufpel.files.wordpress.com/2010/09/ mesa-serra-dos-tapes.pdf>> Acesso em: 29/05/2011.
- COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br>>. Acesso em: 06/05/2012.
- CONSELHONACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**: algumas informações. Brasília: Câmara de Educação Básica, 2011.
- COSTA, Emília Viotti da. O início do Fim. **Revista História Viva**, ano VI, N° 66, 2007.
- COUTO, Patrícia Brandão. **Festa do Rosário**: iconografia e Poética de um Rito. Niterói, RJ: Ed. da Universidade Federal Fluminense, 2003.
- CUNHA, Aline Lemos da. **História em múltiplos fios: o ensino de manualidades entre mulheres negras (re) inventando pedagogias da não-formalidade ou das tramas complexas**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2010.
- CUNHA JR., Henrique. **Tecnologia Africana na Formação Brasileira**. Rio de Janeiro: CEAP, 2010.
- DINIZ, Mônica. **Sesmarias e posses de terras**: políticas fundiárias para assegurar a colonização brasileira. Disponível em: <<http://historica.arquivoestado.sp.gov.br>> Acesso em: 04/04/2011.
- DEL PRIORE, Mary. Outros Carnavais. **Nossa História**, Ano 2, N° 16, Fevereiro/2005, 16-17.
- DEUS, Zélia Amador. **O corpo negro como marca identitária na diáspora africana**. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais – Diversidades e (Des)Igualdades. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2011.
- ELIAS, Rodrigo. Braços para fazer um país. **Nossa História**. Ano 2, N° 24, Outubro de 2005.
- ESCOBAR, Giane Vargas. **Museu Treze de Maio e as Políticas Públicas a favor da Preservação da Memória e Salvaguarda dos Clubes Sociais Negros do Brasil**. Disponível em: <<http://matek.inf.br/artigos/Museu.pdf>> Acesso em: 10/09/2011.
- FERREIRA, Luzia Gomes. **As máscaras africanas e suas múltiplas faces**. Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_II/luzia_gomes_ferreira.pdf> Acesso em: 26/07/2011.
- GREGÓRIO, Maria do Carmo. **Solano Trindade**: O poeta das artes do povo. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.
- GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. In: **Revista Brasileira de Educação**. Mai./Jun./Jul./Ago. 2003, N° 23.
- GONÇALVES, Aline Najara da Silva. **Luisa Mahin entre ficção e história**. 2010. 99f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens. Universidade do Estado da Bahia, Salvador.

- _____. **Luisa Mahin: uma rainha africana no Brasil.** Rio de Janeiro: Cadernos CEAP, 2011.
- GONÇALVES, Guilherme de Ávila; CUSTÓDIO, Adolfo Martins. **Bola nos pés: um instrumento para a construção da identidade social e para a afirmação e inclusão do negro no Brasil.** Disponível em: <http://profguillermo.50webs.com/Arquivos/artigos/cientificos/A_bola_nos_pes.pdf>. Acesso em: 18/06/2012.
- GUERRA, Denise. **Corpo, som e movimento: acalantos Afro-Brasileiros. Revista África e Africanidades - Ano 2, Nº 8, Fevereiro de 2010.** Disponível em: <www.africaeaficanidades.com> Acesso em: Outubro de 2011
- GUTIERREZ, J.B. Ester. **Charqueadas e Olarias: um estudo sobre o espaço pelotense.** 2.ed. Pelotas: Pelotas Editora e Gráfica Universitária, 2001.
- HAERTER, Leandro. **Uma Etnografia na Comunidade Negra Rural Cerro das Velhas: memória coletiva, ancestralidade escrava e território como elementos de sua auto-identificação quilombola.** 2010. 145f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- _____. Considerações acerca do processo de pesquisa sobre pensamento mitológico em comunidades negras rurais. **Cadernos de Campo.** Araraquara, Nº 15, 2011, p. 141-152.
- HAESBAERT, Rogério. **Concepções de território para entender a desterritorialização.** In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** 3ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2006, p. 51.
- HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. **Amkoullel, o menino fula.** São Paulo: Palas Athena; Casa das Áfricas, 2003.
- HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea.** São Paulo: Selo Negro, 2007.
- IPHAN. **Patrimônio Imaterial.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginaIphan>> Acesso em: 18/06/2012.
- LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana.** São Paulo: Selo Negro, 2004.
- LOPES, Nei. **Partido-Alto: samba de bamba.** Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2008.
- LOPES, Wilza Reis; INO, Akemi. **Aspectos construtivos da taipa de mão.** Disponível em: <<http://dc226.4shared.com/doc/waxgGK88/preview.html>> Acesso em 21/12/2011.
- MAESTRI FILHO, Mário. **O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho.** Caxias do Sul: EdUCS, 1984.
- _____. **Pampa negro – Quilombos no Rio Grande do Sul.** In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 291-331.
- MARTELENS, Angelita; QUADROS, Deisily de. **Em cada casa um caso.** Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/IICILLIJ/7/Emcadacasa,umcauso-PUCRS.pdf>> Acesso em: 31/01/2012.
- MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. **A abordagem etnográfica na investi-**

- gação científica.** 2001. Disponível em: <www.ines.gov.br/paginas/revista/A%20bordag%20etnogrpara%20Monica.htm>. Acesso em: 05/06/2010.
- MATTOS, Hebe. Prefácio Além da Escravidão. In: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas; SCOTT, Rebeca. **Além da escravidão: Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2005.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo; VILLACORTA, Gisela Macambira. Pajelança e Encantaria Amazônica. In: PRANDI, Reginaldo (Org.) **Encantaria Brasileira: O livro dos mestres, caboclos e encantados.** São Paulo: Pallas Editora, 2004.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1997.
- MIRANDA, Evaristo Machado de. A invenção do Brasil. **National Geographic.** Maio de 2007, p. 60-71.
- MESKO, Márcia Foster; GOUVÊA, Lidiane Pires; DOURADO, Massako Takahashi et al. Avaliação do sabão produzido a partir de óleo residual comestível. In: BUSSOLETTI, Denise Marcos; BRANDALISE, João Nelci; PELLEGRIN, José Luis de et al. **IV Salão de Extensão e Cultura.** UFPe em Extensão: criação, participação e compromisso. Pelotas: Editora Universitária da UFPel, p. 221-232.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Escravos que disseram não. **Revista de História da Biblioteca Nacional,** Ano 2, Nº 18, Março de 2007, p. 34-39.
- MOTT, Maria Lucia. Uma parceira diplomada. **Nossa História.** Ano 02, Nº 21, Julho de 2005.
- MUNANGA, Kabengele. Nosso racismo é um crime perfeito. **Forum: outro mundo em debate,** Ano 8, Nº 77, Agosto de 2009, p. 14-19.
- MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global; Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004.
- MURRAY, Jocelyn. **África: o despertar de um continente.** Barcelona: Folio, 2007.
- NASCIMENTO, Abdias. Poetizando a nossa afro-brasilidade: Escalando a Serra da Barriga. In: CONCEIÇÃO, Evaristo. **Literatura Negra.** Rio de Janeiro: CEAP, 2007.
- OLIVEIRA, Anderson José Machado. **Devoção negra: santos pretos e catequese no Brasil colonial.** Rio de Janeiro: Quartet; FAPERJ, 2008.
- OLIVEIRA, Auta Sirlei Barbosa. **Canguçu.** 2005.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Associação Brasileira de Antropologia, 2002.
- OLIVEIRA, Elivane Passos. **Cotidiano da mulher negra na Bahia no século XIX.** Disponível em <<http://historiadabahia2.wordpress.com/sobre/prostituicao-da-mulher-negra-na-bahia/>>. Acesso em julho/2012.
- PÁSCHOA, Abigail; LEÃO, Sionei Ricardo. **Política democrática: cadernos de debates.** Brasília: Edições Fundação Astrojildo Pereira. Ano 1, Nº 02, Maio de 2008.
- PELLEGRINI, Emmanuelle. A música libertada pelos escravos. **História Viva,** ano VIII, nº 92, Abril de 2011.

- PENA, Anderson dos Anjos Pereira. História do pagode baiano. Disponível em: <<http://biografiadopagodao.blogspot.com.br/p/historia-do-pagode-baiano.html>> Acesso em: Junho de 2012.
- PESSANHA, Andréa Santos. Em nome do progresso. **Nossa História**. Ano 2, Nº 24, Outubro de 2005.
- PIOVESAN, Flávia. Ações Afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos. SANTOS, Sales Augusto dos. In: **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.
- PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- PRANDI, Reginaldo. **Segredos Guardados: Orixás na alma brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- PRASS, Luciane. **Maçambiques, quicumbis e ensaios de promessa: um re-estudo etnomusicológico ente quilombolas do Sul do Brasil**. 2009. 333f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- PRIORE, Mary Del. Folia à moda europeia. **Revista Nossa História**, Ano 02, Nº 16, fevereiro de 2005, p. 14-24.
- REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. Uma história da liberdade. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Cia das Artes, 2000.
- RODRIGUES, Eliana. Afro-Brasileiros: contextos rituais de cura. **Episódio I: A Medicina Popular no Brasil**. DVD. Realização UNIFESP, Fundação Cultural Palmares, 2010.
- SCISÍNIO, Alaor Eduardo. **Dicionário da Escravidão**. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial Ltda, 1997.
- SEMONG, Éle Semong (Org). **Essas poéticas negras**. Rio de Janeiro: CEAP, 2006.
- SILVA JR.. A intolerância religiosa e os meandros da lei. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin do. **SANKOFA 3 – Matrizes Africanas da Cultura Brasileira**. Guerreiras de Natureza: Mulher negra, religiosidade e ambiente. São Paulo: Selo Negro Edições, 2008.
- SILVA, Alberto da Costa e. Como os africanos civilizaram o Brasil. **Vozes da África: A riqueza artística e cultural do continente**. In: Biblioteca entre Livros. Edição Especial, Nº 06, 2007.
- SILVA, Clemilda Anacleto da; NONATO, Eunice Nazareth Nonato. Educação, intolerância religiosa e direitos humanos. In: KRONBAUER, Selenir Corrêa G.; STRÖHER, Marga Janete (Org.). **EDUCAR PARA A CONVIVÊNCIA NA DIVERSIDADE: desafio à formação de professores**. São Paulo: Paulinas, 2009.
- SILVA, Geraldo da; ARAÚJO, Márcia. Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005, p. 65-78.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. **Candomblé e Umbanda: caminhos da Devoção Brasileira**. 2.ed. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- SILVEIRA, Oliveira. **Poemas**. Porto Alegre: Edição dos Vinte, 2009.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ações Afirmativas e diversidade étnica e racial. In: **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

SOUZA, Marina de Mello e Souza. **África e Brasil Africano**. São Paulo: Ática, 2006.

THEODORO, Helena. **Cultura afro-brasileira**. Rio de Janeiro: CEAP, 2007.

VIEIRA, Luiz Geraldo Alves. **O Rincão do Quilombo**. (mimeo).

WILLIS, Roy (Coord.). **Mitologias: Deuses, heróis e xamãs nas tradições e lendas de todo o mundo**. Coleção Referência/Projeto de Democratização da Leitura, PUBLIFOLHAS, s/data.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS**. Brasília: Ed. do Ministério da Saúde, 2010.

